

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política

**PROTESTO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA: UM ESTUDO DOS
REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA ENTRE 2000 E 2005**

Camila Penna de Castro

Brasília
2009

Camila Penna de Castro

**PROTESTO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA: UM ESTUDO DOS
REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA ENTRE 2000 E 2005**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política do Programa de Pós Graduação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Lúcia Avelar

Brasília
2009

Agradecimentos:

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda das pessoas abaixo, agradeço e dedico a elas este trabalho:

Gabriel, meu companheiro de sempre, pela ajuda na coleta de dados, formatação de tabelas, formatação final da dissertação, pesquisa de fotos.

Lúcia, minha mãe, pela compilação dos dados das cronologias e tabelas.

Helena, João e Rodrigo, pela transcrição das entrevistas.

Tio Monigo pela ajuda no Excel.

Meu avô João pela revisão.

Estefy, Fabio Basteiro, Ricardo Guitiérrez pela ajuda fundamental na Argentina.

Tia Amélia e a todos os primos pela ajuda em Brasília.

Minha orientadora Lúcia, por me apresentar a bibliografia inicial e pela ajuda ao longo do processo.

Onofre, que me ensinou a metodologia.

Lúcio e Marisa pelos comentários ao projeto.

A todos os entrevistados no Brasil e na Argentina, pelo tempo e atenção.



Fonte: Toda Mafalda, Quino

RESUMO

O objetivo da pesquisa é estudar os repertórios de protesto no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005 com vistas a demonstrar como sua construção e evolução estão relacionadas às formas pelas quais os agentes do protesto interagem com o Estado. O trabalho se focaliza na interação entre o Estado brasileiro e o Estado argentino com o movimento piquetero e o MST, respectivamente. O processo interativo é estudado, em um primeiro momento, a partir de conceitos como oportunidades políticas e policiamento. E em um segundo momento a partir da análise de conteúdo das falas emitidas por representantes do Estado nos dois países e de líderes dos movimentos sociais referidos com vistas a observar as formas de enquadramento que estes atores fazem dos repertórios de ação e de si próprios dentro do campo do protesto.

Palavras-chave: protesto; Brasil; Argentina; movimentos sociais; Estado; repertórios de ação coletiva

ABSTRACT

The research aims at studying protest repertoires in Brazil and Argentina between 2000 and 2005 with the purpose of showing how its construction and evolution are related to the forms by which the protest agents interact with the state. The research focuses on interaction between the Brazilian and Argentine states and MST and *piqueteros* movement, respectively. Interaction process is studied in one hand through the concepts of political opportunities and policing protest. And in the other hand through de content analysis of speech acts from representatives of both states and from those social movement's leaderships in Brazil and Argentine. The content analysis aims at observing the frames these agents make of protest repertoires and of themselves in the protest field.

Keywords: protest; Brazil; Argentina; social movements; state; collective action repertoires

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 – APORTES TEÓRICOS PARA DISCUSSÃO DE AÇÃO COLETIVA E PROTESTO | 3 |
| 1.1 Conceitos e Definições..... | 3 |
| 1.1.1 <i>Ação coletiva e movimentos sociais.....</i> | <i>3</i> |
| 1.1.2 <i>Sistemas de referência.....</i> | <i>5</i> |
| 1.1.3 <i>Identidade Coletiva.....</i> | <i>7</i> |
| 1.1.4 <i>Lideranças.....</i> | <i>8</i> |
| 1.1.5 <i>Formas de ação coletiva</i> | <i>10</i> |
| 1.2 Categorias Analíticas | 13 |
| 1.2.1 <i>Oportunidades Políticas.....</i> | <i>13</i> |
| 1.2.1.1 <u>Linguagem e construção de significados.....</u> | 19 |
| 1.2.2 <i>Frames.....</i> | <i>24</i> |
| 1.2.3 <i>Repertórios.....</i> | <i>26</i> |
| 2 – MAPEAMENTO DO PROTESTO NO BRASIL E NA ARGENTINA ENTRE 2000 E 2005 | 31 |
| 2.1 Atores | 33 |
| 2.2 Demandas..... | 49 |
| 2.3 Ações..... | 64 |
| 3 – PROTESTO E INTERAÇÃO | 75 |
| 3.1 Contexto Político-Institucional e Protesto na Argentina..... | 75 |
| 3.1.1 <i>Desempregados e classe trabalhadora.....</i> | <i>76</i> |
| 3.1.2 <i>Desempregados e o Estado.....</i> | <i>80</i> |
| 3.1.3 <i>Construção interna das organizações de desempregados.....</i> | <i>86</i> |
| 3.1.4 <i>Governo e piqueteros: os planos sociais.....</i> | <i>89</i> |
| 3.1.5 <i>Kirchner e as organizações piqueteras.....</i> | <i>93</i> |
| 3.1.6 <i>Coordenações entre as organizações piqueteras.....</i> | <i>95</i> |
| 3.2 Contexto Político-Institucional e Protesto no Brasil..... | 97 |
| 3.2.1 <i>Protesto e MST no governo FHC.....</i> | <i>97</i> |
| 3.2.2 <i>Protesto no Governo Lula.....</i> | <i>103</i> |
| 3.2.3 <i>MST e protesto.....</i> | <i>112</i> |
| 4 – Protesto e Representação | 120 |
| 4.1 Representações Brasil..... | 123 |
| 4.1.2 <i>Qualificadores Estado.....</i> | <i>123</i> |
| 4.1.2.1 <u>Qualificações governo FHC.....</u> | 123 |
| 4.1.2.2 <u>Qualificações governo Lula.....</u> | 133 |
| 4.1.2.3 <u>Representações MST.....</u> | 139 |

| | |
|--|------------|
| 4.2 Representações Argentina | 153 |
| <i>4.2.1 Qualificadores Estado</i> | 153 |
| <u>4.2.1.1 Qualificadores Governo de la Rúa</u> | 154 |
| <u>4.2.1.2 Qualificadores Governo Duhalde</u> | 159 |
| <u>4.2.1.3 Qualificadores Governo Kirchner</u> | 164 |
| <u>4.2.2 Representações Piqueteros</u> | 178 |
| CONCLUSÃO | 197 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 201 |
| ANEXOS | 209 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de contribuir para o estudo do fenômeno da ação coletiva, e mais especificamente das ações diretas de protesto, a partir de uma perspectiva relacional. Nesse sentido propõe uma abordagem das ações de protesto no Brasil e na Argentina cujo ponto de partida é a análise da interação entre os agentes do protesto e seu interlocutor principal, o Estado, no período entre 2000 e 2005. Detendo-nos nos principais protagonistas do protesto neste período no Brasil (MST) e na Argentina (movimento piquetero), demonstramos como suas ações de protesto – notadamente as ocupações de terra e os bloqueios de rodovia –, e as representações construídas em torno delas, são determinadas pela interação com o Estado.

Partindo de aportes teóricos e alguns conceitos centrais como os de repertório (Tilly, 2006), *framing* ou enquadramento (Zald, 1996), sistemas de referência (Melucci, 1996) e protesto social (Farinetti, 1999), trabalhamos o tema do protesto estabelecendo um paralelo entre os processos que caracterizaram a Argentina e o Brasil entre 2000 e 2005. O estudo comparativo – guardando todas as ressalvas em relação a processos e experiências históricas específicas e características culturais e políticas de cada país – tem como propósito assinalar como o formato que toma a interação entre Estado e os agentes protagonistas do protesto é determinante dos repertórios de ação coletiva e de suas representações como formas de protesto válidas.

A pesquisa está dividida em quatro partes. O primeiro capítulo faz uma revisão dos conceitos e categorias analíticas utilizados para estudar o protesto social no Brasil e na Argentina. Os aportes teóricos trabalhados são principalmente os oferecidos por autores que trabalham a partir de uma perspectiva relacional, como Melucci (1996), Tilly (2006), Bourdieu (2007). E autores que propõem ou apresentam conceitos e categorias relevantes para a pesquisa, como os de policiamento (Della Porta, 1996), atos de fala (Onuf, 1989) e protesto social (Farinetti, 1999; Auyero, 2002).

A segunda parte é um estudo comparativo do campo de protesto no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005, que apresenta um mapeamento dos atores, demandas e formas de protesto presentes neste período. O mapeamento inicial foi produzido a partir dos dados das cronologias formuladas pelo Observatório Social da América Latina (OSAL) do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. O propósito deste capítulo é apresentar o campo de

protesto mais geral no qual se inserem os atores e repertórios a serem analisados de forma mais detida.

O capítulo terceiro apresenta o contexto político-institucional dos dois países no período sob análise, ressaltando, de um lado, as características e políticas dos governos em relação aos agentes protagonistas do protesto no Brasil e na Argentina. E de outro lado as características principais do MST no Brasil e do movimento piquetero na Argentina no tocante aos seus repertórios de ação coletiva e às formas de se relacionar com os respectivos governos. O objetivo deste capítulo é delimitar o campo material no qual se dá a interação entre Estado e agentes do protesto e assinalar como as configurações deste campo são determinantes para a formação e consolidação dos repertórios de ação e para as representações produzidas em torno deles.

O último capítulo faz uma análise destas representações a partir do contraste entre as formas de qualificação utilizadas pelos diferentes governos para enquadrar as ações e os agentes do protesto e a partir daí fundamentar e justificar sua própria reação, e as formas de qualificação utilizadas pelos agentes do protesto para enquadrar as suas ações, a si próprios no contexto social mais amplo, e a reação/relação com o Estado. A partir do contraste entre os qualificadores utilizados pelos dois agentes da interação busca-se demonstrar como as formas de enquadramento produzidas a partir da fala podem produzir representações válidas dos repertórios de protesto e dos movimentos que o levam a cabo. E busca demonstrar também como estas representações servem de fundamento para as reações do Estado, seja de aumento do policiamento ou de ampliação dos constrangimentos legais ao protesto.

Nesse sentido a pesquisa faz um aporte ao tratamento relacional dos fenômenos sociais na medida em que se propõe a abordar o tema da ação coletiva e do protesto social com um foco não somente nas variáveis causais que possam os explicar de forma unidirecional. Mas sim tratando de observar o processo interativo e circular que determina as ações coletivas e que por sua vez também é determinado por elas.

1 APORTES TEÓRICOS PARA DISCUSSÃO DE AÇÃO COLETIVA E PROTESTO

A pesquisa é uma forma de ação social que introduz seus próprios resultados no campo social. Em sociedades complexas a pesquisa se torna um processo de meta-comunicação, um processo de aprendizado auto-reflexivo. Ao prover um conhecimento da pluralidade e das tensões que constituem a vida coletiva, ela pode contribuir para uma prática de liberdade (Alberto Melucci)

1.1 Conceitos e definições

Este trabalho parte de uma abordagem processual e relacional da ação coletiva. Isso significa que ele se situa no campo de conhecimento das ciências sociais que trata a ação social como resultante do processo de interação entre elementos estruturais (como as condições materiais dos agentes, ou as configurações do sistema político) e elementos referentes à ação e representação dos agentes acerca do mundo social (como disposições psicológicas e percepções individuais), entendendo que as duas dimensões são interdependentes e se constituem mutuamente. Tal perspectiva implica em um abandono da idéia de que é possível explicar a ação coletiva partindo unicamente das condições estruturais ou das disposições individuais dos agentes.

Para a pesquisa nessa perspectiva, Alberto Melucci (1996) oferece relevante contribuição, apresentando conceitos e categorias analíticas que têm importantes implicações epistemológicas e metodológicas. Dentre esses conceitos cabe referenciar os de maior relevância para os propósitos do trabalho, quais sejam: ação coletiva, sistemas de referência, movimentos sociais e ação direta. As definições dadas pelo autor a estes termos formam a base conceitual a partir da qual a pesquisa foi realizada – juntamente com outras categorias analíticas trabalhadas na literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva. A seguir discutiremos as categorias analíticas e os conceitos que orientarão a análise sobre os processos de mobilização social no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2006.

1.1.1 Ação coletiva e movimentos sociais

Considerando-se que o objetivo da pesquisa é estudar as ações diretas de protesto realizadas em ambos os países neste período, e considerando-se que tais ações são formas possíveis de ação coletiva, o primeiro conceito a ser discutido deve ser, pois, o de “ação coletiva”. Melucci (1996) propõe uma definição para ação coletiva que, ao partir de uma

perspectiva interativa, pode contribuir para a superação da dicotomia “agente *versus* estrutura” no tratamento da ação social. Ação coletiva pode ser entendida como:

(...) um conjunto de práticas sociais (i) que envolve simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, (ii) que exibem características morfológicas similares e contigüidade de tempo e espaço, (iii) implicando um campo de relações e (iv) a capacidade das pessoas envolvidas dar sentido ao que estão fazendo (Melucci, 1996, p. 20).

Essa definição nos permite tratar a ação coletiva não como um dado unitário, mas sim como um fenômeno heterogêneo que implica em um conjunto de demandas conflitantes. Podemos observar que essa definição é mais plausível para se pensar, por exemplo, a realização de uma greve como o resultado de um conjunto complexo de posições e demandas contrastantes negociadas ao longo de um processo interativo.

Dentro do escopo da ação coletiva estariam, de acordo com Melucci, os movimentos sociais. O autor propõe trata-los como uma categoria analítica referente a uma forma específica de ação coletiva, em vez de concebê-los como um fenômeno empírico passível de ser observado como um ator unitário, uma vez que o objeto de estudos construído pelo analista no mais das vezes não coincide com a complexidade empírica destes atores não homogêneos. No mesmo sentido adverte Tilly: “*a nomeação de um fenômeno não provê nenhuma garantia de que este fenômeno existe, muito menos de que ele é causalmente coerente*” (Tilly, 2006, p. 46). O termo “movimento social” deve se entendido então como uma “*forma de ação coletiva que (i) invoca solidariedade, (ii) torna um conflito manifesto, e (iii) implica em uma ruptura nos limites de compatibilidade de uma sistema no qual a ação toma lugar*” (Melucci, 1996, p. 28). A concepção de movimentos sociais como uma forma de ação coletiva está presente em outras interpretações, contudo há uma variedade de definições para “movimentos sociais”, definições essas que freqüentemente se referem a diferentes fenômenos empíricos.

Ao encontro da concepção de Melucci de movimentos sociais como formas de ação vai a definição proposta por Gohn (2007):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (Gohn, 2007, p. 251)

Note-se que de acordo com esta definição movimentos sociais não são os atores coletivos em si, mas sim suas ações. Cabe observar que a autora propõe também uma concepção dinâmica

e interacionista de movimentos sociais: ações que estariam ao mesmo tempo “articuladas em cenários da conjuntura socioeconômica” mas também seriam capazes de criar um “campo político de força social na sociedade civil”. O que significa dizer que embora os movimentos sociais sempre se desenvolvem em um contexto de correlação de força social, eles também criam um campo de força social que pode levar à alteração de algum elemento daquele contexto de relações e de suas características específicas.

Esse é o caráter propriamente relacional da ação coletiva: a compreensão de que ela emerge em um sistema específico de relações sociais e tem sentido a partir e no contexto deste sistema, podendo, dependendo de suas características, levar à alteração de alguns elementos que o caracterizam. Isso significa dizer que toda ação se dá em um campo de relações sociais – o que Melucci (1996) chama “sistema de referência” –, e que a análise da ação coletiva sem levar em conta esse campo não oferece contribuição analítica significativa na medida em que freqüentemente incorre-se no erro de interpretar a ação coletiva como efeito de leis mecânicas determinantes ou como efetivação de um conjunto de valores dos indivíduos, esquecendo-se que ela é o resultado de relações que ligam uma pluralidade de atores sociais (Melucci, 1996).

1.1.2 Sistemas de referência

Um sistema de referência, ou um sistema de relações sociais é um “conjunto de elementos (indivíduos ou grupos) conectados por relações interdependentes” (Melucci, 1996, p. 50) e que possui um padrão ou estrutura definida pelo caráter e quantidade de elementos e relações. Eles devem ser compreendidos como uma categoria analítica utilizada para se referir a “formas específicas de relações que podem ser diferenciadas em termos da natureza do vínculo social que liga indivíduos e grupos” (Melucci, 1996, p 25). Os tipos de sistemas de relações sociais seriam: (i) sistema produtivo, que garante a produção dos recursos na sociedade e é formado pelas relações que compreendem a produção, apropriação e alocação de recursos; (ii) sistema político, que toma decisões sobre distribuição desses recursos e é constituído por relações no interior do sistema político e com organizações complexas descentralizadas; (iii) sistema organizacional, que governa a troca e entrega dos recursos e é formado por relações entre as partes integrantes da sociedade que decidem sobre a alocação e que recebem os recursos (este sistema de referência compreende as relações entre o Estado e os atores coletivos); (iv) sistema de reprodução da vida cotidiana, que se refere ao nível de relações sociais nas quais os requerimentos da vida social são mantidos e reproduzidos.

Cumpra observar que embora as relações no interior de cada sistema sejam regidas por regras específicas, os sistemas de referência não são independentes uns dos outros, em alguns casos eles se interpedem, e ações coletivas que emergem no interior de um sistema podem ter efeitos em outros. Ademais, deve-se recordar que os mesmos indivíduos constituem mais de um único sistema, dependendo do nível onde se relacionam (fábrica, bairro, sindicato, partido, etc.).

As ações coletivas assumem significado¹ distinto quando emergem a partir de diferentes sistemas de relações sociais ou sistemas de referência (Melucci, 1996). Com efeito, as ações coletivas que surgem no sistema de relações que envolvem a produção dos recursos geralmente tomam a forma de um movimento antagonista, que questiona as formas de produção vigentes em uma sociedade, seu desenvolvimento e seus objetivos. Podemos pensar, por exemplo, que um movimento que questiona a forma de produção agrícola baseada em grandes propriedades rurais e voltada para produtos de exportação questiona um dos elementos presentes nas relações de produção de recursos no país. E, portanto, de acordo com essa caracterização teria a forma de uma ação coletiva antagonista – cujos efeitos podem transpor as fronteiras do sistema de produção e atingir o complexo de relações no nível do sistema político.

Ações coletivas levadas a cabo no escopo do sistema organizacional adquirem a forma de um movimento reivindicativo no qual os atores pressionam por uma diferente distribuição de recursos dentro na sociedade ou por um melhor funcionamento de um órgão. Esse seria o caso de uma reivindicação de aumento salarial ou por subsídios – neste último caso tendo como interlocutor o Estado, o que afeta a produção do sistema de normas e transborda o nível da ação para o sistema político.

No escopo do sistema político a ação coletiva característica seria a de um movimento político e teria como propósito, por exemplo, a extensão do critério de participação ou a luta contra determinado viés ou privilégio no jogo político. Um exemplo de ação coletiva nesse nível de relações seria as mobilizações para criação de mecanismos de consulta popular, como plebiscitos, conselhos e orçamento participativo. Além disso, deve-se considerar todas as demandas de ação coletiva que implicariam em uma alteração nas regras do jogo político.

Quando no nível das relações cotidianas, a ação coletiva é direcionada contra determinadas regras sociais que garantem a reprodução da vida cotidiana, gerando redes conflituosas. Seria, por exemplo, o caso da criação de formas de produção comunitária e

¹ Ao falar em significados aqui estamos nos referindo à concepção de Melucci de que o significado da ação diz respeito a quais são seus fins e o caráter que assume em decorrência disso.

sistemas de ajuda mútua: como hortas coletivas. *comedores*² e outras formas de organização coletiva a nível local.

1.1.3 Identidade Coletiva

As formas de ação coletiva que emergem no sistema formado pelas relações sociais em qualquer das estruturas analíticas discutidas acima só são possíveis porque os agentes da ação são capazes de definir a si próprios e se situar em relação ao ambiente externo (outros atores, constrangimentos, oportunidades, obstáculos, recursos disponíveis). E isso implica em construir uma representação de um “nós”, o que pressupõe a definição de três orientações: uma relativa aos fins da ação (o seu significado), outra relativa aos meios a serem utilizados e a última relativa ao ambiente externo em que ela se situa³ (Melucci, 1996). As definições quanto a essas orientações se dão a partir de um processo de negociação, comunicação, tomada de decisões entre atores que se relacionam. Ao ser capaz de definir um “nós” a partir destas três orientações os atores podem criar uma identidade coletiva, que é “*o processo interativo através do qual vários indivíduos ou grupos definem o significado de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos para tais ações*” (Melucci, 1996, p. 67). Importa observar a centralidade da noção de identidade coletiva para esta concepção de ação coletiva, uma vez que ela é condição necessária para a existência de tal ação. Em outras palavras: é a partir da construção de uma identidade coletiva que se torna possível a definição das condições de privação material ou social (o campo ou ambiente externo que determina a ação) como necessidades, ou a definição de que ação pode ser tomada em relação a tais necessidades (fins) e de qual forma de ação deve ser esta (meios) – condições determinantes da ação coletiva.

Todavia, a noção de identidade coletiva para Melucci (1996) não se refere a uma essência ou a uma característica intrínseca de determinado ator ou grupo. Ao contrário, ela remete a uma idéia de processo interativo e de constituição mútua na medida em que é constituída a partir da relação com outros elementos do sistema de referências – que permitem aos atores coletivos auferir oportunidades, definir adversários, aliados e constrangimentos.

² Sistema de provimento de alimentação, comum em bairros pobres da Argentina, organizado por moradores de bairros ou militantes políticos no qual se oferece uma ou mais refeições por dia para pessoas que não tem recursos financeiros suficientes. A cesta de alimentos necessária para a o funcionamento dos comedores é, na maioria dos casos, provida pelo governo.

³ Cabe observar que o processo de definição destas orientações relativas aos fins, aos meios e ao campo no qual se realizará a ação coletiva – que determinam a formação da identidade coletiva –, se aproxima muito do processo que a literatura sobre movimentos sociais denomina de *framimg* (enquadramento) e que será discutido mais à frente.

Nesse sentido a identidade coletiva teria também uma dimensão dupla, sendo constituída tanto internamente a partir do processo de negociação e definição das três orientações, quanto externamente, a partir do reconhecimento por parte dos outros atores no sistema de referências – ainda que este reconhecimento tome a forma de negação ou oposição⁴.

Também se voltando para a importância da noção de identidade coletiva Sader (1988) aponta para a necessidade de formação de um sujeito coletivo anterior e do qual dependeria a definição dos interesses coletivos e a forma de ação. Sujeito coletivo é, para ele, a “*coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, construindo-se nessas lutas*” (Sader, 1988, p. 55). Note-se que aqui também aparece uma dimensão relacional na formação dos sujeitos coletivos, uma vez que a identidade e as práticas são elaboradas e organizadas na própria luta. Ou seja, o próprio processo de interação com os adversários é constitutivo do sujeito.

1.1.4 Lideranças

Para a análise do processo de construção da identidade coletiva e, portanto, da emergência da ação coletiva, é necessário levar em conta também o papel das lideranças. Nesse aspecto tanto Melucci (1996) como Bourdieu (2007) fazem aportes relevantes. Ao buscar explicar de onde vêm os fundamentos da liderança Bourdieu (2007) recorre à noção de campos de relações sociais com sua lógica própria, que compõem o espaço social, e nos quais os agentes definem sua posição relativa pelo volume de capital acumulado. O capital representa “*um poder sobre um campo num determinado momento*” (Bourdieu, 2007, p. 134). Ou seja, na medida em que cada campo tem seu sistema hierárquico e sua lógica de valoração própria, o agente que pode acumular ou possui as características ou conhecimento valorizados em determinado campo possui capital neste campo. Ou seja, um indivíduo que aprendeu e internalizou, ao longo do tempo, as regras, normas e condutas que orientam e que são valorizadas no campo da política detém um capital político, e, portanto possui poder sobre o campo político enquanto este for regido por aquelas normas.

⁴ No tocante a esse aspecto de constituição mútua da identidade dos atores coletivos nos interessa particularmente a relação de reconhecimento/negação com o Estado, uma vez que ele é o principal interlocutor das ações diretas de protesto estudadas no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005 – seja em seu nível federal, estadual ou municipal. A relação entre o Estado e os atores coletivos e suas implicações para as formas que a ação coletiva toma ao longo deste período é o objeto desta pesquisa e, por isso, mais à frente discutiremos categorias e conceitos que nos permitirão abordar especificamente esta relação.

A partir dessa mesma lógica emergem as lideranças, ou seja, agentes que acumularam capital pessoal de notoriedade e de popularidade em função de sua atuação no campo profissional ou em outros campos. Note-se que a noção de capital não se refere aqui a um atributo unicamente relativo a condições e pré-disposições psicológicas inerentes aos agentes. Ela tem uma dimensão relacional uma vez que tais atributos acumulados só fazem sentido e só são reconhecidos dentro do campo de relações no qual o agente está inserido, e é esse campo que determina os critérios de julgamento e valorização de determinados atributos e características pessoais.

Há que apontar ainda que, de acordo com Bourdieu (2007) outro fundamento das lideranças, além do capital pessoal, é o capital delegado, referente ao lugar que os agentes ocupam em determinada instituição política – como sindicatos ou partidos, cujo capital foi objetivado, e contam, pois, com um poder já estabelecido em determinado campo que é transferido, temporariamente, ao ocupante de determinado cargo de liderança naquela instituição.

A discussão da liderança e de seus fundamentos também é feita por Melucci (1996) a partir de uma perspectiva relacional. De acordo com ele as bases da liderança não são inerentes ao líder ou à sua base. A liderança é uma forma de interação baseada em benefícios recíprocos para cada uma das partes. Na relação cabe ao líder, para garantir o comprometimento e a mobilização dos membros, reduzir os riscos (ou as percepções sobre os riscos) da ação coletiva e ao mesmo tempo garantir a distribuição das compensações aos participantes⁵.

As observações de Melucci (1996) sobre a liderança como resultado de uma relação entre líder e bases nos permitem problematizar parte da literatura produzida sobre protesto social na Argentina na última década que aponta para as relações de troca entre os líderes e as bases das organizações de desocupados como uma relação clientelista na medida em que se impõe a participação nas ações de protesto em troca do acesso aos benefícios repassados pelo Estado.

Com efeito, Melucci (1996) aponta que na interação os líderes agem como representantes do grupo, direcionando-o em direção à obtenção de demandas e provendo seus membros com vantagens específicas. Estes, por sua vez, conferem ao líder poder, prestígio e *status*, além de investir recursos próprios na ação coletiva. Tal relação de troca pressupõe que

⁵ O “carisma” do líder, no sentido weberiano, é entendido como um recurso adicional envolvido na relação de troca, na qual predominariam a identificação afetiva com as qualidades do líder em relação a outras dimensões (Melucci, 1996).

o líder possa “*impor sanções aos membros quando sua conduta contrariar as ‘regras do jogo’ da organização e não respeitar os termos da transação e das normas da organização*” (Melucci, 1996. p. 334). Nesse sentido podemos pensar que a ameaça de retirada de um benefício oferecido em condição da participação de um indivíduo no grupo não representa a quebra de algum princípio ou conduta moralmente esperada, na medida em que pode fazer parte das regras da organização à qual tal indivíduo está filiado.

1.1.5 Formas de ação coletiva

A discussão sobre a forma que a ação coletiva assume – seja ela revolução, multidões, ações diretas, etc. – recebe importante contribuição do trabalho de George Rudé (*apud* Pamplona, 1996; Rudé, 1995) que propõe uma concepção das “multidões” como parte integrante do processo social. Essa forma de conceber o fenômeno das multidões se distancia das visões anteriores marcadas por um viés conservador que as categorizavam como uma desordem irracional e patológica (Pamplona, 1996). Rudé utiliza o termo “multidões” de forma controlada, para se referir a tipos específicos de ação social, tais como greves, insurreições, revoltas, rebeliões e revoluções (o termo multidão passa a ser, a partir de então, automaticamente associado a protesto popular). Os procedimentos utilizados por Rudé para a análise do protesto popular – levantamento da composição social da multidão, seus objetivos e alvos, e o grau de sucesso das ações de protesto – contribuíram para a criação de uma metodologia específica para o estudo do tema (Pamplona, 1996).

No trabalho sobre ideologia e protesto popular Rudé (1995) avança em direção à análise das idéias e crenças subjacentes à ação social e política com vistas a superar os estudos (incluindo os seus próprios) que só levavam em conta os motivos objetivados e as condições materiais dos agentes da ação coletiva. Ele assinala que as análises que se focam no estudo de quem protesta e porque protesta não são satisfatórias na medida em que apresentam problemas de forma esquemática, não fazendo justiça a todo o espectro das crenças e ideologias envolvidas na emergência da ação coletiva. Esse espectro de crenças e idéias, a qual ele chama de ideologia, ao interagir com determinados contextos, condições conjunturais e presença de experiência por parte dos agentes, produziria determinados tipos de ação coletiva com características específicas.

No mesmo sentido Melucci (1996) argumenta que é o sistema de relações, com as características de seus agentes e das regras que os vinculam, que determinará a forma que uma ação coletiva irá tomar. Por exemplo, em um sistema de referência no qual a relação dos

atores coletivos com as forças de controle social (ou organizações responsáveis por policiamento e repressão) é marcada por alto grau de intolerância ou negação do reconhecimento do outro como interlocutor legítimo, a ação coletiva poderá tomar uma forma mais violenta (Della Porta, 1996; Melucci, 1996).

Dentre as várias formas que a ação coletiva pode tomar nos interessam, para os propósitos desta pesquisa, as ações diretas de protesto. Contudo, o termo “ações diretas” compreende uma série de fenômenos, tais como marchas, concentrações, ocupações e uma série de outras ações realizadas por fora dos canais institucionais de participação política. Melucci (1996) propõe uma definição que possa abarcar características comuns de vários desses fenômenos:

(...) forma de resistência ou de intervenção coletiva que possui um mínimo de organização; que quebra as regras do jogo político ou as normas da organização sem, contudo, prejudicar os fundamentos do sistema de dominação; que não envolve o uso deliberado da violência e que busca modificar as regras do jogo político e/ou intervir no sistema político (Melucci, 1996, p. 378)

Sobre essa definição e sua aplicação para o caso dos fenômenos coletivos trabalhados por esta pesquisa cabem algumas observações. Em primeiro lugar no tocante ao propósito das ações diretas – que buscam modificar as regras do jogo político e/ou intervir no sistema político – podemos questionar se essa definição seria adequada para abordar, por exemplo, um conflito sindical que envolvesse a concentração na porta da fábrica com instalação de piquetes ou ainda sua ocupação pelos trabalhadores com o propósito de pleitear um aumento salarial ou a não demissão de alguns trabalhadores. Neste caso devemos avaliar até que ponto a ação busca modificar/interferir no sistema político e em que medida ela busca apenas alterar os termos da relação com o empregador, ainda que utilize meios ou canais não previstos pelas regras do jogo político. Outra observação diz respeito exatamente ao que pode ser considerado uma “quebra das regras do jogo político”. Deve-se aventar a possibilidade de que, ao longo do tempo as regras – não apenas as codificadas como também as que foram internalizadas após prática repetida – que orientam o que é ou não proibido no jogo político possam ir se alterando conforme mudam as configurações do regime político.

No tocante à persistência ou mudança de determinado tipo de repertório Tilly (2006) argumenta que isso está relacionado com as características de determinado regime político e a como os atores coletivos, com suas experiências históricas prévias, interagem nele. A questão do repertório será discutida mais à frente. Agora nos interessa um outro conceito do autor relativo a uma forma específica de ação coletiva, o de “demonstrações”, que seriam formas de

“manifestações públicas por um número de pessoas com interesse em alguma questão pública ou simpatia por alguma causa política ou de outro tipo; geralmente tomando a forma de uma procissão ou encontro de massa” (Oxford English Dictionary *apud* Tilly, 2006, p. 189). Elas geralmente tomam a forma de marchas e concentrações em lugares públicos ou símbolos de poder. Um elemento determinante para as demonstrações seria a *“combinação de uma geografia simbólica local, controle governamental sobre o espaço público, e a conveniência em acomodar grande número de pessoas de forma segura”* (Tilly, 2006, p. 189). Demonstrações seriam performances políticas realizadas coletivamente e que podem formar parte de um repertório de protesto.

O tratamento do tema das ações diretas na última década, e mais especificamente do que se convencionou denominar “protesto social”, recebeu aportes relevantes de vários autores argentinos. Em termos de definições cabe mencionar o trabalho de Farinetti (1999), que entende por protesto: *“as manifestações coletivas de caráter público direto e descontínuo que expressam desacordo e reclamam soluções frente a um certo estado de coisas”* (Farinetti, 1999, p. 1)⁶. Por caráter público a autora se refere a uma situação em que se faz visível, ante as autoridades políticas ou população civil, uma situação percebida como problema social ou uma reivindicação. Ações que têm caráter direto (ou ações diretas) seriam aquelas que se *“expressam mediante algum tipo de ação que implica a interrupção da atividade cotidiana ou habitual dos participantes ou quando interrompe o funcionamento normal da vida pública”* (Farinetti, 1999, p. 1). Seriam formas de ação direta, por exemplo, cortes de vias públicas, ocupações, greves, manifestações de rua, como marchas, atos públicos e passeatas.

A definição proposta por Farinetti (1999) de ações diretas é, pois, mais adequada que a de Melucci (1996) para lidar com as ações coletivas de protesto que não necessariamente buscam uma mudança nas regras do sistema político. Além disso, a autora não restringe a noção de ação direta à existência de um grau mínimo de organização, o que a permite lidar com ações de protesto como as *puebladas* ou *estallidos* sociais⁷ realizados em algumas cidades do interior da Argentina, e que contaram com certo grau de participação autoconvocada. Quando utilizarmos o termo “protesto” ou “ações de protesto” estaremos nos referindo à definição de “protesto social” proposta por Farinetti (1999).

⁶ Tilly (2006) também aponta para as mesmas características comuns entre as formas de ação coletiva por ele estudadas: seu caráter descontínuo, público e coletivo de fazer reivindicações, características de ocasiões nas quais as pessoas “quebram as rotinas diárias para concentrar suas energias em demandas, reclamações, ataques ou expressões de apoio publicamente visíveis antes de retornar a suas vidas privadas” (Tilly, 2006, p. 49).

⁷ *Estallido* social é o termo a partir do qual se tem tratado “os numerosos e variados protestos acontecidos nos estados provinciais no contexto da aplicação de medidas de ajuste a partir de finais de 1993” (Farinetti, 1999, p. 27)

1.2 Categorias analíticas

Após esta discussão dos conceitos orientadores do trabalho passaremos agora à apresentação de algumas das principais categorias analíticas recorrentemente utilizadas nos estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva e que forneceram ferramentas analíticas para a realização da pesquisa: *oportunidade política, frame e repertório*.

1.2.1 Oportunidades Políticas

Da literatura sobre oportunidades políticas nos interessam as perspectivas que levam em consideração a dimensão relacional de tais oportunidades – entendendo que elas são construídas também a partir da ação dos atores coletivos. Tendo em mente que toda ação coletiva ocorre em um sistema de referências e que a representação do que é uma oportunidade está ligada às regras que orientam as relações entre os agentes neste sistema, a análise das oportunidades políticas – ainda que elas tenham origem conjuntural externa ao sistema – deve levar em consideração as características do campo interativo.

É a luz das contribuições desta literatura que discutiremos algumas das dimensões envolvidas na noção de oportunidades políticas que são relevantes para a análise das ações de protesto levados a cabo no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005. Em primeiro lugar devemos observar que as oportunidades políticas têm dimensões mais estáveis – como, por exemplo, as características do sistema político – e dimensões mais voláteis e dinâmicas – como a interação dos atores coletivos com as forças policiais e os contextos conjunturais de crises econômicas e políticas –, e que os elementos de ambas as dimensões interagem, conformando um campo múltiplo de oportunidades políticas. A seguir discutiremos algumas das dimensões de oportunidades políticas relevantes para a pesquisa, tais como: (i) características dos atores coletivos; (ii) características do sistema político; (iii) ocorrência de crises econômicas e políticas; (iv) experiências históricas sedimentadas; (v) características das forças de policiamento; (vi) interação dos atores coletivos com estas forças.

Por características dos atores coletivos nos referimos a duas dimensões das oportunidades políticas que são determinantes da mobilização⁸: a primeira delas é a existência de uma rede de afiliações anterior e subjacente à formação do ator coletivo (Melucci, 1996), e a segunda é a experiência prévia em outras mobilizações ou lutas políticas (Almeyra, 2004).

⁸ Mobilização é “o processo pelo qual o ator coletivo reúne e organiza seus recursos para a busca de objetivos comuns contra a resistência de grupos que se opõem a tais objetivos” (Melucci, 1996, p. 289)

A existência de uma rede de afiliações (de caráter político ou social) é determinante para a mobilização porque nenhuma ação coletiva emerge de um conjunto de indivíduos isolados e sem um grau mínimo de identificação. As interações estabelecidas no escopo dessas redes – sejam elas formadas pelas relações no nível da vida cotidiana, em bairros e vizinhanças, ou pelas relações no local de trabalho ou no sindicato – permitem o estabelecimento de sistemas de crenças e quadros interpretativos comuns a partir dos quais é possível produzir uma determinada visão e posicionamento acerca do mundo social. E essas representações do mundo social são determinantes da ação coletiva. Alguns autores argentinos assinalam a importância das relações estabelecidas no nível dos bairros para a formação de atores coletivos (Svampa, 2008; Torres, 2006; Merklen *apud* Svampa, 2008). E no caso do Brasil cabe mencionar o trabalho de Doimo (1995) que observa a forte presença das comunidades eclesiais de base na origem e ação dos movimentos ligados à questão da moradia, transporte e saúde na década de 70; e de Sader (1988) que estuda a formação de novos sujeitos políticos no contexto dos movimentos urbanos em São Paulo na década de 70 e demonstra o importante papel também das redes formadas a partir da ação da Igreja Católica para a formação dos conselhos de saúde na periferia de São Paulo.

Outro ponto importante para a análise das características dos atores coletivos como determinantes das oportunidades para mobilização é a existência de uma experiência prévia – notadamente dos líderes – de participação em lutas políticas e em processos de mobilização anteriores. Isso significa que a experiência acumulada em organizações ou movimentos anteriores tem impacto no processo interativo entre líderes e membros do grupo que irá permitir a definição de um objetivo, de um método de ação e do ambiente externo. A existência de experiências prévias possibilita a referência a lutas passadas, podendo facilitar o processo de definição dos meios de ação. Isso porque a definição dos meios (repertórios) está ligada à experiência e ao aprendizado adquiridos na interação repetida com o sistema político. A dimensão da experiência prévia é considerada por Almeyra (2004) quando ele argumenta que o movimento de trabalhadores desempregados, surgido na Argentina em finais da década de 90, está ligado à experiência prévia de luta no movimento sindical que tinha a maioria de seus líderes. Gurrera (2004) também demonstra a conexão entre lideranças sindicais e a ação dos movimentos piqueteros na década de 90 e início do século XXI.

Elemento adicional da dimensão estável das oportunidades políticas são características do sistema político, que determinam o maior ou menor grau de abertura à participação política por canais institucionais e o maior ou menor grau de tolerância em relação a ações coletivas de protesto (Zald, 1996). O primeiro elemento está relacionado às configurações do sistema

político e à existência ou não de canais institucionais para a participação política além dos mecanismos representativos. São exemplos de canais institucionais os conselhos gestores de políticas públicas, institucionalizados no Brasil após 1988 e os orçamentos participativos a nível municipal. Há discussões sobre como a existência de tais canais se relaciona com processos de mobilização coletiva e ações diretas de protesto. Alguns autores argumentam que a conformação destes espaços institucionais teve como efeito, em alguns casos, a diminuição da mobilização política (Neves, 2007).

O segundo elemento, maior ou menor grau de tolerância às ações de protesto – ou o grau em que se reprime ou se facilita a ação coletiva –, está relacionado, dentre outras coisas, ao tipo de regime político presente no país em determinado contexto. O tipo de regime é relevante na medida em que define o controle das formas de reivindicar através da divisão entre performances proibidas, toleradas ou prescritas (Tilly, 2006). Outra determinante do grau de tolerância diz respeito ao reconhecimento (ou sua ausência) que determinado ator coletivo recebe por parte do sistema político como interlocutor legítimo. Na presença de tal reconhecimento é possível uma regulação negociada do conflito, dependendo da capacidade do sistema dominante de abrir canais políticos para lidar com demandas coletivas e da vontade do ator coletivo para investir parte de seus recursos em atividades institucionais (Melucci, 1996). Além do grau de abertura à participação política e do grau de tolerância do regime às ações de protesto, outras dimensões das oportunidades políticas estruturais e ligadas ao sistema político seriam a instabilidade dos alinhamentos políticos-partidários existentes em dado momento e a existência de aliados ou apoiadores influentes no sistema político (Tilly, 2006).

No que tange aos elementos conjunturais nos interessa especificamente a ocorrência de crises econômicas e políticas. A análise comparativa do período proposto exige que se trabalhe a crise argentina de 2001 como elemento conjuntural determinante – mas não suficiente – para a formação de oportunidades políticas para a mobilização. Nesse sentido, e na contramão das análises que tratam o processo de mobilização ocorrido em 2001 na Argentina como resultado da equação pobreza + desemprego, Auyero (2002) aponta que as condições geradas pela crise constituem a base sobre a qual emerge o processo de mobilização, mas as formas que tomam as ações de protesto *“tem a ver com processos políticos e formas de reivindicar aprendidas em repetidos enfrentamentos com o Estado e com seu relativo êxito e/ou fracasso”* (Auyero, 2002, p. 3). Portanto, as formas pelas quais as pessoas formulam e apresentam suas demandas teriam a ver com a política e com a cultura da ação coletiva. Esta é uma observação importante para a compreensão de algumas rotinas e

repertórios de protesto particulares presentes no Brasil e na Argentina, tais como a presença em certos espaços urbanos e rurais e a forma que toma tal presença.

Mas isso que Auyero (2002) chama de “cultura da ação coletiva” só pode ser explicado a partir da análise do campo de relações ou sistema de referência no qual o protesto emerge, levando-se em consideração que as configurações deste campo são resultado de processos interativos marcados por experiências históricas presentes na memória coletiva e constantemente re-apropriadas e reproduzidas. Para a análise das experiências históricas coletivas e de sua influência nas formas de organização da sociedade e nas formas de protestar, Grimson (2004) aporta ao trabalhar a noção de “experiências históricas sedimentadas” como categoria analítica importante para a apreensão da influência de padrões culturais na formação da ação coletiva. Padrões culturais ou cultura entendida não como essência nacional ou construção estratégica, mas sim como o “*resultado da sedimentação e elaboração de experiências históricas*” (Grimson, 2004, p. 190).

Na análise do caso argentino o autor aponta que algumas experiências históricas compartilhadas pelos argentinos ao longo do tempo – como o peronismo, o genocídio do último regime militar e a hiperinflação de 1989 – são constitutivas dos modos de imaginação, cognição e ação dos agentes sociais, fazendo-se presentes em momentos-chave. Podemos inferir que essas experiências compartilhadas, na medida em que estão presentes no campo de relações ou sistemas de referência onde emergem a ação coletiva – têm influência nas formas que toma o protesto ou mesmo na sua presença ou ausência em determinado contexto. Nesse sentido o autor aponta que:

(...) a sedimentação da experiência histórica também incide nos modos de negociação e enfrentamento com distintos graus de radicalidade, em modos de organização mais ou menos verticais ou clientelistas, em concepções acerca dos tempos e espaços do protesto (Grimson, 2004: 186)

Della Porta (1996) também aponta para a importância do que ela chama de “cultura política” na conformação das expectativas dos agentes acerca do papel do Estado e das forças de controle social. Por cultura política a autora se refere a experiências do passado que sedimentaram mentalidades e costumes acerca do papel e responsabilidade a serem internalizados pelo Estado e pela polícia, e que têm efeito nas percepções acerca das oportunidades políticas e nas formas de posicionar e levar a cabo as ações coletivas de protesto (Della Porta, 1996). Esse ponto é importante para a compreensão de como diferentes expectativas em relação ao Estado e às percepções sobre qual deve ser seu papel – no caso da

Argentina que tem presente a experiência histórica do peronismo e no caso do Brasil que não têm experiência coletiva sedimentada equivalente – podem representar elementos determinantes para a ação coletiva.

Sobre os aparatos de controle do protesto é importante observar suas formas de ação, características organizacionais e suas relações com o sistema político. Estes aspectos do policiamento do protesto são relevantes para a compreensão da ação coletiva na medida em que são indicativos do grau de abertura do Estado ao protesto, e, portanto, das oportunidades políticas. No tocante às ações de policiamento para responder ao protesto Della Porta (1996) propõe uma classificação das várias formas que tais ações podem tomar: (i) quanto ao alcance dos comportamentos proibidos, “repressivo” ou “tolerante”; (ii) quanto ao alcance de grupos sujeitos à repressão, “seletivo” ou “difuso”; (iii) quanto ao grau de força envolvido, “duro” ou “brando”; e (iv) quanto ao grau em é enfatizado o respeito a procedimentos legais e democráticos, “sujo” ou “leal”. Note-se que a classificação permite pensar várias combinações de formas de policiamento, podendo este ser seletivamente duro ou brando, o que é importante para se entender a reação diferenciada das forças policiais a ações de protesto levadas a cabo por determinados grupos no Brasil e a na Argentina. A forma que toma a ação das forças repressivas varia também conforme o tipo de ação de protesto, os interesses afetados ou prejudicados por ela (Melucci, 1996). Nesse sentido, como veremos adiante, ações de bloqueios de rodovias e ações de ocupação de terra geram reações distintas por parte do Estado.

Cumpramos observar que quando falamos em tipos de policiamento do protesto devemos ter em mente que no caso de Brasil e Argentina as forças a quem frequentemente⁹ cabe o controle do protesto têm organização estadual (ou provincial), o que significa que o grau de repressão, dureza, difusão ou lealdade pode variar a nível local. O que não nos permite dizer que há um padrão único e hegemônico de policiamento em todo o país, obrigando-nos a reconhecer os matizes locais deste aspecto da relação Estado-atores coletivos. Outro ponto a se ter em conta é o de que embora as forças policiais tenham certo grau de autonomia, elas respondem diretamente ao Poder Executivo (seja o federal ou o estadual), o que significa que as formas de policiamento podem variar de acordo com uma mudança de governo ou devido a uma alteração na estratégia em relação ao protesto. Isso é relevante para compreender as diferenças de policiamento do protesto durante os diferentes governos nos dois países.

⁹ Outras forças que também atuam em casos excepcionais são a Polícia Federal, no Brasil, e na Argentina a Polícia Federal Argentina e a Gendarmería (polícia de fronteiras).

Outro aspecto observado por Della Porta (1996) em seu trabalho sobre o policiamento do protesto na Alemanha e na Itália é o de que contradições no policiamento geralmente correspondem a contradições e ambigüidades no sistema político. Nesse aspecto Zald (1996) agrega que em um sistema político ambíguo e heterogêneo há maior desacordo – por parte dos líderes e membros dos movimentos – do que pode ser considerada uma oportunidade política para uma ação coletiva extra-institucional. O que significa que em um contexto político ambíguo e com reações heterogêneas do Estado, abre-se espaço tanto para os argumentos dos defensores de uma ação institucional como dos defensores de uma ação extra-institucional, o que pode terminar minando o êxito da ação coletiva. Esse ponto é fundamental para entender como as políticas ambíguas do presidente Kirchner após 2004 guardaram relação com divisões no campo do movimento dos trabalhadores desempregados.

A relação dos aparatos de controle do protesto com o sistema político – o que está plasmado na legislação que rege as ações em relação ao protesto – tem efeito nas formas que irão tomar as ações coletivas de protesto. Embora, como aponta Tilly (2006), os governos em todo o mundo geralmente resistem em garantir direito legal às demonstrações como tais. No mais das vezes se coloca apenas o direito de se associar, formar sindicatos e fazer greves nas Constituições ou códigos legais¹⁰. Ao passo que ações coletivas como as demonstrações não são incluídas nas legislações, e o controle sobre elas geralmente é feito por meio das legislações referentes à liberdade de associação e de expressão, e referentes à preservação da ordem pública. A definição jurídica do que é uma forma de protesto legal, o tipo de punição que a lei estabelece para formas ilegais de ação coletiva, e o poder conferido à polícia ou às outras forças de controle para lidar com formas de protesto tem impacto direto na opção dos agentes acerca de determinada forma de ação coletiva (Della Porta, 1996).

Nesse sentido cumpre ressaltar que as definições do que é uma ação coletiva legítima não são prerrogativas exclusivas das leis e regras codificadas, o poder de “nomeação” que detém o Estado para definir quais são os atores e as formas de ação coletiva legítimas e aceitáveis tem importante papel na criação de regras não codificadas, mas que têm poder coercitivo. No mesmo sentido, as práticas discursivas que enquadram e dão significado às ações de policiamento do Estado podem legitimar e justificar ações mais repressivas e duras (Melucci, 1996).

¹⁰ A Constituição da República Argentina (Artigo 14, 1994), prevê que todo habitante da nação goza do direito de peticionar às autoridades.

1.2.1.1 Linguagem e construção de significados

Para analisar essa dimensão da relação entre o Estado¹¹ e os atores coletivos faz-se necessária a utilização de duas categorias que dão conta do processo assimétrico de formação de sentido para a ação¹² dos dois agentes e das normas que regem sua interação: a noção de “poder simbólico” de Bourdieu (2007), e concepção de Onuf (1989) de “formação de regras sociais”.

Na medida em que toda relação social é orientada por regras, sejam elas legalmente codificadas ou não, a análise da interação entre Estado e atores coletivos implica em uma discussão sobre como se dá a formulação de tais regras e sobre seu papel regulativo e constitutivo da realidade social. Regras são “*enunciados generalizáveis que produzem expectativas sobre conduta autorizada (requerida ou permitida)*” (Onuf, 1989, p. 204). Elas podem ser formalmente válidas e executáveis ou informais, mas coercitivas. Para regras se tornarem leis elas devem ter suporte formal e institucional. Toda regra descreve uma classe de ações – possivelmente restrita a ações realizadas por uma classe determinada de pessoas –, e é uma indicação de se tal classe de ações é requerida, permitida ou proibida; e toda regra tem um autor e uma história, que não precisam ser conhecidos para que ela funcione (Onuf, 1989).

Regras estão diretamente relacionadas com a linguagem, mesmo que não expressas em enunciados elas devem ser passíveis de serem enunciadas para que tenham sentido e possam funcionar como tais. Isso significa que as regras só são concebidas por meio da linguagem, tendo esta uma função representativa da realidade social, mas também performativa. Ou seja, ao proferir um enunciado¹³ um determinado agente social está agindo socialmente, na medida em que pode estar produzindo uma representação do mundo social que caso se torne uma convenção – dependendo da legitimidade de quem a profere e do grau de adesão e acordo de que o enunciado goza – adquire caráter instrutivo para ação dos agentes sociais.

Onuf (1989) delimita três tipos de atos de fala capazes de gerar regras: (i) atos de fala assertivos, que afirmam uma crença, ou seja, afirmam algo sobre o mundo social a que se espera que o interlocutor aceite e se crie um acordo (nesse tipo de fala geralmente se afirma a correspondência entre duas coisas, por exemplo: “*o governo é dos trabalhadores*”) – as regras

¹¹ Estado aqui entendido como: “um conjunto de relações e objetivações particulares que o constituem como o agente geral da nação” (Cornil, 2007). Exemplos de objetivações seriam: palácio presidencial, ministérios, burocracia, quartéis, leis, códigos, cerimônias, atos, discursos.

¹² Entende-se por “formação de sentido para a ação” a formação (por meio de recursos simbólicos) de quadros interpretativos que permitam a classificação e categorização dos agentes e de suas ações.

¹³ Nem todos os enunciados são capazes de gerar regras. Aos enunciados que devido à intenção do emissor, aos verbos que utiliza, e à reação do interlocutor (e agregáramos: ao reconhecimento e legitimidade que possui o emissor) podem gerar regras, Onuf (1989) dá o nome de “atos de fala”.

geradas por estes atos de fala tem o caráter de regras instrutivas; (ii) atos de fala diretivos, que comunicam algo que o emissor gostaria que se realizasse, esperando-se que o interlocutor o faça (os verbos utilizados são geralmente “dever” e “poder”, por exemplo, “*a sociedade não pode tolerar essa ação*” e “*não se deve agir contra a lei*”) – as regras geradas aqui são regras diretivas; e (iii) atos de fala compromissais, que revelam a intenção do emissor de se comprometer com determinado curso de ação, garantindo ou reforçando os entendimentos intersubjetivos sobre os termos do compromisso aos quais a fala remete. Por exemplo, a regra presente no enunciado “*eu prometo assentar um milhão de famílias*” remete a um tipo específico de relação entre Estado e sociedade na qual o Estado tem um poder e um papel determinados, que são re-afirmados e reforçados pelo ato de fala. A regra produzida ou reforçada é, pois, não o enunciado em si, mas sim o entendimento intersubjetivo sobre o poder e o papel do Estado na relação com a sociedade.

Quando atingem seu objetivo os atos de fala produzem regras, e isso ocorre da seguinte forma: uma vez que o interlocutor aceita ou concorda com a afirmação/diretiva/compromisso feita pelo emissor, como por exemplo, “*o direito à manifestação não pode ferir a liberdade do outro*” produz-se uma regra, inicialmente frágil conquanto válida apenas para os dois. Contudo, à medida que outras pessoas vão aceitando a validade da regra vai-se formando uma convenção e a necessidade de se estabelecer um acordo para justificar a validade da regra desaparece, uma vez que esta é justificada apenas ao invocar-se a convenção. A partir daí a regra é institucionalizada e torna-se uma instrução que gera expectativas de ação.

Observe-se que as regras não têm função unicamente regulativa, de dizer aos indivíduos o que eles devem fazer. Elas têm também função constitutiva, na medida em que moldam a forma pela qual as pessoas entendem o mundo e se posicionam nele – a partir da consciência da regra que diz às pessoas como são as coisas e quais são os mecanismos e comportamentos que sustentam a “ordem social”. Onuf (1989) aponta que não é apenas no nível da consciência dos indivíduos que aceitam ou concordam com os atos de fala que as regras existem e são reforçadas. Há também uma dimensão externa que constrange ações em desconformidade com as regras. No caso das regras diretivas (que tem dimensão marcadamente regulativa) estão presentes as ameaças de sansão. Mas no caso das regras assertivas e comportamentais (que têm dimensão constitutiva mais acentuada) há uma forma de constrangimento mais sutil, mas não menos eficaz. No caso das assertivas a estrutura externa que as reforça está ligada à possibilidade de zombaria, ostracismo e infâmia do indivíduo que age de forma contrária a “como as coisas no mundo são”. E o elemento externo

que reforça a execução das regras compromissais seria a estrutura de direitos, deveres e reciprocidade que constituem as próprias noções de pertencimento a determinado grupo ou sociedade.

Esse processo descrito por Onuf (1989) sobre como falas podem gerar regras e sobre quais são os efeitos dessas regras é importante para a análise de como os atos de fala emitidos por representantes do Estado podem gerar quadros interpretativos para a classificação e categorização dos atores coletivos e de suas ações – que justifiquem ou legitimem uma determinada reação por parte do Estado. Nos interessam particularmente os atos de fala assertivos que geram regras instrutivas uma vez que grande parte do poder de nomeação do Estado se refere a sua capacidade – considerando-se a legitimidade e reconhecimento dos quais desfruta em comparação com outros agentes particulares do campo social (Bourdieu, 2007) – de afirmar algo sobre o mundo social que se espera que seja aceito como verdade.

A partir dessas considerações analisaremos as falas de representantes do Governo Federal no Brasil e na Argentina proferidas acerca de (i) ações de protesto realizadas entre 2000 e 2005, (ii) dos atores coletivos que as realizaram e (iii) reação do Estado a estas ações e atores. Com isso buscaremos delimitar as formas de enquadramento e classificação propostas pelo Estado nas três dimensões apontadas acima. Contrastando as categorizações presentes nos atos de fala dos representantes do Estado com as representações feitas pelos líderes das organizações agentes das ações de protesto buscaremos identificar em que medida afirmações, classificações e formas de enquadramento foram transformadas em regras, gerando efeitos no processo de mobilização. A análise da operação no sentido inverso também será realizada, na medida em que a construção de significados para a ação não é um processo unilateral, mas sim reciprocamente construído ao longo da interação.

Cabe adicionar que tal interação tem um caráter assimétrico, o qual apenas a análise das regras e iniciativas de classificação e enquadramento não são suficientes para abordar. Nesse ponto, e na medida em que leva em consideração a assimetria de poder no processo de construção de regras para a representação do mundo social, a discussão de Bourdieu (2007) sobre o “poder simbólico” aporta importantes elementos para a análise.

O poder simbólico é *“o poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”* (Bourdieu, 2007, p. 14). Ele é exercido por meio da utilização/apropriação de símbolos, que são os instrumentos de integração social uma vez que tornam possíveis consensos acerca do sentido do mundo social.

É por meio da comunicação e do conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política, que é, na acepção de Bourdieu (2007), a de serem instrumentos de legitimação e imposição da dominação. Na medida em que o mundo social pode ser entendido e interpretado de diferentes formas, e na medida em que o agente que detém maior poder simbólico tem capacidade de determinar representações do mundo social dominantes, os diversos atores políticos estariam, pois, envolvidos em uma disputa para impor a definição do mundo social mais conforme a seus interesses (Bourdieu, 2007).

Contudo, cabe observar que esta disputa não se dá entre agentes de recursos iguais. As relações de comunicação são sempre relações de poder, e os agentes detêm poder em proporção ao reconhecimento que recebem dos outros grupos. E nessa distribuição assimétrica de reconhecimento é necessário observar que o Estado “*é o detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem*” (Bourdieu, 2007, p. 149). Ou, em outras palavras, ele é o agente que detém maior legitimidade dentro do campo político para impor sua representação do mundo social¹⁴. Sobre o poder de nomeação ou “rotulação” Tilly (2006) também atenta para o fato de que a mera rotulação, pelas autoridades, de uma performance ou ação coletiva como uma determinada coisa tem conseqüências para os participantes. Ou seja, uma vez estabelecido um rótulo ele autoriza ou promove reações específicas a determinada performance que, de outra forma, não ocorreriam (Tilly, 2006, p. 48)

Dentre as estratégias simbólicas que os atores utilizam para impor sua visão estão, nos dois extremos: o insulto e a nomeação oficial. O insulto seria o meio pelo qual um agente singular tenta impor seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade. Contudo, o faz a partir do universo das perspectivas particulares, onde os agentes têm menos eficácia em se fazer reconhecer quanto menos autorizados estiverem em matéria de capital pessoal ou delegado (como foi discutido acima para o caso das lideranças). Do outro lado do extremo estaria a nomeação oficial, que é o “*ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima*” (Bourdieu, 2007, p.146). A nomeação oficial seria então a expressão do ponto de vista de um agente autorizado, legítimo, que dá acerca dos agentes sociais “*a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal*” (Bourdieu, 2007, p. 147). É a partir das considerações sobre a assimetria entre o

¹⁴ Neste aspecto cabe observar, embora não seja este o enfoque da pesquisa, que os meios de comunicação têm papel fundamental não apenas como poderoso veículo de expressão dos produtores “dominantes” de representações da realidade social, mas também como agentes de produção de determinada representação do mundo social palatável a seus interesses.

Estado e agentes particulares de poder para a definição do mundo social que podemos analisar o conteúdo dos atos de fala proferidos no escopo disso que Bourdieu (2007) chama de “nomeação oficial”.

O discurso dominante – do agente que pôde deter maior poder simbólico – tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural por meio da imposição de sistemas de classificação e de estruturas mentais. Mas o poder simbólico só pode ser exercido quando for reconhecido como legítimo. O que está relacionado não aos sistemas simbólicos ou ao conteúdo dos atos de fala em si, mas sim às características da relação específica entre os agentes sociais. Nesse sentido o êxito do poder simbólico de definir a representação da realidade social não é mérito apenas dos atos de fala, mas sim da configuração das relações sociais nas quais eles são proferidos. E isso implica um condicionante para a teoria da criação de regras pela linguagem proposta por Onuf (1989), uma vez que a produção de regras por atos de fala será determinada pelas características da relação entre o emissor e o interlocutor, o que pressupõe a necessidade da inclusão de uma dimensão de assimetria de poder na análise da produção simbólica por meio da linguagem.

Na mesma direção Bourdieu (2007) argumenta que as relações de força objetivas tendem a se reproduzir nas visões do mundo social, o que levaria à necessidade do pesquisador de analisar não só o sistema de classificação que garante a dominação simbólica, mas também o campo de produção das representações do mundo social – o sistema de referência – e a disputa que se dá nele.

Outro conceito importante para a análise de como os agentes constroem representações do mundo social é o de “matrizes discursivas” analisado por Sader (1988). Matrizes discursivas são “*modos de abordagem da realidade que implicam em diversas atribuições de significado*” (Sader, 1988, p. 143). Em convergência com Bourdieu (2007), Sader (1988) também argumenta que a produção e reprodução das matrizes discursivas dependem dos lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas. Ao mesmo tempo cabe assinalar que matrizes discursivas são compostas por atos de fala (Onuf, 1989), ou, o que Sader chama de “modalidades de nomeação do vivido” (1988, p. 143).

Da discussão sobre o processo de significação da ação coletiva e dos atores coletivos feita até aqui cabe apontar alguns elementos relevantes para a análise do discurso político sobre o protesto. Em primeiro lugar que a passagem do implícito ao explícito – em uma manifestação pública, discurso ou ato público – constitui por si só um ato de instituição e representa uma forma de oficialização e legitimação. E, em segundo lugar que a força de um discurso depende menos de suas propriedades específicas do que da força mobilizadora que ele

exerce e do grau em que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso cujos interesses ele estaria representando. (Bourdieu, 2007).

1.2.2 Frames

Os significados atribuídos à ação coletiva a partir de representações específicas do mundo social são relevantes na medida em que têm efeito nas ações de protesto, em seus objetivos e formas. Mas, ademais do enquadramento das ações de protesto e dos agentes coletivos, feito *a posteriori* por representantes do Estado, há também um processo de significação das oportunidades políticas e das ações a serem tomadas construído *a priori* pelos agentes e que são determinantes da ação coletiva. Este último processo é tratado pela literatura de movimentos sociais a partir do conceito de “*frame*”.

A noção de *frame* (traduzido como “quadro”) ou *framing* (a ação de “enquadrar”) tem sido tratada pela literatura partir de várias perspectivas e distintas definições. A seguir apresentaremos três definições convergentes e a partir das quais trabalharemos com o tema. De acordo com a primeira *frames* seriam: “*esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e classificar ocorrências dentro de seu espaço de vida e do mundo como um todo*” (Della Porta e Diani, 1999, p. 69). Outra definição convergente conceitualiza *frames* como “*metáforas específicas, representações simbólicas e deixas cognitivas que são usadas para classificar comportamentos e eventos de um modo avaliativo e para sugerir modos de ação alternativos*” (Zald, 1996, p. 262). E a terceira definição, que inclui a dimensão relacional ao conceito de *frame*, os entende como “*representações discursivas da ação coletiva organizadas de acordo com a posição do ator no campo*” (Melucci, 1996, p. 348). Contrastando a última definição com as primeiras poderíamos conceber *frames* como: estruturas interpretativas que permitem aos indivíduos classificar e interpretar determinados aspectos do mundo social de acordo com a sua posição em um campo de relações.

É somente a partir do processo de construção destes *frames* ou enquadramentos que a ação coletiva se torna possível. Em outras palavras, é apenas a partir da atribuição de significados para as condições objetivas e o ambiente externo (que conformam as oportunidades políticas) que ausências ou privações são definidas como carências e necessidades e que determinadas ações são consideradas como correspondentes ao interesse de uma coletividade (Sader, 1988).

Nesse sentido são os enquadramentos que permitem a definição de oportunidades políticas como tais. O que significa que um aumento das oportunidades políticas, como no caso de uma crise política, por exemplo, pode encorajar mobilizações não por si próprio, mas sim devido ao encorajamento resultante de enquadramento que produz, no escopo desta crise, uma representação do Estado como ilegítimo e passível de ser mudado (McAdam, McCarthy e Zald, 1996). Isso significa que houve um processo de construção de significados em torno da crise política (ou econômica) que culminou na representação do Estado como ilegítimo ou incapaz de cumprir o que deveria ser seu papel. Esse exemplo nos serve para analisarmos o caso da crise Argentina de 2001 e os significados construídos em torno do Estado neoliberal, enquadrado como oponente. Dessa forma, o conceito de *frame* (enquadramento) é relevante para os propósitos desta pesquisa na medida em que nos permite entender como agentes fazem sentido das oportunidades objetivas, como se posicionam na relação com o Estado ou outro adversário – o que está expresso nas categorias que usam para enquadrar os problemas, os adversários e sua própria ação – e como este enquadramento se relaciona com a ação coletiva.

A análise do processo a partir do qual se vai de uma situação de privação ou necessidade a uma mobilização coletiva (o que seria a construção de um *frame* exitoso) requer a consideração de algumas condições determinantes: (i) continuidade temporal do ator, (ii) definição da causa da privação em termos incluídos no sistema de referência do ator, (iii) identificação de um antagonista tangível; e (iv) construção de um senso de propriedade sobre o objeto – o agente deve considerá-lo como algo que o pertence e ao qual tem direito (Melucci, 1996). Na medida em que essas condições têm sentido apenas dentro do campo de relações no qual surgem não é possível estabelecer-se *a priori* um limiar ou uma situação intolerável fixa que ative automaticamente uma ação coletiva de protesto. Melucci (1996) argumenta que o limiar para a ação coletiva deveria ser explicado pela ruptura ou superação dos meios costumeiros para atingir objetivos e obter recompensas. Esse argumento pode ser problematizado na medida em que não se propõe uma definição precisa do que sejam “meios costumeiros”, o que abre espaço para se pensar que determinados repertórios de ação coletiva, que com o tempo viram rotinas, podem se tornar, eles próprios, meios costumeiros para atingir objetivos e recompensas.

O processo de enquadramento das oportunidades e definição de necessidades e interesses pressupõe a existência de uma noção de coletividade – o que Melucci (1996) chama de consciência de um “nós” ou identidade coletiva e Sader (1988) de sujeito coletivo. Nesse sentido o *frame* ou quadro interpretativo é resultado de um processo de produção de uma

identidade coletiva: *“atores percebem relações sociais a partir de um mapa cognitivo próprio de uma identidade particular”* (Torres, 2006, p. 26).

Se considerarmos que a produção de uma identidade coletiva implica na definição de um ambiente externo (que informa ao agente sua posição no campo de acordo com a definição da posição dos adversários), na definição de um fim ou objetivo a ser buscado com a ação, e na definição de formas de ação (meios, repertórios) para atingir tal objetivo, podemos entender como ela está ligada ao processo de produção de enquadramentos ou representações válidas do mundo social. O processo de formação da consciência de um “nós” está também diretamente ligado aos repertórios de ação. Estes são tanto resultados do processo de formação da identidade, como também conformam e re-afirmam a identidade da organização.

1.2.3 Repertórios

Repertório é *“um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e exercitadas mediante um processo de seleção relativamente deliberado”* (Tilly apud Auyero, 2002, p.5). Ou *“formas culturalmente codificadas por meio das quais as pessoas interagem em políticas de contestação”* (McAdam, Tarrow, Tilly, 2001, p. 16). Eles têm caráter interativo, ou seja, emergem da relação entre atores coletivos e Estado, não podendo ser entendidos unicamente a partir de variáveis estruturais como o tipo de sistema político ou o tipo de regime, nem tampouco exclusivamente a partir de um “voluntarismo popular”.

Repertórios são constituídos de um grupo de performances, que são ações específicas como abaixo-assinados, demonstrações, bloqueios de rodovia, ocupações de terra, etc., que ligam, no mínimo, dois atores específicos: os reivindicadores e os objetos da reivindicação (Tilly, 2006). Um conjunto determinado de performances se agrupa então em um repertório de rotinas de reivindicação, que se aplicam ao mesmo par de reivindicante-objeto da reivindicação. A interação entre estas duas partes da relação tem um caráter de aprendizado, com certo grau de improvisação. Nesse sentido, e na medida em que dependem dos agentes envolvidos na interação e do contexto no qual se inserem tais agentes, cabe observar que os repertórios variam conforme o país, a época, e os elementos da interação (Tilly, 2006).

De maneira geral, quando levam a cabo ações coletivas, os agentes inovam dentro dos limites definidos pelos repertórios já estabelecidos em determinado campo interativo. O que significa que os repertórios geralmente recorrem à longa história de lutas prévias (Tilly, 2006). No mesmo sentido Zald (1996) assinala que repertórios não surgem no vácuo, eles são aprendidos em experiências passadas e reproduzidos ou reformulados ao longo da interação.

Nessa linha argumentativa cabe citar alguns trabalhos que serão discutidos mais profundamente no próximo capítulo. Dentre eles está o trabalho de Farinetti (1999) que analisa a mudança de repertórios de protesto na Argentina a partir de um repertório clássico que tinha como referente o peronismo e que incluía greves e mobilizações com objetivos ligados a questões trabalhistas. A autora analisa como novos repertórios – caracterizados principalmente por bloqueios de vias públicas e objetivando questões ligadas ao desemprego – foram surgindo na década de 1990 a partir do referente clássico e incluindo novas performances, embora não deixando de lado algumas das performances características daquilo que a autora chamou de repertório clássico. Outro trabalho importante é o Almeyra (2004) que aponta a relação entre as formas de ação coletiva que ficaram conhecidas como características do movimento de desempregados na década de 90 e os conflitos sindicais do início do século XX. O último trabalho a ser mencionado é o de Lerner (2005) que analisa a importância da presença na Plaza de Mayo como repertório histórico de ação política na Argentina, argumentando que a presença neste local público já tinha importância política mesmo antes da construção do referente e da simbologia peronista a partir de 1945¹⁵. A discussão sobre os repertórios de ação coletiva presentes no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005 será feita no próximo capítulo.

No tocante às características do repertório, Tilly (2006) propõe uma diferenciação relativa a seu grau de rigidez e flexibilidade. Os distintos graus variariam de acordo com a relação entre o conhecimento de performances prévias e a probabilidade de seu reaparecimento em situações similares. Quando o conhecimento prévio de uma performance não afeta a probabilidade de sua repetição então se pode dizer que não há repertório. Mas quando a existência prévia de uma performance conhecida aumenta a probabilidade de sua repetição pode-se dizer que há um aprendizado, mas não uma preferência forte por determinada performance, o que caracterizaria um “repertório fraco”. No caso em que performances conhecidas recebem uma forte preferência, mas ocorrem simultaneamente performances inovadoras, está presente um “repertório forte”. E caso não ocorra nada além das performances conhecidas, mesmo no caso em que mudam-se as circunstâncias, trata-se de um repertório rígido.

Sobre os tipos de repertório e a possibilidade de mudança Tilly (2006) faz duas observações relevantes. Em primeiro lugar argumenta que *“repertórios fortes ou rígidos*

¹⁵ Em 17 de outubro de 1945 há uma grande mobilização à Plaza de Mayo para demandar a libertação do então Ministro do Trabalho, Juan Domingo Perón, que havia sido preso. Esse momento foi retomado e re-significado para constituir parte importante da simbologia peronista. Mas o autor aponta que antes de 1945 a Plaza já era um espaço simbólico onde a presença já tinha caráter político mesmo no final do século XIX.

pressupõem uma beligerância profundamente fixada na história, cultura e relações sociais” de determinada sociedade (Tilly, 2006, p. 41). E em segundo lugar aponta que períodos de mudança política abrupta ou de choques nas tradições políticas arraigadas parecem enfraquecer repertórios beligerantes¹⁶ (de protesto) uma vez que preferências por rotinas conhecidas se dissolvem em favor de performances inovadoras.

Ambas observações oferecem elementos importantes para análise dos repertórios de ação coletiva levados a cabo na Argentina entre 2000 e 2005. A segunda porque trata dos possíveis efeitos de crises e mudanças políticas no surgimento de novos repertórios e a primeira porque aponta uma das possíveis causas de repertórios fortes e rígidos – como a presença na Plaza de Mayo, por exemplo.

Um dos elementos que explicaria a continuidade de repertórios no tempo é o fato de que eles recorrem e emergem a partir de identidades, laços sociais e formas organizacionais que constituem a vida cotidiana. Desses campos interativos emergem tanto as reivindicações coletivas (ou os interesses, como discutimos no item sobre *frames*) como os meios para fazê-las: *“no curso das lutas ou ao assistir outros lutarem as pessoas aprendem as interações que podem fazer uma diferença política, assim como os significados localmente compartilhados destas interações”* (Tilly, 2006). Essas interações às quais Tilly se refere podem ser entendidas em termos do sistema de relações ou sistema de referência descrito por Melucci (1996) e a partir do qual a ação coletiva emerge.

Tendo em mente que o processo que determina as ações de protesto é um processo interativo, no qual tais ações também têm impacto no sistema de referência e nos agentes que o conformam, devemos nos atentar também para os efeitos dos repertórios na própria identidade dos atores. Isso nos leva de volta à questão da identidade coletiva como condição subjacente e determinante para a ação coletiva (Melucci, 1996), mas também como elemento da interação e, portanto, sujeita a mudanças. Nesse sentido, pode-se dizer que os repertórios de protesto têm efeitos na estruturação da identidade dos agentes, que são definidas também pela ação de confrontação. Sobre este aspecto cabe mencionar que a própria nomeação dada aos movimentos de trabalhadores desempregados (*piqueteros*) e que passa a ser uma fonte de identificação do próprio ator coletivo, remete a um repertório específico de ação: o piquete. Nesse aspecto cabe apontar a importância da dimensão simbólica do repertório. Uma vez nomeada ou rotulada (seja pelo Estado ou pelos próprios agentes coletivos) determinada

¹⁶ Em inglês: “contentious”

performance entendida como uma ação eficaz, cria-se uma categoria de ação que se torna disponível para outras performances (Tilly, 2006).

O surgimento de um repertório seria, de acordo com discutido até aqui, o resultado da interação entre três elementos: organização da vida social cotidiana, experiência cumulativa em beligerância, e intervenção do regime. A co-relação destes três elementos produz o agrupamento de formas de demandar em um número limitado de performances reconhecidas, que constitui o repertório. E este repertório está sujeito a mudanças em decorrência de alterações em alguns destes elementos (Tilly, 2006). Cabe observar que os repertórios têm, ao mesmo tempo uma dimensão cultural – na medida em que repousam em entendimentos compartilhados e sua representação em símbolos e práticas – e uma dimensão organizacional ou estrutural, que está relacionada às configurações sociais e políticas, na medida em que estão sujeitos à intervenção do regime que irá delimitar o que é permitido, proibido ou prescrito. (Tilly, 2006).

Diferentes atores podem utilizar diferentes repertórios de ação coletiva: os repertórios de um movimento social podem diferir dos repertórios utilizados por organizações sindicais. Contudo, Tilly (2006) aponta que quatro elementos geralmente estão presentes em todo repertório de ação coletiva. Eles são: (i) valor destacado, que implica em conduta sóbria, presença de mãe com filhos ou pessoas honradas; (ii) unidade, representada, por exemplo, por trajes, bonés, bandeiras e roupas típicas similares, marcha organizada, cantos e consignas; (iii) número ou massividade, que se demonstra em abaixo-assinados e preenchimento de ruas ou avenidas; e (iv) compromisso, que se expressa em ações como enfrentar clima desfavorável e resistência à repressão (Tilly, 2006, p. 54).

A categoria analítica “repertório” tem particular relevância para o objetivo central da pesquisa: analisar as diferenças nos repertórios de protesto utilizados no Brasil e na Argentina para a realização de reivindicações coletivas entre 2000 e 2005 e as formas de representá-los ou enquadrá-los com vistas a demonstrar como os processos de realização das ações de protesto e de produção de significados em torno delas são determinados pela interação entre o Estado e os atores coletivos.

Se partirmos da concepção de Tilly (2006) – que nos parece a mais acertada – acerca dos determinantes dos repertórios, atribuiríamos as diferenças entre repertórios a três elementos centrais: (i) forma de organização da vida social cotidiana, o que se refere às identidades, laços sociais e organização a nível local dos agentes; (ii) experiência cumulativa em beligerância (ou em práticas contenciosas) que são revividas e re-significadas por meio de representações produzidas em relatos e narrativas; (iii) intervenção do regime político (através

das conformações que adquire o sistema político em determinado momento e com determinado governo); e à forma pela qual estas três dimensões interagem.

Apresentados os principais conceitos e categorias analíticas utilizados na pesquisa, passemos agora à discussão dos casos de Brasil e Argentina. A seguir faremos uma apresentação do campo de protesto que caracterizou ambos os países entre 2000 e 2005 a partir das observações dos principais atores, ações e resultados. Posteriormente analisaremos de forma mais detida a representação que alguns destes agentes fazem do campo de protesto e de suas próprias ações nele.

2 MAPEAMENTO DO PROTESTO NO BRASIL E NA ARGENTINA ENTRE 2000 E 2005

Este capítulo tem como propósito fazer uma breve apresentação do período de 2000 a 2005 focalizando os repertórios de ação coletiva, as demandas apresentadas e os agentes das ações de protesto que nele estiveram presentes. O objetivo é apresentar as categorias empíricas a partir das quais olhamos para o fenômeno do protesto no Brasil e na Argentina no período estudado e assinalar a presença ou ausência de determinados atores, demandas e repertórios em cada país.

Cabe observar que a escolha deste período nos permite trabalhar, de um lado, com os anos de 2001 e 2002 de marcada ascensão do protesto social na Argentina, notadamente dos bloqueios de vias públicas como repertório de ação. Por outro lado o período nos permite também contemplar, no Brasil, a mudança para um governo cujo partido e parte da base aliada tinham importante bagagem histórica de presença em lutas sociais e em ações de protesto na década anterior, o que possibilita uma análise sobre os efeitos dessa mudança de governo no campo das ações de protesto.

As fontes de dados para a realização da análise deste período são as cronologias do conflito produzidas pelo Observatório Social da América Latina (OSAL)¹⁷ a partir de 2000 para todos os países da América Latina. Por serem produzidas a partir de fontes jornalísticas e, principalmente a partir de jornais de grande circulação¹⁸, as cronologias apresentam uma série de deficiências. Ressalvando-se que a compilação de todos os conflitos sociais e ações de protesto levadas a cabo em um país não é uma tarefa fácil dados a dispersão, inconstância e fugacidade do objeto em questão, devemos ressaltar alguns dos problemas presentes nas cronologias. Em primeiro lugar, ao tomar como referência os jornais de grande circulação elas documentam apenas os conflitos que tiveram projeção nacional ou que foram realizados nas capitais mais importantes. Em segundo lugar muitas vezes os veículos de informação oferecem informação incompleta acerca de determinado conflito ou ação, informando, por exemplo, que houve um ato público ou passeata realizados por “organizações sociais” ou “organizações sindicais” sem mencionar quais organizações conduziram ou convocaram tal

¹⁷ Criado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) com o objetivo de aportar elementos para reflexão sobre as novas formas que assume o conflito social e o protesto no contexto das reformas neoliberais na América Latina (<http://osal.clacso.org>).

¹⁸ As fontes utilizadas para a formulação das cronologias entre 2000 e 2005 foram, na Argentina, os jornais: El Clarín, Página 12, La Nación e Crónica. No Brasil os jornais: O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil até 2002. E de 2002 a 2005 foram incluídas outras fontes: Agência de Notícias Carta Maior, Informe Letra Viva, Jornal Brasil de Fato, Jornal do MST, Resenha Federal, Imprensa – CUT.

ação coletiva. E isso está refletido nas cronologias. Um terceiro problema é a não menção à forma específica de ação levada a cabo em determinado conflito e a apresentação de ações de maneira geral, como por exemplo: “organismos de direitos humanos protestam” ou “manifestações nas principais capitais”.

Contudo, por ser uma fonte produzida a partir da utilização de critérios similares para ambos os países e por prover um mapeamento geral do conflito, não se restringindo unicamente ao setor rural ou ao setor urbano e tampouco a atores específicos (sindicais, movimentos sociais, etc.), acreditamos que as cronologias nos servem como ponto de referência inicial para um estudo do protesto no Brasil e na Argentina.

Todavia, algumas precauções foram tomadas para o trabalho com as cronologias. Em primeiro lugar no tocante às informações qualitativas, notadamente às que dizem respeito aos tipos de repertório de ação, os dados foram complementados com pesquisa de campo: observação presencial e de material de vídeo que permitiram melhor apreensão das formas de protesto a que as cronologias fazem menção. No tocante às informações quantitativas que apresentam, por exemplo, o número de ocupações de terras ou bloqueios de vias públicas em determinado conflito, optamos por não tomar os dados apresentados pela cronologia como referência para quantificar o número total de ações de protesto. Isso se deve a duas razões principais. Primeiramente ao fato de que em alguns casos se especifica o número de ações – “ocupação de 77 fazendas em Pernambuco” ou “corte de 120 rodovias em todo o país” – e em outros aparece uma menção mais geral – “ocupações de sedes do INCRA¹⁹ nas principais capitais” ou “cortes em rotas nacionais”. Em segundo lugar porque ao contrastar os dados numéricos apresentados pelas cronologias com outras fontes de dados que utilizam critérios mais sistemáticos de levantamento, como os relatórios do “Conflito no Campo” produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os levantamentos quantitativos dos cortes de vias públicas produzidos pelo *Centro de Estudios Nueva Mayoría*, obtivemos resultados díspares. Optamos por trabalhar com estas últimas duas fontes para a quantificação do número total de ocupações e bloqueios de vias públicas – os repertórios que iremos analisar mais detidamente.

A análise dos dados da cronologia foi então realizada com o objetivo de se obter dois tipos de informações: o espectro de atores que aparece nas ações de protesto e as demandas que figuram nestas ações – considerados em termos de ausência e presença. Precaução adicional foi a de apresentar os dados em termos relativos e não absolutos. Ou seja, entendendo-se que as cronologias do OSAL expressam os conflitos de projeção nacional que

¹⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

guardam proporção e são representativos do campo mais completo de conflitos em cada país, optamos por apresentar os resultados dos cruzamentos dos dados em termos percentuais. O que nos permite identificar a correlação entre os diferentes atores e demandas em cada ano.

As categorias delimitadas para a análise dos dados das cronologias estão divididas em três grupos mais abrangentes, cada um com suas respectivas subdivisões. Os grupos abrangentes são: a) atores, b) demandas e c) ações.

2.1 Atores

Os atores estão divididos por setor rural e setor urbano. Atores do setor rural estão divididos em três categorias: i) grandes e médios produtores e ii) pequenos produtores, empregados, e trabalhadores sem-terra agrupados tanto em organizações sindicais como em movimentos sociais e iii) índios. Os atores do setor urbano estão divididos em diversas subcategorias: i) empregadores; ii) empregados no setor de serviços e empregados no setor de indústria (organizados por sindicato); iii) autônomos (trabalhadores autônomos, cooperativas e comissões internas); iv) servidores públicos; v) docentes universitários e docentes do ensino secundário; vi) centrais sindicais. Os atores do setor urbano que não estão organizados em torno de vínculos trabalhistas são os seguintes: vii) desempregados; viii) estudantes; ix) organizações de direitos humanos; x) organizações religiosas; xi) aposentados; organizações de questões de xii) gênero; xiii) raça; xiv) moradia. E por último: xv) partidos políticos; xvi) vizinhos/pessoas; e xvii) associações e movimentos de outra natureza que não as contempladas nas categorias acima.

Algumas considerações sobre essas categorias e sobre as diferentes formas em que se apresentam em cada país são necessárias. No tocante ao setor rural devemos observar que os conflitos no campo têm maior centralidade no Brasil, sendo o ator mais presente em ações de protesto no período estudado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁰. Outros movimentos do setor rural que figuram nas cronologias, ainda que de maneira marginal, são: MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores), MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade), OLC (Organização de Luta no Campo), MLT (Movimento de Luta pela Terra) e Via Campesina. Dentre as organizações sindicais

²⁰ De todas as ocupações feitas no período de 2000 a 2005 o MST foi responsável por 54,07% do total. Esses dados foram obtidos a partir do cruzamento das tabelas apresentadas por Fernandes e Silva (2005) para o número total de ocupações realizadas no período e para a participação do MST neste número.

protagonizaram ações de protesto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e as federações de cada estado – que também adotaram como repertórios de ação as ocupações e acampamento em terrenos rurais. No caso da Argentina os atores do setor rural que levaram a cabo ações de protesto neste período foram pequenos e médios produtores rurais, principalmente por meio da *Federación Agraria Argentina* (FAA) e da *Confederaciones Rurales Argentina* (CRA). Em termos de movimentos aparece algumas vezes o *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (Mocase), relacionado a demandas por distribuição de terras e contra desmatamento e venda de reservas naturais.

No setor urbano destacam-se, na Argentina, as ações das organizações de trabalhadores desempregados. Para o período estudado esta categoria de atores conformou um espectro complexo e algo volátil. Faremos aqui um breve esboço deste espectro, uma discussão mais completa será feita adiante. Dentre as diferentes classificações que separam organizações piqueteiras de acordo distintos critérios – baseados em suas orientações político-ideológicas, sua postura frente ao Estado, sua dinâmica de funcionamento interno – destacamos a classificação de Svampa (2008) e Torres (2007). A primeira divide as organizações piqueteiras em três grupos principais: a) as que são dependentes de partidos de esquerda, como *Polo Obrero/PO* (ligada ao *Partido Obrero*), *Movimiento Territorial Liberación/MTL* (ligada ao *Partido Comunista*) e *Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive/MST TV* (ligada ao partido *Movimiento Socialista de Trabajadores*); b) os grupos independentes, de orientação mais autonomista, como o *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Anibal Verón*, a *Cordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD) Anibal Verón* e o *Movimiento Teresa Rodríguez (MTR)*²¹; c) e os grupos de orientação mais populista, onde há a presença destacada de um líder específico, como a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)*²², a *Corriente Classista e Combativa (CCC)*²³ e *Movimiento Independiente de*

²¹ MTD Anibal Verón é composto por um agrupamento de diferentes organizações de desempregados. Até 2000 o *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Anibal Verón* conformava parte do MTR, e a partir de 2000 conforma outra agrupação que adota o nome de MTD Anibal Verón, nome de um trabalhador que não era do movimento, mas que havia sido assassinado durante a repressão a um piquete na província de Salta neste ano. De 2001 a 2002 o MTD Anibal Verón compunha, juntamente com outros MTDs, a *Cordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD) Anibal Verón*. Em 2004 um grupo de MTDs se desvincula do MTD Anibal Verón e se organiza sob o nome *Frente Popular Darío Santillán* (Torres, 2007; Carvalho, 2008).

²² As origens da FTV remetem à década de 70 e está relacionada a organizações de bairro relacionadas ao tema da moradia no município de La Matanza (Grande Buenos Aires). Seu líder, Luis D'Delia, tem um passado relacionado à militância peronista e à participação nas comunidades eclesiais de base (Gurrera, 2005; Almeyra, 2004). A organização sob a sigla FTV se dá em 1998, já no escopo da *Central de Trabajadores Argentinos (CTA)*.

²³ A CCC, que surge em 1994, é uma corrente classista quer está ligada ao *Partido Comunista Revolucionário (PCR)*, de orientação maoísta, e atua também em outras frentes: pequenos produtores rurais, aposentados e trabalhadores empregados (comissões internas, corpos de delegados, etc.). A frente de trabalhadores desocupados é a majoritária. Ela se constituiu em 1996 e ganhou força partir da ação de um de seus referentes

Jubilados y Desempleados (MIJD)²⁴. Torres (2007) divide o espectro piquetero em quatro grupos: a) uma linha política institucionalizada reunida em torno de correntes e centrais, onde estaria localizada a CCC; b) uma linha política radical, mais volátil e agrupada em torno de partidos políticos de esquerda (MTL, PO, MST TV)²⁵; c) grupos que dão ênfase ao trabalho a nível local e que reivindicam autonomia em relação ao Estado (MTR, MTD e CTD *Aníbal Verón*); d) organizações que depois de 2003 se aliaram ao governo Kirchner, tornando-se *oficialistas* (FTV, *Barrios de Pie*)²⁶. As organizações acima referidas foram as principais protagonistas das ações de protesto entre 2000 e 2005, e, como veremos mais à frente, passaram por processos de alinhamento, fragmentação e perda de centralidade na cena política argentina ao longo do período estudado.

Dentre o campo de atores assalariados há que se mencionar, no setor de serviços, a presença marcante dos aeronáuticos, dos setores de telefonia, energia, transporte coletivo e dos caminhoneiros na Argentina – os três primeiros com ações voltadas principalmente contra as privatizações nos respectivos setores. No Brasil também figuram como atores centrais neste período os trabalhadores de transporte coletivo – notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo –, os petroleiros e bancários. No setor industrial os trabalhadores no setor de metalurgia têm importante protagonismo, levando a cabo ações de protesto em todos os anos do período considerado.

Sobre a categoria que compreende trabalhadores autônomos, cooperativas, comissões internas e empresas recuperadas, cabe observar que no caso do Brasil embora tenham figurado atores como vendedores ambulantes, taxistas, e cooperativas de catadores de papel, essa categoria não teve centralidade nas ações de protesto entre 2000 e 2005. Em contrapartida, na Argentina há uma maior centralidade desta categoria na medida em que ela compreende as ações das cooperativas e movimentos de trabalhadores de empresas recuperadas²⁷ e compreende também as comissões internas ou corpo de delegados que agem

principais, Juan Carlos Alderete, no município de La Matanza (Grande Buenos Aires). Alderete vem do movimento sindical, tendo sido secretário da comissão interna da fábrica têxtil Gattic na década de 70. A CCC está presente em diversas províncias argentinas (Almeyra, 2004; entrevista a Juan Carlos Alderete, 3/10/2008).

²⁴ O líder desta organização é Raúl Castells, também anteriormente ligado ao PCR e à CCC. Pode-se dizer que no período analisado esta organização foi bastante volátil e imprevisível no que diz respeito ao estabelecimento de alianças (Torres, 2007).

²⁵ Estas organizações ligadas a partidos de esquerda, juntamente com MIJD e o MTR coordenaram alguns planos de lutas sob a sigla “Bloque Piquetero Nacional” (BPN).

²⁶ A organização *Barrios de Pie* surge com essa identidade em dezembro de 2001 a partir da coordenação de organizações de bairro em áreas urbanas que já existiam na década de 80 (então ligadas à questão de moradia) e 90. Está ligado ao partido *Patria Libre* que se reconhece como expressão de nacionalismo revolucionário (Klachko, 2005; entrevista com Roberto Baigorria, 2008).

²⁷ Entre 2000 e 2005 as empresas recuperadas mais ativas em termos de ações de protesto foram a indústria de cerâmica Zanón, na província de Neuquén, e a fábrica têxtil Brukman em Buenos Aires. No Brasil aparece na

de forma independente do sindicato, como foi o caso dos empregados da empresa *Metrovías* (metrô de Buenos Aires), que levaram a cabo ações importantes entre 2004 e 2005²⁸.

No tocante às ações dos servidores públicos destacam-se a *Asociación de los Trabajadores del Estado* (ATE) na Argentina, e no Brasil os Sindicatos dos Servidores Públicos Federais (SINDISEF) de cada estado, filiados à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). Em que pesem as demandas setoriais, a ação dos servidores públicos federais no Brasil ganhou destaque principalmente em 2003, quando das greves em oposição à reforma da previdência²⁹. No caso da Argentina as principais ações no contexto de 2000 e 2001 estiveram relacionadas a demandas por não redução salarial, pagamentos atrasados, contra demissões e, de forma mais geral contra a política econômica do governo e contra os reajustes e cortes no setor público. Já em 2003 voltam as ações direcionadas a reivindicações de aumento salarial. Observações mais pontuais diriam respeito às greves das polícias militares de vários estados no Brasil, em todo o período observado, por reajuste salarial. E as ações, notadamente demonstrações, levadas a cabo em 2004 e 2005 por famílias de militares em demanda de aumento salarial a outros direitos – haja vista que manifestações deste tipo por parte de membros das Forças Armadas são ilegais. Destacam-se também as ações do setor de saúde na Argentina em 2005, notadamente as manifestações em alguns hospitais importantes de Buenos Aires, como *Garrahan* e *Posadas*, e do setor de previdência social e saúde pública no Brasil em 2004 – com greves no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Sistema Único de Saúde (SUS).

No que tange às ações dos docentes cabe observar que em ambos os países houve ações freqüentes do setor no período observado. No Brasil destacam-se as greves dos professores de ensino médio e básico das redes estaduais, notadamente do Rio de Janeiro; e na Argentina com ações nucleadas pela *Confederación Trabajadores de la Educación de la República Argentina* (CETERA) principalmente direcionadas, no contexto de 2000 e 2001, à oposição aos cortes orçamentários no setor. Em 2003 voltam também as ações para reivindicação de reajuste salarial. Nos setor universitário os atores centrais na Argentina foram a CONADU (*Federación Nacional de Docentes Universitarios*) e a CONADU Histórica (*Federación Nacional de Docentes, Investigadores y Creadores Universitarios*) –

cronologia o registro de uma ação da empresa recuperada Flakepet (de reciclagem de garrafas plásticas) da periferia de São Paulo, em 2005.

²⁸ Os funcionários da empresa *Metrovías* pertencem ao sindicato UTA. Todavia levaram a cabo ações de protesto, para reivindicar aumento salarial e melhores condições de trabalho, com as quais a diretoria do sindicato não estava de acordo ou não apoiava.

²⁹ Após a aprovação da reforma da previdência ocorrem algumas dissidência nas organização sindical do funcionalismo público. Como por, exemplo, o SINDSEF-SP que rompe com a CUT em 2004 e se filia à Conlutas.

que se separou da CONADU em 2001. No contexto de 2000 e 2001 as mobilizações foram também direcionadas ao repúdio aos cortes orçamentários e defesa da educação pública, com uma volta das demandas por reajustes a partir de 2003 e notadamente no ano de 2005. No Brasil a associação que nucleia os docentes universitários a nível nacional, Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), teve maior presença nos anos de 2004 e 2005, levando a cabo ações não só por demandas setoriais e em defesa do ensino público como também manifestações contra a política econômica e corrupção no governo. Importa destacar também as greves levadas a cabo em 2000 e 2004 docentes da USP (Universidade de São Paulo), UNESP (Universidade Estadual Paulista) e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), e da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), também em 2003.

Para a discussão sobre as centrais sindicais como agentes das ações coletivas levadas a cabo entre 2000 e 2005 é necessário pontuar algumas questões relativas às legislações que regem esse nível de organização nos dois países. Na Argentina o modelo organizativo que rege as associações sindicais está regulado pela Lei 23.551 e pelo Decreto 467/88. Nestes são reconhecidas as organizações sindicais de primeiro grau, os sindicatos – que devem estar organizados por ramos de atividade, ou seja, a apenas uma organização por ramo de atividade é concedida a personalidade sindical (ou gremial)³⁰ pelo Ministério do Trabalho. A legislação reconhece também as organizações de segundo grau, as federações, as confederações (que quase não existem no país), e as centrais sindicais (Crespo, 2008). Note-se que as organizações sindicais de primeiro grau, os sindicatos, e as de segundo, as federações, não guardam relação com os limites territoriais como no caso do Brasil. Com efeito, um sindicato pode ter organização nacional e se dividir em seccionais por províncias ou cidades, mas também pode ocorrer que sindicatos estruturados por províncias e cidades se organizem em uma federação (Crespo, 2008). Há também legislação que prevê a existência de delegados sindicais (em número proporcional ao número de trabalhadores de determinado estabelecimento). Deve-se destacar a importância que a figura do delegado tem na organização sindical no contexto argentino, o que não encontra equivalente no caso brasileiro: “*os delegados de base jogam um papel muito importantes na organização dos trabalhadores em lugar de trabalho e na defesa cotidiana de seus direitos*” (Crespo, 2008, p. 4)³¹.

³⁰ Personalidade sindical garante à organização o direito de negociar convênios coletivos – uma vez que representam todos os trabalhadores daquele ramos de atividade e não apenas os filiados ao sindicato – e garante aos delegados e representantes sindicais algumas proteções, como a estabilidade no emprego. Outro reconhecimento legal é a “inscrição gremial”, concedida pelo Ministério do Trabalho, a partir da qual apenas se reconhece a existência do sindicato (Crespo, 2008)

³¹ No Brasil, das formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, como comissões de fábrica ou de empresas, há grande parte das quais os sindicatos não tem conhecimento. Rademacher e Melleiro (2007)

No que diz respeito às centrais deve-se ressaltar que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi a única central argentina desde sua fundação em 1930 até o ano de 1997³², quando o Ministério de Trabalho reconhece a existência da Central de Trabajadores Argentinos (CTA), que havia sido fundada em 1992³³. A CGT é a única central com personalidade gremial e tem como filiados os grêmios mais fortes e tradicionais (com exceção da ATE e dos grêmios docentes, filiados à CTA). A CTA, por sua vez, foi protagonista de ações de protesto em todo o período estudado. O que se deve, dentre outras coisas, ao fato de que a ela estiveram filiados, no período considerado, não apenas organizações sindicais como também organizações de trabalhadores desempregados, trabalhadores autônomos, movimentos sociais, ente outros. Em contrapartida a CGT não foi um grande protagonista de ações de protesto neste período. Salvo em 2000 e 2001 quando a CGT dissidente convocou, juntamente com a CTA, greves gerais em oposição à situação de desemprego e à política econômica do governo de la Rúa – neste governo foram realizadas sete greves gerais.

No tocante à legislação brasileira sobre organizações sindicais devemos observar, em primeiro lugar, que as centrais sindicais não tinham reconhecimento legal até março de 2008³⁴. As únicas entidades reconhecidas legalmente eram os sindicatos por ramo de atividade a nível municipal, as federações compostas pelos sindicatos de determinado ramo de atividade em cada unidade federativa, e as confederações formadas pelas federações de cada ramo a nível nacional. As confederações são as instâncias de último grau estando, portanto, no topo da pirâmide organizacional³⁵. Contudo, não obstante o fato de as centrais não terem tido reconhecimento legal até 2008, na prática elas eram reconhecidas como negociadoras

apontam que em 2001 havia, apenas para o setor de trabalhadores urbanos, 5.905 comissões internas das quais os sindicatos não tinham conhecimento e 953 de que eles tinham conhecimento.

³² Embora tenha passado por processos de divisão e reintegração ao longo deste período, mas mantendo-se a sigla CGT.

³³ A CTA surge em 1992 como Congresso de Trabajadores Argentinos a partir principalmente da coordenação dos sindicatos ATE (Asociación de Trabajadores del Estado) e CTERA (Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina) como oposição ao sindicalismo tradicional, representado pela CGT, e em oposição às políticas neoliberais de Menem (Gurrera, 2005). No Congresso de Delegados em 1996 a CTA se define como central e em 1997 o governo Menem reconhece sua existência como organização “simplesmente escrita”, ou seja, lhe concede “inscrição gremial”, mas não reconhece sua “personalidade gremial”. O que, em termos da legislação do país significa que a central não pode negociar convênios coletivos e que seus dirigentes e delegados não têm proteção quanto a demissões.

³⁴ A legislação trabalhista brasileira está codificada na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943, tendo sido modificada em alguns pontos por legislação suplementar. Dentre elas a permissão de organização sindical de servidores públicos (o que foi alterado na Constituinte em 1988) que até então era ilegal. O reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação legítima dos trabalhadores se deu a partir da Lei N° 11.648 de março de 2008.

³⁵ O fato de as centrais como forma de representação sindical só terem adquirido reconhecimento em 2008 explica a não filiação de 44,52% dos sindicatos registrados no Brasil em 2007 a nenhuma central (Rademacher e Melleiro, 2007)

legítimas, participando de comissões de negociação tripartite com as patronais e com o Estado (Druck, 2006).

As principais centrais sindicais no Brasil são: Central Única de Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. Estão filiados à CUT 50,04%³⁶ do total de sindicatos filiados a centrais, e à Força Sindical 20,17% (Rademacher e Melleiro, 2007). A CUT foi fundada em 1983 a partir da confluência de setores que se opunham à estrutura sindical oficial (consolidada na CLT). Nessa conformação estavam dirigentes sindicais que haviam protagonizado as greves do final da década de 70, notadamente os metalúrgicos, militantes da oposição de sindicatos e organismos de base, bem como militantes políticos de correntes de esquerda e quadros ligados à Igreja Católica. Suas orientações iniciais a definiam como uma central sindical classista e que adotava o socialismo como perspectiva (Druck, 2006; Rademacher e Melleiro, 2007). A Força Sindical foi fundada em 1991 como uma divisão da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)³⁷ com um viés mais pragmático, ou como ficou conhecido, “de sindicalismo de resultados”, que buscava oferecer uma alternativa ao sindicalismo politizado e de confrontação representado pela CUT. Haja vista que no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, ao passo que a CUT se situava como opositora à política econômica do governo, a Força Sindical não se opôs às orientações da política econômica, não se colocando como oposição ao governo FHC.

Para o que nos interessa no período de 2000 a 2005 podemos observar que até 2003 a CUT protagonizou ações de protesto ligadas ao aumento do salário mínimo, em apoio à reforma agrária, contra política econômica do governo, contra flexibilização das leis trabalhistas e contra acordos internacionais (especificamente com o Fundo Monetário Internacional). A partir de 2003, salvaguardando-se os conflitos setoriais, há uma perda de centralidade da Central em ações de protesto em relação aos anos anteriores. Em 2005 as

³⁶ A CUT conta com filiados do setor rural (CONTAG), importantes setores de serviços (bancários) e no setor industrial (parte importante dos sindicatos de metalúrgicos), além dos servidores públicos federais.

³⁷ A **CGT** surgiu em 1986 a partir de lideranças ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a partir de líderes sindicais da estrutura oficial. Ela sofreu duas divisões importantes além da que originou a **Força Sindical**. Em 1989 os setores ligados ao PCdoB se separam e criam a Corrente Sindical Classista (CSC) que depois se filia à CUT. No mesmo ano grupos ligados ao PCB e ao grupo revolucionário MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) se separam e criam, em 1990, a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiro (**CGTB**). Em 1991 se dá a referida divisão a partir da qual se funda a Força Sindical. Em 1995 é criada a Central Autônoma de Trabalhadores (**CAT**) a partir de setores cristãos conservadores. E em 1997 é criada a Social Democracia Sindical (**SDS**), ligada ao PSDB, a partir de uma divisão da Força Sindical. Em 2003, no contexto das discussões no interior da CUT acerca da reforma da previdência, um setor que se opunha à reforma e à política do governo Lula se separa e funda uma outra central, Coordenação Nacional das Lutas (**Conlutas**). Passam a fazer parte da Conlutas os sindicatos de docentes universitários (ANDES), e dos trabalhadores de universidades, FASUBRA-Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Universidades Brasileiras A Conlutas reúne também delegados sindicais, movimentos sociais e organizações da juventude. Nesse sentido tem uma composição mais heterogênea, como a CTA. Até 2007 havia em torno de 50 entidades filiadas à central (Melleiro e Rademacher, 2007).

ações da central em defesa de Lula nos casos de corrupção e contra as tentativas de desestabilização do governo recobram centralidade – juntamente com uma multisetorial conformada por outras organizações. A partir de 2004 há também um crescente protagonismo das ações de protesto dos setores que se opõem a Lula, no caso das centrais cabe destacar a Conlutas.

Por último, passemos a algumas considerações sobre os outros atores delimitados para a análise das cronologias que não se organizam diretamente a partir dos vínculos trabalhistas. As organizações estudantis centrais na realização de ações de protesto no Brasil entre 2000 e 2005 foram a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). No caso da Argentina protagonizaram ações de protesto principalmente a *Federación de la Universidad de Buenos Aires* (FUBA), *Federación de la Universidad de La Plata* (FULP), e a *Federación Universitaria Argentina* (FUA). As ações das organizações estudantis nos dois países estiveram relacionadas a demandas variadas, com destaque para ações contra acordos internacionais e em defesa do ensino público.

As organizações de direitos humanos na Argentina foram atores destacados, realizando ações coletivas de vários tipos e com demandas relacionadas não só a questões como repúdio à repressão, por punição de repressores, contra pobreza e injustiça social. Figuram também dentre as reivindicações das organizações de direitos humanos a oposição a acordos internacionais e políticas econômicas neoliberais. As três principais organizações de direitos humanos na Argentina são: Madres de la Plaza de Mayo³⁸, Abuelas de la Plaza de Mayo, e H.I.J.O.S (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el olvido y el silencio)³⁹. Ao passo que organizações de direitos humanos no Brasil não aparecem como protagonistas de ações de protesto de forma comparável ao caso argentino, as organizações ligadas à Igreja Católica figuram regularmente no período observado como agentes de ações coletivas no Brasil. Dentre estas organizações destaca-se a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Se bem que a CPT, principalmente, se destaca pelo trabalho de assessoria e articulação dos movimentos e organizações do campo, ela está presente também como agente de algumas ocupações de terra no nordeste do país e teve papel fundamental na conformação do MST (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008).

³⁸ A organização das Madres de la Plaza da Mayo se dividiu em 1986, conformando-se a “Asociación de las Madres de Plaza de Mayo” e “Madres de la Plaza de Mayo-Línea Fundadora”. No período que nos interessa cabe ressaltar que a primeira adotou uma postura de maior proximidade ao governo Kirchner, ao passo que a segunda organização adotou uma posição mais crítica e opositora em relação ao governo.

³⁹ A esta organização está ligada a “*Mesa de Escrache*”, responsável pela organização de uma forma específica de ação coletiva que consiste originalmente em constranger publicamente, ou *escrachar*, a um ex-repressor ligado à ditadura militar ou também políticos e funcionários relacionados a casos de corrupção, má-gestão, etc.

Sobre as organizações que envolvem questões de gênero é importante observar que no que se refere a movimentos e organizações de mulheres estão presentes ações de protesto em ambos os países direcionadas, principalmente a direitos da mulher (contra violência, maior participação das mulheres na reforma agrária, direito de aborto, etc.). As ações realizadas pelos atores desta categoria se bem que não tiveram centralidade dentro do campo de conflito mais amplo, apareceram de maneira regular no período observado em ambos os países.

No tocante aos atores que se organizam em torno de questões raciais cabe destacar a presença de ações de movimentos negros no Brasil no ano de 2005 e também no ano de 2000, ligadas principalmente à questão da não descriminalização, contra injustiça social, e das demandas por cotas para negros nas universidades públicas. No que se refere aos atores indígenas, organizados a partir de tribos, região ou etnia, pode-se dizer que houve forte presença no contexto brasileiro no período analisado. As mobilizações da população indígena giraram em torno tanto de questões de reconhecimento (das línguas, culturas, rituais indígenas), como também e principalmente em torno da questão de demarcação de terras indígenas. Destacam-se as ações levadas a cabo no ano 2000 contra a campanha “Brasil: 500 anos” ou contra o “descubrimento”, com o propósito de denunciar o genocídio e a situação precária na qual vivem os índios no país. Outro momento de destaque desta categoria de atores no Brasil foram as manifestações no ano de 2005 relativas à demarcação da reserva indígena Raposa do Sol em Roraima. Na Argentina as populações indígenas (da etnia *mapuche*) também protagonizaram algumas ações de protesto ao longo do período analisado, ligadas a reivindicações como reconhecimento e preservação da cultura, subsídios para saúde e educação das comunidades, proteção do meio ambiente – através de maior controle na exploração de petróleo –, e propriedade das terras.

Atores mobilizados em torno da questão de moradia estiveram presentes com certa regularidade a partir de 2003 no Brasil, com destaque para: Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), União de Movimento de Moradia (UMM) e Frente de Lutas por Moradia (FLM). Na Argentina alguns movimentos originalmente organizados em torno da questão moradia, como a FTV e o Barrios de Pie, estiveram presentes como protagonista de ações de protesto no período estudado, entretanto em torno de demandas relacionadas à questão do desemprego, como planos de emprego e outros subsídios⁴⁰.

⁴⁰ Nesse sentido é importante observar que: “as organizações comunitárias e de bairro que protagonizam os protestos nos últimos anos no conurbano bonaerense reconhecem sua origem no alcance que adquiriram os fenômenos de ocupação ilegal de terras e a formação de assentamentos na grande Buenos Aires nos primeiros anos da década de oitenta” (Gurrera, 2004, p. 141).

Os outros atores que apareceram como protagonistas de ações de protesto foram os partidos políticos, notadamente os partidos de esquerda em ambos os países⁴¹. A categoria vizinhos/pessoas se refere a atores coletivos que se mobilizaram com base em alguma situação comum, mas de caráter temporário. São exemplos os atos, marchas e concentrações em frente aos bancos organizadas por poupadores argentinos cujas poupanças haviam sido congeladas por medida econômica tomada pelo então Ministro da Economia Domingo Cavallo; as manifestações de famílias de vítimas de alguma tragédia, natural ou não, que se mobilizam temporariamente em torno da resolução para o problema ou punição dos responsáveis; e estão também nesta categoria as assembléias de vizinhos, que tiveram importante protagonismo na Argentina no final de 2001 e início de 2002.

Por último estão os outros movimentos ou associações como: organizações não governamentais internacionais, o Fórum Social Mundial, *Movimiento Nacional Chicos del Pueblo*, multisetoriais – coordenação de diferentes organizações, como a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) no Brasil e as diversas multisetoriais na Argentina – , organizações ambientalistas e organizações de Gays, Lésbicas, Travestis e Simpatizantes (GLTS).

Abaixo estão os quadros formulados a partir dos dados das cronologias do OSAL. Estão organizados por ano e permitem observar tanto a correlação entre os atores no campo do protesto em cada país e em cada ano, como também as alterações nesta correlação ao longo de todo o período. Permite também uma análise comparativa da presença de determinados atores como agentes do protesto no Brasil e na Argentina. A observação dos quadros abaixo deve ser feita à luz da discussão feita até aqui. Note-se que, como o conflito no campo teve maior centralidade no Brasil neste período, optamos por delimitar os movimentos do setor rural que protagonizaram ações de protesto. Em contrapartida, no caso da Argentina, como os atores de maior centralidade neste período foram as organizações de desocupados, optamos por delimitar-las quando estas aparecem. Quando os dados da cronologia não especificam o nome da organização ela entra em “desempregados geral”. Os “desempregados empresa” são os que se mobilizam a partir da identidade de ex-trabalhadores daquela empresa, e não sob a sigla de alguma organização específicas dentre as que foram delimitadas acima.

⁴¹ Os dados oferecidos pelas cronologias, na medida em que na maioria das vezes não especificam quais partidos participaram de determinada ação, limitando-se à qualificação “partidos de esquerda”, não nos permitiu uma análise detalhada sobre a participação dos partidos nas ações de protesto no Brasil e na Argentina neste período de 2000 a 2005.

Tabela 01
Atores Protesto Brasil 2000

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 0.0% |
| Pequeno produtor rural | 2.7% |
| MST | 22.3% |
| MAB | 1.8% |
| MPA | 1.8% |
| MLST | 0.0% |
| MAST | 0.0% |
| MTL | 0.0% |
| Via Campesina | 0.0% |
| OLC | 0.0% |
| MLT | 0.0% |
| Índios | 8.0% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 3.6% |
| Sindicato Indústria | 3.6% |
| CUT | 6.3% |
| Força Sindical | 4.5% |
| Conlutas | 0.0% |
| CGT | 0.0% |
| CGTB | 0.0% |
| CAT | 0.0% |
| SDS | 0.0% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 2.7% |
| Serv. Públicos | 9.8% |
| Doc. Universidade | 2.7% |
| Doc. Secundário | 8.0% |
| Desempregados | 0.0% |
| Mulheres | 1.8% |
| Moradia | 3.6% |
| Negros | 1.8% |
| Estudantes | 5.4% |
| Associações/Movimentos | 3.6% |
| Org. Religiosas | 2.7% |
| Partidos Políticos | 3.6% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 02
Atores Protesto Brasil 2001

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 0.9% |
| Pequeno produtor rural | 1.8% |
| MST | 14.4% |
| MAB | 0.9% |
| MPA | 1.8% |
| MLST | 0.0% |
| MAST | 0.0% |
| MTL | 0.0% |
| Via Campesina | 0.0% |
| OLC | 0.0% |
| MLT | 0.0% |
| Índios | 0.9% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 13.5% |
| Sindicato Indústria | 6.3% |
| CUT | 8.1% |
| Força Sindical | 2.7% |
| Conlutas | 0.0% |
| CGT | 0.0% |
| CGTB | 0.0% |
| CAT | 0.0% |
| SDS | 0.0% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 4.5% |
| Serv. Públicos | 17.1% |
| Doc. Universidade | 3.6% |
| Doc. Secundário | 3.6% |
| Desempregados | 0.0% |
| Mulheres | 0.0% |
| Moradia | 0.0% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 10.8% |
| Associações/Movimentos | 0.9% |
| Org. Religiosas | 4.5% |
| Partidos Políticos | 3.6% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 03
Atores Protesto Brasil 2002

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 0.0% |
| Pequeno produtor rural | 0.0% |
| MST | 29.4% |
| MAB | 2.0% |
| MPA | 0.0% |
| MLST | 0.0% |
| MAST | 0.0% |
| MTL | 0.0% |
| Via Campesina | 0.0% |
| OLC | 0.0% |
| MLT | 0.0% |
| Índios | 5.9% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 3.9% |
| Sindicato Indústria | 3.9% |
| CUT | 3.9% |
| Força Sindical | 2.0% |
| Conlutas | 0.0% |
| CGT | 0.0% |
| CGTB | 0.0% |
| CAT | 0.0% |
| SDS | 0.0% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 2.0% |
| Serv. Públicos | 7.8% |
| Doc. Universidade | 0.0% |
| Doc. Secundário | 11.8% |
| Desempregados | 0.0% |
| Mulheres | 0.0% |
| Moradia | 5.9% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 5.9% |
| Associações/Movimentos | 2.0% |
| Org. Religiosas | 5.9% |
| Partidos Políticos | 7.8% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 04
Atores Protesto Brasil 2003

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 2.2% |
| Pequeno produtor rural | 5.4% |
| MST | 23.7% |
| MAB | 0.0% |
| MPA | 1.1% |
| MLST | 0.0% |
| MAST | 0.0% |
| MTL | 0.0% |
| Via Campesina | 0.0% |
| OLC | 1.1% |
| MLT | 0.0% |
| Índios | 3.2% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 10.8% |
| Sindicato Indústria | 4.3% |
| CUT | 2.2% |
| Força Sindical | 1.1% |
| Conlutas | 0.0% |
| CGT | 0.0% |
| CGTB | 0.0% |
| CAT | 0.0% |
| SDS | 0.0% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 0.0% |
| Serv. Públicos | 14.0% |
| Doc. Universidade | 2.2% |
| Doc. Secundário | 4.3% |
| Desempregados | 1.1% |
| Mulheres | 1.1% |
| Moradia | 8.6% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 4.3% |
| Associações/Movimentos | 4.3% |
| Org. Religiosas | 3.2% |
| Partidos Políticos | 2.2% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 05

Atores Protesto Brasil 2004

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 2.2% |
| Pequeno produtor rural | 5.6% |
| MST | 16.7% |
| MAB | 0.0% |
| MPA | 0.0% |
| MLST | 0.0% |
| MAST | 2.2% |
| MTL | 0.0% |
| Via Campesina | 1.1% |
| OLC | 1.1% |
| MLT | 1.1% |
| Índios | 2.2% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 4.4% |
| Sindicato Indústria | 3.3% |
| CUT | 5.6% |
| Força Sindical | 1.1% |
| Conlutas | 1.1% |
| CGT | 0.0% |
| CGTB | 0.0% |
| CAT | 0.0% |
| SDS | 0.0% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 0.0% |
| Serv. Públicos | 22.2% |
| Doc. Universidade | 5.6% |
| Doc. Secundário | 5.6% |
| Desempregados | 0.0% |
| Mulheres | 1.1% |
| Moradia | 2.2% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 5.6% |
| Associações/Movimentos | 6.7% |
| Org. Religiosas | 2.2% |
| Partidos Políticos | 1.1% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 06

Atores Protesto Brasil 2005

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 1.3% |
| Pequeno produtor rural | 1.3% |
| MST | 11.0% |
| MAB | 2.6% |
| MPA | 0.6% |
| MLST | 0.6% |
| MAST | 0.0% |
| MTL | 0.6% |
| Via Campesina | 0.0% |
| OLC | 0.0% |
| MLT | 0.0% |
| Índios | 4.5% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 3.2% |
| Sindicato Indústria | 1.3% |
| CUT | 5.8% |
| Força Sindical | 1.9% |
| Conlutas | 2.6% |
| CGT | 1.9% |
| CGTB | 1.9% |
| CAT | 1.3% |
| SDS | 1.3% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 1.3% |
| Serv. Públicos | 14.2% |
| Doc. Universidade | 3.2% |
| Doc. Secundário | 3.9% |
| Desempregados | 0.0% |
| Mulheres | 0.0% |
| Moradia | 3.2% |
| Negros | 2.6% |
| Estudantes | 9.7% |
| Associações/Movimentos | 8.4% |
| Org. Religiosas | 1.3% |
| Partidos Políticos | 8.4% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 07

Atores Protesto Argentina 2000

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 3.0% |
| Pequeno produtor rural | 4.0% |
| Movimentos Rurais | 0.0% |
| Índios | 1.0% |
| Empregadores | 2.0% |
| Sindicato Serviço | 9.5% |
| Sindicato Indústria | 0.5% |
| CGT | 7.5% |
| CTA | 8.5% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 2.0% |
| Serv. Públicos | 13.1% |
| Doc. Universidade | 3.0% |
| Doc. Secundário | 12.6% |
| Desempregados Geral | 9.0% |
| Desempregados Empresa | 1.0% |
| FTV | 1.0% |
| CCC | 4.5% |
| PO | 0.0% |
| Anibal Verón | 0.0% |
| MTL | 0.0% |
| MST TV | 0.0% |
| MTR | 0.5% |
| MIJP | 0.0% |
| Mulheres | 0.0% |
| Moradia | 0.5% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 3.0% |
| Associações/Movimentos | 2.5% |
| Org. Religiosas | 0.0% |
| Direitos Humanos | 3.0% |
| Partidos Políticos | 6.0% |
| Vizinhos | 1.5% |
| Aposentados | 0.5% |

Fonte: OSAL

Tabela 08

Atores Protesto Argentina 2001

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 3.7% |
| Pequeno produtor rural | 0.8% |
| Movimentos Rurais | 0.0% |
| Índios | 0.4% |
| Empregadores | 2.1% |
| Sindicato Serviço | 9.1% |
| Sindicato Indústria | 0.8% |
| CGT | 5.8% |
| CTA | 9.1% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 3.7% |
| Serv. Públicos | 12.0% |
| Doc. Universidade | 4.1% |
| Doc. Secundário | 9.1% |
| Desempregados Geral | 5.0% |
| Desempregados Empresa | 0.4% |
| FTV | 1.7% |
| CCC | 10.8% |
| PO | 0.4% |
| Anibal Verón | 0.0% |
| MTL | 0.0% |
| MST TV | 0.0% |
| MTR | 1.2% |
| MIJP | 0.8% |
| Mulheres | 0.8% |
| Moradia | 0.0% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 2.9% |
| Associações/Movimentos | 1.7% |
| Org. Religiosas | 0.0% |
| Direitos Humanos | 2.9% |
| Partidos Políticos | 3.7% |
| Vizinhos | 5.8% |
| Aposentados | 0.8% |

Fonte: OSAL

Tabela 09
Atores Protesto Argentina 2002

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 2.5% |
| Pequeno produtor rural | 0.0% |
| Movimentos Rurais | 0.3% |
| Índios | 0.3% |
| Empregadores | 1.9% |
| Sindicato Serviço | 2.8% |
| Sindicato Indústria | 0.0% |
| CGT | 0.6% |
| CTA | 7.2% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 3.6% |
| Serv. Públicos | 6.9% |
| Doc. Universidade | 0.6% |
| Doc. Secundário | 4.4% |
| Desempregados Geral | 5.0% |
| Desempregados Empresa | 0.3% |
| FTV | 1.7% |
| CCC | 8.8% |
| PO | 0.8% |
| Anibal Verón | 4.4% |
| MTL | 0.3% |
| MST TV | 1.1% |
| MTR | 0.3% |
| BPN | 4.7% |
| MIJD | 3.3% |
| Barrios de Pie | 4.4% |
| Mulheres | 0.6% |
| Moradia | 0.0% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 4.7% |
| Associações/Movimentos | 2.2% |
| Org. Religiosas | 0.6% |
| Direitos Humanos | 3.6% |
| Partidos Políticos | 5.2% |
| Vizinhos | 17.1% |
| Aposentados | 0.3% |

Fonte: OSAL

Tabela 10
Atores Protesto Argentina 2003

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 0.8% |
| Pequeno produtor rural | 0.0% |
| Movimentos Rurais | 0.4% |
| Índios | 1.1% |
| Empregadores | 1.5% |
| Sindicato Serviço | 4.6% |
| Sindicato Indústria | 0.0% |
| CGT | 0.0% |
| CTA | 4.2% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 3.4% |
| Serv. Públicos | 6.5% |
| Doc. Universidade | 1.1% |
| Doc. Secundário | 4.6% |
| Desempregados Geral | 9.5% |
| Desempregados Empresa | 0.8% |
| FTV | 2.3% |
| CCC | 4.6% |
| PO | 1.5% |
| Anibal Verón | 5.7% |
| MTL | 0.8% |
| MST | 0.4% |
| MTR | 1.5% |
| BPN | 4.6% |
| MIJD | 4.2% |
| Barrios de Pie | 4.6% |
| Mulheres | 0.4% |
| Moradia | 1.5% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 4.6% |
| Associações/Movimentos | 3.0% |
| Org. Religiosas | 0.0% |
| Direitos Humanos | 6.1% |
| Partidos Políticos | 4.9% |
| Vizinhos | 11.0% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 11
Atores Protesto Argentina 2004

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 0.0% |
| Pequeno produtor rural | 0.0% |
| Movimentos Rurais | 0.0% |
| Índios | 0.4% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 2.9% |
| Sindicato Indústria | 0.0% |
| CGT | 0.0% |
| CTA | 1.7% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 5.4% |
| Serv. Públicos | 7.1% |
| Doc. Universidade | 0.4% |
| Doc. Secundário | 5.8% |
| Desempregados Geral | 12.9% |
| Desempregados Empresa | 0.8% |
| FTV | 2.1% |
| CCC | 3.3% |
| PO | 3.3% |
| Anibal Verón | 5.4% |
| MTL | 2.9% |
| MST | 4.6% |
| MTR | 1.7% |
| BPN | 3.7% |
| MIJD | 8.3% |
| Barrios de Pie | 2.5% |
| Mulheres | 0.0% |
| Moradia | 0.0% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 2.1% |
| Associações/Movimentos | 7.9% |
| Org. Religiosas | 0.4% |
| Direitos Humanos | 3.7% |
| Partidos Políticos | 5.8% |
| Vizinhos | 5.0% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 12
Atores Protesto Argentina 2005

| Atores | % |
|-------------------------------|----------|
| Grande/médio produtor rural | 0.0% |
| Pequeno produtor rural | 0.0% |
| Movimentos Rurais | 0.4% |
| Índios | 0.0% |
| Empregadores | 0.0% |
| Sindicato Serviço | 10.9% |
| Sindicato Indústria | 0.4% |
| CGT | 0.0% |
| CTA | 0.7% |
| Empresa/Cooperativa/Autônomos | 7.6% |
| Serv. Públicos | 15.6% |
| Doc. Universidade | 4.7% |
| Doc. Secundário | 10.9% |
| Desempregados Geral | 8.3% |
| Desempregados Empresa | 0.0% |
| FTV | 0.4% |
| CCC | 2.9% |
| PO | 1.1% |
| Anibal Verón | 3.6% |
| MTL | 0.7% |
| MST | 1.1% |
| MTR | 0.7% |
| BPN | 1.1% |
| MIJD | 1.4% |
| Barrios de Pie | 0.7% |
| Mulheres | 1.1% |
| Moradia | 0.0% |
| Negros | 0.0% |
| Estudantes | 7.6% |
| Associações/Movimentos | 5.8% |
| Org. Religiosas | 0.0% |
| Direitos Humanos | 2.9% |
| Partidos Políticos | 5.1% |
| Vizinhos | 4.3% |
| Aposentados | 0.0% |

Fonte: OSAL

2.2 Demandas

As categorias referentes às demandas estão divididas em questões trabalhistas, demandas por políticas no setor rural, demandas relativas a questões de desempregados e outras demandas. As primeiras são: i) aumento salarial; ii) não redução salarial; iii) pagamento atrasado; iv) estabilidade/não demissão; v) aposentadoria; vi) outros direitos (redução da jornada, participação nos lucros, insalubridade, regularização de fundos de garantia e pensão, *blanqueo* etc). As demandas relativas a questões rurais: vii) aceleração da reforma agrária; viii) crédito para assentamentos; ix) auxílio ao produtor rural; x) demarcação de terras indígenas. As demandas relacionadas à questão do desemprego são: xi) subsídios/planos de emprego; xii) criação de postos de trabalho; xiii) subsídios de caráter mais geral (cesta básica, alimentos para *comedores*). Outras demandas seriam: xiv) questões internacionais; xv) contra política econômica; xvi) contra repressão/por punição; xvii) contra insegurança; xviii) contra pobreza/injustiça social; xix) defesa da educação pública; xx) contra corrupção; xxi) questões ambientais; xxii) direitos mulheres/GLTS; xxiii) direitos negros; xxiv) direitos indígenas; xxv) moradia; xxvi) expropriação/ auto-gestão; xxvii) participação em decisões políticas; xxviii) políticas específicas

São pertinentes algumas observações sobre as demandas. No tocante às demandas trabalhistas é importante ressaltar que entre 2000 e 2002 praticamente inexistiram demandas por aumento salarial na Argentina. Neste período as ações de protesto se centraram na reivindicação de não demissão, não redução salarial e garantia de outros direitos, com destaque para demanda do pagamento dos salários em dinheiro e não em bônus – contra medida editada pelo governo de la Rúa – e pelo *blanqueo*⁴² dos salários. Entre 2003 a 2005 voltam as ações reivindicativas de aumento salarial e melhores condições de trabalho. No Brasil demandas por reajuste salarial estiveram presentes em todo o período, bem como reivindicações de outros direitos trabalhistas – com predominância de: efetivação de planos de cargos e carreiras, participação nos lucros, redução da jornada de trabalho, incorporação de novos funcionários, e no ano de 2003, importantes ações contra a reforma no sistema previdenciário.

Das demandas no setor rural cabe destacar que na Argentina elas se restringiram, no período observado, às reivindicações por políticas de auxílio ao produtor rural, como redução de tarifas e medidas de proteção ou subsídios para determinado setor. Salvo ações pontuais do

⁴² Inclusão de todos os direitos relativos a previdências, pensão, tempo de serviço e outros direitos de forma proporcional ao salário total.

Mocase em demanda por reforma agrária e proteção ambiental. No Brasil as ações reivindicativas relativas a questões do setor rural tiveram centralidade em todo o período estudado. Notadamente as demandas por reforma agrária e por melhoras nas condições dos assentamentos. Nas reivindicações relativas a auxílio do produtor rural foram freqüentes: as de linhas de crédito para pequenos agricultores, renegociação das dívidas e contra o aumento de tarifas para o setor.

Ações reivindicativas de demarcação de terras indígenas também foram freqüentes no Brasil no período observado. Note-se que elas foram levadas a cabo não apenas por indígenas como também por organizações indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – órgão criado em 1972, vinculado à CNBB, que tem como objetivo a defesa dos direitos dos povos indígenas a partir do assessoramento e articulação das demandas e ações das populações indígenas. Na Argentina ações para esta demanda praticamente não aparecem no período de 2000 a 2005.

Em contrapartida, as demandas relacionadas à questão do desemprego (planos de emprego, postos de trabalho e alimentos para comedores) tiveram marcado protagonismo na Argentina em todo o período estudado – de forma mais sistemática até 2003, mas com presença contínua até 2005. No Brasil foram realizadas, principalmente em 2004, algumas ações reivindicativas de criação de postos de trabalho e políticas de redução do desemprego, mas não de forma comparável à presença do tema na Argentina.

Demandas relativas a questões internacionais têm a ver basicamente com repúdio a acordos internacionais, no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), repúdio a acordos com organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, contra globalização, repúdio à visita de representantes dos Estados Unidos, contra invasão ao Iraque. Mas também podem se voltar para apoio à população ou governante de determinado país – como no caso das manifestações em apoio aos professores e estudantes de *Oxaca*, no México, e apoio a Hugo Chávez e Evo Morales.

Ações contra a política econômica neste período dizem respeito basicamente a reivindicações de mudança da “política neoliberal” nos dois países. Em termos mais específicos essa demanda está relacionada a uma série de elementos: contra privatização de empresas nacionais ou re-estatização de empresas já privatizadas⁴³, priorização de políticas

⁴³ A demanda por re-estatização, notadamente re-estatização da empresa Aerolíneas Argentinas, foi forte na Argentina durante o período analisado. Em 2008 o parlamento argentino aprova a expropriação da empresa. Almeyra (2004) argumenta que as demandas por re-estatização de empresas estariam ligadas a ao que ele chama

voltadas para questões sociais, redistribuição de renda, não priorização da manutenção de superávits primários na balança de pagamento, não pagamento ou renegociação da dívida externa, fim da submissão às condicionalidades do FMI e do Banco Mundial, entre outros. Demandas relativas à alteração na política econômica estiveram presentes de forma regular no período entre 2000 e 2005 no Brasil e na Argentina e não se restringiram à ação de nenhum ator específico.

Repúdios à repressão de manifestações populares e demandas de julgamento e punição de responsáveis por assassinatos de pessoas ligadas a organizações sociais e sindicais também estiveram presentes em todo o período. No Brasil em 2000 e 2001 esta demanda tem maior destaque devido às ações reivindicativas de julgamento e punição pelos culpados do massacre de Eldorado dos Carajás⁴⁴. Em 2002 destacam-se as ações pela liberação do líder preso, do MST, José Rainha. De 2003 a 2005 as ações relacionadas a esta demanda têm a ver com repúdio à formação de milícias privadas por fazendeiros e repúdio ao assassinato de lideranças e trabalhadores do campo. Note-se que todas as ações relativas a esta categoria de demanda estiveram relacionadas a questões do conflito no campo, com destaque para o MST como ator coletivo. Todavia, relacionado a essa categoria de demandas há que se destacar o importante papel de ações das organizações religiosas, notadamente da CPT, de levantamento dos dados sobre violência no campo.

Na Argentina as demandas contra repressão e por punição têm importante centralidade quando contrastada com o quadro total de demandas realizadas no país entre 2000 e 2005. Quando contrastada com a frequência em que aparece esta demanda no Brasil no mesmo período analisado nota-se também uma marcada diferença. O que pode indicar, pelo menos para o período analisado, uma menor tolerância no país em relação a ações repressivas, na medida em que tal repúdio se traduz em número significativo de protestos⁴⁵. Outra característica das ações relacionadas a esta categoria na Argentina é a presença de diversos atores, tanto do campo de organizações sindicais como do campo de direitos humanos e outros setores. Dentre as demandas realizadas nesta categoria no período estudado destacam-se, em 2000 o repúdio à repressão na província de Salta ao assassinado de Aníbal Verón, e

de “nacionalismo popular ou plebeu”, fenômeno que teria surgido na época pós-menemista e representaria uma novidade em relação a um nacionalismo oficial, ligado ao peronismo.

⁴⁴ Quando foram assassinados, por policiais militares, dezenove integrantes do MST que faziam um bloqueio de uma rodovia no estado do Pará, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás.

⁴⁵ A esse respeito cabe considerar aquilo que Grimson (2004) chamou de experiências históricas compartilhadas e sedimentadas, neste caso especificamente a experiência do genocídio de 1976 a 1983, que são re-construídas e estão presentes em ações políticas de momentos chave no país – como estiveram na crise política de 2001.

pela revogação das leis de Obediencia Debida e Punto Final⁴⁶. Em 2002 as ações em repúdio à repressão aumentam significativamente em relação ao último ano, notadamente após junho, quando do assassinato de Maximiliano Kosteki e Darío Santillán⁴⁷. Com efeito, ações com vistas a repudiar os assassinatos e julgar os culpados se multiplicaram no final do ano de 2002 e no ano de 2003. Outra demanda presente em 2002 foi pela liberação do líder do MIJD, Raúl Castells, e de dirigentes da ATE que haviam sido presos na província de Neuquén. Em 2003 destacam-se as ações em repúdio da repressão durante as tentativas de desalojo dos empregados que se encontravam ocupando a fábrica têxtil Brukman, em Buenos Aires. Em 2004 é assassinado um líder da FTV, o que gera ações em demanda de julgamento e punição. Outras ações importantes neste ano estão relacionadas ao repúdio ao Código Contravencional⁴⁸ de Buenos Aires. No ano de 2005 as demandas dos anos anteriores continuam presentes, notadamente as que dizem respeito ao julgamento e punição dos assassinos de Kosteki e Santillán e as direcionadas contra o Código Contravencional.

Em termos de demandas relacionadas à questão da insegurança as ações realizadas no Brasil tiveram um caráter esporádico se centrando principalmente em torno de eventos específicos, como o assassinato do prefeito de Santo André (São Paulo), Celso Daniel e o assassinato de um funcionário do INSS. No caso da Argentina as ações relacionadas a demandas por maior segurança giraram em torno de dois eventos. O primeiro foi, em 2004, o assassinato de um jovem, filho do empresário Juan Carlos Blumberg, quem levou a cabo uma campanha midiática com grande capacidade de convocatória, protagonizando diversas manifestações por aumento e melhora da segurança pública⁴⁹. O segundo evento foi, em 2005, o incêndio em uma casa noturna de Buenos Aires, onde morreram 194 pessoas. Nesse sentido as ações foram direcionadas à demanda por punição dos responsáveis – o que implicou

⁴⁶ As leis Punto Final (23.492) e Obediencia Debida (23.521), que estabelecem a extinção da ação penal e a não punibilidade dos delitos cometidos no último regime militar (1976-1983) foram aprovadas durante o governo Menem e sua revogação tem sido uma demanda das organizações de direitos humanos desde então. Em junho de 2005 a Corte Suprema de Justiça do país declara a inconstitucionalidade e nulidades destas leis.

⁴⁷ Koteski e Santillán eram integrantes de MTDs que compunham a CTD Aníbal Verón e foram assassinados em 26 de junho em ocasião do bloqueio de todos os acessos à capital Buenos Aires – ação coordenada entre as várias organizações de trabalhadores desocupados. Koteski e Santillán participavam do bloqueio do acesso que liga o partido (município) de Avellaneda a Buenos Aires: Puente Pueyrredón. Nesta ocasião o presidente em exercício era Eduardo Duhalde e se toma uma decisão de não permitir um isolamento da capital federal, enviando-se uma força de choque para reprimir o protesto. Tal repressão produz a morte dos dois militantes, que ficou registrada por uma seqüência de fotografias nas quais fica explícito que os autores dos assassinatos foram as forças policiais.

⁴⁸ Define uma série de contravenções ou delitos para a cidade de Buenos Aires. Dentre outras coisas, proíbe a interrupção de vias públicas sem anterior autorização, bloqueio de prédios públicos, oferta de sexo em lugares públicos e vendedores ambulantes em determinados locais da cidade.

⁴⁹ O tema da insegurança, como veremos mais à frente, foi utilizado como justificativa para endurecer algumas leis relativas ao policiamento do protesto. Dentre elas destaca-se a própria formulação de um novo Código Contravencional para Buenos Aires em 2004.

inclusive na renúncia do então prefeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra. Note-se esta categoria de demanda esteve ligada, no período estudado, à categoria de atores que foi denominada de “vizinhos/pessoas”.

A categoria de demandas relativa à questão de pobreza e injustiça social compreende as ações que denunciam situações como fome, discriminação e exclusão social. No Brasil estas demandas estiveram presentes principalmente nos anos de 2000 e 2001 e tiveram como agentes setores variados, como o MST, CNBB, Partidos Políticos, indígenas, estudantes e movimento negro, que se coordenaram em ações conjuntas. Na Argentina esta demanda apareceu em todo o período⁵⁰ por meio de ações de vários setores, no mais das vezes também coordenados em uma mesma ação.

Reivindicações de defesa da educação pública dizem respeito, nos dois países, ao aumento ou não redução do orçamento para o setor, melhora na infra-estrutura de escolas e universidade. E mais especificamente no Brasil: contra aprovação automática de alunos no nível secundários, contratação de mais professores para as escolas e redução do número de alunos por turma. Os atores que realizaram ações relacionadas a esta categoria de demandas são basicamente docentes e estudantes nos dois países. Importa observar que em ações reivindicativas de melhora e defesa do ensino público geralmente estiveram também presentes demandas de reajuste salarial para os docentes.

Denúncia e combate à corrupção é tema que esteve presente em ações levadas a cabo na Argentina principalmente em 2003, ligadas ao julgamento do governador da província de Entre Rios; e no Brasil em dois momentos principais: em 2001 por apuração de denúncias de casos de corrupção do senador Antônio Carlos Magalhães⁵¹, em 2005, por apuração de denúncias de corrupção no governo Lula. Na Argentina os atores destas demandas foram partidos de oposição, funcionários públicos e vizinhos/pessoas e organizações piqueteiras. No Brasil os atores que realizaram ações contra corrupção foram, em 2001, UNE, MST, CUT, e partidos de oposição, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2005 houve um número maior de ações de protesto relacionadas à corrupção que, vale ressaltar, foram direcionadas tanto ao repúdio ao governo Lula e pelo *impeachment* do presidente, como também à defesa de Lula contra possíveis tentativas de desestabilização de seu governo e pela apuração dos envolvidos no caso de corrupção. Dentre os atores que levaram a cabo ações na

⁵⁰ Note-se que no início deste período a pobreza e o desemprego atingiram índices inéditos na Argentina.

⁵¹ Do Partido da Frente Liberal (PFL), que recentemente mudou seu nome para Democratas (DEM), e que paradoxalmente conformava o partido de situação durante o regime militar (Aliança Renovadora Nacional-ARENA), tendo votado contra a realização de eleições diretas para presidente em 1985, postergando o retorno à democracia.

primeira direção estão: Conlutas e os sindicatos a ela filiados (Andes e FASUBRA) bem como alguns partidos de esquerda. Os atores que realizaram manifestações em defesa de Lula e pela rigorosa apuração dos envolvidos foram principalmente CUT, MST e UNE. Mais adiante faremos uma discussão sobre os efeitos dos casos de corrupção de 2005 para o campo dos agentes e demandas envolvidos frequentemente em ações de protesto no período analisado.

A categoria de demandas relativas a questões ambientais compreende, no caso do Brasil, ações contra produção de produtos transgênicos, contra plantação de eucaliptos, utilização e importação de agrotóxicos, e contra construção de barragens para usinas hidrelétricas. Estas demandas estiveram relacionadas principalmente com a ação de três atores: Via Campesina, MST e Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e estiveram presentes em todos os anos estudados, com destaque para um maior número de ações realizadas em 2001, 2003 e 2005. No caso da Argentina as demandas relativas a questões ambientais estiveram relacionadas a melhor controle ambiental da exploração de petróleo – demanda apresentada basicamente em 2000 e 2001 por comunidades indígenas e pessoas/vizinhos de cidades próximas a plantas de exploração. Esteve relacionada também a ações contra implantação de uma mineradora canadense no país, que tiveram destaque em 2003 e envolveram estudantes, populações indígenas, pessoas/vizinhos, comerciantes e pequenos e médios empresários da região onde seria implantada a obra. E em 2005 ganharam centralidade as ações contra a instalação de uma usina de celulose na divisa entre Argentina e Uruguai, tendo como protagonista central uma assembléia de vizinhos/pessoas da cidade mais próxima ao local onde seria instalada a usina.

Ações relacionadas ao direito das mulheres e de homossexuais no Brasil tiveram, no primeiro caso, ações direcionadas à violência contra mulher e pelo aumento do número de mulheres contempladas pela reforma agrária, e no segundo caso ações com vistas a repudiar a discriminação e pelo direito de união civil. Na Argentina as demandas relacionadas aos direitos das mulheres estiveram ligadas basicamente à defesa dos direitos reprodutivos e legalização do aborto. No tocante aos direitos de homossexuais estiveram presentes ações contra repressão e descriminalização (2000). Sobre direitos da população negra, como foi dito anteriormente, as ações no Brasil se direcionaram principalmente ao repúdio à descriminalização e a questão de cotas nas universidades federais.

Dentre as demandas relacionadas aos direitos das populações indígenas no Brasil estão: preservação da identidade étnica e cultural, por políticas públicas direcionadas à

população indígena, liberação de recursos pela FUNAI⁵² para comunidades indígenas e concessão de benefícios à população indígena por mineradora localizada em seu território (o que seria o cumprimento de uma disposição Constitucional). Na Argentina demandas relacionadas a direitos indígenas estiveram relacionadas a: assistência a populações indígenas, recursos para saúde e educação, contra remate de terras ocupadas por indígenas e reconhecimento de identidade pluricultural e multilíngue.

Demandas relativas à questão de moradia estiveram presentes de forma mais freqüente e com maior regularidade no Brasil em todo o período estudado. Elas estão relacionadas a: distribuição de lotes e construção de moradias, doação de cestas básicas, maior eficiência em programas de cadastro habitacional, criação de um fundo nacional de habitação, verbas para mutirões, e indenização de famílias atingidas por barragens.

A categoria de demandas por expropriação e autogestão esteve presente, para o período estudado, de forma significativamente maior na Argentina. Isso porque este tipo de demanda está ligado basicamente a atores específicos, que são as cooperativas e movimentos de trabalhadores de fábricas recuperadas⁵³, que reivindicam a expropriação da fábrica falida e ocupada e a passagem de sua gestão aos trabalhadores. As demandas por expropriação e autogestão estiveram presentes na Argentina em todo o período de 2000 a 2005, e especificamente dizem respeito a: apoio a projeto de lei que permite auto-gestão, expropriação e incentivo do Estado para funcionamento de empresas recuperadas. No Brasil destaca-se, em 2005, a ação dos trabalhadores da empresa recuperada Fleckpet (estado de São Paulo) em demanda de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a reabertura da fábrica controlada pelos trabalhadores.

Demandas por maior participação política estiveram relacionadas, no Brasil, à realização de um plebiscito sobre pagamento da dívida externa, a abertura de negociações com o governo para a questão da reforma agrária, abertura de canal de negociação entre o poder público e a frente de movimentos de moradia e criação de um conselho de política indigenista no âmbito do governo federal. Na Argentina as demandas por maior participação em decisões políticas estiveram ligadas à regularização legal das consultas populares, como a realizada pela CTA em 2001 sobre a questão do aumento de subsídios relacionados ao problema do desemprego.

⁵² Fundação Nacional do Índio.

⁵³ Embora possam também ser reivindicados por ações de outros atores em apoio aos trabalhadores de fábricas recuperadas, como se deu na Argentina neste período.

A categoria de demandas por políticas específicas compreende todas as reivindicações que não puderam ser enquadradas nas outras categorias por seu grau de especificidade e particularidade. No caso do Brasil, para o período observado, elas estiveram relacionadas a: redução de tarifas de pedágio, contra plano de racionamento de energia, contra apreensão de mercadorias dos vendedores ambulantes, criação de delegacia especial para crimes relacionados ao transporte rodoviário, reconhecimento da prioridade na coleta de resíduos sólidos às cooperativas de catadores de papel, contra aumento no preço da passagem de transporte coletivo ou manutenção do passe livre e meia para estudantes – demanda mais presente nesta categoria em todo o período estudado. Na Argentina ações por demandas específicas estiveram relacionadas a: redução nas tarifas de pedágio, redução no preço do combustível, controle do transporte ilegal, contra declaração do estado de sítio em 2001, contra derrogação de maiores poderes ao Executivo, proteção para indústria do calçado, aumento dos investimentos na área de saúde, contra aumento de tarifa de ônibus, envio de verbas e intervenção do governo nacional em determinadas províncias, contra aumento nas tarifas de energia, lembrança da data da queda de De la Rúa, contra aumento da inflação, por melhora nos serviços de transporte ferroviário, renúncia de governantes (ministros, governadores, prefeitos, presidentes, membros da suprema corte), e contra realização de eleições.

As demandas relativas à renúncia de representantes políticos e contra realização de eleições foram freqüentes no final do ano 2001 e ao longo do ano 2002 e estão relacionadas à consigna “*que se vayan todos*” (QSVT). As reflexões produzidas sobre essa reivindicação apontam que ela é uma expressão contra a forma de democracia representativa (Briones, Fava, Rosan, 2004; Almeyra, 2004), mas carrega uma ambiguidade na medida em que não há quem substitua o “*todos*” e tampouco se apresentaram alternativas institucionais – ainda que se refiram a formas de democracia direta (Almeyra, 2004). Em outra direção Briones, Fava e Rosan (2004) ressaltam o significado da experiência do QSVT para a superação de um par de oposições que até o momento “*aparentemente convencia a vastos setores da população*”, de que qualquer expressão massiva de descontento colocaria em perigo a democracia e propiciaria um retorno ao autoritarismo. Mirza (2006) também aponta no mesmo sentido ao destacar que um dos agravantes da beligerância social de 2001 e do QSVT foi justamente a declaração do estado de sítio em dezembro de 2001 pelo presidente De la Rúa, o que trazia à memória o outro estado de sítio que instalou o regime militar em 1976. Mais adiante analisaremos algumas representações dos entrevistados na Argentina sobre a crise política de 2001 e como elas se relacionam com as representações sobre o protesto como forma de ação.

Abaixo estão as tabelas de demandas construídas a partir da cronologia OSAL. A observação dos dados abaixo à luz dos elementos apresentados neste tópico permite observar a correlação entre os temas levantados nas ações de protesto no Brasil e na Argentina. Permite verificar a evolução de cada demanda específica ao longo do período analisado e permite uma comparação entre as demandas presentes em cada país.

Tabela 13
Demandas Protesto Brasil 2000

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 23.0% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 5.4% |
| Contra atraso pagamento | 0.0% |
| Expropriação | 0.0% |
| Aposentadoria/13º salário | 1.4% |
| Outros direitos trabalhistas | 8.1% |
| Defesa ensino público | 6.1% |
| Aceleração da reforma agrária | 10.1% |
| Melhoria assentamentos | 6.8% |
| Auxílio produtor rural | 2.7% |
| Demarcação terras indígenas | 1.4% |
| Subsídios/seguro desemprego | 0.0% |
| Postos de trabalho | 0.7% |
| Outros subsídios desemprego | 0.0% |
| Contra acordo internacional | 0.7% |
| Contra neoliberalismo | 1.4% |
| Por políticas específicas | 0.7% |
| Contra corrupção | 0.7% |
| Contra repressão | 10.8% |
| Contra insegurança | 0.0% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 8.1% |
| Maior participação | 0.7% |
| Questões ambientais | 0.0% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 2.0% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 4.7% |
| Moradia | 4.7% |

Fonte: OSAL

Tabela 14
Demandas Protesto Brasil 2001

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 26.4% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 8.5% |
| Contra atraso pagamento | 2.8% |
| Expropriação | 0.0% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.0% |
| Outros direitos trabalhistas | 28.3% |
| Defesa ensino público | 5.7% |
| Aceleração da reforma agrária | 14.2% |
| Melhoria assentamentos | 2.8% |
| Auxílio produtor rural | 3.8% |
| Demarcação terras indígenas | 0.9% |
| Subsídios/seguro desemprego | 0.0% |
| Postos de trabalho | 0.0% |
| Outros subsídios desemprego | 0.0% |
| Contra acordo internacional | 0.0% |
| Contra neoliberalismo | 0.0% |
| Por políticas específicas | 6.6% |
| Contra corrupção | 0.0% |
| Contra repressão | 0.0% |
| Contra insegurança | 0.0% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.0% |
| Maior participação | 0.0% |
| Questões ambientais | 0.0% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.0% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 0.0% |
| Moradia | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 15
Demandas Protesto Brasil 2002

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 18.9% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 9.4% |
| Contra atraso pagamento | 0.0% |
| Expropriação | 0.0% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.0% |
| Outros direitos trabalhistas | 20.8% |
| Defesa ensino público | 3.8% |
| Aceleração da reforma agrária | 3.8% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 0.0% |
| Demarcação terras indígenas | 3.8% |
| Subsídios/seguro desemprego | 0.0% |
| Postos de trabalho | 0.0% |
| Outros subsídios desemprego | 0.0% |
| Contra acordo internacional | 5.7% |
| Contra neoliberalismo | 0.0% |
| Por políticas específicas | 5.7% |
| Contra corrupção | 5.7% |
| Contra repressão | 7.5% |
| Contra insegurança | 3.8% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.0% |
| Maior participação | 1.9% |
| Questões ambientais | 1.9% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.0% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 1.9% |
| Moradia | 5.7% |

Fonte: OSAL

Tabela 16
Demandas Protesto Brasil 2003

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 10.0% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 3.0% |
| Contra atraso pagamento | 5.0% |
| Expropriação | 5.0% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.0% |
| Outros direitos trabalhistas | 13.0% |
| Defesa ensino público | 5.0% |
| Aceleração da reforma agrária | 19.0% |
| Melhoria assentamentos | 7.0% |
| Auxílio produtor rural | 1.0% |
| Demarcação terras indígenas | 3.0% |
| Subsídios/seguro desemprego | 0.0% |
| Postos de trabalho | 0.0% |
| Outros subsídios desemprego | 0.0% |
| Contra acordo internacional | 4.0% |
| Contra neoliberalismo | 0.0% |
| Por políticas específicas | 3.0% |
| Contra corrupção | 1.0% |
| Contra repressão | 5.0% |
| Contra insegurança | 0.0% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.0% |
| Maior participação | 2.0% |
| Questões ambientais | 2.0% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 1.0% |
| Direitos negros | 1.0% |
| Direitos indígenas | 3.0% |
| Moradia | 7.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 17
Demandas Protesto Brasil 2004

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 19.2% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 0.8% |
| Contra atraso pagamento | 0.8% |
| Expropriação | 0.0% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.0% |
| Outros direitos trabalhistas | 21.5% |
| Defesa ensino público | 5.4% |
| Aceleração da reforma agrária | 19.2% |
| Melhoria assentamentos | 2.3% |
| Auxílio produtor rural | 1.5% |
| Demarcação terras indígenas | 2.3% |
| Subsídios/seguro desemprego | 0.0% |
| Postos de trabalho | 9.2% |
| Outros subsídios desemprego | 0.0% |
| Contra acordo internacional | 0.8% |
| Contra neoliberalismo | 10.0% |
| Por políticas específicas | 0.0% |
| Contra corrupção | 0.0% |
| Contra repressão | 0.0% |
| Contra insegurança | 0.8% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.0% |
| Maior participação | 1.5% |
| Questões ambientais | 0.0% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.8% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 0.8% |
| Moradia | 3.1% |

Fonte: OSAL

Tabela 18
Demandas Protesto Brasil 2005

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 17.1% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 4.3% |
| Contra atraso pagamento | 0.0% |
| Expropriação | 0.9% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.0% |
| Outros direitos trabalhistas | 8.5% |
| Defesa ensino público | 6.8% |
| Aceleração da reforma agrária | 12.8% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 0.9% |
| Demarcação terras indígenas | 2.6% |
| Subsídios/seguro desemprego | 0.0% |
| Postos de trabalho | 0.0% |
| Outros subsídios desemprego | 0.0% |
| Contra acordo internacional | 3.4% |
| Contra neoliberalismo | 6.0% |
| Por políticas específicas | 6.0% |
| Contra corrupção | 12.0% |
| Contra repressão | 1.7% |
| Contra insegurança | 0.0% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.0% |
| Maior participação | 2.6% |
| Questões ambientais | 3.4% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 1.7% |
| Direitos negros | 2.6% |
| Direitos indígenas | 1.7% |
| Moradia | 5.1% |

Fonte: OSAL

Tabela 19
Demandas Protesto Argentina 2000

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 4.6% |
| Contra redução salarial | 13.5% |
| Contra demissão/estabilidade | 8.0% |
| Contra atraso pagamento | 7.2% |
| Expropriação | 0.4% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.4% |
| Outros direitos trabalhistas | 17.3% |
| Defesa ensino público | 4.2% |
| Aceleração da reforma agrária | 0.0% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 1.7% |
| Demarcação terras indígenas | 0.0% |
| Subsídios/seguro desemprego | 7.6% |
| Postos de trabalho | 5.9% |
| Outros subsídios desemprego | 1.7% |
| Contra acordo internacional | 0.8% |
| Contra neoliberalismo | 14.3% |
| Por políticas específicas | 3.4% |
| Contra corrupção | 0.4% |
| Contra repressão | 5.1% |
| Contra insegurança | 0.0% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.0% |
| Maior participação | 0.8% |
| Questões ambientais | 1.3% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.4% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 0.4% |
| Moradia | 0.4% |

Fonte: OSAL

Tabela 20
Demandas Protesto Argentina 2001

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 1.1% |
| Contra redução salarial | 2.2% |
| Contra demissão/estabilidade | 5.0% |
| Contra atraso pagamento | 9.4% |
| Expropriação | 0.0% |
| Aposentadoria/13º salário | 3.9% |
| Outros direitos trabalhistas | 5.5% |
| Defesa ensino público | 5.5% |
| Aceleração da reforma agrária | 0.0% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 3.6% |
| Demarcação terras indígenas | 0.0% |
| Subsídios/seguro desemprego | 9.1% |
| Postos de trabalho | 4.7% |
| Outros subsídios desemprego | 6.6% |
| Contra acordo internacional | 3.0% |
| Contra neoliberalismo | 24.5% |
| Por políticas específicas | 2.5% |
| Contra corrupção | 0.3% |
| Contra repressão | 6.3% |
| Contra insegurança | 1.1% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 2.2% |
| Maior participação | 1.7% |
| Questões ambientais | 0.3% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 1.1% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 0.0% |
| Moradia | 0.6% |

Fonte: OSAL

Tabela 21
Demandas Protesto Argentina 2002

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 1.4% |
| Contra redução salarial | 2.6% |
| Contra demissão/estabilidade | 1.4% |
| Contra atraso pagamento | 6.4% |
| Expropriação | 2.6% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.6% |
| Outros direitos trabalhistas | 2.0% |
| Defesa ensino público | 2.6% |
| Aceleração da reforma agrária | 0.3% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 1.2% |
| Demarcação terras indígenas | 0.6% |
| Subsídios/seguro desemprego | 12.4% |
| Postos de trabalho | 6.4% |
| Outros subsídios desemprego | 7.5% |
| Contra acordo internacional | 4.9% |
| Contra neoliberalismo | 12.1% |
| Por políticas específicas | 12.4% |
| Contra corrupção | 0.3% |
| Contra repressão | 16.8% |
| Contra insegurança | 1.2% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 1.4% |
| Maior participação | 1.7% |
| Questões ambientais | 0.0% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.0% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 1.2% |
| Moradia | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 22
Demandas Protesto Argentina 2003

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 13.9% |
| Contra redução salarial | 0.8% |
| Contra demissão/estabilidade | 2.3% |
| Contra atraso pagamento | 1.9% |
| Expropriação | 4.2% |
| Aposentadoria/13º salário | 0.4% |
| Outros direitos trabalhistas | 4.6% |
| Defesa ensino público | 0.0% |
| Aceleração da reforma agrária | 0.0% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 0.8% |
| Demarcação terras indígenas | 0.0% |
| Subsídios/seguro desemprego | 13.5% |
| Postos de trabalho | 4.6% |
| Outros subsídios desemprego | 7.3% |
| Contra acordo internacional | 9.7% |
| Contra neoliberalismo | 2.7% |
| Por políticas específicas | 6.2% |
| Contra corrupção | 0.4% |
| Contra repressão | 20.1% |
| Contra insegurança | 1.2% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.4% |
| Maior participação | 0.8% |
| Questões ambientais | 1.5% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.4% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 1.2% |
| Moradia | 1.2% |

Fonte: OSAL

Tabela 23
Demandas Protesto Argentina 2004

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 17.0% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 0.9% |
| Contra atraso pagamento | 1.7% |
| Expropriação | 2.2% |
| Aposentadoria/13° salário | 0.0% |
| Outros direitos trabalhistas | 10.0% |
| Defesa ensino público | 2.6% |
| Aceleração da reforma agrária | 0.0% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 0.0% |
| Demarcação terras indígenas | 0.0% |
| Subsídios/seguro desemprego | 7.9% |
| Postos de trabalho | 4.4% |
| Outros subsídios desemprego | 2.6% |
| Contra acordo internacional | 7.0% |
| Contra neoliberalismo | 1.3% |
| Por políticas específicas | 12.7% |
| Contra corrupção | 0.0% |
| Contra repressão | 23.1% |
| Contra insegurança | 3.5% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.4% |
| Maior participação | 1.3% |
| Questões ambientais | 0.4% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.0% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 0.9% |
| Moradia | 0.0% |

Fonte: OSAL

Tabela 24
Demandas Protesto Argentina 2005

| Demandas | % |
|---------------------------------|----------|
| Aumento/Reposição | 37.1% |
| Contra redução salarial | 0.0% |
| Contra demissão/estabilidade | 3.9% |
| Contra atraso pagamento | 0.7% |
| Expropriação | 1.3% |
| Aposentadoria/13° salário | 2.6% |
| Outros direitos trabalhistas | 14.7% |
| Defesa ensino público | 4.9% |
| Aceleração da reforma agrária | 0.0% |
| Melhoria assentamentos | 0.0% |
| Auxílio produtor rural | 0.0% |
| Demarcação terras indígenas | 0.0% |
| Subsídios/seguro desemprego | 5.2% |
| Postos de trabalho | 4.6% |
| Outros subsídios desemprego | 0.7% |
| Contra acordo internacional | 3.9% |
| Contra neoliberalismo | 0.3% |
| Por políticas específicas | 5.2% |
| Contra corrupção | 0.0% |
| Contra repressão | 10.7% |
| Contra insegurança | 1.0% |
| Contra pobreza/Injustiça Social | 0.3% |
| Maior participação | 0.0% |
| Questões ambientais | 2.3% |
| Direitos mulheres/homossexuais | 0.7% |
| Direitos negros | 0.0% |
| Direitos indígenas | 0.0% |
| Moradia | 0.0% |

Fonte: OSAL

2.3 Ações

As modalidades de ação coletiva foram divididos de acordo com as seis categorias delimitadas abaixo:

i) Demonstrações (marchas ou passeatas, atos públicos, concentrações): tem caráter mais temporário e dinâmico de presença no espaço (geralmente urbano). É uma forma de ação coletiva utilizada por todos os atores nos dois países em todo o período estudado. O que significa que não se restringe a nenhuma demanda determinada, tampouco a atores específicos. Variam, contudo, os lugares em que tais ações são levadas a cabo e a dimensão espacial e temporal, no caso das marchas – podendo ser extensas e durar vários dias ou ser realizadas de um local a outro na mesma cidade. Geralmente são seguidas por um ato público, que também tem rituais específicos (quem sobe ao palanque, a ordem dos oradores, etc). Na Argentina é comum o uso da expressão *manifestaciones callejeras* ou *movilizaciones callejeras* (mobilizações de rua) para se referir às formas típicas de demonstrações no espaço urbano: marchas e concentrações. Esse termo é utilizado de forma freqüente tanto nas narrativas dos entrevistados como na literatura argentina sobre o tema – Farinetti (1999) assinala que *movilizaciones callejeras* “*são um elemento próprio da tradição peronista*” (Farinetti, 1999, p.12). No caso das demonstrações o que constitui os repertórios específicos são menos as ações em si e mais as formas como são organizadas. Ou seja, pode-se falar em repertórios específicos quando se verificam performances repetidas com algumas características comuns: como a disposição e postura dos participantes no caso das marchas; o lugar onde são realizados os atos e as marchas e o significado subjacente à presença em determinado lugar público; os símbolos materiais que se utilizam (objetos, roupas, bandeiras) e os cantos e consignas utilizados. O conjunto destes elementos constitui toda uma teatralidade e mística da apresentação em público, parte ativa na constituição das identidades coletivas. Cabe mencionar alguns repertórios constituídos por demonstrações nas respectivas capitais federais que se destacam nos dois países. Na Argentina, a ronda das *Madres* às quintas-feiras em torno da pirâmide da *Plaza de Mayo*, e as marchas que vão, pela *Avenida de Mayo*, à Casa Rosada (Plaza de Mayo) e a ao Congresso Nacional. E no Brasil as marchas pelo Eixo Monumental com destino à Esplanada dos Ministérios. Deve-se notar que cada uma destas marchas e os atos públicos que geralmente se seguem têm características específicas e determinantes dos repertórios. Como, por exemplo, a conformação das marchas na Argentina, nas quais – guardando relação com tradição do movimento sindical – os principais referentes

das organizações geralmente entram na frente com os braços atados, conformando uma espécie de corrente. No caso das marchas no Eixo Monumental em Brasília, elemento importante a ser observado é a extensão e a amplitude do espaço físico, o que implica uma diferente disposição dos manifestantes que ocupam este espaço, notadamente uma maior dispersão.



Foto 01: Ronda de las Madres de la Plaza de Mayo
Fonte: Secretaria de Cultura da Argentina. Fotografia: Carlos Villoldo



Foto 02: Ato CUT no Congresso (Esplanada dos Ministérios)
Fonte: Central Única dos Trabalhadores - CUT



Foto 03: Marcha Avenida de Mayo em ocasião da queda de De la Rúa
 Fonte: Pagina/12 (19/12/02). Fotografia: Bernardino Avila



Foto 04: Marcha Avenida de Mayo CTA e CCC. Formação de corrente
 Fonte: Pagina/12 (09/07/02)

ii) Greves, paralisações, redução ou atraso no ritmo de trabalho: são repertórios de ação historicamente característicos do movimento sindical. Nesse sentido estão ligados a demandas

trabalhistas e denotam poder de organização de determinado ramo de atividade (no caso em que o sindicato esteja coordenando a greve) ou dos trabalhadores no local de trabalho (no caso em que a comissão interna seja o organizador da ação). Há também greves convocadas por confederações e greves gerais convocadas por centrais sindicais. O grau de adesão atingido nestas indica, dentre outras coisas, o poder de mobilização e convocatória de determinada central ou confederação.

iii) Ocupação de terras em áreas rurais: é um repertório utilizado por atores coletivos do campo – tanto movimentos como organizações sindicais, e em alguns casos pastorais (CPT) – , que adquiriu força e se conformou como forma de reivindicar a distribuição de terras no Brasil notadamente na década de 90. As ocupações são uma forma de disputa pela presença permanente no território ocupado. Após a entrada em uma fazenda as famílias que participaram da ocupação montam um acampamento no local. Como aponta Sigaud (2005) os acampamentos do MST seguem uma série de regras relativas à forma como ficam dispostos os barracões, que são construídos com lona preta e madeira, sempre com a bandeira do movimento em um ponto central do acampamento, além de algumas regras relativas à convivência no espaço. Estes elementos são parte de uma simbologia que caracteriza as ocupações e os acampamentos como um repertório rígido e forte – nos termos apontados por Tilly (2006). Forte no sentido de que passa a ser adotado também por outras organizações, sociais e sindicais, como forma de demandar a distribuição de terras (Rosa, 2004; Ruschel, 2007). Ocupações feitas coletivamente e ligadas à questão da reforma agrária têm os principais registros iniciais no Brasil na década de 60 (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008). A partir de meados da década de 80, com a formação e expansão nacional do MST, este repertório se fortaleceu e se disseminou, tornado-se a forma de ação predominante para reivindicações ligadas à questão da reforma agrária. É um dos repertórios de ação coletiva de maior centralidade no Brasil no período estudado.



Foto 05: Acampamento MST

Fonte: Movimento dos Sem Terra - MST

iv) Ocupação de prédios públicos, terrenos urbanos, e acampamento em áreas públicas urbanas: Diferenciam-se das demonstrações por terem um caráter mais estático e de disputa por presença no espaço urbano. A ocupação de terrenos urbanos (notadamente terrenos abandonados ou públicos) é um repertório que está ligado aos movimentos de moradia e à demanda por moradia. A ocupação de prédios públicos é uma performance que está geralmente relacionada com pressão por alguma decisão política ou repúdio e tentativa de impedir tal decisão. No período observado foi utilizado por atores diversos como índios (ocupação de prédios da FUNAI); movimentos e organizações sindicais do setor rural (ocupação de prédios do INCRA); estudantes e docentes (ocupação de faculdades); e por outros atores de diferentes setores (ocupações de órgãos legislativos com o propósito de impedir a votação de alguma lei, e de lugares onde se está ocorrendo alguma reunião ou convenção que se quer impedir). Também se deram algumas ocupações de agências do Banco do Brasil (em demanda da liberação de crédito para agricultura) e de sedes e terrenos de empresas privadas nacionais e transnacionais (para denunciar algo ou exigir alguma providência pela empresa). O acampamento em locais públicos também é uma performance associada à pressão por alguma decisão política. Normalmente se instala o acampamento em frente ao órgão ao qual se quer pressionar por determinada decisão. No período estudado foi uma forma de ação utilizada principalmente por docentes em ambos os países (no caso da Argentina com a realização simultânea de aulas públicas) e pelo MST e outros movimentos do setor rural (acampamento em frente à sede do INCRA).



Foto 06: Ocupação da sede do INCRA/SP
Fonte: Estadão.com.br (21/07/08) Fotografia: Márcio Fernandes

v) Bloqueios (cortes) de vias públicas e piquetes: performance ligada à presença e disputa do espaço público como forma de demandar algo. Piquetes em portas de fábricas é parte de um repertório historicamente utilizado pelo movimento sindical, mas pode-se dizer que a utilização de piquetes como modalidades de protesto contra a situação de desocupação na Argentina ganha destaque a partir de 1996 com os bloqueios de rodovias nas províncias de Salta e Neuquén. Um piquete que bloqueia uma via pública geralmente é realizado inicialmente a partir da reunião de várias pessoas (previamente convocadas), em uma hora marcada, em torno de um ponto já determinado pelos grupos que organizam o piquete. A partir de então são carregados galhos de árvores e pneus velhos para o meio da estrada e é ateadado fogo, podendo-se bloquear toda uma rodovia ou apenas metade. Os integrantes dos grupos organizadores dos piquetes ficam também sob a rodovia, realizando atividades diversas (Catela, 2004). Um bloqueio geralmente é complementado por marcha, no local mesmo onde se realiza o piquete ou, no caso das que cobram mais visibilidade, à capital Buenos Aires e especialmente à sede do Ministério do Trabalho (Carrera e Cotarelo, 2001). Além de rodovias há também bloqueios de avenidas, ruas, pontes e ferrovias. As demandas comumente relacionadas a este repertório de ação no período estudado foram principalmente por planos de emprego, mas também por outros subsídios mais gerais, como alimentos, material escolar, ferramentas de trabalho, etc.



Foto 07: Corte de Rodovia (Provincia de Buenos Aires)
Fonte: CTD Aníbal Verón



Foto 08: Corte de Rodovia (Alagoas)
Fonte: MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade (07/02/2007)



Foto 09: Bloqueio de ferrovia pelo MST
 Fonte: Estadão.com.br (10/03/08)

vi) Outros: performances e formas de ação coletiva utilizadas por diferentes atores e ligadas a tipos diversos de demanda, geralmente envolvem ou são realizadas juntamente com outras formas tradicionais de demonstrações – como marchas, concentrações e atos. Essa categoria abarca performances como abraços simbólicos, *pintadas*⁵⁴, *ollas populares*⁵⁵, vigílias, romarias, greves de fome, aulas públicas, depredação de instalações públicas ou privadas, assembléias populares, *escraches*, e outras formas distintas de ação. Estão ligadas a demandas diversas embora algumas formas tenham se configurado como repertórios de ação de alguns atores específicos. Como, por exemplo, os *escraches* públicos, performances utilizadas principalmente por organizações de direitos humanos na Argentina para constranger e repudiar publicamente os repressores do período militar⁵⁶. Contudo, a partir do final da década de 90 os *escraches* são utilizados também para constranger políticos envolvidos em casos de corrupção ou má gestão pública (como o *escrache* que foi feito ao ex-ministro Domingo Cavallo).

⁵⁴ Pinturas de desenhos e inscrições em muros públicos.

⁵⁵ A tradução literal é “panela popular” e se refere ao processo de realização de uma “sopa popular” ou “comida popular” feito normalmente em locais públicos com o propósito de denunciar determinada situação de exclusão ou pobreza. Em ocasião do evento são realizadas também outras atividades, principalmente manifestações culturais, que adquirem caráter de protesto.

⁵⁶ Note-se que eles ocorrem juntamente com outras formas de demonstração, como atos públicos, marchas e concentrações.

Aula pública consiste na realização de uma aula em algum lugar central na cidade, em frente ao órgão responsável pela educação, por exemplo, ou do lado de fora das faculdades e escolas. São repertórios normalmente utilizados em ocasião de uma greve ou paralisação para reforçar as demandas pleiteadas. O conteúdo destas aulas geralmente envolve temas políticos. Foi uma performance bastante utilizada em ações de protesto de docentes na Argentina para o período analisado. Vigílias e romarias são ações cuja origem remete a práticas religiosas, católicas, e que estiveram presentes no Brasil de forma regular para o período observado, com destaque para as “romarias da terra” das quais participaram atores do setor rural. Na Argentina também foram realizadas algumas vigílias. No tocante às assembléias populares, cabe destacar que além de uma forma de protesto elas são ao mesmo tempo um método de discussão e um ator coletivo. As consideramos como modalidades de protesto na forma em que foram realizadas na Argentina no período observado, notadamente 2001 e 2002: elas eram realizadas em praças ou outros locais públicos importantes de cada bairro, e tinham caráter massivo, chegando a reunir centenas de pessoas (Palomino et al, 2007).



Foto 10: Organização do Escrache à Videla
Fonte: Pagina/12 Suplemento NO (23/03/06)



Foto 11: Olla popular
Fonte: Agencia de noticias de la CTA (26/06/08)

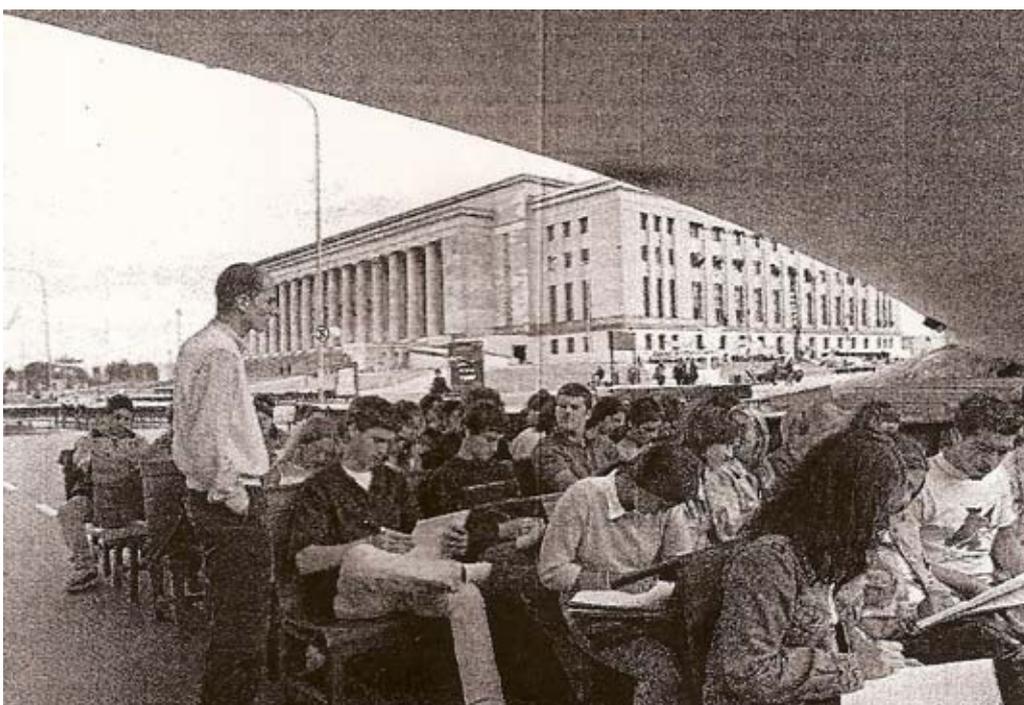


Foto 12: Aula pública Faculdade de Direito – Universidad de Buenos Aires
Fonte: Clarín (21/03/01)

Abaixo estão as tabelas que mostram o desenvolvimento, entre 2000 e 2005, dos dois repertórios aos quais deteremos nossa análise na última parte desta pesquisa: os bloqueios de vias públicas na Argentina e as ocupações de terra em área rural no Brasil. Em anexo estão outras tabelas de interesse: i) número de ocupações de terra no Brasil por organizações do campo, ii) número de ocupações de prédios públicos e acampamentos em área rural no Brasil; iii) número de cortes de vias públicas no Brasil entre 2000 e 2005

Tabela 25 – Número de ocupações de terras em área rural no Brasil entre 2000 e 2005 e participação percentual do MST

| Ano | Número de ocupações | Participação percentual do MST |
|------|---------------------|--------------------------------|
| 2000 | 393 | 72,52% |
| 2001 | 194 | 42,26% |
| 2002 | 184 | 53,26% |
| 2003 | 391 | 56,97% |
| 2004 | 461 | 57,04% |
| 2005 | 437 | 58,12% |

Fonte: CPT (2006)

Tabela 26 – Número de cortes de vias públicas na Argentina entre 2000 e 2005

| Ano | Cortes |
|------|--------|
| 2000 | 514 |
| 2001 | 1383 |
| 2002 | 2336 |
| 2003 | 1278 |
| 2004 | 1118 |
| 2005 | 1188 |

Fonte: Centro de Estudios Nueva Mayoría

3 PROTESTO E INTERAÇÃO

3.1 Contexto político-institucional e protesto na Argentina

Neste capítulo faremos uma discussão do contexto político-institucional na Argentina entre 2000 e 2005 com o propósito de discutir alguns elementos que caracterizaram a interação entre o Estado e os agentes do protesto que iremos estudar mais detidamente: organizações de desempregados.

Em primeiro lugar cabe apontar que na Argentina, assim como no Brasil, haviam sido realizadas, na década de 90, reformas estruturais de redução do Estado e reajuste fiscal que – em que pese as diferenças marcantes no grau em que tais reformas foram implementadas – tiveram como efeito a conformação de um campo de oposição cujo ponto de convergência era o repúdio ao neoliberalismo (Taddei e Seoane, 2000). Na mesma direção Scribano e Schuster (2001) argumenta que *“pode-se observar uma linha de parcial convergência, entre os que protestam na Argentina, sobre políticas neoliberais”* (Scribano e Shuster, 2001, p. 19)

A crise política de 2001 na Argentina e o processo de convulsão social⁵⁷ subjacente a ela já foi amplamente estudado e discutido – notadamente por autores argentinos (Auyero, 2002; Briones, Fava e Rosan, 2004; Grimson, 2004; Almeyra, 2004). Nesse aspecto cabe-nos apenas agregar que 19 e 20 dezembro de 2001, queda de de la Rúa⁵⁸, é representado como um ponto de inflexão, em termo de ações de protesto marcantes. No último capítulo analisaremos de forma mais detida as representações deste período.

Em termos dos efeitos da crise, notadamente o alto índice de desemprego, que veio se conformando como efeito das reformas estruturais realizadas ao longo da década de 90 (Lozano, 2001), cabem algumas observações relativas à alteração nas conformações do campo de protesto social, que dizem respeito tanto aos atores que protagonizam as ações coletivas neste período como também às demandas e repertórios de ação. Essas observações se baseiam tanto na compilação dos dados da cronologia como na revisão da literatura sobre o tema.

⁵⁷ Estamos nos referindo não só às ações de protesto como piquetes e manifestações de rua, como também aos inúmeros saques de empreendimentos comerciais (Auyero, 2007) e outros delitos registrados em diferentes regiões do país neste período, o que levou à declaração, pelo presidente, do Estado de sítio em dezembro de 2001. Aqui há que levar em conta também as interpretações que apontam para uma possível coordenação local do partido peronista com o propósito de desestabilizar o governo de la Rúa. Sobre a relação entre a estrutura local do partido peronista e os saques que contribuíram para desestabilizar o governo em 2001 ver Auyero (2007).

⁵⁸ Fernando de la Rúa se elegeu sob a sigla da Alianza (Alianza por el Trabajo la Justicia y la Educación), união entre o partido tradicional Unión Civica Radical (UCR) e o Frente del País Solidario (FREPASO) – conformada por partidos de centro-esquerda.

Em primeiro lugar observe-se que em maio de 1999 o número de desempregados na Argentina era de aproximadamente 1,5 milhões, ao passo que o de assalariados registrados era de aproximadamente 3,5 milhões (esses números excluem os trabalhadores autônomos e ao não-registrados). De maio de 1999 a maio de 2002 o número de desempregados havia subido para aproximadamente 3 milhões, igualando-se ao número de assalariados registrados, que havia caído também para 3 milhões (*Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales- MTESS apud PALOMINO, 2008*). Em termos percentuais cabe observar que a taxa de desemprego que era de 9,3% em 1993 passa a 14,5% em 1999, e já em 2002 aumenta para 21,5%⁵⁹. Nesse contexto, as demandas trabalhistas típicas (como reajuste salarial e melhores condições de trabalho) perderam centralidade no período entre 2000 e 2002. Com efeito, observando-se os dados das cronologias – apresentados nas tabelas do segundo capítulo – relativos às categorias de demandas trabalhistas podemos observar que demandas por não redução salarial e por não demissão prevaleceram em relação a demandas por aumento salarial neste período.

Outra observação relevante em relação ao período de 2000 a 2002 é o aumento da centralidade das organizações de desempregados e dos bloqueios de vias públicas como repertórios ligados a estes atores. Com efeito, em 2000 foram registrados 514 cortes no território nacional, ao passo que em 2002 este número subiu para 2.356 (ver tabela capítulo 2). Este fato também está relacionado ao aumento nos níveis de desemprego apontados acima.

3.1.1 Desempregados e classe trabalhadora

No tocante à conformação das organizações de desempregados como atores coletivos cabe observar que a partir de 2001 há um crescimento tanto no número de grupos ou movimentos que se apresentam como organizações de trabalhadores desempregados, como também um crescimento na base destes grupos. A base das organizações de desempregados é conformada principalmente a nível territorial, mais especificamente nos bairros. Com o aumento no nível de desemprego há conseqüente perda de centralidade dos sindicatos como fonte de identificação e organização e um deslocamento em direção ao bairro como núcleo organizador e de formação de identidade coletiva: “*espaços de consolidação de relações sociais, lugar apropriado para re-significação e emergência de ação coletiva*” (Svampa, 2008, p. 172). Torres (2007) também aponta para o deslocamento em direção ao bairro como

⁵⁹ Fonte: INDEC-Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina. Ver tabela em anexo com a evolução dos níveis de emprego

marco de inscrição social e de identificação: “(...) *o bairro permite aos indivíduos articular apoio para a ação coletiva*” (2007, p. 30). Nesse sentido é elucidativa a seguinte afirmação do então Secretário Geral da CTA em relação às iniciativas de coordenação com organizações de desempregados de base territorial:

Nós também estávamos nos bairros tratando de alentar organizações de desocupados, até que nos demos conta de que o bairro era a nova fábrica, o bairro como tal. E que aí havia organizações, não havia que inventar nada, havia que reconhecer-las e dar-lhes espaço e lugar. (Victor de Gennaro *apud* Gurrera, 2004, p. 155)⁶⁰

Acerca das mudanças nos protagonistas e nas reivindicações ligadas ao protesto social na Argentina nas últimas décadas Scribano e Schuster (2001) argumenta que em todo o período desde a redemocratização em 1983 e ao longo da década de 90 houve presença abundante de protesto na Argentina. Contudo com alto grau de fragmentação e escassa durabilidade, uma vez que se centravam em questões setoriais e estavam ligadas a ações de determinados sindicatos⁶¹. Na década de 90, no contexto do governo Menem e das reformas estruturais de redução do Estado, os sindicatos estatais tiveram centralidade como agentes das ações de protesto (Shuster, 2001).

Mas ao longo da década de 90 há também uma diversificação de atores e demandas, ao que correspondeu certo grau de mutação das identidades clássicas ligadas ao sindicalismo – eixo central das ações de protesto desde o início do século XX (Shuster, 2001). E, nesse contexto o já referido aumento nas organizações de desempregados como agentes do protesto.

Mas a perda relativa de relevância das organizações sindicais tradicionais como núcleos organizadores da ação coletiva aliada ao crescimento da centralidade das organizações de desocupados não nos autoriza a concluir que tenha havido uma perda de importância da experiência sindical como referência. Com efeito, Almeyra (2004) aponta para o fato de que os sujeitos das mobilizações no final da década de 90 eram trabalhadores recém desempregados, que embora não contassem com a estrutura sindical para se mobilizar, “*se apoiavam em suas experiências de ação direta aprendidas na luta sindical*” (2004, p. 56).

⁶⁰ Note-se que na afirmação também está presente o papel que esta central assume de representar organizações de desempregados. Essa ampliação dos limites tradicionais de representação das organizações sindicais será discutido mais adiante.

⁶¹ O autor aponta também para o surgimento das organizações de direitos humanos, ainda na década de 80, como uma novidade em relação ao sindicalismo em termos de atores e demandas. Dentre essas organizações destacam-se as Madres de la Plaza de Mayo. Sobre a importância deste movimento no campo de protesto social e no contexto político argentino mais amplo o autor assinala: “Não cabe dúvida que esses movimentos (e particularmente as Madres) constituíram uma impressionante fonte simbólica para o desenvolvimento dos movimentos de protesto posteriores na Argentina” (Scribano e Shuster, 2001: 18).

Muitas das lideranças das organizações de desocupados eram, como aponta Svampa (2008), ex-delegados sindicais e líderes sindicais – quem, nos termos de Bourdieu (2007), teriam acumulado capital político e social em outros campos – que teriam sido na verdade os primeiros a se mobilizar:

As primeiras organizações piqueteras nasceram desta mescla particular entre o passado operário e sindical e o presente dos trabalhadores desempregados que foi a ação de militantes do movimento operário, ex-ativistas ou dirigentes sindicais, como Alderete (da CCC), relacionado com a esquerda católica, como D’Elia (da FTV), militantes da esquerda (PRT), como Roberto Martino (do MTR) (Almeyra, 2004, p. 137)

Nesse sentido Gurrera (2004) também aponta para o importante papel dos trabalhadores organizados sindicalmente na organização e participação dos primeiros bloqueios de rodovias realizados no contexto da década de 90⁶². Um fragmento do relato de Fabio Basteiro⁶³ acerca do contexto de agravamento da questão do desemprego é também elucidativo neste sentido:

Havia uma situação onde os companheiros diziam que eram ex-metalúrgicos, e-ferroviários, ex-bancários, mas não eram desempregados, para eles sua identidade estava ligada a seu trabalho anterior, e se deu uma situação bastante complexa porque as pessoas não sabiam o que era ser desempregado, tinham vergonha (Fabio Basteiro, 2008)

No mesmo sentido Cotarelo e Carrera (2001) apontam que a rápida construção de formas sistemáticas e organizadas de ação dos piqueteros entre a segunda metade da década de 90 e os primeiros anos do século XXI estaria vinculada “à longa tradição de organização sindical dos trabalhadores argentinos” (Cotarelo e Carrera, 2001, p.11). A seguinte citação de Almeyra (2004) também é ilustrativa deste argumento:

Os piqueteros, portanto, nascem aí onde já tinha havido um processo de construção de consciência e identidade (...) que se realizou a partir de uma politização geral e de fortes sentimentos coletivos de solidariedade e esforços de auto-organização resultantes de decênios e que deram base à singularidade do movimento trabalhista e popular argentino (Almeyra, 2004, p. 135)

Essa longa tradição sindical que, como aponta Gurrera (2004), teria permitido à CTA uma ampliação de seus limites identitários a partir do deslocamento da noção de *classe*

⁶² Notadamente no caso de Neuquén, com referentes da ATE (Gurrera, 2004), e de Jujuy, com referentes da CTA (Catela, 2004).

⁶³ Secretário Geral da CTA Capital (Buenos Aires). Entrevista realizada em Buenos Aires em 26/09/08.

trabajadora para incluir também trabalhadores desempregados⁶⁴, nos ajuda a entender a presença contínua desta central sindical em ações de protesto em um contexto no qual as organizações sindicais vinham perdendo centralidade como núcleos organizadores e coordenadores de ações coletivas.

A coordenação da CTA com as organizações piqueteras se deu mais especificamente com organizações de matriz territorial, originalmente relacionadas à questão de moradia, notadamente FTV e Barrios de Pie. A relação com a FTV, que antes de se conformar com esta sigla em 1998 era uma rede de organizações de bairro⁶⁵ do município de *La Matanza*⁶⁶, remete ao contexto de surgimento da CTA. Com efeito, já no início da década de 90 o líder desta organização, Luis D’Elia, tinha relação com alguns dirigentes de grêmios que depois iriam formar a CTA⁶⁷ (Gurrera, 2004), o que facilitou a aproximação mais tarde. Em 1996 há um encontro entre a condução nacional da central e o líder D’Elia, a partir da qual se inicia um processo de discussão para a formação de uma federação relacionada ao tema da moradia, o que estaria em consonância com os “*direccionamentos da CTA em avançar na criação de federações que dêem unidade a nível nacional aos trabalhadores que compartilham áreas afins*” (Gurrera, 2004, p. 156)⁶⁸. É nesse contexto que em 1998 se funda oficialmente a FTV no escopo da CTA. Note-se que a FTV, assim como outras organizações de caráter territorial e relacionadas ao problema da moradia, passam a ser identificadas como organizações de trabalhadores desempregados ou organizações piqueteras a partir principalmente dos últimos anos da década de 90. O que guarda relação com o fato de que é no nível do bairro que passam a ser coordenadas as reivindicações relativas ao problema do desemprego e as ações coletivas para levá-las a cabo.

⁶⁴ A autora faz uma citação de DeGennaro que permite apreender como foi possível o processo de ampliação destes limites identitários. Ao relatar a experiência de discussão e convocação de alguns líderes de bairros em La Matanza (Província de Buenos Aires), o líder da CTA fala de sua visita: “Eu vou porque eles diziam “não, os sindicatos não”... Então eu digo a todos os delegados dos bairros: “vamos ver: quem já foi delegado sindical?” E a maioria levantou a mão. (...) Ou seja, todos tinham experiência, o sindicato está na cabeça, a organização barrial está na cabeça, o cultural está, e contra isso não se pode” (De Gennaro apud Gurrera, 2004, p. 163)

⁶⁵ A maioria deles assentamentos constituídos a partir de ocupações.

⁶⁶ O município (partido) de *La Matanza* é um dos 24 municípios em torno da capital federal Buenos Aires que conformam o que se denomina *Conurbano Bonaerense* (Grande Buenos Aires). A população de Buenos Aires em 2001 era de cerca de 2,7 milhões de habitantes, ao passo que a da Grande Buenos Aires era de cerca de 12 milhões (INDEC). Dentre os municípios que compõem o *Conurbano* estão alguns mais urbanizados que eram pólos industriais tradicionais, como a zona oeste e sul, e a zona norte, que é a região mais rica do aglomerado. *La Matanza* era um importante pólo industrial e está localizado na zona oeste, sendo um dos maiores municípios e o mais populoso do *Conurbano* (depois da capital Buenos Aires). Atualmente possui bairros de renda média e outros bastante pobres. É um município central em termos de ação de organizações de desempregados, conformando a base principal de duas das maiores organizações: FTV e CCC.

⁶⁷ Como a Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE).

⁶⁸ Outra organização filiada à CTA que está relacionada ao tema da moradia é o Movimiento de Ocupantes e Inquilinos (MOI).

O argumento de que a noção de “classe trabalhadora” teria sido ampliada para incluir os trabalhadores desempregados requer algumas observações sobre o significado deste termo no contexto argentino. A construção desta categoria está ligada ao peronismo e ao processo de construção histórica deste referente como “*identidade política dos trabalhadores*” (Farinetti, 1999, p. 11). Nesse sentido a referência e re-apropriação do termo “classe trabalhadora” para incluir desempregados só foi possível porque a noção de “trabalhador” como sujeito da ação já tinha uma propriedade e um significado específicos: “*se na Argentina tem sentido referir-se aos trabalhadores ou ao movimento operário, inclusive ao povo trabalhador, como sujeitos de ação, é porque tem existido uma linguagem que os há conferido significado como tais*” (Farinetti, 1999, p. 11). Sobre este aspecto cabe notar que a própria designação “*trabalhador desempregado*” é ilustrativa da centralidade e da importância conferida à noção de “trabalhador” na Argentina. Assim como as outras designações que levam junto o termo “trabalhador”, como por exemplo: *trabalhadores* estatais⁶⁹, *trabalhadores* de fábricas recuperadas, *trabalhadoras* sexuais. Gurrera (2004) aponta nesse mesmo sentido ao assinalar a importância da ampliação da noção de “classe trabalhadora” para justificar a representação dos desempregados na CTA:

A afirmação do desempregado como um trabalhador é o fundamento sobre o qual se sustentará a representação destes setores. Ademais, a apelação ao conceito de “classe trabalhadora” – e ao de trabalhador – justifica a ação no interior do espaço sindical ao mesmo tempo em que traça uma continuidade com respeito ao caráter coesivo que tradicionalmente comporta esse termo a nível simbólico (Gurrera, 2004, p.)

3.1.2 Desempregados e o Estado

A partir da discussão do campo de protesto podemos também olhar para as mudanças no campo político-institucional no que diz respeito às duas sucessivas trocas de governo que se deram no período analisado⁷⁰. Essa abordagem relacional se justifica na medida em que os processos nos dois campos estiveram interligados e foram mutuamente determinantes. Em primeiro lugar cumpre observar que após a saída de De la Rúa há um aumento considerável na conflitividade social verificada no país, o que se manteve ao longo do ano 2002 e início de 2003 – pautando, pois, tanto o Governo de Eduardo Duhalde (janeiro de 2001 a abril de 2003)

⁶⁹ No Brasil a denominação mais utilizada é “servidor público” ou “funcionário público”.

⁷⁰ Estamos nos referindo à entrada de Duhalde em janeiro de 2002, após a queda de de la Rúa, e a eleição de Kirchner em 2003. Não discutiremos o período em que estiveram na presidência Ramón Puerta, Adolfo Saá e Eduardo Camaño por ter sido representado um período muito de curto de tempo (dez dias no total) com pouca relevância para os propósitos desta pesquisa.

como o contexto de início do governo de Néstor Kirchner (abril de 2003 a dezembro de 2007). Essas considerações nos permitem avaliar algumas das ações tomadas por estes dois presidentes especificamente com relação ao protesto.

No contexto do governo de Duhalde cabe destacar duas ações que tiveram impacto marcante para o campo do protesto social. A primeira delas diz respeito à política relativa à distribuição de planos sociais (Planes Jefas y Jefes de Hogar - PJJH)⁷¹, que está relacionada, de um lado, ao contexto de agravamento das condições de desemprego e pobreza por qual passava o país. O que o próprio texto do Decreto⁷² que cria os planos reconhece, considerando que:

Sendo de público e notório conhecimento a gravíssima crise que afeta nosso país, que alcança níveis de pobreza extrema, agravados por uma profunda paralisia produtiva, resulta obrigatório instrumentar as medidas necessárias e adequadas para paliar a difícil situação que atravessa um importante setor da população (...) surge a necessidade de universalizar urgentemente o Plan Jefas y Jefes de Hogar com o fim de assegurar um mínimo ingresso mensal a todas as famílias argentinas (Decreto N° 565/2002)

O Decreto determina que a distribuição dos planos deveria ser feita de forma descentralizada, a cargo de cada província, e se aplicando no âmbito dos municípios – nos quais o controle e efetivação da distribuição deveria ser exercida por um Conselho Consultivo em cada localidade, “*integrados por representantes dos trabalhadores, dos empresários, das*

⁷¹ Antes de 2002 o plano do governo federal de *emergencia laboral* era o *Plan Trabajar*, que se aplicou entre 1996 e 2001 e consistia no benefício de \$200 pesos por seis meses e tinha como contrapartida a necessidade de realização de uma atividade ou tarefa de melhoria do bairro conforme projeto da prefeitura ou de alguma ONG (Delamata, 2004). Ele também tinha um critério descentralizado de distribuição, o que, como veremos adiante, facilita a manutenção de uma estrutura clientelista baseada no acesso a estes planos. No governo de de la Rúa há uma mudança na forma de distribuição dos planos como tentativa de mitigar a estrutura clientelista (peronista) e limitar o crescimento dos pequenos grupos piqueteros na província de Buenos Aires (Burdman, 2002). No lugar de deixar os critérios de distribuição dos planos sob a responsabilidade dos municípios, propõe-se que estes sejam outorgados a ONGs, que se responsabilizem por sua distribuição. Contudo, essa política termina por gerar efeitos inversos em termos dos objetivos de mitigar as ações das organizações piqueteras, como aponta Burdman (2002). Com efeito, a partir deste ponto estas organizações se orientam no sentido de se institucionalizar, formam suas próprias ONGs e se fortificam: se convertem em movimentos sociais organizados com maior poder de pressão, uma administração econômica própria, e com uma prática sistemática de “piquetes” ou bloqueios de rodovia para manter-la (Burdman, 2002, p.1). Existem também outros planos e programas sociais de escopo regional e local como o *Plan Barrios Bonaerenses* e o *Programa de Empleo Comunitario* (Torres, 2007; Almeyra, 2004).

⁷² Formulado no marco de outro Decreto (N°165/2002) que declara “Emergência Ocupacional Nacional” até 31 de dezembro de 2002. Posteriormente a vigência do programa PJJH é postergada para 31 de dezembro de 2003 (Decreto N° 39/2003) e para 31 de dezembro de 2004 (Decreto N°1353/2003), contudo não há um aumento no número de beneficiários dos planos, apenas a manutenção dos já existentes, com algumas baixas em 2004 (Torres, 2004).

organizações sociais e confessionais e pelos níveis de governo que correspondam” (Artigo 9, Decreto N° 565/2002)⁷³.

Por outro lado, a política de distribuição de PJJH também está relacionada às orientações político-partidárias de Duhalde – o que nos remete a uma breve explicação sobre o partido peronista e seu protagonismo dentro do espectro político argentino. O Partido Justicialista (PJ), criado por Perón em 1947⁷⁴, passou, durante a década de 90 com o governo Menem, por uma re-orientação na direção contrária daquilo que tinha caracterizado a política peronista até então, em que pesem seus vários matizes. Ao contrário de uma política de proteção à indústria nacional, fortalecimento do aparato estatal e proteção dos direitos trabalhistas, o governo Menem leva a cabo uma política econômica mais liberal, com abertura da economia argentina, medidas de reajustes fiscais com a redução do papel do Estado em várias áreas, como educação e saúde, e aprovação de leis que flexibilizam as relações trabalhistas. Esse deslocamento tem impactos no campo do protesto social na medida em que

⁷³ Dentre as funções do conselho está a de “assistir à manutenção atualizada do registro de beneficiários do programa” (Artigo 13, Decreto N° 565/2002)

⁷⁴ Com a derrubada de Perón em 1955 e o início do período militar que se denominou “Revolução Libertadora” (1955-1958), o PJ, que era então a orientação partidária indiscutivelmente majoritária (Cavarozzi, 1988), é proscrito, ficando impedido de concorrer em eleições a nível federal até 1973. Em 1958 são realizadas eleições para presidente, com o PJ ainda proscrito, das quais sai vitorioso o candidato Arturo Frondizi (UCR). Após uma vitória estratégica do PJ nas eleições da província de Buenos Aires em 1962 os militares depõem Frondizi e assumem o poder até 1963, quando é eleito outro presidente radical, Arturo Illia. Em um contexto de condições de governabilidade decrescente Illia é deposto em 1966 por militares (liderados pelo general Onganía) em um golpe apoiado por uma facção do sindicalismo liderada por Augusto Vandor. Em 1971 Onganía cai após perder sua base de apoio e assume o general Lanusse que começa o processo de abertura para a realização de eleições com a participação do PJ. Em 1973 Perón volta do exílio e assume a presidência após a renúncia Cámpora (candidato do PJ que havia sido eleito no mesmo ano). Contudo, Perón morre em 1974 e assume a vice-presidente, sua esposa Maria Estela Perón (Fausto e Devoto, 2004). Contudo, a partir de 1973 o contexto político e social argentino havia de agravado em termos de intolerância e negação do oponente ou adversário. Um indício disso é o recrudescimento das ações das organizações gurrilheiras e da força paramilitar Alianza Argentina Anticomunista (Triple A). Em 1976 os militares tomam o poder e inicia-se o período denominado de “Reorganização Nacional” (1976-1983), no qual “de desaparece” com 30 mil pessoas. Em 1983 são realizadas eleições livres e é eleito o candidato da UCR Raúl Alfonsín.

O ciclo político de vai de 1955 a 1973 é denominado por Cavarozzi (1988) de “jogo democrático impossível”. Impossível porque de um lado o peronismo era a orientação política majoritária indiscutível e por outro lado ele estava impedido de aceder aos meios institucionais de participação política. Essa negação do oponente como válido e legítimo (que contraria o pressuposto básico de funcionamento de uma democracia) gerou um contexto de instabilidade e de incapacidade dos presidentes eleitos de exercer normalmente seu mandato. Com efeito, a orientação política peronista – cuja força central estava então representada pelo movimento sindical (representado pela CGT) – na medida em que não estava habilitada a participar politicamente por meio dos canais institucionais formais, exercia sua força por meio dos canais não-institucionais. Em outras palavras, participava politicamente através das ações e repertórios consolidados e reforçados no peronismo – notadamente as manifestações de rua massivas e as greves (Farinetti, 1999) – que por sua vez se tornavam cada vez mais subversivos do funcionamento político institucional. E cabe ressaltar, tinham sucesso e ganhavam força na medida em que logravam destituir ou fazer renunciar os representantes não-peronistas que tinham sido eleitos a partir do constrangimento e proscricção do PJ. Nesse contexto cabe observar que não só os repertórios de ação coletiva ligados ao peronismo que se fortaleceram no contexto deste “jogo democrático impossível”, como também as demandas por renúncia de governantes e a representação de tais renúncias como um êxito do processo de mobilização, que estiveram presentes no período de 2000 a 2005, são fenômenos que guardam relação com experiências históricas anteriores.

gera um campo de oposição cujo referente identitário passa a ser a alteridade às políticas neoliberais de Menem, levando à constituição de um espectro de demandas que tiveram como eixo a oposição ao neoliberalismo. Outro efeito deste deslocamento do referencial peronista, como destacado por Farinetti (1999), seria a criação de uma estrutura de oportunidades política para o advento de novos repertórios de ação diferentes do clássico repertório trabalhista (greves e *movilizaciones callejeras*): *estallidos* provinciais e bloqueios de rodovias.

Mas a re-orientação do peronismo durante o governo Menem tem efeitos também no campo político-partidário. Ela leva a dissidências dentro do PJ, o que se expressa, dentre outras coisas, na decisão do partido de permitir a apresentação de três candidatos diferentes nas eleições de 2003⁷⁵. Duhalde, que havia sido governador da província de Buenos Aires de 1991 a 1999, assume a presidência em janeiro de 2002 após decisão do parlamento e no contexto de instabilidade após a saída de De la Rúa. Nas eleições de 2003 apóia Kirchner, mas ao longo do mandato passa a ser sua principal oposição. Note-se que a oposição se dá entre dissidências do PJ, que se (re)consolida, ao longo do período estudado, como orientação partidária majoritária no cenário político argentino.

Outro elemento a ser destacado acerca da política peronista é o grau de capilaridade – através da ação em bairros e da figura do *puntero* político⁷⁶ – que alguns de seus líderes têm entre a população de mais baixo ingresso, e o tipo característico de relações clientelistas que se estabelecem neste nível. Sobre o papel do *puntero* no contexto político argentino Auyero (2004) destaca: “*os punteros do PJ são atores centrais em uma rede de resolução de problemas cotidianos que controlam o acesso a um conjunto bastante amplo de recursos materiais (desde subsídios estatais para desempregados, até alimento e remédios) e de informação sobre os mesmos*” (Auyero, 2004, p. 137). A ação destes *punteros* está inscrita e é possível devido a um processo complexo de reconstrução e reprodução de experiências e identidades históricas (que remetem à simbologia do peronismo), aliado a uma situação de pobreza e necessidades extremas (Auyero, 1999). Ou seja, não é meramente uma relação de troca material. A relação entre o *puntero* e os “clientes” envolvem processos cognitivos e de

⁷⁵ Dentre eles estão Kirchner (Frente para la Victoria) e Menem (Frente por la Lealtad), que obtêm o maior número de votos nestas eleições (Menem obtêm 24,4% dos votos válidos e Kirchner 22,2%). Mas nenhum superior a 45%, que é o mínimo necessário para um candidato se eleger de acordo com as leis do país. A lei prevê então a realização de um segundo turno (*ballotage*) entre os dois, contudo Menem renuncia sua candidatura e Kirchner é considerado o candidato vitorioso. Note-se que ele havia obtido apenas 22,2% dos votos no primeiro turno, tendo sido, portanto, eleito com uma margem historicamente baixa de votos válidos.

⁷⁶ Seria uma espécie de cabo eleitoral, mas com ação personalizada e próxima da base territorial que envolve atenção e provimento das necessidades básicas da população em seu território de ação em troca de apoio político.

formação de sentido a partir da utilização e re-apropriação de recursos simbólicos que têm como resultado a produção de conhecimentos e esquemas interpretativos da realidade que garantem a continuidade das relações clientelistas.

Sobre a importância da estrutura *punteril* para o PJ Auyero (2004) aponta que é através da posição política privilegiada de alguns de seus dirigentes, com acesso a recursos estatais, que os intermediários locais “*resolvem inúmeras necessidades básicas dos habitantes dos enclaves de pobreza urbana, acumulam capital político, e mantêm em funcionamento a maquinária eleitoral do PJ*”(Auyero, 2004, p. 134) Nesse sentido, não se pode desconsiderar o papel deste sistema de relações no nível dos bairros para o processo de construção do partido peronista como partido majoritário na cena política Argentina. Importa observar que grande parte dos recursos pelos quais é possível aos punteros atender às necessidades básicas da população de menor ingresso vem dos planos sociais emergenciais. Voltaremos a isso mais adiante.

A ação no nível do bairro também é básica para as organizações piqueteiras, como apontamos acima. De acordo com algumas interpretações o aumento da ação destas organizações nos bairros estaria relacionado com a perda da capacidade do PJ de prover recursos básicos no contexto da crescente crise econômica do final da década de 90 (Svampa, 2008; Delamata, 2004). Nesse sentido Torres (2007) aponta que “*o movimento piquetero se consolida, em parte, pela incapacidade da oposição política partidária e, por outro lado, pelo desmantelamento relativo da estrutura punteril do PJ para atenção à pobreza*” (Torres, 2007, p. 146). Outros autores (Auyero, 2004) argumentam, por outro lado, que o PJ não teria passado por um processo de enfraquecimento de sua ação no nível dos bairros na década de 90. Ao contrário, no contexto de aumento da miséria e do hiper-desemprego e perda de centralidade das organizações sindicais, o partido teria deslocado sua área de influência do movimento sindical para as o nível territorial dos bairros. E nesse sentido teria-se aumentado ainda mais a influência dos *punteros* como meios possíveis de acesso aos recursos do Estado: “*a política clientelista não é nova na Argentina, mas sua relevância política, social e cultural avançou desde o início da década de 90 – coincidentemente com a aplicação radical das reformas neoliberais*” (Auyero, 2004, p. 144). Não seria uma inferência equivocada pensar que o processo de agravamento da situação de pobreza e de desemprego teria oferecido uma oportunidade para a ação tanto da estrutura *punteril* do PJ como das organização de desempregados.

Em relação à ação das organizações piqueteras no nível dos bairros, geralmente no lugar da figura do *puntero* está presente a figura de um militante de esquerda (delegado

sindical ou ligado a partidos políticos), como aponta Svampa (2008). Seria, portanto, um processo de continuidade e ao mesmo tempo de ruptura. Continuidade no sentido da persistência de uma ação política no nível territorial ligada à gestão de necessidades básicas. E ruptura no sentido da formação de um “novo ethos militante” caracterizado por formas distintas de ação política e coletiva – notadamente ações diretas (Svampa, 2008).

Contudo, importa notar que a ação das organizações piqueteiras no nível do bairro não chega a se colocar como um questionamento da hegemonia da presença do PJ neste nível (Svampa, 2008). E tampouco se pode concluir que a prática dos militantes de partidos de esquerda e líderes das organizações piqueteras esteja isenta de uma relação clientelista. Outra ressalva é a de que há uma interpenetração, no nível dos bairros, entre os antigos militantes ligados ao PJ e os militantes das organizações piqueteiras: “*há uma confrontação, reconhecimento e negociação com a estrutura puntera do PJ*” (Svampa, 2008, p.178). O elemento de disputa está presente no seguinte relato de um membro do MTD Aníbal Verón:

Isto é uma de nossas lutas centrais: disputar o território com o puntero, diminuir o acesso do puntero, e colocar outro tipo de construção, uma construção onde a gente se mobilize por suas necessidades, lute e comece a pensar e refletir quais são os caminhos, quais são os métodos mais necessários para solucionar os problemas que têm. E isso é um problema porque do outro lado deste puntero muitas vezes está o Estado, ou algum partido político que está no Estado (Rodrigo Segovia)⁷⁷

E na narrativa de membro da Frente Popular Darío Santillán sobre como é o processo de re-significação das relações no nível dos bairros pelas organizações de desempregados:

Muitas vezes a formula para combater o clientelismo era: “nós não damos nada, o Estado é que nos dá. E para que nos dá? Bom para os que estamos na luta, como uma forma de favorecer a luta, e cortar as relações clientelares. Eu não sou como um puntero do governo, que se você vem eu te dou. Eu não te dou nada. As coisas as conseguimos entre todos”. Essa era a proposta. Mas muita gente entendeu: “se vou com os piqueteros me dão coisas”. Então mais que um processo de consciência, de participação na organização e na luta, o que se dava na cabeça de muita gente era: “vou com eles porque me dão mais que podem me dar outros”. Aí era então como uma própria armadilha (Mariano Pacheco)⁷⁸

A dimensão de interpenetração entre a estrutura do PJ e os militantes das organizações de desocupados também pode ser notada na narrativa de um membro do movimento *Barrios de Pie*, contudo a partir de uma postura diferente, revelando mais o processo de reconhecimento e negociação do que propriamente o de disputa:

⁷⁷ Entrevista realizada em Buenos Aires em 26/09/08

⁷⁸ Entrevista realizada em Buenos Aires em 27/09/08

A pessoa que participa no bairro muitas vezes esteve ligada ao PJ ou a espaços punteris, ou a outras expressões políticas provinciais que são conservadoras. Mas que vem ao movimento porque vêem que o movimento tem vida, porque vêem que o movimento resolve coisas. E bom que venham, mas trazem um montão de práticas que a nosso juízo são negativas e que são herdadas de suas antigas práticas. Com isso nos também tratamos não de blindar-nos, do ponto de vista de que não haja incorporação, porque muitas vezes são os setores que mais participam, e também trazem qualidades, mas sim de garantir que isso não seja algo que prevaleça” (Roberto Baigorria)⁷⁹

Note-se que nestas narrativas há uma caracterização negativa das práticas características dos *punteros*, estabelecendo-se um campo de alteridade a estas práticas que situa e define as práticas das próprias organizações em termos opostos. No caso da narrativa do membro do MTD Aníbal Verón está presente, ademais, uma preocupação com a necessidade de se re-significar a “construção” subjacente à prática punteril, forjada e reproduzida pelas relações estabelecidas no nível dos bairros. O processo de construção cognitiva de esquemas de percepção e interpretação do mundo social que são produzidos e re-afirmados através das práticas dos *punteros* políticos e que permitem uma sobrevivência também é ressaltado por Auyero (2002):

Esses esquemas de percepção, avaliações e ação são, por sua vez, re-confirmados pelas ações simbólicas que os patrões e *punteros* realizam, também de maneira constante, em seus discursos públicos (acentuando seu “amor pelos pobres”; sua sacrificante tarefa) e nas suas formas de dar personalizadas (acentuando as dificuldades sorteadas para obter o benefício, criando desta maneira a impressão de que se eles, os bem-feitores, não estivessem onde estão, não haveria bens ou serviços para repartir) (Auyero, 2004, p.142)

3.1.3 Construção interna das organizações de desempregados

As formas de ação das organizações de desempregados no nível territorial dos bairros variam de acordo com cada grupo. Os de orientação mais autonomistas buscam manter uma dinâmica mais horizontal – que como demonstra Vitullo (2005) para o caso do MTD Aníbal Verón, implica em uma concepção não hierárquica de representação, com um processo de decisão mais semelhante a uma democracia direta. Em organizações mais institucionalizadas, como é o caso da CCC, o processo de debate e decisão se dá a partir de uma assembléia de

⁷⁹ Entrevista realizada em Buenos Aires em 10/10/08.

delegados representantes de cada bairro, que se reúne semanalmente e é coordenada e dirigida por referentes da organização, no caso do município de *La Matanza*, Juan Carlos Alderete⁸⁰. A tomada de decisão a partir de uma dinâmica de assembléia – de caráter mais ou menos direto – é apontada por Pereyra e Svampa (2003) como uma das características comum entre as organizações de desempregados.

A utilização de uma metodologia de ação direta, notadamente o piquete ou bloqueio de rodovias, seria outra das características comuns entre as organizações piqueteras (Pereyra e Svampa, 2003). Os piquetes e bloqueios de vias públicas como repertórios de ação de protesto foram descritos acima. Cabe pontuar aqui algumas diferenças que podem estar presentes na utilização desta metodologia de ação. Até 2000 os bloqueios não eram comuns na Grande Buenos Aires (Carrera e Cotarelo, 2001). A partir de 2001, principalmente devido à ação do que ficou conhecido então como bloco matancero, (*La Matanza*) conformado por CCC e FTV, dá-se início a uma série de bloqueios de vias públicas no entorno de Buenos Aires. Estes bloqueios envolviam um grande número de pessoas, chegando a milhares, e tinham importante visibilidade na medida em que se localizavam próximos à capital⁸¹. Algumas características dos bloqueios realizados em *La Matanza* e em outros municípios da Grande Buenos Aires no ano 2001 são apontadas por Carrera e Cotarelo (2001): *são massivos, prolongados no tempo, com decisões tomadas em assembléia, mas são também socialmente homogêneos, por objetivos imediatos (ainda que nos discursos se faça referência ao “modelo socioeconômico”), sem que se chegue ao enfrentamento com nenhuma força armada* (Carrera e Cotarelo, 2001, p. 55).

Os tipos de bloqueios podem ser separados entre os que constituem a forma de ação principal em um conflito e os que constituem uma forma subordinada a outras formas de ação utilizadas no mesmo conflito, como por exemplo, um corte de via pública feito no contexto de uma greve. Os bloqueios que constituem a forma principal de ação em determinado conflito podem ser realizados por um tempo breve, assumindo a forma de uma concentração, ou podem ser feitos por vários dias como uma forma de ocupação duradoura do espaço público,

⁸⁰ Conforme observado em ocasião de participação nestas reuniões na sede da organização em *La Matanza*.

⁸¹ A centralidade e importância da província de Buenos Aires no contexto argentino está evidente na distribuição demográfica do país: em 2001 a população total do país era de aproximadamente 36,2 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 13,9 milhões estavam localizados na província de Buenos Aires e 8,6 milhões na Grande Buenos Aires – o que corresponde a respectivamente 38% e 23% da população total (INDEC). Fazendo um paralelo com a distribuição demográfica no Brasil podemos mencionar alguns dados para São Paulo, que é o maior estado brasileiro com mais alta densidade demográfica. De acordo com o censo de 2000 do IBGE, o estado de São Paulo tinha aproximadamente 37 milhões de habitantes, o que representava 21% da população brasileira total (170 milhões). A região metropolitana de São Paulo (ou Grande São Paulo), que compreende 39 municípios em torno de São Paulo, tinha uma população de 17,8 milhões de habitantes em 2000, o que representava 10,5% da população brasileira total (IBGE).

geralmente tem caráter massivo (Carrera e Cotarelo, 2001). Esse tipo de protesto vai de encontro ao direito de livre circulação e reivindica visibilidade e presença pública.

Nesse sentido cabe apontar os principais constrangimentos legais no que diz respeito aos bloqueios de vias públicas como forma de protesto. O primeiro é o Artigo 194 do Código Penal Argentino, de acordo com o qual:

O que, sem criar uma situação de perigo comum, impedir, estorvar ou entorpecer o normal funcionamento dos transportes por terra, água ou ar ou os serviços públicos de comunicações, de provisão de água, de eletricidade ou de substâncias energéticas, será reprimido com prisão de três meses a dois anos (Código Penal, Artigo 149, 1984)

Outro constrangimento legal importante, contudo válido somente para a Capital Federal, é o Código Contravencional (Lei N° 1.472) para a cidade de Buenos Aires. Ele estabelece como contravenção (delito): obstaculizar entrada ou saída de lugares públicos (Artigo 57), violar vedação ou bloqueio feito por autoridade judicial ou administrativa (Artigo 73), obstaculizar vias públicas (Artigo 78). No caso deste último artigo há uma ressalva de que “o exercício regular dos direitos constitucionais não constitui uma contravenção” (Lei N° 1.472, Artigo 78). Ou seja, reconhecendo o direito constitucional de livre manifestação⁸², e advertindo, contudo, que para o cumprimento deste, deve dar-se um aviso à autoridade competente com “razoável antecipação” sobre a intenção de se bloquear alguma via pública. Os dois constrangimentos legais correspondem àquilo que Della Porta (1996) define como delimitação jurídica do que é uma forma de protesto legal e ilegal. E como veremos no capítulo último, referências ao Código Penal são freqüentes nas representações que os governos do país fazem dos bloqueios de rodovia como forma de protesto.

Uma característica marcante das organizações de desempregados, em que pesem seus diferentes matizes, é o trabalho comunitário no nível dos bairros (Pereyra e Svampa, 2003). Algumas das ações que podemos mencionar nesse sentido são, por exemplo, a construção de hortas comunitárias, a manutenção de *comedores* e padarias nos bairros, além do trabalho de educação política. Em alguns casos, como a CCC, existem outras atividades de microempreendimento, como a produção de tijolos para a construção de casas, cuja produção é feita por meio de cooperativas. No caso de alguns movimentos ligados à questão de moradia, como

⁸² A Constituição Argentina prevê que todo habitante de nação tem o direito de peticionar ante as autoridades (Primeira Parte, Capítulo Primeiro, Artigo 14, 1994).

é o caso do MTL, destaca-se também a formação nos serviços de construção e a construção de moradias em sistema de mutirão⁸³.

Um outro elemento comum entre as diversas organizações de trabalhadores desempregados é a instalação de uma demanda específica, os planos sociais (Pereyra e Svampa, 2003). Nesse sentido vale ressaltar que embora a demanda por planos sociais seja uma característica comum às organizações piqueteras, a utilização desses planos e a representação que se faz acerca de seu recebimento varia de acordo com cada grupo. Um dos pontos que baliza a discussão acerca dos planos é a implicação que eles têm para a possibilidade de manutenção da autonomia em relação ao Estado. Nesse sentido as organizações de orientação mais autonomistas têm uma postura mais crítica em relação à distribuição dos planos, na medida em que eles geram um vínculo de dependência direta em relação ao Estado. Contudo, quase nenhuma organização abre mão dos planos⁸⁴, na medida em que não podem prescindir deles para garantir sua própria existência. Ou seja, uma vez que participar de uma organização é uma forma de se aceder ao benefício⁸⁵, a outorga de planos gera, como veremos a seguir, um efeito positivo para a constituição das bases dos movimentos de trabalhadores desempregados. Mais à frente analisaremos as representações que os referentes de cada organização fazem acerca da distribuição dos planos sociais e de sua relação com as ações de protesto.

3.1.4 Governo e piqueteros: os planos sociais

A partir desta discussão do papel que a demanda por planos sociais tem na constituição das organizações piqueteras e a partir da discussão anterior sobre as características políticas do PJ e sua ação no nível dos bairros, podemos introduzir a análise sobre a política adotada por Duhalde face às demandas – cada vez mais massivas ao longo do ano de 2002 – por planos de emprego. Durante o governo Duhalde foram distribuídos em torno de 2 milhões de PJJH de \$150 pesos argentinos – o que representa cerca de 20% dos lares argentinos (Auyero, 2004). Cumpre observar que a possibilidade de distribuição destes planos confere significativo poder, em termos eleitorais, ao líder e ao partido que têm a

⁸³ O MTL possui um complexo de dois quarteirões no bairro *Parque Patricios*, na capital Buenos Aires, onde vivem em torno de 2 mil pessoas. O complexo foi construído entre 2003 e 2007 em um sistema de mutirão em um terreno que havia sido ocupado e depois foi adquirido a partir de um crédito de 13 milhões e 600 mil pesos outorgados pelo Instituto de Habitação da Cidade de Buenos Aires (Poli, 2007).

⁸⁴ Uma das únicas organizações que se negou a aceitar os subsídios é o MTD de Toty Flores, em La Matanza, que não chegou a reunir mais de 50 membros (Página/12, 9/02/2003)

⁸⁵ O que pode ser pensado como o termo das relações de troca entre o líder do movimento e as bases ao qual se refere Melucci (1996) quando fala sobre lideranças.

prerrogativa de distribuir-los. Nesse sentido Svampa (2008) faz uma consideração pertinente ao afirmar que: “*a crise de 2001 outorgou ao peronismo uma oportunidade histórica, pois lhe permitiu dar um enorme salto a partir da massificação dos planos sociais*”, logrando “*re-legitimar seu vínculo com os setores populares*” (Svampa, 2008, p.179). Cumpre observar que da totalidade de PJJH distribuídos apenas 10% é destinado a membros de organizações de desempregados (Torres, 2007; Svampa, 2008; Almeyra, 2004; Delamata, 2004). Isso é indicativo do papel o papel hegemônico que o PJ tem na ação a nível local, uma vez que “*parte dos recursos do mais importante plano social da Argentina (Jefas y Jefes de Hogar) termina nas mãos dos dirigentes do PJ*” (Auyero, 2004).

O fato de que existam cotas de planos para determinadas organizações e de que a concessão de planos responda à pressão de organizações piqueteras é um ponto controverso e cuja discussão requer a pontuação de alguns elementos. Em primeiro lugar deve-se ressaltar que a distribuição de planos é coordenada pelo Ministério do Trabalho e executada de acordo com o critério de descentralização que descrevemos acima. O acesso aos PJJH se dá mediante o atendimento de algumas contrapartidas⁸⁶ e, de acordo com o disposto na página do Ministério do Trabalho para o programa: “*todos os trâmites são pessoais e não se admite nenhum tipo de intermediário*” (Ministerio del Trabajo, Empleo y Seguridad Social)⁸⁷. Mas a aplicação descentralizada ao nível de decisão dos Conselhos Consultivos por si só pode colocar em xeque a não existência de intermediários. A própria composição de determinado conselho pode implicar na inclusão-exclusão de determinadas pessoas como beneficiárias dos planos. Principalmente na medida em que do conselho participam representantes de determinadas organizações de desempregados, como no caso do município de La Matanza, onde participam os referentes da CCC e da FTV. Nesse sentido cabe mencionar o seguinte fragmento de entrevista do líder da CCC, Juan Carlos Alderete, ao jornal Página/12. Em resposta à pergunta “*Os planos que vocês estão reclamando são para as pessoas da sua organização?*” Alderete declara: “*Nós somos membros regulares do Conselho Consultivo do Ministério, reclamamos para todas as organizações*” (Página/12, 30/01/03)

Há que destacar também que uma vez que os Conselhos são organizados a nível municipal, sendo coordenados pelas respectivas prefeituras, pressupõe-se significativo grau de ingerência por parte dos prefeitos no processo de decisão sobre a distribuição dos planos. Nesse sentido Auyero (2004) assinala que “*os prefeitos do país têm, de fato, um poder de veto*

⁸⁶ Ter mais de 18 anos, ter filhos, comprovar atendimento escolar e controle da saúde dos filhos, participação dos beneficiários em cursos de capacitação e incorporação à educação formal, incorporação em projetos produtivos ou serviços comunitários (Artigo 3, Decreto N°565).

⁸⁷ Disponível em < <http://www.trabajo.gov.ar/jefes/beneficiarios/index.asp>>

sobre quem se converte em beneficiário. (...) parte do Jefas y Jefes se torna um recurso estatal que, circulando dentro da rede peronista de resolução de problemas, lubrifica o funcionamento da máquina partidária” (Auyero, 2004, p.238).

A literatura que trabalha o tema apresenta relatos de pessoas que estão em determinada organização pelo acesso que esta lhe dá aos planos (Torres, 2007; Almeyra, 2004), ou participam em determinada mobilização ou piquete com o propósito de conseguir planos ou em razão de serem beneficiários destes planos (Catela, 2004).

Mas cabe ressaltar que essa “forma” de acesso aos planos corresponde a uma parcela muito pequena (10%) da quantidade total de planos distribuídos. Dos outros 90% pode-se dizer que grande parte está relacionada à manutenção da estrutura *punteril* do PJ, como discutido acima.

Em sua pesquisa sobre a CTD Aníbal Verón, Torres (2007) realiza entrevista com o responsável do Ministério do Trabalho pela área que lida com a questão dos desempregados e faz a interlocução com as organizações piqueteras (GECAL – *Gerencias de Empleo y Capacitación Laboral*). Dois pontos são relevantes na entrevista, em primeiro lugar a negativa do entrevistado de que sejam negociadas cotas ou que haja um tratamento diferenciado para as distintas organizações em relação à questão dos planos sociais:

Para o ministério o outorgamento de planos, subsídios e demais benefícios é para pessoas, ou, em alguns casos para organizações civis e ONGs mas nunca se reconhece que se outorguem planos às organizações ou movimentos de desempregados como tais (Torres, 2007, p. 120)

Em segundo lugar a negativa de que a distribuição de planos tenha relação com a capacidade de pressão de determinada organização: *“o governo nacional está orientado a outra política, a de não seguir fomentando planos (...). È o trabalho que nós temos que fazer, venham com marcha ou sem marcha, para nós é o mesmo”* (Funcionário do Ministério do Trabalho apud Torres, 2007, p.123)⁸⁸.

O funcionário do Ministério do Trabalho entrevistado por Torres (2004) ao mesmo tempo em que nega o tratamento diferencial e particular por organização, afirma que: *“A CTD se relaciona com o ministério em função de levar demandas de mais subsídios e demandas de altas e baixas de beneficiários”* (Entrevistado apud Torres, 2004, p. 122), o que, de acordo com os critérios de impessoalidade e não intermediação estabelecidos pelo Estado, não poderia ocorrer. Essas considerações são importantes para a discussão que se segue sobre os

⁸⁸ O entrevistado não foi identificado pela autora.

efeitos da política de distribuição de planos no governo Duhalde para o campo do protesto e para as organizações piqueteiras.

A política de distribuição massiva de planos pelo governo Duhalde teve efeitos marcantes no campo do protesto social, constituindo o que podemos chamar de uma oportunidade política. Primeiramente permitiu um aumento da base dos movimentos na medida em que participar de uma organização era uma forma de obter acesso aos planos. Em segundo lugar levou a um aumento ainda maior no número e na massividade das ações de protesto, nesse caso o repertório mais eficaz eram os bloqueios de vias públicas. Com efeito, Mirza (2006) aponta que os planos

configuram uma ferramenta ou instrumento de validação das estratégias de mobilização piquetera, outorgando-le um *plus* em termos de logros e conquistas *vis à vis* os próprios aderentes, simpatizantes e militantes do movimento, e operando como um mecanismo de captação, retenção, compromisso e maior envolvimento dos membros de cada organização piquetera (de alguma maneira opera como um sistema de incentivos) (Mirza, 2006, p. 83).

Dessa forma, a política de Duhalde de distribuição massiva de planos de emprego seria “*o ovo da serpente para a continuidade do movimento piquetero*” (Torres, 2007, p.146)⁸⁹. A resposta de frequentemente ceder às ações de protesto – notadamente aos bloqueios de vias públicas – é considerado como indício de debilidade do governo Duhalde no contexto do início do ano de 2002. (Svampa, 2008) – em que pese o poder político em termos de base eleitoral que tal política conferia ao PJ. Essa representação de debilidade do governo Duhalde e do concomitante fortalecimento das organizações de desocupados também está presente nas entrevistas com referentes de alguns movimentos (*MTD Anibal Verón, Frente Popular Darío Santillán, Barrios de Pie*).

Outra ação do governo Duhalde que teve impacto marcante no campo dos agentes do protesto – e que ao mesmo tempo foi mutuamente determinada pelo grau de massividade que haviam adquirido as ações de protesto – foi a repressão ao bloqueio em Puente Pueyrredón. A partir deste evento, e das numerosas e massivas ações de protesto realizadas em repúdio aos assassinatos, há, de um lado, um aumento expressivo da coordenação entre as diversas organizações piqueteiras: “(...) *de aí para frente nada pareceu deter o élan expansivo das organizações piqueteiras.*” (Svampa, 2008, p. 154). E de outro a sinalização por parte do

⁸⁹ Cabe ressaltar que esta relação entre o movimento piquetero e os planos sociais não é invenção do governo Duhalde. Se bem pode-se dizer que ela foi intensificada em 2002, na verdade ela remete às primeiras experiências de piquete em 1997 em Cutral-Có e Tartagal, onde “após o protesto e um corte da rodovia que se prolongou por um mês, o governo oferece ditos planos para desmobilizar-los. A partir desse mesmo ano, vários grupos de piqueteros surgem na zona sul da Grande Buenos Aires, repetindo a mesma prática: cortes de rodovias que se levantam depois da negociação de Planes Trabajar” (Burdman, 2002, p. 1)

Estado de uma mudança no tratamento da questão do protesto, que a partir deste ponto e depois mais acentuadamente no governo Kirchner, começa com um processo de “*descompressão do conflito e recuperação do controle do protesto de rua*” (Torres, 2008, p. 50). Note-se que esta orientação menos tolerante aos bloqueios de vias públicas – na medida em que gerou um processo massivo de mobilização de um amplo espectro de atores em repúdio à repressão e ao presidente – é representado, como veremos na análise das falas, como causa da ingovernabilidade que teria levado Duhalde a adiantar as eleições para presidente de setembro de 2003 para março deste mesmo ano⁹⁰. Cabe apontar também que os eventos em Puente Pueyrredón são reconstruídos como ponto de inflexão nas narrativas de líderes de organizações piqueteiras. E é um relato a partir do qual os referentes destas organizações as definem e situam dentro do espectro de organizações piqueteras. O que significa que ele é um componente da representação identitária destas organizações, na medida em que faz parte do “processo de construção de um nós”, como veremos mais adiante.

3.1.5 Kirchner e as organizações piqueteras

A eleição de Kirchner em 2003 se dá em um momento de forte mobilização social e presença de um número significativo de protestos, com um campo de atores coletivos estabelecidos e que se haviam fortificado e consolidado no período anterior, a partir daquilo que Svampa (2008) denomina “*retórica triunfalista ligada diretamente à capacidade de pressão e mobilização nas ruas*” (Svampa, 2008, p. 256). Nesse sentido, Kirchner adota uma política de tentativa de aproximação com algumas organizações piqueteras, principalmente as mais “institucionalizadas”, como a FTV e CCC. Logra obter adesão de duas organizações importantes que antes estavam filiadas à CTA (*Barrios de Pie* e FTV) e que a partir de 2004 se incorporaram ao governo⁹¹.

Outra ação do governo Kirchner foi a construção de um discurso ambíguo (Svampa, 2008) ou transversal (Torres, 2007). De um lado há uma retórica de defesa dos direitos humanos, tomando ações efetivas como revogação das leis de *Obediencia Debida* e *Punto Final* – demanda de longa data das organizações de direitos humanos –, e a reativação do antigo centro clandestino de detenção ESMA (*Escuela Superior de Mecánica de la Armada*),

⁹⁰ Em 17 de junho de 2003 Duhalde havia confirmado, em uma conferência de imprensa, que as eleições para presidente seriam realizadas normalmente em setembro de 2003. Já no dia 2 de julho de 2003, Duhalde se manifesta em rede nacional para informar que as eleições seriam antecipadas para março deste mesmo ano, e o novo presidente assumiria o cargo em abril (Vitullo, 2005).

⁹¹ Incorporaram inclusive fisicamente, uma vez que o escritório onde foi realizada entrevista com membro da organização *Barrios de Pie* está localizado no prédio do Ministério do Trabalho.

transformando-a em um museu. E ações mais simbólicas, como a retirada das fotos dos ex-presidentes Videla e Bigone da parede do Colégio Militar, e colocação de placas na calçada em frente a casas ou locais de militância com o nome e uma homenagem a algumas pessoas desaparecidas. Essas ações relativas à política de direitos humanos terminaram por eclipsar a “*possibilidade de mensurar objetivamente*” o grau de repressão e criminalização do protesto no governo Kirchner (Torres, 2007). Por outro lado há a construção de um discurso relativo à necessidade de volta à normalidade e reconstrução de uma nova Argentina (Armony, 2005), discurso que envolve a identificação de um oposto que seria a idéia de uma “democracia acossada” (Svampa, 2008) pelas manifestações excessivas. Ou seja, se constrói uma polaridade entre mobilização de rua e normalidade institucional, que tem como efeito a produção de uma interpretação a partir da qual seriam ilegítimas as manifestações de rua. Essa discussão diz respeito a todo um processo de construção linguística com o propósito de produzir representações válidas sobre o mundo social, o que por sua vez têm impacto nas representações dos próprios agentes do protesto. Essa análise será realizada no último capítulo, agora nos interessa apenas pontuar que este processo está relacionado à perda de centralidade das organizações piqueteiras como sujeitos das ações de protesto.

Outra importante iniciativa do governo Kirchner relacionada à questão dos piqueteros foi a criação, em 2004, de um órgão dentro do Ministério do Trabalho destinado a lidar diretamente com organizações de desempregados (GECAL), com o propósito de “*facilitar-lhes informação, capacitação, incorporação dos movimentos às políticas de emprego alternativas ao subsídio desemprego*” (Torres, 2007, p. 120). No tocante à política de distribuição de PJJH, depois de 2003 não há ampliação do número de beneficiários e se dá baixa em alguns planos, notadamente na província de Buenos Aires, criando-se outros programas alternativos de promoção de emprego.

Nos anos de 2004 e 2005 há uma redução dos piqueteros como protagonistas de ações de protesto em relação ao que foi 2001 e 2002 – embora o número de cortes de via pública tenha continuado alto, como demonstra o quadro no final do segundo capítulo. Esse processo está relacionado a uma série de fatores, desde a redução do nível de desemprego, passando pela “campanha anti-piqueteira” levada a cabo pelo governo (Svampa, 2008), por problemas internos às organizações e chegando à percepção de saturação do bloqueio de vias pública como repertório forte e eficaz. No tocante aos problemas internos há que observar as diferenças entre cada organização, suas formas de ação e suas orientações políticas e ideológicas. Algumas organizações, principalmente as vinculadas a partidos políticos, criaram expectativas altas ao interpretar o contexto de 2002 como uma situação pré-revolucionária

(Svampa, 2008; Almeyra, 2004). Outras se focalizaram em ações de base nos bairros, adotando uma postura de autocrítica em relação às formas “tradicionais e desgastadas” de protesto. Mais adiante veremos como estas formas de representação dos repertórios estão relacionadas com as reações e enquadramentos das organizações piqueteras produzidos pelos sucessivos governos entre 2000 e 2005.

3.1.6 Coordenações entre as organizações piqueteras

No período entre 2000 e 2005 as organizações piqueteras assumiram um formato dinâmico e cambiante em termos de alinhamentos e níveis de coordenação. Podemos delinear alguns dos espaços de coordenação. O primeiro a ser destacado é a “Primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados” em julho de 2001. Ela foi realizada em La Matanza e organizada pela CCC, FTV e PO, dentre outras organizações. Dela participaram, além de representantes de organizações de desocupados de todo o país, docentes de Buenos Aires, aposentados e vizinhos da região (OSAL, 2001; Mirza, 2006). A assembléia resolveu pela adoção de um plano de lutas que incluía cortes progressivos (de 24h, 48h e 72h) das 50 principais rodovias nacionais. As demandas acordadas foram: liberação dos presos sociais, rechaço ao plano de ajuste do governo nacional, conservação de todos os planos sociais e distribuição de novos planos (Documento do Conflito, OSAL, 2001, p. 27).

Em setembro do mesmo ano é realizada a “Segunda Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados” no mesmo lugar e com a participação de organizações de desocupados de várias províncias do país. Nela se reiteram as demandas anteriores e se agregam novas demandas, como o estabelecimento de uma “re-padronização” massiva na distribuição dos planos sociais “*sob o controle das organizações desta Assembléia Nacional*” (Documento do Conflito, OSAL, 2001, p.31). Outras demandas foram: crédito de 100 pesos para pequenos e médios produtores, fim da repressão em Salta e proibição de demissões. As ações acordadas pela Assembléia incluíam: bloqueios de rodovia em todo o país por 24h e 36h, corte de acesso a plantas industriais, paralisação nacional de trabalhadores estatais com mobilização, assembléias populares, marcha e ato na Plaza de Mayo. Resolveu-se também pela criação de uma mesa de coordenação nacional para a coordenar ações com a CTA (Documento do Conflito, OSAL, 2001, p.31). No contexto desta Assembléia há uma coordenação entre diversos setores, notadamente com o movimento sindical (nesse caso a CGT dissidente e a CTA), o que leva a ações coordenadas como, por exemplo, cortes simultâneos a paralisações e greves gerais. Note-se no contexto do final da

década da 2001 observa-se um fenômeno de convergência entre diferentes atores na sociedade Argentina e que tem como ponto aglutinador o repúdio à política econômica de De la Rúa traduzido na consigna QSVT discutida no capítulo anterior.

Logo no início de 2002 esse cenário amplo de coordenação começa a se desconstruir, na medida em que diferentes orientações ideológicas, mas principalmente diferentes orientações relativas ao modo de protestar – ou seja, à forma em que deveriam ser feitos os cortes de rodovia – se aprofundam. Nesse sentido, em oposição às orientações e formas de luta bloco de La Matanza (CCC e FTV), conforma-se o Bloco Piquetero Nacional. Essa aliança é composta principalmente por organizações ligadas aos partidos de esquerda (PO, MTL, MST TV) e organizações como MTR e MIJD.

Juntamente com organizações de orientação mais autonomista, como a CTD Aníbal Verón, o Bloco Piquetero coordena ações e planos de luta, notadamente no primeiro semestre de 2002. As instâncias de coordenação nesse período foram as Assembléias Nacionais de Trabalhadores Ocupados e Desocupados. Foi no âmbito desta assembléia que se coordenou os bloqueios dos acessos a Buenos Aires em junho de 2002 quando foram assassinados Kosteki e Santillán. Nesse sentido cumpre observar que as ações neste âmbito de coordenação de diferenciaram das ações realizadas por CCC e FTV na medida em que os cortes geralmente são feitos de forma total (não deixando pistas livres alternativas), e geralmente são feitos em locais nevrálgicos de acesso à Capital Federal.

Com a entrada de Kirchner estes alinhamentos e instâncias de coordenação passam por algumas alterações e se fragmentam, na medida em que algumas organizações se alinham ao governo, passando a conformar o “Bloco Kirchnerista” (Torres, 2007), dentro do qual estão Barrios de Pie e FTV. Como podemos observar, o espectro dos movimentos piqueteros entre 2000 e 2005 teve aspecto bastante volátil. Passando por um processo inicial de coordenação e construção de instâncias e formas conjuntas de ação – notadamente entre 2001 e 2002 quando estas organizações de fortalecem e se consolidam. E por um posterior processo de fragmentação e re-alinhamentos com ações não coordenadas, o que se deu notadamente após a troca de governo em 2003. A esse processo de fragmentação esteve aliado também um crescente desgaste dos piquetes como forma de ação – o que, como veremos adiante, está relacionado a um processo mais complexo de construção de sentidos e de formas de interpretação acerca do protesto que se deu a partir da interação entre o Estado e os agentes do protesto.

Uma análise da experiência Argentina em todo o período que vai de 2000 a 2005 apontaria para um paradoxo entre um grau elevado de mobilização e proliferação de

organizações sociais e a não conformação de espaços institucionais de participação que pudessem garantir a formulação de políticas públicas direcionadas ao problema do desemprego. Com efeito, Svampa (2008) também aponta para esse paradoxo ao argumentar que a Argentina no período recente foi marcada por uma proliferação de movimentos sociais portadores de um conteúdo político que “*desafia limites e distorções do sistema representativo*” (Svampa, 2008, p. 202), mas que ao mesmo tempo não conseguem construir uma alternativa político-social ou uma tradução político-institucional de suas demandas.

3.2 Contexto político-institucional e protesto no Brasil

Passemos agora a uma discussão do contexto político-institucional no Brasil entre 2000 e 2005 com vistas a assinalar o caráter interativo das ações de protesto determinadas a partir da relação entre Estado e agentes do protesto – notadamente o MST, agente protagonista do protesto no Brasil neste período. Em primeiro lugar cabe destacar que os antecedentes deste período também foram, como no caso da Argentina, de políticas de ajuste fiscal e redução do Estado na economia, com a privatização de importantes empresas nacionais, como mineradora a Vale do Rio Doce e o setor de telefonia. Nesse contexto o espectro de atores que conformou o campo de protesto também teve como ponto de convergência a oposição ao neoliberalismo.

Podemos dividir a discussão dos determinantes político-institucionais e do campo dos atores e ações de protesto no período analisado em duas etapas: de 2000 ao final de 2002 e do início de 2003 a 2005. Essa divisão se justifica na medida em que a partir de 2003 há uma reconfiguração de algumas posições no espectro de atores, bem como algumas diferenças no campo das demandas.

3.2.1 Protesto e MST no governo FHC

No primeiro período, que abarca o final do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) cabe destacar alguns pontos referentes à dinâmica no campo institucional e partidário. Em primeiro lugar, a perda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas eleições municipais de 2000 em importantes capitais e a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seu aliado nas eleições de 2002, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB

(Avelar e Walter, 2008). Outro fator relevante foi a crise política entre o PSDB e um dos partidos de sua base aliada: Partido da Frente Liberal (PFL), que envolveu denúncias de casos de corrupção e levou a um desgaste na base governista de FHC.

Concomitante a este contexto institucional observa-se, nos últimos anos do governo FHC, um recrudescimento da relação entre o presidente e o MST – ator protagonista no campo das ações de protesto em todo o período analisado. Se bem que entre 1999 e 2000 há uma redução significativa no número de ocupações de terra no Brasil⁹², a partir de 2001 o MST leva a cabo algumas ações de confrontação com o governo, e mais especificamente com o presidente: o acampamento à frente da fazenda em 2000 e a ocupação desta em 2002.

Pontuemos alguns elementos da interação entre o MST e o governo FHC no período imediatamente anterior ao analisado para melhor compreender o contexto de 2000 a 2002. A década de 90 foi o período em que o MST se consolidou a nível nacional, o que foi produto de suas ações que ganharam cada vez mais visibilidade na mídia e dos episódios em que policiais assassinaram membros do movimento, em 1995 em Rondônia e em 1996 no Pará (Fernandes, 2003). Mas a consolidação do MST como principal sujeito do conflito no campo na década de 90 está ligada também às ações de FHC no primeiro mandato (1995-1998): de realização de “*uma ampla política de assentamentos rurais*” (Fernandes, 2003, p.34)⁹³. Essa política de FHC estaria fundamentada em uma idéia de que por meio da resolução dos conflitos pontuais existentes no campo – que se faziam presentes devido, em grande medida, aos acampamentos e à própria ação do MST (Sigaud, 2005) – seria possível acabar com o problema das ocupações de terras (Fernandes, 2003). Contudo, a partir do momento em que a ocupação e o acampamento, passam a figurar no horizonte das pessoas como forma possível, e nesse contexto da segunda metade da década de 90, provável de acesso à terra (Medeiros, 2000), há um aumento na base do MST e uma disposição crescente desta base para participar em ocupações e acampamentos. Daí o aumento no número de ocupações verificado na segunda metade da década de 90⁹⁴.

Nesse sentido pode-se dizer que assim como no caso argentino, em que a distribuição de planos sociais teria se transformado no “ovo da serpente” do crescimento dos movimentos

⁹² Em 1998 registrou-se o maior número de ocupações em todo o período que vai de 1988 a 2005. Neste ano foram realizadas 597 ocupações, seguido por 1999, com 581. Em 2000 o número de ocupações cai para 393, destas, 185 foram realizadas pelo MST (Silva e Fernandes, 2005). Para uma evolução das ocupações entre 2000 e 2005 ver tabelas no capítulo 2.

⁹³ Considerando-se o total de assentamentos realizados no período que vai de 1979 a 1999, até 1994 foram assentadas 1.193 famílias, o que corresponde a 27,5% dos assentamentos totais no período. Em contrapartida, no período que vai de 1994 a 1999 foram assentadas 3.180 famílias, o que corresponde a 72,5% dos assentamentos totais (Fernandes, 2000).

⁹⁴ Observe-se que nesse sentido as ações do MST vão na contra-mão da análise freqüente sobre o período da década de 90 como de forte desmobilização e desagregação das lutas sociais e dos movimentos.

piqueteiros em 2002, no caso do Brasil também se configura um processo de fortalecimento do MST na segunda metade da década de 90 que esteve ligado, dentre outros fatores, à reação do Estado às ações deste movimento. Note-se que em ambos os casos a consolidação do sujeito coletivo como protagonista das ações de protesto em um determinado período foi resultado, dentre outras coisas, da forma que tomou o processo de interação com o Estado. Com efeito, Sigaud (2005) aponta, sobre os movimentos de luta pela terra, que:

Assim, a dinâmica das ocupações é tributária da política de Estado. Sem ela os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público alvo e encontrariam dificuldades para reunir pessoas para as ocupações. Não teriam também se fortalecido, nem se multiplicado (Sigaud, 2005, p. 17).

O processo de interação no Brasil envolveu, como aponta Sigaud (2005), a construção de uma linguagem que se constitui primeiramente a partir do estabelecimento de um acampamento, com características e formas específicas, que é reconhecido e legitimado como forma de demandar terras pelo órgão do Estado responsável pela interlocução (INCRA), na medida em que tal demanda é acatada. Mas essa reação por parte do Estado também constitui os movimentos organizadores dos que pleiteiam a terra como agentes autorizados e legítimos, uma vez que se negocia com eles, reconhecendo sua existência formalmente. Note-se que a ação dos movimentos coloca o Estado em destaque, na medida em que é dele que se cobra uma providência. Nesse sentido cabe mencionar a argumentação de Rosa (2002): *“ações do MST têm ido em direção a fortalecer o Estado (ao colocá-lo no centro das demandas como formulador de políticas públicas para determinado setor e lidar com suas necessidades básicas) e não o contrário”* (Rosa, 2002, p. 60).

Portanto, ainda que tenha permanecido uma retórica de acusações mútuas e tentativas de deslegitimação entre o MST e o governo FHC⁹⁵ cumpre ressaltar que o Estado mantém relações de dependência mútua com o movimento. De um lado o MST depende da política do Estado para conseguir manter suas ações de ocupação, como explicado acima. Por outro lado o Estado depende do movimento (e dos outros movimentos menores) para identificar os destinatários das políticas de distribuição de terras, que são geralmente os que realizaram a ocupação e estão acampados, uma vez que não há uma política específica que trate da questão fundiária (Sigaud, 2005). Nesse sentido pode-se dizer que o MST e as outras organizações do campo têm importante papel de manter o tema da reforma agrária na agenda do governo. Ilustrativo disto é o fato de que entre 1986 e 1997, nas regiões sul e sudeste e nos estados de

⁹⁵ Que também são ações com conseqüências relevantes, como discutiremos mais adiante.

Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, 77% dos assentamentos foram originados de ocupações (Fernandes, 2000).

Para a compreensão das ações do governo federal no tocante aos assentamentos são necessárias algumas observações sobre a legislação que rege a questão da reforma agrária no Brasil. Em primeiro lugar cabe mencionar a Lei Nº 4.504, de 1964 (que ficou conhecida como Estatuto da Terra), que define o que é reforma agrária:

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Lei Nº 4.504, Artigo 1º, Parágrafo 1º)

Em 1988 a Constituição Federal determina que “*Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização*” (Constituição Federal, Capítulo III, Título VII, Artigo 184). Entende-se que uma propriedade cumpre sua função social quando atende aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Constituição Federal, Capítulo III, Título VII, Artigo 186).

A Constituição Federal prevê também que não são passíveis de expropriação para fins da reforma agrária propriedades médias e pequenas, e propriedades produtivas. Contudo não define o que é propriedade produtiva. A Lei Suplementar Lei Nº 8.629 de 1993 define mais claramente o que é uma propriedade produtiva: “*Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente*” (Lei Nº 8.629, Artigo 6). Importa observar que o critério de improdutividade tem sido o argumento principal utilizado pelo MST para realizar as ocupações (Marina dos Santos)⁹⁶.

Sobre os assentamentos a legislação prevê que eles devem ser realizados em terras economicamente úteis e de preferência na região habitada pelos beneficiários. E prevê também que a “*consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação*” (Artigo 17, Inciso V, 1993). A titulação não pode ser vendida por um prazo de dez anos depois de

⁹⁶ Coordenadora nacional do MST. Entrevista realizada em Brasília (DF) em 2/12/2008.

concedida. O cumprimento deste artigo, mais especificamente no tocante a investimentos para a infra-estrutura dos assentamentos, foi uma demanda freqüente, ao lado da demanda por desapropriação de terras, nas ações de protesto levadas a cabo pelo MST entre 2000 e 2005.

Para que determinada propriedade seja desapropriada para fins da reforma agrária é necessário que a União, por meio do órgão federal competente, no caso o INCRA, faça uma vistoria para avaliar se ele atende aos critérios de produtividade estabelecidos. Caso não atenda ela pode ser desapropriada, após pagamento de indenização, e destinada à criação de assentamentos.

No tocante à ação por excelência do MST utilizada para reivindicar o cumprimento dos dispositivos constitucionais, as ocupações de terra, cabe observar que há uma disputa em termos de seu enquadramento legal. Essa disputa, relacionada à própria nomeação da ação, se refere a se as ocupações podem ser consideradas invasões ou se seriam ações coletivas de caráter social e reivindicativo. No primeiro caso, a consideração das ações do MST como “invasões” as enquadraria como crime contra o patrimônio, de acordo com o Código Penal Brasileiro (1940). De acordo com as disposições do código a “invasão” seria um crime de “esbulho possessório”, cometido por quem “*invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório*” (Código Penal, Título II, Capítulo III, Artigo 161). A pena para o crime de “esbulho possessório” é a detenção de um a seis meses e multa. No segundo caso, cabe mencionar a sentença de *habeas corpus* proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça em julgamento de ocupação por crime de “esbulho possessório” em 1997. De acordo com o voto do então relator do STJ (Luiz Vicente Cernicchiaro), a ocupação de terras de caráter reivindicativo da reforma agrária, não pode ser considerada um crime de “esbulho possessório”:

É pois, direito reclamar a implantação da reforma agrária. Legítima pressão aos órgãos competentes para que aconteça, manifeste-se historicamente. Reivindicar por reivindicar, insista-se, é direito. O Estado não pode impedi-lo. O *modus faciendi*, sem dúvida, também é relevante (...) A postulação da reforma agrária, manifestei em *habeas corpus* anterior, não pode ser confundida com o esbulho possessório, ou a alteração de limites. Não se volta para usurpar a propriedade alheia. A finalidade é outra. Ajuste-se ao Direito. Sabido, dispensa prova, por notório, o Estado, há anos, vem remetendo a implantação da reforma agrária. Os conflitos resultantes, evidente, precisam ser dimensionados na devida expressão. Insista-se. Não se está diante de crimes contra o Patrimônio (HC n. 5.574/SP – 6ª T. – DJ de 18-8-1997 apud Lopes, 2005)

Nota-se que ao passo que a segunda orientação legitima a ocupação como uma forma de reivindicar cuja finalidade “ajusta-se ao direito”, a segunda a enquadra como um crime, com pena de prisão de um a seis meses. Nesse sentido as representações do MST sobre ocupações a qualificam como uma forma legítima muitas vezes a partir da menção a esta decisão do STJ.

Contudo, em decorrência do grande crescimento no número de ocupações nos anos de 1998 e 1999 – o que se deve a todo o processo espiral de ações e reações discutido acima –, há uma mudança no segundo mandato de FHC (1999-2002) em relação à política agrária (Fernandes, 2003). Com efeito, após 1999 e já no período que nos interessa mais especificamente, há uma alteração na política de assentamentos e uma mudança na tônica das reações às ocupações. Indício desta mudança é a edição, em 2001⁹⁷, da Medida Provisória N° 2.138-56 referente à questão agrária, que determina juridicamente a ilegalidade da ocupação de terras e estabelece sanções para quem levar a cabo tais ações:

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (Medida Provisória N° 2.138-56, Artigo 2, Parágrafo 6)

No Artigo seguinte estão mais claras as formas de protesto consideradas delitos, para as quais a punição é a exclusão do programa de reforma agrário, que permite o acesso à terra:

Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem (...) for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação

⁹⁷ Esta medida retoma a MP N° 2.027-38 que havia sido editada em 4 de maio de 2000 e depois passou por alterações até chegar à versão final (MP N° 2.138-56). Embora não tenha sido votada pelo Congresso esta medida tem função de lei até os dias atuais, uma vez que foi feita um mês antes da Emenda Constitucional que prevê validade para as medidas provisórias não contempladas pelo Congresso. Cabe observar que a MP N° 2.027-38 de 2000 estabelecia a criação de uma divisão da Polícia Federal especificamente para lidar com a conflitos agrários. Dentre as funções desta divisão estaria: “inclusive mediante o desforço necessário, coibir a turbacão e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Federal indireta, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública” (MP N° 2.027-38, Art. 7°, 2000). Além de “coordenação, o acompanhamento e a instauração dos inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim a responsabilidade pela prevenção e repressão desses crimes, além de outras atribuições que lhe forem cometidas em regulamento” (MP N° 2.027-38, Parágrafo Único, 2000)

em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações (Medida Provisória N° 2.138-56, Artigo 2, Parágrafo 7).

Essa Medida Provisória, assim como o *Código Contravencional* no caso argentino, pode ser entendida como aquilo que Della Porta (1996) chama de delimitação jurídica do que consiste em uma forma de protesto legal e ilegal – e, na segunda hipótese, sujeita a policiamento e sanções. Ela é importante também para entender as alterações que se dão nas formas de protesto utilizadas pelo MST a partir de então. Alguns exemplos são: no lugar de se ocupar propriedades alvos de vistoria e desapropriação, ocupam-se fragmentos às margens da estrada próxima à propriedade, ou ocupam-se propriedades vizinhas. Há que observar que este enquadramento do legal e do ilegal, que denota uma redução da tolerância em relação a estas ações de protesto, também serve para justificar um policiamento mais duro e seletivo em relação aos agentes das ocupações. Pode-se dizer que a partir da edição destas medidas e da mudança que elas implicaram em termos da reação do Estado, dá-se uma mudança na estrutura de oportunidades políticas em relação ao período de 1994 a 1998. Indicativo desta mudança foi a redução no número de ocupações em 2001 e em 2002, que registraram o número mais baixo em todo o período analisado.

A partir de 2000 há, portanto, um recrudescimento da relação entre FHC e o MST que tem como pontos culminantes o acampamento em frente à fazenda do presidente em 2000, e a ocupação da fazenda de FHC em 2002. A partir daí há um processo de desgaste da relação do presidente com o movimento que é reforçado e construído por uma retórica mútua de negação da legitimidade do outro, como veremos no próximo capítulo.

3.2.2 *Protesto no Governo Lula*

Se por um lado há um processo de desgaste entre o governo FHC e o campo dos movimentos sociais – notadamente devido à relação com o MST –, e de problemas na relação com sua base aliada (PFL) próximo ao período eleitoral, por outro há um crescimento da adesão a Lula devido, em grande medida, às alianças costuradas com setores heterogêneos⁹⁸.

⁹⁸ A base de Lula e do PT era historicamente composta pelos partidos tradicionais de esquerda e centro esquerda, com destaque para PCdoB, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB). No campo das organizações sociais e sindicais cabe destacar o forte vínculo com a CUT desde o surgimento de ambas as organizações, e com diversos movimentos sociais, notadamente o MST. Contudo, para a campanha

Dentre estas nos interessa ressaltar, na medida em que tiveram efeito na redefinição do campo dos agentes protagonistas do protesto, as alianças com setores do capital transnacional ao qual antes se fazia oposição. Alianças estas que teriam reduzido relativamente a importância das bases de apoio tradicionais (Leher, 2003). Tais alianças determinaram algumas posturas específicas que tiveram marcado impacto na base tradicional do PT, nomeadamente: renovação do acordo com o FMI, priorização do combate à inflação através da manutenção de altas taxas de juros e garantia de superávit primário, nomeação de ministros ligados a orientações mais liberais para os ministérios da área econômica.

Mas voltemos ao contexto de eleição de Lula. Primeiramente deve-se observar que de todo o período estudado 2002 foi o ano em que menos se registraram ações de protesto, o que significa que, ao contrário do que ocorreu na Argentina com a eleição de Kirchner em 2003, a eleição de Lula se deu em um contexto de baixa mobilização social (Leher, 2003; Sampaio Júnior, 2005). Ao passo que o processo de eleição de Kirchner se deu em um momento de forte convulsão social, a vitória de Lula foi precedida por uma longa e firme construção histórica de movimentos sociais (Algranati, Seoane e Taddei, 2004). Outra diferença relativa à eleição dos dois presidentes foi o grau de adesão a Lula, que foi eleito com mais de 60% dos votos, e a baixa legitimidade com que contava Kirchner, que foi eleito com apenas 22,2% de votos.

A eleição de Lula em 2002 é, pois, um fenômeno inédito na história do Brasil⁹⁹, mas que gera uma situação paradoxal para a base historicamente aliada ao PT – e que conforma o espectro de atores protagonistas das ações de protesto entre 2000 e 2005. Antes de discutir as posições adotadas pelos diversos setores deste espectro são necessárias algumas observações sobre a direção tomada pelo governo Lula que vai pautar as discussões no campo da base aliada.

Em primeiro lugar destaca-se a decisão de dar maior autonomia ao Banco Central, o que teve de ser feito por meio de uma reforma constitucional e causou indisposições com alguns parlamentares do PT. Outra medida foi a já referida renovação do acordo com o FMI, que implica na manutenção das medidas de ajuste estrutural e fiscal. Uma maior autonomia do Banco Central e a renovação do acordo com o FMI se opõe àquilo que Frigotto (2004) chama de “*projeto aglutinador das forças de esquerda*” no Brasil (Frigotto, 2004, p. 96), tributário

presidencial de 2002 há uma ampliação transversal desta base para aliados como o Partido Liberal (PL) e o PMDB.

⁹⁹ Melleiro e Rademacher (2007) apontam como indicativo deste caráter inédito o fato de que após 2003 o Ministério do Trabalho foi sucessivamente ocupado por ex-sindicalistas (petroleiro, metalúrgico, bancário), o que representa uma mudança em termos históricos da composição do Executivo. Ademais, também ocupam cargos no governo lideranças vindas de movimentos sociais e quadros do PT.

de um nacional-desenvolvimentismo popular próximo ao que teria sido a política econômica de Vargas. Postura que teria como elementos marcantes uma maior autonomia em relação a forças internacionais, uma postura mais soberana em relação aos organismos financeiros internacionais, e uma série de reformas que pudessem acabar com a desigualdade, como, por exemplo, reforma agrária e reforma tributária que taxasse proporcionalmente setores mais ricos (Frigotto, 2004). Podemos observar a presença desta “agenda da esquerda”, característica do projeto aglutinador das forças da esquerda no Brasil nas seguintes pontuações de Stédile (2004):

(...) é possível outro projeto de desenvolvimento fundado na soberania nacional, o que significa que temos que romper com o FMI e rediscutir os termos da dívida externa. (...) um projeto que dê prioridade absoluta à geração de emprego para garantir o direito ao trabalho a todos os brasileiros; e que distribua equitativamente a renda para que todas as pessoas possam viver melhor (Stédile, 2004, p.36)

Duas outras ações levadas a cabo por Lula tiveram impacto no campo dos agentes e das ações de protesto realizadas entre 2000 e 2005 e devem ser mencionadas: a primeira é a não revogação da Medida Provisória N° 2.138-56, editada por FHC em 2001 para coibir as ocupações de terra (Leher, 2003)¹⁰⁰. A segunda, e que gerou forte oposição e algumas dissidências da base no parlamento¹⁰¹ foi a aprovação da reforma da previdência em 2003, que havia sido combatida pelo partido durante o governo FHC e que, dentre outras disposições, aumenta a idade de aposentadoria e estabelece um teto máximo para o recebimento de proventos pelos servidores públicos aposentados (Melleiro e Rademacher, 2007).

Aliado a estas políticas o governo Lula apresenta um discurso também transversal, que de um lado ressalta o caráter legítimo dos movimentos sociais e de todas as formas de manifestação social e adota uma retórica de não-criminalização (como veremos no capítulo seguinte), mas de outro não revoga a lei que enquadra como delito as ocupações de propriedades privadas. Ambíguo também no sentido de colocar como prioridade a erradicação da fome, para que “*todo brasileiro possa fazer, no mínimo, três refeições ao dia*”, e da pobreza, mas oferecer como solução políticas emergenciais direcionadas, apresentadas como

¹⁰⁰ Uma medida provisória editada pelo presidente da república, caso ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso, pode ser revogada através da edição de uma outra medida anulando a primeira.

¹⁰¹ Na votação da reforma da previdência quatro parlamentares do PT (Luciana Genro, João Fontes, Heloísa Helena e Babá) votam contra a reforma e são expulsos do partido. Mais tarde eles criam outro partido, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

programas de transferência de renda: o programa Bolsa Família, que é o carro-chefe da estratégia mais geral para “assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos” (Presidência da República)¹⁰², o Fome Zero.

O Bolsa Família é um programa que focaliza famílias que vivem em situação de extrema pobreza (com renda mensal até R\$ 60,00) e de pobreza (com renda mensal até R\$120,00). Ele foi criado em 2004 com o propósito de unificar as políticas já existentes¹⁰³ direcionadas a amenizar os problemas da pobreza. Assim como no caso dos PJJH, o acesso ao Bolsa Família se dá mediante algumas condições: exame pré-natal, acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde, frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular (Lei N° 10.836, 2004). Os benefícios concedidos pelo Bolsa Família são de dois tipos: o básico, de R\$58,00, para famílias em situação de extrema pobreza, e o variável, para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, vinculado à criança até 15 anos (R\$18,00) e vinculado ao adolescente até 17 anos (R\$30,00). Estes benefícios podem ser cumulativos até o número de cinco filhos¹⁰⁴.

A operacionalização do programa tem início de forma centralizada, no nível federal, mas prevê uma descentralização nos anos subsequentes à sua criação (Lei N° 10.836, 2004). Cabe ressaltar que de acordo com a lei que cria o Bolsa Família os municípios são responsáveis, inicialmente, apenas por fazer cadastro único das famílias que atendem às condições de pobreza e extrema pobreza¹⁰⁵. A partir do cadastro único o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome seleciona as famílias que poderão receber o benefício. A gestão do programa é feita a nível federal, ficando a cargo do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, que tem como função:

Coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social (Lei N° 10.836, Artigo 5, 2004).

A partir de 2004 a lei que cria o Bolsa Família prevê uma descentralização, determinando que pode ser criado, a nível municipal, um conselho ou comitê de controle do

¹⁰² Página eletrônica do programa Fome Zero, disponível em < <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>

¹⁰³ Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação (Bolsa Escola), Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação), Programa Auxílio-Gás, e Cadastramento Único do Governo Federal, criados em 2001 e 2002; e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, criado em 2003.

¹⁰⁴ O valor máximo que uma família em situação de extrema pobreza com cinco filhos pode receber é R\$ 185, e o valor máximo que uma família em situação de pobreza com o mesmo número de filhos pode receber é R\$ 120.

¹⁰⁵ Há também uma estimativa de famílias pobres por município, feita a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a partir do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico).

programa (Lei N° 10.836, Artigo 9, 2004). Note-se que nesse aspecto o PJJH tem, desde o início, um caráter mais descentralizado, conferindo papel central aos Conselhos Consultivos na operacionalização do programa. A legislação do Bolsa Família prevê especificamente sanções para casos de adulteração no cadastro único com vistas a favorecer determinado beneficiário:

A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1° que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente (Lei N° 10.836, Artigo 14, 2004).

Em que pesem as diferenças relativas à descentralização e à forma de distribuição, com as diversas implicações que isso gera, pode-se dizer que, assim como o PJJH, o programa Bolsa Família tem poder expressivo de ampliação e garantia de base eleitoral para o partido ou autoridade que se coloque como responsável por sua distribuição. Mas, diferentemente do caso argentino, o programa Bolsa Família não teve relação direta com as ações de protesto levadas a cabo no Brasil entre 2000 e 2005. Não figurou como alvo de demandas em ações de protesto, nem tampouco sua distribuição teve como resultado direto o aumento na base de algum movimento ou organização social. O que significa que ao passo que PJJH é representado pelos membros das organizações de trabalhadores desempregados como um conquista relacionada ao protesto, como analisaremos adiante, o Bolsa Família é representado como um benefício concedido pelo governo¹⁰⁶.

No contexto desta direção tomada pelo governo Lula e do desvio que ela significou em relação àquilo que Frigotto (2004) havia chamado de “*projeto aglutinador das forças da esquerda*”, os atores que tinham conformado a tradicional base aliada do PT e de Lula se colocam uma série de questionamentos relativos a que posição tomar, como manter a autonomia e como garantir a preservação de um projeto alternativo ao neoliberal (Leher, 2003). No tocante ao posicionamento tomado por cada setor que compunha a base do partido podemos explicitar três linhas principais: i) a corrente majoritária, que identificando um contexto de crise legado pelo governo anterior, justifica a necessidade de continuar inicialmente com a política econômica de FHC para se garantir uma confiança do mercado – é

¹⁰⁶ O que não significa dizer que esse tipo de representação dos planos sociais como benefícios ou concessões dados devido à boa vontade de um político ou partido não esteja presente na Argentina. Com efeito, como apontamos acima, o esquema de relações *punteris* e clientelistas envolvido na distribuição dos planos sociais é hegemônico no contexto político Argentino. E ele se reproduz precisamente devido à capacidade dos líderes da rede peronista de produzir esquemas interpretativos nos quais a outorga dos planos é representada como uma benesse resultante da boa vontade de determinada pessoa que tem o poder para distribuí-los.

a posição majoritária também na CUT e notadamente de seus dirigentes que têm função executiva do governo (Frigotto, 2004); ii) a corrente que defende a tese de que no governo Lula, por ser de composição heterogênea, prevaleceu uma correlação de forças favorável à direita, e para puxá-la novamente para a esquerda seriam necessárias ações concretas de mobilização por parte das organizações sociais, que pudessem pressionar o governo para a adoção de políticas coerentes com a tradicional agenda do partido – foi a posição adotada pelo MST, UNE e esquerda da CUT; e iii) a corrente que considera que houve uma opção definitiva do governo Lula pela direita, e que portanto não haveria nenhum espaço para disputa e crítica, cabendo à esquerda minoritária o papel de construir uma outra alternativa de esquerda (Leher, 2003) – este foi o posicionamento adotado pelos parlamentares que haviam sido expulsos e formaram o PSOL e por setores sindicais que romperam com a CUT em ocasião das discussões relativas à reforma da previdência.

Para o que nos interessa em termos do objeto da pesquisa, as ações e os agentes do protesto entre 2000 e 2005, podemos dizer que esta divisão gerou dois processos relevantes. O primeiro foi o surgimento de novos atores no campo das ações de protesto nos últimos anos do período estudado. O segundo e mais relevante – na medida em que determina a ação dos agentes que tiveram centralidade no período – foi a visão construída pela segunda corrente. Com efeito, o aumento no número de ocupações de terra realizadas pelo MST no ano de 2004 está relacionado à essa tentativa de tentar trazer o pêndulo de volta para a esquerda, ou seja, de tentar alterar a correlação de forças de forma a garantir o cumprimento do que teria sido a agenda proposta pelo partido anteriormente.

Fundamento desta última afirmação é a análise de Stédile (2004) sobre o contexto da eleição de Lula e o papel dos movimentos e organizações sociais na alteração da correlação de forças:

A vitória ocorreu em um período de descenso do movimento de massas e isso diminui o poder do governo central. E por isso estamos vivendo um período complexo, de transição, de intensas e crescentes disputas e pugnas (...). Ante esta situação nos apresenta a seguinte pergunta: qual é a saída, não somente para avançar na reforma agrária como também para conseguir avanços sociais em um terreno mais geral? Isso só será possível se se produz um processo de lutas sociais e de mobilização que provoque uma nova etapa de re-ascenso do movimento de massas, capaz de alterar fundamentalmente a correlação de forças na sociedade e garantir que o governo faça mudanças efetivas na política econômica atual e adote o modelo econômico proposto historicamente pelo PT (Stédile, 2004, p.33-34).

É a partir desta interpretação do contexto político pós-2003, correspondente ao posicionamento da segunda corrente apontada acima, que se dá a conformação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que agrupa uma série de movimentos, organizações sociais, sindicais, religiosas e associações profissionais¹⁰⁷ com o propósito de levar a cabo mobilizações conjuntas e coordenadas entre os diversos setores. Isso está explícito no documento “Carta ao Povo Brasileiro”, produzido em 2005 e assinado por todas as organizações que conformam a coordenação: “*conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizarem para realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisa*” (Carta ao Povo Brasileiro, 2005, p. 3).

Outra tendência a ser ressaltada é o destaque que o problema do desemprego recebe no contexto da CMS: “*nessa conjuntura elegemos como bandeira principal a luta contra o desemprego (...). A CMS considera que seu papel nesse momento consiste em estimular, de um lado, todo o tipo de lutas sociais do povo (...) e por outro fortalecer também uma unidade em torno da construção de um movimento de desempregados*” (Stédile, 2004, p. 34). Essa fala foi ressaltada para assinalar e argumentar que desta orientação no campo dos movimentos sociais no Brasil em 2004 não está ausente uma relação com os processos verificados na Argentina nos anos imediatamente anteriores. Ou seja, a consolidação dos movimentos de desempregados naquele país como protagonista central e com importante potencial de ação reivindicatória não deixou de ter reflexo em outros países da América do Sul¹⁰⁸.

Em um contexto de divisão das bases e de orientações para ações de protesto por parte de importantes setores do campo social, o governo Lula é testemunha de algumas ações coletivas marcantes, que serão delimitadas abaixo. A primeira delas foi a greve dos servidores públicos federais convocada pela CUT¹⁰⁹ em junho de 2003 contra a reforma da previdência. Embora o projeto de lei tenha sido aprovado, esta foi a primeira grande greve deflagrada no governo Lula. Depois haveria que destacar a campanha intensiva de ocupações levada a cabo pelo MST no início de 2004, com 150 ocupações no primeiro quadrimestre (OSAL, 2004). O propósito destas ações foi o de pressionar para o cumprimento das metas que haviam sido estabelecidas pelo governo em relação ao assentamento de famílias sem-terra. Outro ponto importante do período foi a marcha de Goiânia à Brasília realizada pelo MST em 2005,

¹⁰⁷ Compõem a CMS: CUT, MST, UNE, UBES, CNBB, CPT, Cimi, MTST e mais 35 organizações.

¹⁰⁸ Também a difusão de modalidades de protesto (como cortes de rodovia, penelaços) e de formas de organização multisetorial em diferentes países da América Latina é ressaltada por Taddei (2002) e Seoane e Algranati (2002).

¹⁰⁹ Embora nesse momento houvesse diferentes posições no interior da central, com um setor que não apoiava a greve.

também com o propósito de cobrar do governo, no último ano de mandato, o cumprimento das metas estabelecidas para a reforma agrária – que em 2003 havia sido fixada em 430 mil famílias até 2006¹¹⁰.

Merece menção também o fato de que após 2003 há uma perda de centralidade da CUT como agente do protesto em relação ao lugar que ocupava até 2002, o que estaria relacionado à posição majoritária da central, que de acordo com Sampaio Júnior (2005), teria abandonado o sindicalismo classista e aderido ao “sindicalismo de resultados”, ou seja, à defesa pragmática do emprego e afastamento do viés politizado e combativo que tinha a caracterizado historicamente como central. Nesse contexto, “*as diferenças com as centrais rivais oriundas do velho sindicalismo (...) foram reduzidas a uma disputa de espaço entre burocracias sindicais pelegas e cada vez mais corruptas*” (Sampaio Júnior, 2005, p. 73). No mesmo sentido assinala Druck (2006) ao argumentar que as ações do governo Lula tiveram como efeito “*anular a força autônoma do movimento sindical, através de uma permanente cooptação de suas direções e processo de estatização das organizações dos trabalhadores*” (Druck, 2006, p. 330).

Mas a análise destas afirmações requer algumas ressalvas. A primeira se refere aos questionamentos que se apresentaram à própria CUT no contexto da eleição de Lula e que merecem um pouco mais de cuidado. Se de um lado a central havia se consolidado na década de 90 como oposição ao modelo neoliberal, adotando uma estratégia de “ação propositiva” que implicava na “*ampliação da democracia com justiça social e a construção de modelo de desenvolvimento que atenda aos interesses dos trabalhadores*” (Melleiro e Rademacher, 2007, p. 211), de outro se colocava a necessidade de fortalecer um governo cujo projeto tinha sido historicamente comprometido com a defesa dos direitos dos trabalhadores. O que, em grande medida, punha em xeque a capacidade da central de manter sua autonomia frente a este governo.

Outra ressalva diz respeito ao fato de que pode-se notar certa carga de frustração na literatura analisada sobre a relação entre o governo Lula e os movimentos sociais e sindical. Isso está presente tanto na forma de denúncias como na tentativa de buscar explicações que pudessem justificar a linha tomada pelo governo. Na primeira direção podemos ressaltar argumentos como:

¹¹⁰ Durante os três primeiros anos do governo Lula (2003 a 2005) foram assentadas 244.289 famílias. Contudo, 75% deste número foi assentado em terras que já haviam sido desapropriadas, em terras públicas e em assentamentos já existentes, o que significa que não houve grande número de desapropriações, gerando o que Silva e Fernandes (2006) chamam de “*nova arte na política de reforma agrária*” e “*autofagia*” (Silva e Fernandes, 2006, p. 97).

“*Os movimentos sociais não estão isentos de sua parcela de responsabilidade pela absoluta incapacidade de o governo Lula cumprir as promessas de mudanças sociais que tantas expectativas geraram aos trabalhadores brasileiros, latino-americanos e de todo o mundo*” (Sampaio Júnior, 2005, p. 69). E ainda:

O balanço dos primeiros 20 meses de governo, portanto, não sinaliza claramente medidas na direção de um projeto de desenvolvimento Nacional Popular. Ao contrário, mostra como as trincheiras das forças dos projetos liberal conservador e do nacionalismo conservador estão impregnadas no aparelho do Estado e na sociedade civil, no governo, no PT, e na CUT. (Frigotto, 2004, p. 98)

Na segunda direção apontaríamos afirmações como: “*Lula e o PT se encontram submetidos, desde um tempo, a uma tremenda campanha destinada a tornar-los razoáveis e realistas*” (Borón, 2003, p. 40). E também justificativas com certo viés determinista: “*o governo era prisioneiro de uma arco de aliança ultra-conservador e corrupto*” (Sampaio Júnior, 2005, p. 75).

É nesse contexto que podemos apreender também as reações à crise de corrupção no ano 2005. Para o que nos interessa podemos observar que esta crise gerou reações paradoxais do ponto de vista das ações de protesto realizadas em sua ocasião: foram levadas a cabo manifestações tanto de denúncia do governo Lula e exigindo seu *impeachment*, como também manifestações de apoio ao presidente e contra tentativas de desestabilização de seu governo. A apreensão destas reações polarizadas também se insere no marco das divisões da base do PT apontadas acima. Com efeito, a terceira corrente para a qual o governo Lula teria tomado uma posição definitiva à direita, sem campo para disputa ou críticas, foi o agente principal das ações contra o governo Lula. Neste sentido poderíamos destacar os atos e manifestações realizadas por alguns sindicatos de servidores públicos (FASUBRA, SINTRASEF, e SINDIPREV¹¹¹), do sindicato dos docentes universitários (ANDES), da Conlutas e de alguns partidos da oposição¹¹².

A outra linha de reivindicação presente nas ações de protesto realizadas no contexto da crise foi em apoio ao presidente, contra tentativas de desestabilização do governo Lula e pela correta apuração dos envolvidos nos casos de corrupção. Neste campo de demanda os agentes centrais foram os defensores da tese do pêndulo, que acreditavam que a partir da crise e da saída dos setores de direita envolvidos nos casos de corrupção seria possível uma alteração favorável na correlação de forças (Sampaio Júnior, 2005). Neste campo destacam-se as ações

¹¹¹ Sindicato dos Trabalhadores da Previdência

¹¹² PSOL, PSTU, PDT, PV (Partido Verde).

levadas a cabo por UNE, CUT e MST no marco da CMS. A posição desta multisetorial está explicita na já referida “Carta aos Brasileiros”:

Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, viemos a público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos. Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis. Sabemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país (Carta aos Brasileiros, 2005, p.2)

Uma última observação relativa ao contexto político institucional de 2005 seria na direção de estabelecer um paralelo com o contexto presente na Argentina na mesma época. Ao passo que as denúncias crescentes de corrupção no parlamento brasileiro desgastavam o governo do PT um ano antes das eleições presidenciais, o partido de Kirchner saía vitorioso nas eleições legislativas de 2005, obtendo 40% dos votos no parlamento.

3.2.3 *MST e protesto*

Passemos a algumas observações sobre o ator de maior protagonismo no campo de protesto no Brasil entre 2000 e 2005: o MST. Assim como no caso dos movimentos de trabalhadores desempregados na Argentina, o MST surge e se consolida em um contexto de agravamento de determinadas condições sócio-econômicas, no caso o empobrecimento no campo após um período de acelerada modernização e tecnificação agrícola na década de 70, a qual os pequenos produtores não puderam acompanhar, endividando-se ou tendo que vender suas terras¹¹³. Mas diferentemente do caso argentino as ações do grupo que se conformou a partir destas condições, embora tivessem também como demanda a resolução de problemas pontuais e imediatos, levavam a um questionamento das condições estruturais de organização do sistema de produção do país, na medida em que o atendimento às suas demandas tinha efeitos na conformação fundiária e no modo de produção agrícola. Note-se que isso faz do MST um movimento que poderia ser classificado como “antagonista” na percepção de Melucci (1996), de acordo com o sistema de relações no qual se dão as ações coletivas e do caráter que elas tomam neste sistema.

¹¹³ No caso relevante para o surgimento do MST cabe observar que embora esse processo que estamos descrevendo tenha se dado em distintas regiões do Brasil, foi no Rio Grande do Sul (por diversos fatores cuja discussão foge dos objetivos deste trabalho) que se produziu uma organização e coordenação de ações entre jovens filhos de agricultores de origem européia, os chamados “colonos”, para lidar com a situação de endividamento e expropriação (Macedo, Rosa, Sigaud, 2005)

As condições de empobrecimento e endividamento descritas acima, aliadas a alguns antecedentes de ocupações de terra e ao importante papel da Igreja Católica, mais especificamente da Teologia da Libertação¹¹⁴, – através da pastoral da terra e de comunidades eclesiais de base (CEBs) – estão na raiz da formação do MST. No tocante ao papel da Igreja cabe apontar que ela foi, na década de 70 no Brasil, o organismo propulsor de vários movimentos sociais (Novaes, 1995) em um contexto de regime autoritário onde outros canais de participação e organização estavam fechados. Daí seu importante papel como núcleo organizador de ações no campo e no setor urbano. Novaes (1995) argumenta que: “(...) *O Brasil atual seria impensável sem as CEBs e suas repercussões nas associações de vizinhos, sindicatos, ONGs, organizações de esquerda*” (Novaes, 1995, p. 70)¹¹⁵.

Em termos do papel da Igreja nas organizações do campo cabe apontar que a intervenção se deu principalmente por meio de agentes pastorais que tinham a legitimidade de serem representantes da Igreja, em um país com importante matriz cultural católica, e que faziam um trabalho junto aos camponeses de informação das leis existentes, dos direitos que possuíam os trabalhadores, e do contexto político e de distribuição de poderes no país (Novaes, 1995). Nesse sentido destaca-se o papel da pastoral da terra (CPT) criada em 1975 e que até os dias atuais realiza um trabalho de levantamento de informações, documentação dos conflitos no campo que tem um papel educativo e de fornecimento de subsídios para as organizações que atuam no campo¹¹⁶. No seguinte relato sobre o processo de formação da base do MST está explícita a presença atual da matriz católica da Teologia da Libertação:

¹¹⁴ A Teologia da Libertação foi fruto de uma re-orientação na Igreja Católica, definida a partir do Concílio Vaticano II, 1965, que falava em participação ativa de grupos comunitários (o “povo” de Deus). E delineada na América Latina a partir da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, na Colômbia em 1969. As conclusões da conferência de 1969 (Declarações de Medellín) apontam para a necessidade de uma presença mais intensa e renovada da Igreja naquele momento de transformação da América Latina, e para a necessidade de conhecer o homem latino-americano para poder agir “com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus” (Sader, 1988, p. 152). As conclusões de Medellín também são decisivas para o processo de formação das comunidades eclesiais de base ao anunciar que as condições para a “salvação” não se dão individualmente, mas através da construção de comunidades. Daí decorrem também as recomendações para a pastoral das massas, que seriam “estudos para se conhecer a religiosidade popular; impregnar manifestações populares, como romarias e peregrinações da palavra evangélica; procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos” (Sader, 1988, p. 155).

¹¹⁵ No escopo da mesma Conferência Geral do Episcopado latino-americano em 1969 na Colômbia, parte da Igreja argentina também se orienta em direção à ação “junto ao povo de Deus”. Contudo, como aponta Almeyra (2004), devido aos laços da hierarquia da Igreja com o regime militar de 1976-1983 e à forte repressão do regime em relação às comunidades eclesiais de base na capital federal e na Grande Buenos Aires, esta forma de inserção da Igreja não pode se desenvolver como no Brasil. Contudo, a partir da volta do regime democrático há maior espaço para a ação das CEBs no país, que tiveram relevância no processo de ocupação de terrenos urbanos e formação de organizações de bairros na Grande Buenos Aires na década de 80 (Almeyra, 2004).

¹¹⁶ Entre 2000 e 2005 a CPT realizou também 100 ocupações de terra na região nordeste (Silva e Fernandes, 2006).

Nós sempre usamos o método do trabalho de base, que é uma coisa digamos assim que a gente herdou acho que da Igreja, em especial da Teologia da Libertação, naquele processo das comunidades eclesiais de base, que tinha essa coisa de fazer o trabalho de base. Então, o trabalho de base nós utilizamos no MST desde a formação das famílias que vão pra ação concreta, seja ocupação da terra ou, depois, no processo de protestos e pressão dando continuidade até se conquistar o objetivo necessário, de acordo com a pauta de reivindicação que se tem (Marina dos Santos)
117

No tocante às ações antecedentes ao contexto de formação do MST na década de 80 e antecedentes do repertório de ação de protesto que se consolidou com o crescimento do movimento na década de 90 – as ocupações –, importa mencionar dois eventos ocorridos ainda na década de 60. O primeiro foi a ocupação e acampamento na fazenda Sarandi, de 24mil hectares, no Rio Grande do Sul (RS), em 1962, por famílias que vinham da região de Nonoai, outra localidade do estado. A fazenda foi desapropriada três dias depois, pelo então governador do estado, Leonel Brizola, e as famílias que lá estavam acampadas foram cadastradas e contempladas com lotes de terra. (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008). Alguns registros históricos sobre a ocupação apontam que ela teria sido organizada e incentivada pelo então prefeito do município de Nonoai (Jair de Moura Calixto) com a ajuda e articulação de alguns militantes ligados ao PCB, e outros apontam para o papel do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) formado em 1960 no RS, como organizador da ocupação (Eckert *apud* Macedo, Rosa e Sigaud, 2008).

O segundo antecedente é a ocupação, em 1963, do Engenho Imbé no Rio de Janeiro, por ex-trabalhadores desempregados da empresa. Nesta ocupação os registros apontam para a atuação de sindicalistas – tanto do setor rural como do setor de serviços (ferroviários e químicos) – ligados ao PCB. O engenho, que figurava nos registros oficiais como terra devoluta, foi desapropriado e a terra distribuída para as famílias que estavam acampadas (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008). Note-se que neste período (1962) havia sido criado, pelo governo federal, um órgão para lidar com a questão da reforma agrária, Supra (Superintendência de Reforma Agrária) que estava realizando desapropriações de grandes e importantes propriedades no contexto do governo de João Goulart. Com o golpe militar em 1964 as terras que haviam sido desapropriadas são devolvidas aos seus antigos proprietários, e ocupações de terra são respondidas com menos tolerância e mais repressão.

A partir da observação destes antecedentes podemos notar que a realização, de forma coletiva, de ocupações e acampamentos como repertório utilizado para demandar a desapropriação e a redistribuição de terras não é novidade trazida pelo MST. Com efeito, as

¹¹⁷ Coordenadora nacional do MST. Entrevista realizada em Brasília (DF) em 2/12/2008.

origens do movimento estão ligadas a estes antecedentes. Do núcleo que se reúne em janeiro 1984 em Cascavel (Paraná) e decide pela criação do MST faziam parte líderes que se haviam formado a partir de ocupações no Rio Grande do Sul e lideranças ligadas à CPT – como o padre Arnildon Fritzen e João Pedro Stédile (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008; Fernandes, 2003).

As primeiras formas de ação de protesto no contexto de surgimento do movimento, e como forma de tentar solucionar o problema mais imediato de empobrecimento e endividamento, eram: cortes de vias públicas e manifestações na porta de bancos e de organismos públicos. Dentre as demandas principais estava o estabelecimento de preços mínimos para os produtos agrícolas e para taxas de cambio (Medeiros, 2000). Estas ações e demandas estavam ligadas à situação vivida pelos pequenos agricultores no Rio Grande do Sul que conformaram a base do movimento. Contudo, como vimos acima, na década de 90 houve um crescimento e expansão territorial do MST, a partir da agregação de outros setores: trabalhadores expropriados que já haviam abandonado suas terras e viviam nas periferias realizando trabalhos temporários no campo, e trabalhadores urbanos que viviam em situações precárias nas grandes cidades (Medeiros, 2004).

Esse crescimento na base do MST aliado à crescente massividade e visibilidade de suas ações acabou por eclipsar, em um primeiro momento, as ações dos outros atores no campo, notadamente os atores tradicionais, como as federações rurais e a CONTAG. E têm como efeito também uma disseminação das demandas por reforma agrária para atores no campo sindical onde tal demanda não estava presente anteriormente, como demonstra Rosa (2002) para o caso do estado de Pernambuco. O autor também aponta para a disseminação da ocupação como forma de repertório, o que teria sido efeito das ações do MST:

Nesta conjuntura o papel do MST como um agente social portador de uma nova forma de protesto foi fundamental para a renovação das práticas de seu principal concorrente nas áreas rurais. O exemplo do sindicalismo rural apresentado neste texto é dos muitos que, no Brasil de hoje, poderiam ser estudados para se compreender os efeitos difusos que o padrão de protesto criado pelo MST teve sobre diversos movimentos sociais (Rosa, 2002, p.60)

Esta forma teria como efeitos: tornar pública e visível a demanda, imposição da necessidade de negociação, polarização dos atores na sociedade, focalização do Estado como centro do debate ao obrigá-lo a tomar alguma posição (Medeiros, 2004). Nesse sentido a ocupação teria como efeito a criação de uma determinada conjuntura política que envolve as famílias que se estabeleceram no acampamento, o fazendeiro, e o Estado que deverá abordar a questão de alguma forma – seja a negociação, o desalojo por repressão, ou a agilização no processo de

desapropriação da terra para a reforma agrária (Fernandes, 2000). Sobre o lugar da ocupação como repertório estável e forte de ação relacionada a demandas por distribuição de terras cabe observar que não obstante o aumento no número de movimentos de que atuam no campo¹¹⁸, alguns deles dissidências do próprio MST, este repertório de protesto é a forma de ação adotada por todos eles, resultado daquilo que Rosa chama de “*efeitos difusos que o padrão de protesto criado pelo MST teve sobre diversos movimentos sociais*” (Rosa, 2002, p. 60).

Outra forma de ação de protesto levada a cabo pelo MST é a ocupação de prédios públicos – notadamente sedes do INCRA – com o objetivo de pressionar o governo a tomar alguma decisão ou ação relativa à desapropriação, liberação de recursos para assentamento ou, como ocorreu algumas vezes no período estudado, em demanda de aumento dos recursos para o INCRA e aumento no número de funcionários do Instituto.

Também têm destaque as marchas longas e de grande visibilidade, como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada em 2005 de Goiânia a Brasília, e que apresenta como reivindicações uma agenda mais ampla do que a relacionada à questão da reforma agrária. No documento entregue ao presidente havia demandas por demarcação de terras indígenas e quilombolas, democratização dos meios de comunicação, regulamentação de plebiscitos e outras formas de iniciativa popular, luta contra transgênicos e contra presença no Haiti (Porto-Gonçalves, 2005). Sobre as marchas realizadas pelo MST cabe apontar que dela participam principalmente pessoas já assentadas em decorrência da ação do movimento. Outra observação diz respeito ao grau de organização e uniformidade que as caracterizam (notadamente as marchas grandes que buscam obter maior visibilidade): vestimentas uniformes, camisetas, boné ou chapéu do movimento e a tradicional bandeira vermelha, organização em colunas mantendo-se a mesma distância entre cada pessoa.

¹¹⁸ Em 2000 o número de movimentos que realizaram ocupações no campo foi 17. Em 2004 esse número foi para 25 e depois, em 2005, para 21 (CPT, 2006)



Figura 1: Marcha pela Reforma Agrária 2005 (Goiânia-Brasília)
Fonte: Foto de Douglas Mansur

Há que destacar também outras modalidades de ação que na classificação que fizemos acima entram na categoria “outras formas de ação”. Dentre elas estão as vigílias – que originalmente seriam reuniões religiosas para orações e estudos bíblicos –, e as romarias, que se bem o MST não as organiza diretamente, delas participam. As “romarias da terra” são formas de ação organizadas pela CPT em vários estados e que tem um teor de protesto, embora sejam manifestações religiosas. Isso pode ser percebido no relato abaixo:

São atos com cunho religioso, mas com alto cunho político de reivindicação dos direitos, de denúncia das ações de injustiça, da falta de atendimento, do descaso, que as populações do campo sofrem... Então nessas romarias acontece um ato político-religioso, com um cunho político e cultural também, sempre tem um momento cultural, de música, versos, de várias, diversas manifestações, que tenta também então animar o trabalhador em suas lutas. É um momento então, vamos dizer de reabastecimento, não é um enfrentamento direto (Antônio Canuto)¹¹⁹

Podemos perceber a marcante presença de elementos da tradição católica nas ações do MST. Não só no que diz respeito aos repertórios de ação coletiva, mas também, como aponta Porto-Gonçalves (2005), em rituais que envolvem mística e teatralidade herdados das tradições católicas. Cumpre ressaltar que no movimento estão presente também, e ao mesmo tempo, referentes socialistas e comunistas, o que é notável tanto pelas bandeiras vermelhas como pela adoção do referencial marxista no processo de educação e formação de quadros. Este último elemento está explícito na seguinte afirmação de um dos membros do Coletivo de Coordenação Pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes e da Coordenação do Setor de Formação Nacional do MST: “*O domínio teórico (marxismo) deve se tornar uma chave de*

¹¹⁹ Secretário da Coordenação Nacional da CPT. Entrevista realizada em Goiânia (GO) 24/11/08.

abertura das portas por onde há de passar a práxis revolucionária da qual devemos nos tornar portadores” (Pizzeta, 2007, p.246).

No nível das bases cabe observar que as ações do MST dão significativa importância à educação e à formação de quadros – daí a ênfase ao processo de alfabetização: “*Nós fazemos campanha dentro do movimento de que todos e todas as sem-terra devem estar estudando, independente se é no curso formal ou se é no segundo grau ou a 8ª série, fazer o primeiro grau*” (Marina dos Santos). Nesse marco se insere também a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada em 2005, que “*(...) surge com o propósito de pensar, programar, planejar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos militantes e dirigentes do conjunto do MST*” (Pizzeta, 2007, p. 246)

No tocante ao processo de ampliação das bases há um trabalho de arregimentação de famílias mais do que indivíduos isolados, e não há um princípio de afiliação formal. O *Congresso Nacional* é o nível de coordenação máximo do MST, ele se dá a cada cinco anos e decide sobre as linhas gerais de ação do movimento. Dele participam representantes de todos os assentamentos e acampamentos de todas as regiões do país e os âmbitos que conformam o corpo mais orgânico do movimento. Os *Encontros Nacionais*, realizados a cada dois anos, definem mais especificamente a plataforma de luta do movimento, de acordo com a conjuntura política, econômica e social. Deles participam os coordenadores nacionais, a comissão nacional de assentados, equipes assessoras, setores e comissões nacionais e um representante de cada secretaria estadual. A *Coordenação Nacional* é o principal organismo executivo do movimento, assumem a representação pública do movimento e são responsáveis pela aplicação das decisões do Congresso e Encontro Nacionais. A *Coordenação Nacional* é composta por dois coordenadores de cada estado, eleitos pela Executiva Estadual ou pelo Encontro Estadual, pela Direção Nacional e pelos delegados de cada setor do movimento. A votação é aberta e por maioria simples. E por último está a *Direção Nacional*, responsável por elaborar e discutir a linha política do movimento. É conformada por vinte e um membros eleitos por voto secreto nos Encontros Nacionais, permanecendo por dois anos na direção (Mirza, 2006).

Em termos de princípios de organização da produção incentiva-se a agricultura familiar e a produção coletiva¹²⁰. Contudo, como acentua Medeiros (2000), esta forma de produção, embora tenha tido boa receptividade em assentamentos do Rio Grande do Sul principalmente, não se adequaram da mesma forma a algumas regiões do Brasil, que

¹²⁰ Para a organização da produção dos trabalhadores assentados e sua viabilização econômica foi criada uma rede de cooperativas, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

estiveram marcadas por uma “*tradição secular de subordinação à figura de um patrão*” (Medeiros, 2000, p. 40).

Apresentado o campo de protesto no Brasil e na Argentina, a conjuntura político-institucional que caracterizou o período que compreende nossa análise e os atores de maior protagonismo nos dois países, passemos a uma análise das representações que estes atores fazem de suas ações de protesto neste período. Por ações de protesto estamos nos referindo basicamente aos repertórios relacionados ao movimento piquetero (bloqueios de rodovia) e ao MST (ocupações de terras rurais). Deteremos nossa análise das representações feitas pelo Estado e pelas organizações piqueteras e MST sobre estes repertórios. Nesse sentido cabe destacar algumas diferenças entre as duas formas de protesto. Ao passo que a ocupação de terras é feita em uma propriedade rural específica e particular, criando uma situação de conflito que envolve apenas o “dono” da propriedade, o Estado e as famílias acampadas, os bloqueios de rodovia têm um caráter distinto. Ao impedir o trânsito em vias movimentadas o protesto tem impacto para um número maior de pessoas e de forma mais imediata, o que requer uma resposta também mais imediata por parte do Estado, ao passo que no caso de um acampamento a resposta pode tardar mais. Portanto, na medida em que são ações de protesto com características e impactos diferentes, as ocupações e os bloqueios de rodovia geram reações distintas por parte do Estado. Partindo destas considerações podemos analisar o processo interativo entre Estado e movimentos no nível lingüístico de construção de significados e quadros interpretativos. Este é o tema do capítulo seguinte.

4 PROTESTO E REPRESENTAÇÃO

Nos próximos capítulos analisaremos algumas das formas de qualificação utilizadas pelo Estado no Brasil e na Argentina entre 2000 e 2005 para enquadrar as ações e os agentes protagonistas do protesto neste período. Por agentes protagonistas do protesto estamos nos referindo, no Brasil, ao MST, e na Argentina às seguintes organizações de desempregados: FTV, CCC, MTD Aníbal Verón¹²¹, Polo Obrero e Barrios de Pie¹²². As ações a que nos referimos e que constituem os principais repertórios das organizações nos dois países são, respectivamente: ocupações de terra e cortes de rodovia.

Os atores que compuseram o Estado (tal como definido anteriormente) no período considerado são: os governo de FHC e de Lula no Brasil e, na Argentina, os governo de De la Rúa, Duhalde e Kirchner. Nesse sentido vamos analisar as formas de representação feitas por representantes destes governos em relação aos agentes protagonistas do protesto e aos repertórios por eles utilizados.

Representações são feitas por meio da linguagem. Note-se que a linguagem tem uma dimensão representativa, que representa determinada realidade, e também uma dimensão constitutiva desta realidade, na medida em que é por meio da linguagem que se produzem as qualificações e os enquadramentos que permitem determinada interpretação dos fenômenos sociais. Nesse sentido entendemos que os enunciados produzidos a partir do Estado acerca das ações e dos agentes de protesto em determinado momento não são apenas representativos de sua política e posição em relação a estes. Essas falas são também parte ativa e conformativa desta política. E são partes relevantes na medida em que de um lado buscam produzir uma representação válida para determinado fenômeno e de outro porque ao produzir essa representação torna-se possível justificar e legitimar determinada reação em relação aos agentes do protesto.

O *corpus* a partir do qual se fez a análise das representações é composto por falas de representantes do governo federal nos dois países (presidentes e porta-vozes, ministros, assessores e secretários) emitidas em ocasião e em relação a determinadas ações de protesto¹²³

¹²¹ Neste caso também é analisada entrevista realizada com representante do Frente Popular Darío Santillán, que conforma o MTD Aníbal Verón em 2004.

¹²² Além destas organizações protagonizaram ações de protesto entre 2000 e 2005 o MIJD, MTR e FTC (Frente de Trabajadores Combativos), além de outras organizações menores. Contudo não foi possível a realização de entrevistas com referentes destas organizações e, portanto elas não configuram como parte do *corpus* a ser analisado.

¹²³ No caso do Brasil as ações a que se referem as falas são majoritariamente ocupações de terra e no caso da Argentina são cortes de rodovias.

e reproduzidas em jornais impressos e publicados entre 2000 e 2005¹²⁴. A utilização desta fonte para a construção do *corpus* requeriu alguns cuidados. Em primeiro lugar foram coletadas apenas aquelas falas nas quais as categorias analíticas delimitadas apareceram entre aspas de forma completa e integral, ou seja, evitando-se os recortes feitos pelos jornais. Outro cuidado foi a adoção do maior distanciamento possível em relação ao viés dado pelo jornal, o que significa que as notícias integrais foram observadas apenas para a extração do contexto imediato de emissão da fala (por exemplo: discurso, entrevista, conferência de imprensa, pronunciamento oficial, etc. e em que ocasião).

Em que pesem os diversos problemas com a utilização de material jornalístico devemos ressaltar que dentre as fontes possíveis para a construção do *corpus* de falas de representantes do Estado esta é a que mais serve aos propósitos desta pesquisa, na medida em que permite a coleta dos enunciados produzidos justamente em ocasião das ações de protesto e relativos a estas ações. O que torna possível a análise das formas de enquadramento feitas especificamente em relação às ações e aos agentes objetos de nossa análise.

Para a análise do *corpus* separamos o conteúdo dos enunciados de acordo com três categorias analíticas: qualificação da ação, qualificação do ator e qualificação da reação do Estado em relação a ambos. A separação dos enunciados de acordo com estas categorias foi feita através da construção de uma grade de correlação¹²⁵ que permitiu estabelecer a correlação (direta e indireta) entre o conteúdo de cada enunciado e as três categorias analíticas delimitadas.

As grades de correlação¹²⁶ apresentam: a) o código da fonte de onde foi extraída a fala (jornal e data); b) a especificação da categoria analítica contida na fala; c) a transcrição completa do período ou parágrafo no qual o qualificador relacionado à categoria aparece; d) a correlação entre o qualificador e a categoria, que pode ser indireta, quando o emissor se refere indiretamente à ação, ator ou reação, ou direta, quando o emissor faz uma qualificação direta

¹²⁴ No Brasil as fontes jornalísticas foram: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Jornal de Brasília, Gazeta Mercantil, Valor Econômico, Correio Brasiliense e Tribuna no Brasil. No caso da Argentina as fontes foram os jornais La Nación, Clarín, e Página 12. O motivo para utilização de um maior número de fontes jornalísticas no Brasil foi o nível de fragmentação das citações presentes na maioria dos jornais, o que criou a necessidade de uma busca mais detalhada por entrevistas ou fragmentos com citações maiores e melhor contextualizados. No caso da Argentina há uma predominância do jornal Página 12 porque nele foi encontrado um número maior de entrevistas com representantes do governo, notadamente em relação ao tema dos piqueteros.

¹²⁵ Procedimento construído a partir do material “Análise de Arquivo ou Documental” (Santos Filho, 2002)

¹²⁶ Alguns exemplos estão em anexo.

sobre uma destas categorias; e) comentários e observações sobre a fala, quem é o emissor, que cargo ocupa, qual foi o contexto da enunciação, etc¹²⁷.

As grades de correlação foram produzidas para cada governo nos dois países uma vez que a intenção é demonstrar como cada uma deles produz formas específicas de representação dos repertórios e dos próprios movimentos sociais.

A partir das grades de correlação foram construídas as tabelas de qualificadores com cada uma das categorias analíticas em cada governo. Nestas tabelas foram transcritos diretamente os qualificadores correspondentes a cada categoria e, no caso das correlações indiretas, foi transcrito todo o período. As tabelas de qualificadores nos permitem observar a presença ou ausência de determinadas formas de qualificação em cada governo, bem como a predominância de determinado qualificador para enquadrar as ações de protesto, os movimentos sociais e as reações do próprio Estado a ambos.

A seguir apresentaremos cada uma destas tabelas seguidas por discussões relativas ao governo e ao contexto no qual foram produzidas as falas. O propósito é apontar as principais formas de enquadramento feitas pelos governos em relação aos protestos realizados pelo MST e pelas organizações piqueteras. O que é feito a partir da análise dos qualificadores utilizados para se referir aos movimentos, a suas ações e à posição do Estado em relação a estes. As representações das ações de protesto e dos movimentos produzidas pelos governos são contrastadas com as representações produzidas pelos representantes dos movimentos sociais com vistas a demonstrar a interposição entre as qualificações e as formas de enquadramento produzidas pelos dois agentes da interação e os efeitos disso para as representações dos repertórios de ação e para o processo de construção identitária dos movimentos. A discussão está dividida por país. À análise das tabelas de qualificações para cada país segue-se uma análise das representações dos agentes do protesto naquele país.

¹²⁷ Convém ressaltar que o processo de interpretação dos qualificadores e das correlações estabelecidas nos enunciados, com o propósito de auferir o significado que o interlocutor pretendia produzir, não é um processo isento de possível viés, uma vez que ele é feito a partir de minhas próprias estruturas de significação (Santos Filho, 2006). Nesse sentido os comentários sobre o lugar, ocasião e cargo ocupado pelo emissor da fala são tentativas de controlar minimamente a subjetividade a qual este processo está sujeito.

4.1 Representações Brasil

4.1.2 Qualificadores Estado

As formas de enquadramento produzidas por representantes do Estado brasileiro entre 2000 e 2005 sobre o MST e suas ações de protesto, notadamente as ocupações de terra, passam por um processo de marcada diferença no período de 2000 a 2002 e depois de 2003, com a eleição de Lula. A mudança de governo em 2003 é um elemento marcante no processo de construção de representações válidas sobre as ações de protesto e sobre o próprio MST. Como discutimos anteriormente a entrada de Lula no poder gera diversos efeitos no processo de construção identitária dos movimentos sociais e sindicais. Para o que nos interessa é importante apontar para a mudança observada nas formas de qualificação dos protestos feitos pelo MST, e do próprio movimento, produzidas no governo FHC e no governo Lula. O caráter marcante dessa mudança pode ser atribuído, dentre outras coisas, a dois processos principais. O primeiro é o desgaste crescente da relação entre o MST e o governo FHC nos seus últimos anos. E o segundo é a representação e re-afirmação da trajetória de Lula e do PT que pautou grande parte das qualificações relativas ao movimento e à relação do governo com ele. Passemos à observação das tabelas de qualificação construídas para o Brasil.

4.1.2.1 Qualificações governo FHC

Tabela 28 - Qualificadores Governo FHC

| Qualificação da Ação | Qualificação do Ator | Qualificação da Reação |
|--|---|---|
| Invasões | extremamente violento | não admite quebra da legalidade. |
| transgressões à ordem democrática | irredutível | reconhece a legitimidade dos movimentos |
| Violência | buscam o confronto | não pode tolerar que descambem para o aventureirismo |
| criminalidade | totalitário | governo não vai recuar |
| não pode anular a liberdade de outro | alguém possuído por um tipo de idealismo truncado, de um tipo de ideologia equivocada | governo jamais se negou ao diálogo com os movimentos sociais |
| Violência privada | Facista | apego à democracia e à tolerância |
| resolver o problema com as próprias mãos | torturador | medidas do governo são baseadas rigorosamente na lei |
| escalada em busca do confronto. | cabeças fanatizadas | não pode tolerar que os movimentos sociais descambem no aventureirismo, na violência e na criminalidade |

| | | |
|---|--|---|
| aventureirismo | radicalismo | ação enérgica da PF |
| levar o país ao impasse | radicalismo | não vamos admitir o prosseguimento dessa escalada anti-democrática |
| (-) Estado de direito democrático | fraqueza | manter o Estado de direito democrático. |
| produzir o conflito | partido radical | Não vamos admitir nenhum tipo de descumprimento a esse dever de manter o Estado de direito democrático |
| arranha a lei | radicalmente contrário ao atual governo | disposição para o diálogo |
| falta de democracia | Político-partidários | não podemos ceder à chantagem nem cometer ilegalidades |
| tipo de ação | movimento totalizador cuja prioridade absoluta é combater politicamente o governo, e não mais lutar pela reforma agrária | este é um governo que dialoga |
| injustificável | organizacionalmente autoritária | se e quando for necessário, o Exército será empregado. A Constituição prevê: entrou em colapso você utiliza o Exército. |
| ferir direitos humanos | organização férrea e centralizada | Sempre conversamos com o MST |
| Crime | isolado de seus parceiros tradicionais - a esquerda, o movimento sindical e parte da Igreja | adotar medidas duras e reforçar os poderes da polícia federal |
| busca pelo conflito | partido camponês radical | Sob chantagem ou ameaça não cedam um milímetro |
| querem mostrar que conseguem dobrar o governo | (-) bom senso | esclareço entender como legítimo e até necessária a intervenção política de qualquer ator social |
| Bagunça | não querem deixar a condição de assentados da reforma agrária | Diálogo |
| Desordem | Doutrina de juízo final | O governo está prosseguindo com sua política de reforma agrária |
| mudar a ordem vigente | gente que faz baderna | se houve descumprimento da medida, que tem força de lei, ocorrerá punição exemplar |
| luta armada | movimento que está se desviando da legalidade democrática | O Brasil e o presidente não vão admitir que funcionários públicos sejam reféns |
| desrespeito verbal | grupo de protesto organizado | reafirmo o meu compromisso pleno com a democracia e com as minhas responsabilidades e, portanto, com a necessidade de nós mantermos o respeito nesse país |
| Agressão | baderneiro | que a ordem legal não será transgredida, que o governo agirá com firmeza nesse sentido, |
| Chantagem | Egoísmo | É preciso lutar com afinco para que a democracia no Brasil não seja uma palavra vazia, |
| Ameaça | irracionalidade | Faremos cumprir a determinação do povo, que está escrita na constituição, com prudência e com moderação, mas com firmeza. |
| Invasões | partido político | É preciso punir a todos |
| Violência | eles já tem terra | Invasões de prédios públicos não estão previstas na democracia e tem de haver repressão |
| invasões | causa totalitária | Repudio |

| | | |
|---|---|---|
| invadir terra | entidade que recebe recursos, inclusive do exterior | É uma obrigação, um dever legal do Gabinete de Segurança Institucional garantir a segurança do presidente |
| Invadir | utiliza recursos de convênios com o governo | Nossa ferramenta é o diálogo |
| Derrubar o Estado atual | | evitar invasões |
| constrangimento de outros | | O presidente expressa o seu mais veemente repúdio |
| Baderna | | Reestabelecer ordem |
| ação desordenada | | |
| prejudica a liberdade daqueles que estão gozando dos frutos da democracia | | |
| (-)respeito à representação popular | | |
| (-)liberdade de terceiros | | |
| (-) respeito à autoridade constituída. | | |
| falta de respeito à liberdade | | |
| Baderna | | |
| manifestações violentas | | |
| ferem as regras da convivência democrática | | |
| Baderna | | |
| Tropelia | | |
| impor pela força | | |
| Desrespeito | | |
| Depredação | | |
| Transgressão | | |
| desvio da lei | | |
| Desrespeito | | |
| (+) direito de voz | | |
| (+)direito de se expressar | | |
| Invasões | | |
| (-) democracia | | |
| manifestações anti-democráticas | | |
| criar fato político | | |
| Tumultuar | | |
| Invadir | | |
| Vandalismo | | |
| desrespeito a lei | | |
| desrespeito ao regime democrático | | |
| Suicídio político | | |
| Invasões | | |
| Técnica política | | |
| (-) técnica de reivindicação social | | |
| Invasão | | |
| Pressão | | |
| Manifestações | | |
| agridem escolha por Estado de Direito | | |

| | | |
|--|--|--|
| ferem a cidadania em seu sentido mais amplo | | |
| Invasão | | |
| desrespeito efetivo da depredação | | |
| desrespeito à lei, à vida e à propriedade | | |
| (-) discutir | | |
| (+) depredar | | |
| medidas semelhantes a de facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) | | |
| Radicalização | | |

Em termos dos qualificadores para a ação a primeira observação diz respeito à própria nomeação da ação do MST por excelência. A ação de ocupar terras é nomeada como “invasão” (o qualificador aparece nove vezes), ao passo que o termo “ocupação” não é utilizado para se referir a esta ação. A simples nomeação da ação contém uma carga normativa que é apontada por Macedo, Rosa e Sigaud (2008): “*Hoje se diz ocupar. Só os que se opõem aos movimentos se valem de invasões. Na linguagem acadêmica e na linguagem dos movimentos, o termo é ocupar*”. (Macedo, Rosa e Sigaud, 2008, p.134-135). Nesse sentido cabe apontar que em que pese o viés dos jornais consultados (onde o termo invasão aparece invariavelmente), as falas reproduzidas de ministros, assessores, porta-vozes, secretários e presidente nomeiam a ação com o verbo “invadir”.

Outro ponto a ser ressaltado é a correlação indireta que aparece entre a referência à ação (ocupação) e a noção de democracia. A qualificação da ação do MST a partir do estabelecimento de uma oposição com os termos “democracia” e “Estado democrático” aparece sete vezes em todo o *corpus* e está presente em enunciados como os dos respectivos Ministros de Desenvolvimento Agrário:

O MST para sentar à mesa com o governo precisa produzir o conflito. Primeiro, ele arranha a lei para depois conversar. Isso é falta de democracia (Raul Jungmann, *Jornal do Brasil*, 26/4/00. Grifo nosso)¹²⁸

O Brasil viu um péssimo exemplo de vandalismo na televisão, um profundo desrespeito à lei e ao regime democrático (Raul Jungmann, *Jornal de Brasília* 10/4/01)¹²⁹

A manifestação democrática não deve ser impedida nunca. Mas a invasão de prédios públicos e de propriedade rurais não ajuda a reforma agrária nem eleitoralmente, se

¹²⁸ Todos os grifos nas citações são da autora.

¹²⁹ Fala proferida em ocasião da ocupação de Usina em Pernambuco pelo MST.

for essa a intenção. A população brasileira já mostrou que não apóia esse tipo de manifestação, pois agríde a democracia e a autoridade brasileira. (José Abraão, O Globo 18/4/02).

Nesta última afirmação está presente também a referência à “população brasileira” como pólo de oposição às ações do MST. Essa correlação negativa entre a noção mais ampla de “povo”, “população”, “Brasil” e as ações do movimento também é perceptível em outros enunciados:

Algumas cabeças fanatizadas do MST até querem isso. Querem mudar a ordem vigente. Mas eles sabem que não têm o apoio externo necessário. A maioria esmagadora do povo é contra o radicalismo do MST e não apoiaria a luta armada (José Gregori, O Globo 14/5/00)¹³⁰

Todos estão preocupados com essa radicalização. (Alberto Cardoso, Estado de São Paulo 20/4/00)¹³¹

O Brasil cansou da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o presidente não vão admitir que funcionários públicos sejam reféns de gente que faz baderna, em nome de uma causa que em si é justa, mas que não tem nada a ver com a ação desordenada que prejudica a liberdade daqueles que estão gozando dos frutos da democracia (Fernando Henrique Cardoso, O Globo 5/5/00)

Essa última afirmação denota também a concepção de democracia predominante neste governo, mais próxima a uma noção de democracia liberal. O termo “democracia” apareceu algumas vezes associado à noção de liberdade, construindo-se um pólo de oposição entre as ações do MST e o respeito à liberdade, como nas falas abaixo:

Qualquer dos fundamentos básicos da democracia e da existência do Estado há sempre a idéia de que a liberdade deixa de existir quando não existe uma ordem respeitada, assumida, aceita e, portanto, legítima (Fernando Henrique Cardoso, Folha de São Paulo 5/5/00)

Em qualquer dos fundamentos básicos da democracia e da existência do Estado há sempre a idéia de que a liberdade deixa de existir quando não existe uma ordem respeitada, assumida, aceita e, portanto, legítima (Fernando Henrique Cardoso, Folha de São Paulo 5/5/00)

Nós vivemos um momento de democracia plena e ela exige responsabilidades. Exige, portanto que a liberdade de uns não interfira na liberdade de terceiros (Fernando Henrique Cardoso Folha de São Paulo 5/5/00)

Mas a democracia não é só a liberdade. Ela exige o respeito à representação popular (que vai desde a escolha de vereadores ao presidente da república). A democracia exige respeito à autoridade constituída, porque ela foi constituída pelo povo - e o respeito à autoridade é o respeito ao próprio povo (Fernando Henrique Cardoso, Folha de São Paulo 5/5/00)

¹³⁰ Ministro da Justiça.

¹³¹ Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Outra qualificação freqüente que pode ser percebida no enunciado acima foi o enquadramento da ação do MST como desrespeito ou falta de respeito (à ordem, à lei, à propriedade, à autoridade, etc). Com efeito, a correlação negativa entre a ação do movimento e a idéia de “respeito” apareceu dez vezes no *corpus* das falas dos representantes do governo FHC. Alguns exemplos são:

Sou de formação extremamente tolerante. Paciente além do limite, às vezes. Mas não dá mais quando há, não o desrespeito verbal, mas o desrespeito efetivo da depredação. Chegamos a um ponto em que a sociedade quer um basta. Chega de tolerar a transgressão (Fernando Henrique Cardoso, Folha de São Paulo 9/5/00)

Vê-se um incitamento à desordem. Estamos fazendo a denúncia e pedimos a intervenção do Ministério Público Federal. É urgente que a justiça tome medidas para evitar o desrespeito à lei, à vida e à propriedade. Raul Jungmann, O Globo 28/3/02

Outros qualificadores utilizados para referir às ações do MST foram: violência, desordem, crime, baderna, bagunça, chantagem, agressão, aventureirismo:

Houve uma clara tentativa de ver se o governo estava atento, se seria leniente com a bagunça, ou se reagiria com determinação, para evitar a desordem (Pedro Parente, Estado de São Paulo 7/5/00)¹³²

Não se deve ultrapassar o limite que separa a democracia da baderna. E um movimento social, sobretudo que tem reivindicações, não deve se confundir com a baderna (Georges Lamazière, O Globo 20/4/00)¹³³

Essas formas de qualificação da ação do MST denotam um progressivo desgaste da relação entre o movimento e o governo FHC, o que se faz ainda mais claro quando observamos os qualificadores utilizados para enquadrar o próprio movimento. Elas vão desde adjetivos usados para classifica-lo diretamente a qualificadores relacionados a ele de forma indireta. Dentre os primeiros poderíamos destacar os seguintes termos: “baderneiro”, “irredutível”, “extremamente violento”, “radical” e “totalizador”.

Algumas das qualificações mais contundentes se deram em ocasião da adoção da MP N° 2.027-38, como, por exemplo, a seguinte afirmação do Ministro de Desenvolvimento Agrário:

¹³² Ministro Chefe da Casa Civil. Refere-se à ocupação das sedes do Incra e do Ministério da Fazenda.

¹³³ Porta-voz de Fernando Henrique Cardoso.

Trabalhador que fere direitos humanos se nivela obviamente a quem é torturador, quem é fascista, isso é crime (Raul Jungman, Folha de São Paulo 4/5/00)

E em ocasião da ocupação da fazenda do presidente em março de 2002. Neste caso algumas falas questionam indiretamente as características da própria base do movimento, como por exemplo, as transcritas abaixo:

Não se trata de um ato de cunho social. Todas essas pessoas têm terra e crédito. Não há razão que justifique o injustificável (Raul Jungman, Correio Brasiliense 26/3/02)

Essas pessoas vivem no campo, mas com um nível de patrimônio e investimento acima do trabalhador médio (Raul Jungmann, O Globo 28/3/02)

Outra forma de enquadrar o movimento foi a partir do estabelecimento de uma correlação entre o MST e orientações político-partidárias:

Não consta no DNA do MST as palavras pacto, trégua ou acordo. Não há paz com o MST, porque ele não considera o governo legítimo e está mais para partido camponês radical que para movimento social. Raul Jungmann, Folha de São Paulo 4/7/00

O MST funciona como um partido radical e nos vê como um demônio. Para eles vale qualquer tipo de oposição que seja feita ao governo. (Raul Jungmann, Jornal do Brasil 17/5/00)

Os objetivos e práticas do movimento há muito deixaram de ser sociais para se tornarem político-partidários. Desde já esclareço entender como legítimo e até necessária a intervenção política de qualquer ator social, seja ele associação, ONG, movimento, etc. Não se trata disso, que é, enfático, benéfico. A permanente re-elaboração e inclusão de temas na agenda do MST o leva a ser um movimento totalizador, cuja prioridade absoluta é combater politicamente o governo, e não mais lutar reforma agrária (Raul Jungmann, Folha de São Paulo 20/7/00)¹³⁴

A última fala apresenta também um outro aspecto do enquadramento do MST produzido no governo FHC: o estabelecimento de uma correlação negativa entre as ações e os objetivos do movimento e a reforma agrária. Nesse sentido a tônica geral dos enunciados foi no sentido de construir um pólo de oposição entre a ação do governo (como motor e defensor da reforma agrária) e a ação e posição do MST, que estariam “atrapalhando” ou “atrasando” a realização da reforma agrária. Também a associação do movimento a fins político-partidários em oposição ao que deveria ser seu principal objetivo é um deslocamento que contribui para a

¹³⁴ Fragmento de artigo publicado pelo ministro na Folha de São Paulo em 29/07/00.

construção desta polaridade. Essa forma de enquadramento está presente nas três categorias de qualificação (ação, ator e reação). Contudo, ela aparece de forma mais perceptível na categoria que compreende as referências feitas à reação do Estado em relação ao movimento e suas ações. A fala seguinte é elucidativa da representação do papel do governo neste pólo de oposição:

O governo está prosseguindo com sua política de reforma agrária, a partir do momento que estamos fazendo os assentamentos, estamos transformando os acampados em assentados e depois em agricultores familiares (Alberto Cardoso, Estado de São Paulo 11/11/00)¹³⁵.

No próximo enunciado já é possível observar a representação de aproximação da ação do governo ao propósito da reforma agrária e o simultâneo afastamento da ação do MST deste objetivo.

O MST já ajudou a se conseguir uma tomada de consciência nacional da necessidade da reforma agrária, e está aí o governo fazendo a reforma agrária. Mas o movimento não precisa mais usar as invasões para forçar uma reforma agrária, por que ela já tem uma dinâmica própria, ela não vai parar de jeito nenhum (...) Não precisa mais invadir terra no Brasil para se induzir a consciência da necessidade da reforma agrária no país. Ela já tem uma dinâmica própria, consolidada pelo governo (Alberto Cardoso, Estado de São Paulo 11/11/00)

Esta relação também está presente de forma indireta na fala do Ministro da Justiça. Note-se que ela estabelece uma oposição entre o ator e comportamento premiáveis (Contag e negociação) e o ator e comportamento reprováveis (MST e agir como um partido) – que se opõe à resolução dos problemas no campo:

A Contag se afastou do MST e por isso voltamos a conversar. O campo tem problemas sérios a serem enfrentados. É isso que o MST deve querer debater e não agir como partido político (José Gregori, O Globo 14/5/00)

Outros indícios desta forma de enquadramento são as declarações do porta-voz da presidência e do Ministro de Desenvolvimento Agrário:

A questão do MST é outra. É um movimento que está se desviando da legalidade democrática. O movimento esqueceu sua motivação fundamental, que era a reforma agrária e passou a ser um grupo de protesto organizado. O presidente considera que não deve haver, e não há, baderneiro capaz de ameaçar a autoridade de um presidente democraticamente eleito (Georges Lamazière O Globo 20/4/00)

¹³⁵ Entrevista ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ao jornal Estado de São Paulo em 11/11/00.

É uma demonstração clara de que o MST quer tumultuar o processo de reforma agrária no país (...) Se invadir a fazenda o MST vai acabar com o pouco de credibilidade que ainda lhe resta. (Raul Jungmann, Jornal de Brasília 3/4/01)¹³⁶

O que o MST fez não engrandece nem ajuda o movimento, que acaba de cometer um suicídio político, nas imagens que o Brasil viu pela televisão. Ações como essa não ajudam a reforma agrária (Raul Jungmann, O Globo 10/4/01)¹³⁷

Importa observar que o recrudescimento da relação entre o movimento e o governo FHC, cujas falas aqui apresentadas são ao mesmo tempo indicativas e parte do processo, não implica em uma ruptura entre o MST e o governo. O processo é bem mais complexo. Como apontado anteriormente há uma dependência mútua entre o movimento e o Estado, na medida em que a possibilidade de permanência no tempo do último é tributária da possibilidade de desapropriação e divisão de terras (o que é uma prerrogativa do Estado). Da mesma forma a ação do Estado nesse sentido é orientada, em grande medida, pela ação deste e de outros movimentos do campo, que estabelecem uma agenda de prioridades de desapropriação ao ocupar terras e estabelecer acampamentos – gerando o conflito que requer um tratamento do Estado. Mas isso não significa que os governos possam produzir determinadas formas de representação social sobre o movimento e, a partir delas, justificar e legitimar ações como: aumento do policiamento, prisões e criação de constrangimentos legais.

Podemos destacar outras formas de enquadrar a reação do Estado às ações do movimento além da correlação positiva entre sua própria ação e a reforma agrária, em oposição às ações do MST. Estas foram produzidas a partir da referência à defesa da lei e da ordem. A garantia da ordem – o que implica a consideração de que as ações do movimento ameaçam a ordem – é aludida como justificativa para a criação de constrangimentos legais (MP N° 2.027-38) e aumento do policiamento (Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários na Polícia Federal). Isso é visível, respectivamente, nas seguintes fala de FHC quando da aprovação da MP N° 2.027-38, e de seu porta-voz, Alexandre Parola, em ocasião da prisão, pela Polícia Federal, dos membros do MST que participaram da ocupação da fazenda do presidente.

Quero que sejam decisões que permitam à nação compreender que ela tem garantias, que a ordem legal não será transgredida, que o governo agirá com firmeza nesse sentido (Fernando Henrique Cardoso, Jornal de Brasília 5/5/00)

O presidente expressa sua satisfação de ver que sempre ao amparo da lei, foi possível restabelecer a ordem sem que houvesse alguma pessoa ferida. E manifesta

¹³⁶ Fala emitida em ocasião da ocupação da fazenda de embaixador Flecha de Lima.

¹³⁷ Fala emitida em ocasião da ocupação de Usina em Pernambuco.

sua confiança em que os responsáveis pela invasão serão punidos pela Justiça (Alexandre Parola, O Globo 26/3/02)

Ademais de “defesa da ordem”, o enquadramento da reação – geralmente uma reação de endurecimento – como “defesa da lei” aparece frequentemente relacionado, à qualificação da ação como “violência” ou “crime”. Como demonstra a fala seguinte do Secretário-Geral da Presidência em ocasião da aprovação da MP N° 2.027-38. Note-se que nela está presente também o caráter de dependência mútua ao qual nos referimos anteriormente.

O governo precisa dos movimentos sociais para fazer a reforma agrária. Mas o governo não pode tolerar que os movimentos sociais descambem no aventureirismo, na violência e na criminalidade (Aloysio Nunes Ferreira, Jornal de Brasília 5/5/00)

A análise dos qualificadores utilizados por representantes do governo FHC para enquadrar as ações de protesto levadas a cabo pelo MST nos permite apontar para um recrudescimento gradativo da interação, que adquire um caráter cada vez mais pessoal, presidente x movimento, cujo ponto culminante é a ocupação da fazenda de FHC em Minas Gerais, respondida com uma ação dura da Polícia Federal. O agravamento da interação no nível da linguagem é, de um lado, expressão das ações e reações materiais, mas de outro lado a linguagem também contribui para reforçar e dar sentido a essas ações materiais, daí seu caráter constitutivo.



Figura 01: Ação da PF em ocasião da ocupação da fazenda de FHC
Fonte: Folha de São Paulo (28/02/02)

4.1.2.2 Qualificações governo Lula

Tabela 29 - Qualificadores Governo Lula

| Qualificação da Ação | Qualificação do Ator | Qualificação da Reação |
|--|--|---|
| Nos últimos 20 anos, de abril a junho, os trabalhadores rurais se mobilizam como como agora | trabalhadores rurais | Estamos na perspectiva de que as metas anunciadas pelo presidente para o setor sejam cumpridas |
| direito de reivindicar e protestar | educador que vem sendo demonizado por parte mídia | qualquer decisão do governo em relação ao MST deve ser tomada sob o império da lei |
| conflitos | O governo acha que o MST está no seu papel de impulsionar a reforma agrária porque ele é protagonista desse processo | É um processo que nós temos que respeitar e, obviamente, para os excessos existem normas e lei |
| Não acho que haja razões para as ocupações ocorrerem neste momento em que temos recursos assegurados para dar velocidade ao programa de reforma agrária. | O sujeito está debaixo de uma lona preta há quatro anos, não tem acesso à escola pública nem a posto de saúde | A reforma agrária é um projeto prioritário do governo |
| conflitos no campo | O governo é parceiro do movimento, como é do agronegócio | conflitos só podem ser enfrentados pela negociação e a justiça |
| É incompreensível a ocupação de uma sede do Incra | consideramos importante a pluralidade no campo | O nosso governo cumpre e cumprirá rigorosamente a legislação e as decisões judiciais. |
| é um dessserviço porque atrasa o trabalho num momento em que estamos num ritmo crescente. | A relação do movimento com o governo é de parceria, mas não de submissão. | As ações que ultrapassarem os limites democráticos serão tratados de acordo com a lei |
| Não penso que essa tática contribua para acelerar o ritmo | Alheio ao que realmente está acontecendo no campo brasileiro | Há várias áreas que por força da legislação, não serão vistoriadas |
| Manifestações | Se o MST não vê ou não sabe, é porque está longe destas terras e desta gente | as manifestações devem ser acompanhadas num ambiente de normalidade democrática, o direito à manifestação e as opiniões |
| direito a manifestação e opinião | interesses particulares ou de grupos | Estamos trabalhado em ritmo acelerado |
| dinâmica social, política e coletiva | amizade | Não vamos criminalizar os movimentos sociais nem cooptá-los |
| (-) criminalidade | amigos de ontem, hoje e sempre | A lei diz, todo cidadão tem direito a vida, educação, saúde, moradia. Não dá pra escolher a lei só para um lado. |
| o é natural que se expressem | tenho consciência do que representa o MST para a história do povo trabalhador brasileiro e para a história política deste país | uma violência institucional em cima disso não vai ajudar a democracia nem os investimentos |
| (-)clima pacífico e democrático no país | um dos movimentos mais sérios deste país | O governo está operando peremptoriamente, sistematicamente e será feita a reforma agrária no Brasil. |
| (-)dentro do império da lei | Meus companheiros | Estamos colocando recursos à disposição (dos órgãos responsáveis), promovendo desapropriações diárias e colocando em prática as medidas para promover a reforma agrária dentro de um programa legal |
| conflitos fazem parte da democracia | | A novidade é que o governo federal não está criminalizando os movimentos sociais |

| | |
|---|--|
| (-) Estado de Direito estão ameaçados | O governo federal tem agido para que a lei seja cumprida. |
| (-) legalidade ameaçada | impedir que este conflito se transforme em um confronto cristalizado |
| Eventuais excessos | Temos construído uma relação correta de diálogo com todos os movimentos sociais |
| grito (lula) | Temos preservado o diálogo, mas isso não significa concordância com abusos ou atos de ilegalidade. |
| radicalismo (lula) | A reforma agrária vai sair, sim, no governo Lula |
| importante que eles façam | respeitando a legislação vigente e no clima de harmonia que norteia o comportamento do meu governo |
| (-) coisa muito grave | Vamos fazer reforma agrária do jeitinho que eu acredito que tenha que ser feita: desapropriando áreas improdutivas. Nenhuma terra produtiva será mexida |
| conquista universal da sociedade em todo o mundo | Nos comprometemos a fazer a reforma agrária até o final de 2006 |
| exercício da democracia, | esse é o compromisso que vamos cumprir |
| Quem quiser fazer suas manifestações, este é um país democrático, é um país livre | publicamente assumi um compromisso com eles. |
| (-) senso de responsabilidade | O governo mantém conduta de respeito aos movimentos sociais e sindicatos, |
| (-) agir com maior responsabilidade possível | existe um ambiente permanente de negociação |
| dentro da média histórica | isso não significa concordância com a opinião e ações dos movimentos |
| isso não significa concordância com a opinião e ações dos movimentos, que são responsáveis por suas ações | Obviamente nós não podemos concordar com a ocupação do Incra, e tomaremos as medidas necessárias |
| (-) respeito a leis, normas e regras | As sedes do Incra devem ser liberadas |
| não podemos concordar com a ocupação do Incra | Uma determinação clara é assegurar o acesso à terra, gerar trabalho e emprego no campo e realizar todas as diretrizes do Planos Nacional de Reforma Agrária |
| atrapalha a reforma agrária | A minha relação com o movimento sindical , com os trabalhadores deste país, com a parte pobre da sociedade, não é eventual, não é ocasional. É uma coisa de vida e de origem |
| conquista da cidadania | pedi para o presidente do Incra que assumisse o compromisso de regularizar a situação de vocês. |
| o fato de estarem acampados aqui não é culpa de vocês, é de uma estrutura | É muito importante ter essa relação de amizade porque eu sei de onde vim, eu sem quem são meus amigos de ontem |

Uma primeira observação que pode ser feita em relação ao enquadramento feito pelos representantes do governo Lula em relação ao MST e suas ações de protesto é a de que há diferenças marcantes em relação às representações feitas no governo FHC. O que não se deve a uma alteração na natureza ou na intensidade das ações do movimento nesse período. Com

efeito, os números de ocupações nos anos 2004 (461) e 2005 (437) foram os maiores em todo o período analisado. Começamos a análise apontando alguns dos qualificadores presentes no governo anterior que não figuram no governo Lula.

Primeiramente cabe destacar que não aparecem qualificadores que enquadram as ações do MST diretamente como uma ação ilegal ou um delito. E nesse sentido cabe apontar que as representações produzidas no governo Lula são menos diretas do que no governo anterior, e mais ambíguas. Como pode ser percebido na tabela acima, há uma predominância das qualificações indiretas. Dessa forma, na categoria de qualificadores da ação as poucas correlações diretas que aparecem enquadram as ações como “conflitos”, “manifestações”, e no caso de uma correlação negativa, “eventuais excessos”. As referências à lei ou legalidade das ações são feitas sempre de forma indireta, como aparece, por exemplo, nos seguintes enunciados:

Vivemos em um Estado de Direito, reconhecemos o direito de reivindicar e protestar, mas nada fora da lei (Márcio Thomaz Bastos, Estado de São Paulo 29/3/04)¹³⁸

Não cabe a um governo construir opiniões sobre dinâmicas da sociedade civil (...). É um processo que nós temos que respeitar e, obviamente, para os excessos existem normas e lei Miguel Rossetto (Jornal de Brasília, 31/3/04)¹³⁹

(...) este país tem lei e regras e elas valem para o presidente da república, valem para os sem-terra e valem para os com terra (Lula, Gazeta Mercantil 20/4/04)

Há várias áreas que por força da legislação, não serão vistoriadas, o que será um prejuízo por perdermos a capacidade de obtenção de terra (Miguel Rossetto, O Globo 6/4/04)¹⁴⁰

Nessa última afirmação do Ministro do Desenvolvimento Agrário a expressão “força da legislação” se refere à Medida Provisória editada por FHC em 2001, aqui representada com um determinante externo e imutável, que constrange as ações do próprio governo em prol da realização da reforma agrária.

Também de forma indireta aparecem as referências ao “cumprimento da lei” como qualificação para as reações do Estado às ações do movimento. O que produz uma interpretação ambígua do sentido da aplicação da lei, na medida em que não se especifica em que direção e em relação a que ações ela será aplicada – como no caso do enquadramento do

¹³⁸ Ministro da Justiça

¹³⁹ Ministro do Desenvolvimento Agrário

¹⁴⁰ A legislação a qual o Ministro se refere é a MP Nº 2.138-56.

governo anterior, onde a aplicação e o respeito à lei eram relacionados de forma direta e em oposição às ações do MST. Essa forma ambígua de enquadrar como reação o respeito à lei pode ser vista nos enunciados abaixo:

Qualquer decisão do governo em relação ao MST deve ser tomada sob o império da lei (Roberto Rodrigues, Estado de São Paulo 30/3/04)¹⁴¹

O nosso governo cumpre e cumprirá rigorosamente a legislação e as decisões judiciais. As ações que ultrapassarem os limites democráticos serão tratados de acordo com a lei (Miguel Rossetto, O Globo 6/4/04)

Ao mesmo tempo em que se dá esse enquadramento “legalista” à reação a ser tomada diante das ações do MST, anuncia-se uma postura de não-criminalização aos movimentos sociais. Que é construída tanto a partir da oposição aos governos anteriores, e, portanto reafirmação da histórica trajetória do partido, como a partir da qualificação do reconhecimento do movimento como ator legítimo no campo social.

Há uma franja muito tênue e há quem associe a dinâmica social, política e coletiva à idéia de criminalidade (Miguel Rossetto, Folha de São Paulo 8/4/04)¹⁴²

Todo o ano temos em abril e maio intensas mobilizações, isso faz parte da vida brasileira e não é novidade. A novidade é que o governo federal não está criminalizando os movimentos sociais (Luiz Dulci, Valor Econômico 22/4/04)¹⁴³

Não vamos criminalizar os movimentos sociais nem cooptá-los. O governo acha que o MST está no seu papel de impulsionar a reforma agrária porque ele é protagonista desse processo (Frei Betto, Folha de São Paulo 8/4/04)¹⁴⁴

No tocante à noção de democracia cabe observar que as correlações entre o termo “democracia” e as ações de protesto do MST são feitas de modo a enquadrar as ações como parte da democracia, como processos “normais” em um regime democrático. E não a partir do estabelecimento de uma correlação negativa entre ações do MST e democracia, como foi predominante no *corpus* produzido para o período FHC. As seguintes falas são elucidativas do enquadramento produzido no governo Lula:

Estamos trabalhando em ritmo acelerado, portanto as manifestações devem ser acompanhadas num ambiente de normalidade democrática, o direito à manifestação e as opiniões (Miguel Rossetto, Folha de São Paulo 7/4/04)¹⁴⁵

¹⁴¹ Ministro da Agricultura.

¹⁴² Enunciado produzido em ocasião das ações do MST no que ficou conhecido como “abril vermelho”.

¹⁴³ Secretário Geral da Presidência.

¹⁴⁴ Assessor Especial da Presidência.

¹⁴⁵ Fala emitida em entrevista ao jornal Folha de São Paulo em ocasião das ações do MST no “abril vermelho”.

O governo federal tem agido para que a lei seja cumprida. Os conflitos fazem parte da democracia e o esforço do poder público está em impedir que este conflito se transforme em um confronto cristalizado (Luiz Dulci, Valor Econômico 22/4/04)

Algumas pessoas tentam fazer disso uma coisa muito grave, às vezes até que tentam vender como se fosse maior do que é. Temos que entender que passeatas, manifestações e greves são uma conquista universal da sociedade em todo o mundo. E temos que conceber que isso significa o exercício da democracia, gostemos ou não. (Lula, Gazeta Mercantil 20/4/04)

Quem quiser fazer suas manifestações, este é um país democrático, é um país livre, as pessoas podem fazer. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade (Lula, Gazeta Mercantil 20/4/04)

Outro elemento relevante do enquadramento das ações do MST é a oposição das ações do movimento aos objetivos de realização da reforma agrária. Essa correlação aparece de maneira mais freqüente do que no governo FHC – ainda que de maneira menos direta e mais sutil – e constitui a principal forma de enquadrar negativamente as ações do movimento, uma vez que estão ausentes qualificações diretas como “crimes”, “delitos”, “ações ilegais”. Nesse sentido as ações são classificadas como “injustificáveis” e “desnecessárias” quando contrastadas à prioridade dada à reforma agrária pelo governo.

Essa forma específica de enquadrar a ação ocorre de maneira simultânea e é reforçada pela constante referência à trajetória do partido e do presidente, o que é realizado de forma indireta a partir da re-afirmação repetida do lugar prioritário que a reforma agrária ocupa no projeto histórico do governo. A seguinte fala do Ministro de Desenvolvimento agrário é um exemplo dessa forma de enquadramento:

Não acho que haja razões para as ocupações ocorrerem neste momento em que temos recursos assegurados para dar velocidade ao programa de reforma agrária. Não vejo razões para ampliar o padrão de conflitos no campo (Miguel Rossetto, O Globo 6/4/04)

Obviamente nós não podemos concordar com a ocupação do Incra, e tomaremos todas as medidas necessárias. É evidente que isso atrapalha a reforma agrária, na medida em que impede ou dificulta que os servidores do Incra possam trabalhar para garantir o cumprimento das metas (...). As sedes do Incra devem ser liberadas, o Incra deve ter condições de trabalho exatamente para cumprir essas metas (Miguel Rossetto, Jornal de Brasília 28/9/05)

A seguir estão alguns enunciados nos quais está presente a tônica principal da representação da reação do governo em relação às ações do MST, qual seja: a re-afirmação constante da prioridade dada à reforma agrária.

Uma determinação clara é assegurar o acesso à terra, gerar trabalho e emprego no campo e realizar todas as diretrizes do Planos Nacional de Reforma Agrária (Miguel Rossetto, Jornal de Brasília 28/9/05)

A reforma agrária é um projeto prioritário do governo e será integralmente cumprido (Miguel Rossetto, Estado de São Paulo 1/4/04)

O governo está operando preemptoriamente, sistematicamente e será feita a reforma agrária no Brasil. Porém dentro do império da lei. (...) Estamos colocando recursos à disposição (dos órgãos responsáveis), promovendo desapropriações diárias e colocando em prática as medidas para promover a reforma agrária dentro de um programa legal (Roberto Rodrigues, São Paulo 20/4/04)

A reforma agrária vai sair, sim, no governo Lula (Miguel Rossetto, Estado de São Paulo 2/8/04)

Nos comprometemos a fazer a reforma agrária até o final de 2006, assentando 430 mil famílias. Nos propusemos a regularizar 130 mil títulos para as pessoas que já estão na terra e esse é o compromisso que vamos cumprir (Lula, Gazeta Mercantil 20/4/04)

A re-afirmação da reforma agrária como prioridade também passa pela representação da trajetória pessoal do presidente como aliado da reforma agrária e do MST. O que se dá em dois sentidos: de um lado a qualificação do MST como “parceiro”, “companheiro”, “amigo”, e a referência às qualidades do movimento, e de outro lado a menção direta à trajetória pessoal do presidente. Nesse sentido podemos destacar afirmações como:

Não faço questão de esconder isso de ninguém, que o MST é um dos movimentos mais sérios deste país (Lula, Folha de São Paulo 22/1/05)

A minha relação com o movimento sindical, com os trabalhadores deste país, com a parte pobre da sociedade, não é eventual, não é ocasional. É uma coisa de vida e de origem (Lula, Folha de São Paulo 22/1/05)

É muito importante ter essa relação de amizade porque eu sei de onde vim, eu sem quem são meus amigos de ontem, hoje e sempre, eu sei quem são os meus amigos eventuais, eu sei quem são os oportunistas (...). E tenho consciência do que representa o MST para a história do povo trabalhador brasileiro e para a história política deste país (Lula, Folha de São Paulo 22/1/05)¹⁴⁶

O que me dá tranquilidade é dizer que fui o único presidente da República que foi no encontro do Movimento Sem-Terra, da Contag, da CPT e de outros movimentos aqui em Brasília, onde tinha mais de três mil delegados e publicamente assumi um compromisso com eles. E ninguém discordou (Lula, Gazeta Mercantil 20/4/04)

Importa observar que esse tipo de representação da trajetória do presidente e a re-afirmação constante de seu compromisso com o movimento é um elemento importante para o processo de auto-definição e construção identitária do próprio MST no contexto da mudança

¹⁴⁶ Esta e as duas falas anteriores foram emitidas em ocasião de visita a área ocupada no sul da Bahia.

de governo, como veremos mas adiante nas representações feitas pelos membros do movimento. Também é um elemento importante para a compreensão do processo de aceleração e aumento no número e ações de protesto levadas a cabo pelo MST em 2004 e 2005. O processo de significação da relação com o governo e de definição da posição e do papel do movimento nesse contexto é tema do próximo tópico.

4.1.3 Representações MST

Por representações do MST – assim como dos movimentos piqueteros na Argentina – estamos no referindo às formas pelas quais eles enquadram suas ações e constroem sua identidade. Identidade no sentido do processo de “construção de um nós”, de acordo com a concepção de Melucci (1996). Esse processo implica na identificação dos objetivos da ação, na definição da forma de ação (ou escolha do repertório), e na delimitação do campo de relações ou do contexto no qual se insere a ação (o que implica na identificação do oponente e da relação com o Estado).

O *corpus* para a análise das representações do MST foi composto por: i) conferências de imprensa e entrevistas dos coordenadores nacionais João Pedro Stédile, Gilmar Mauro e Jaime Amorim publicadas nos jornais: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Correio Brasiliense e O Globo e ii) entrevistas realizadas pessoalmente no período entre setembro e dezembro de 2008, com dois coordenadores nacionais do MST (Valdir Misnerovicz/GO e Marina dos Santos/DF) e dois coordenadores regionais (João Luis Vieira Souza/DF e Inês Rodrigues/RS)¹⁴⁷. Para a análise deste *corpus* foram delimitadas quatro categorias analíticas: i) qualificação da ação (forma pela qual representam suas própria ação, no caso relevante para esta pesquisa, as ocupações de terra); ii) qualificação do ator (auto-delimitação de sua posição no contexto mais amplo do campo social); iii) relação com o Estado; iv) definição do oponente.

A partir destas categorias os enunciados foram separados em grades de correlação, transcrevendo-se o período completo no qual a categoria aparece – de forma similar à grade de correlação produzida a partir das falas dos representantes do Estado¹⁴⁸. A discussão a seguir está organizada de acordo com as quatro categorias e tem como objetivo demonstrar

¹⁴⁷ O roteiro das entrevistas está em anexo.

¹⁴⁸ Exemplos de grade de Correlações em anexo

como as formas de representação produzidas pelos líderes do movimento dialogam com as categorizações emitidas pelos representantes do governo FHC e do governo Lula.

Primeiramente cabe observar que as ocupações de terra, formas de protesto por excelência do movimento e elemento definidor de sua própria identidade, são reconstituídas como momentos mais marcantes de participação nas quatro entrevistas. O enquadramento que se faz da ocupação como forma de ação e momento fundamental de participação no movimento pode ser notado na seguinte narrativa:

A minha participação do movimento se dá justamente numa das principais formas de luta que continua muito atual que é a ocupação de terra. Em 91 quando eu participei da primeira ocupação de terra em Palmeiras no rio Grande do Sul, foi muito grande a ocupação. Foi de fato um momento muito importante, que marcou. Até porque a ocupação nós costumamos dizer que a ocupação nós costumamos dizer que a ocupação é o momento do batismo. Quem participa de uma ocupação é batizado do ponto de vista simbólico da participação no movimento (Valdir Misnerovicz)¹⁴⁹

Nessa narrativa está presente também a dimensão ativa desta forma de ação de protesto na formação identitária, representada como “o momento do batismo”. O lugar do repertório “ocupação de terra” em relação às outras formas de ação de protesto é destacado nos enunciados abaixo:

Então, as nossas ações, predominantemente que a gente faz são ocupações de terra, principalmente né. Fazemos passeatas, caminhadas, marchas, ocupação de prédio público, mas o que nós temos feito mais são ocupações de terra, de latifúndios (Inês Rodrigues)¹⁵⁰

Apesar de nós continuarmos insistindo que a forma de luta assim mais de impacto ainda continua sendo a ocupação de terra. A ocupação de latifúndio, ele cria, desde que ele seja uma ocupação massiva, também se for uma ocupação não massiva, não altera em nada. Agora quando é uma ocupação massiva ela faz de fato a diferença (Valdir Misnerovicz)

As nossas ocupações de terra elas são uma das mais legítimas das ações para protestar contra as grandes empresas, contra o monopólio das terras, contra o avanço das grandes transnacionais, inclusive de outros países que invadem o nosso país, porque, aonde eles vão, as terras dele são muito caras, aqui são terras baratas, fértil, mão-de-obra barata. Portanto, as ações que a gente costuma colocar como mais legítimas que, de fato, demonstra o símbolo da demarcação de território é as ocupações (João Luís Vieira Souza)¹⁵¹.

¹⁴⁹ Entrevista realizada em Brasília (DF) dia 27/11/2008

¹⁵⁰ Entrevista realizada em Porto Alegre (RS) dia 5/6/2008

¹⁵¹ Entrevista realizada em Brasília (DF) no dia 1/12/2008

Nessa última narrativa está presente o enquadramento da ocupação de terras como uma forma legítima de ação. Esse enquadramento é feito em duas direções principais. A primeira é a partir da referência às condições imediatas das pessoas que fazem a ocupação, o que produz uma justificativa para a ação. Essa dimensão do enquadramento da ocupação como uma forma legítima de ação está presente nas seguintes narrativas:

Quando você percebe que as família não tão tendo acesso à terra, quando você percebe que às famílias está sendo negado o direito de ter seu pedaço de terra, de ter sua casa, de ter seus crédito, isso é um fator que não tem como você fechar os olhos, e porque por mais que em algumas regiões específicas está acontecendo mas no contexto geral isso não acontece. Então, isso é um dos fatores que não dá pra se esperar. Por isso, nós fazemos, em todos os anos, pelo menos no mês de abril, nos costumamos fazer as nossas ações de massa (João Luís Vieira Souza)

Tem uma necessidade específica: as pessoas estão com fome, tão com medo, estão apanhando. Quem tem trabalho, é um trabalho miserável, trabalho em condições de escravo pros outros e ainda é humilhado. O ser humano que vive a vida humilhado. Alguns conseguem levantar e dizer: “Eu agüento. Eu sou gente”. Outros não. As pessoas têm vindo para o movimento por falta de falta de trabalho, falta de comida e, enfim, a violência. O que as pessoas querem é se sentir gente, receber atenção, carinho. (...) a partir daí então, é o trabalho no movimento: “Oh, nós não vamos conseguir terra nem trabalho parado aqui, nós não vamos consegui comida parado aqui. Nós não vamos conseguir o que nós queremos” (Inês Rodrigues)

E uma segunda dimensão do enquadramento da ocupação como forma legítima é a partir da delimitação do oponente e estabelecimento de uma correlação entre sua ação e a posição e as reivindicações do movimento. A legitimação das ocupações a partir do estabelecimento desta correlação é perceptível nas narrativas abaixo.

Pra nós a luta que nós fazemos é legítima porque é um momento no qual o trabalhador tá indo atrás do que é seu, do que lhes foi roubado. Porque não me diz que nenhuma pessoa ou nenhum grupo econômico que tenha conseguido milhares e milhares e milhares de hectares de terra adquiriu isso trabalhando, enquanto que nós trabalhamos a vida inteira, a pessoa morre trabalhando, quarenta e poucos, cinqüenta anos, tanto trabalhar no sol e nunca consegue nada. (Inês Rodrigues)

As ocupações vão continuar. O problema central é o latifúndio, e vamos lutar contra eles. O latifúndio é um mal a ser combatido em caráter permanente (Jaime Amorim, O Globo 9/4/04)

Enquanto houver latifúndio improdutivo de um lado e contingentes de pobres sem trabalho de outro, não precisa existir MST ou conselho de ninguém para fazer ocupação (...) Mas o foco da nossa luta é a mudança da política econômica e

debate de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil (João Pedro Stédile, Gazeta Mercantil 3/1/05)

Observe-se que nas três falas acima está também delineado aquilo que tem sido enquadrado como oponente histórico do movimento: o latifúndio. Embora ainda permaneça uma categorização do latifúndio como o principal oponente importa observar que há um deslocamento da noção de latifúndio e dos agentes até então identificados como causa da pobreza e desemprego no campo. Estamos nos referindo ao re-enquadramento do oponente principal para incluir o agronegócio – o que se deu de forma acentuada nos últimos anos. Esse deslocamento é feito a partir do estabelecimento de uma interposição entre os efeitos antes causados pelo latifúndio (concentração de terra e pobreza), que passam a ser representados também como resultado da ação do agronegócio. Esse deslocamento pode ser percebido nas seguinte narrativas:

Não queríamos briga com o agronegócio, pois nosso alvo principal são os latifúndios ociosos, que mantêm ainda à margem do mercado 130 milhões de hectares. Mas à medida que fomos pressionando para o governo desapropriar essas áreas, quem veio em defesa do latifúndio foi o agronegócio. O agronegócio, dito moderno, imaginando que o mercado internacional estaria em crescimento infundável, avaliou que, para expandir as suas vendas externas teria de ampliar a fronteira econômico sobre o latifúndio atrasado, e se o governo desapropriasse as terras improdutivas criaria uma barreira, E decidi bater nos sem-terra, para que a reforma agrária não saia e o latifúndio permaneça como uma espécie de área de reserva para a expansão de seus negócios (João Pedro Stédile, Gazeta Mercantil 3/1/05)

Hoje quem está tomando as áreas para reforma agrária são as grandes empresas transnacionais. Então, voltamos a fazer protestos contra estas também. Não quer dizer que latifundiários não são alvo de protesto, também. Mas as empresas hoje são quem está mais pressionando, forçando pra cima de nós. Então, nós estamos fazendo protestos contra estas empresas e que, daí tem saído lutas mais marcantes, saído também por parte do Estado a reação mais forte (Inês Rodrigues)

O agronegócio também é enquadrado como um oponente a partir da delimitação de seus efeitos, que não mais se restringem à concentração e aumento da pobreza e desemprego no campo, como no caso dos efeitos do latifúndio. Outros efeitos do agronegócio apontados para confirmar sua posição de oponente e inimigo são os relativos à degradação do meio ambiente. Note-se que o respeito ao meio-ambiente é uma dos critérios estabelecidos pela Constituição para que uma propriedade rural seja considerada como cumpridora de sua função social. E a propriedade que não cumpre sua função social deve ser, de acordo com a Constituição (Título VII, Capítulo III, Artigo 184), desapropriada para fins da reforma

agrária. Nesse sentido o deslocamento do oponente central do movimento para incluir, além do latifúndio, o agronegócio, não pode ser analisado isoladamente, na medida em que guarda relação com a reivindicação do cumprimento desta disposição da Constituição, ademais do critério da improdutividade. Nos enunciados acima pudemos observar um enquadramento do agronegócio como oponente a partir apenas de referências diretas aos seus efeitos, ao passo em outros é visível uma correlação entre estes efeitos e a menção à disposição legal sobre a função social da terra. No segundo caso as falas seguintes são elucidativas:

O que que diz lá na Constituição Federal, que a terra tem uma função social que é de produzir, de respeitar a legislação ambiental e trabalhista. Nós sempre, em todo o processo – o MST vai fazer 25 anos ano que vem –, nós sempre levamos em consideração o caráter produtivista, apenas. O Estado, também, pra desapropriação de terras. Então, nesse momento, nós vivemos um período, assim, que nós temos o desafio de avançar nesse processo. Se você pega, por exemplo, os monocultivos de pinos e eucaliptos e de cana-de-açúcar, eles não cumprem função social, porque não respeitam o meio ambiente, degradam totalmente, né... ou seja, contaminando os lençóis freáticos, secagem das minas de água, desmatamento... tudo isso. E, do ponto de vista social, também não cumprem a função. (Marina dos Santos)¹⁵²

O governo não tem de adotar só a questão da produtividade ou da improdutividade da terra no processo de vistoria do imóvel. O governo tem de levar em conta nas vistorias o cumprimento da função social da terra. Tu perguntastes se nós já ocupamos também terras produtivas. Eu disse que nós já ocupamos, como no ano passado em São Paulo e em Pernambuco a usina Liberdade, justamente para provocar este debate de que o governo não pode apenas utilizar o instrumento da produtividade, mas tem de utilizar outro instrumento, que é o da função social da terra (Jaime Amorim, Folha de São Paulo 8/5/00)

Mas o enquadramento do agronegócio como oponente também é feito a partir de sua correlação com a política econômica neoliberal e com o sistema capitalista de forma geral, o que é visível nas falas a seguir:

Enfim, nós fomos claros em dizer que o nosso inimigo é o agronegócio, é o capital, o capitalismo, o capital internacional, é aquilo que vem nos abafando hoje, que vêm nos excluindo, que vem nos jogando à margem, nos fazendo passar fome, que fazendo criar todas aquelas situações que vem desumanizando as pessoas (Inês Rodrigues)

Na última década, vamos dizer na década de 90... no início dessa, nos últimos 10 anos pra cá, a luta pela reforma agrária no campo, ela não enfrenta apenas o proprietário, o dono da terra, não enfrenta mais o latifundiário, porque... nos últimos anos, nos últimos 10 anos, nós poderíamos dizer, houve uma intervenção muito grande do capital financeiro no campo. Eles não querem mais só a terra, ou seja, há uma iniciativa do capital financeiro no sentido de privatizar os bem naturais (Marina dos Santos)

¹⁵² Entrevista realizada em Brasília (DF) em 2/12/2008.

O que a gente faz enquanto movimento luta, protesta também contra este modelo neoliberal que o Estado conduz, nosso Estado brasileiro, ou seja, o governo conduz este modelo. Tudo o que nós fazemos também denuncia este modelo atrasado, arcaico. E de toda mazela que tem no país. A prova disso é o efeito estufa, o assoreamento do solo, o empobrecimento... do solo., desmata toda a área (João Luis Vieira de Souza)

Nós acreditávamos que para resolver o problema da pobreza bastava ocupar latifúndios. Havia uma consciência ingênua da nossa parte de achar que com terra era possível resolver tudo. Acontece agora que, com este novo modelo, que só atende às grandes agroindústrias, a agricultura está inviabilizada (...) Aí entra o nosso projeto. Defendemos uma re-estruturação da economia brasileira (João Pedro Stédile, Folha de São Paulo 14/5/00)

Cabe observar que esta correlação entre latifúndio, agronegócio e política econômica neoliberal, que delimita o campo de oponentes do MST estava, até 2002, identificada também com o governo FHC. Ou seja, o limite identitário construído a partir da alteridade com o oponente incluía também o governo FHC, motor desta política neoliberal:

Quem politizou o movimento foi o modelo econômico do governo. Nós nos demos conta que só a terra e o crédito não resolvem o progresso econômico e o desenvolvimento do meio rural, pois o modelo exclui a agricultura (João Pedro Stédile, Folha de São Paulo 14/5/00)

A identificação do governo FHC como parte do campo de oposição, notadamente nos últimos anos de governo, pautou a relação do movimento com este. Nesse sentido podemos observar que assim como nas representações produzidas por representantes do governo FHC, nas qualificações do movimento entre 2000 e 2002 há um marcado teor de negação do presidente e do governo como atores legítimos e uma tônica de disputa, que se traduz em enunciados como:

Tivemos uma grande vitória contra o governo, que foi o fato de termos mobilizado 23 estados durante toda uma semana (Jaime Amorim, Folha de São Paulo 8/5/00)

Na nossa avaliação é o governo que sofreu uma derrota política, que começou nas comemorações dos 500 anos em Porto Seguro. O Governo sabe que não tem base popular e, sentindo-se derrotado, embora forte, como todo forte acuado, reagiu. E reagiu contra a parte mais fraca, que éramos nós (João Pedro Stédile, Folha de São Paulo 14/5/00)

Desde que o movimento existe, há 15 anos, nós sempre fizemos ocupações de terra, passeatas, acampamentos e ocupações de prédios públicos. O que mudou e causou reação violenta do governo foi que desta vez, nós tivemos a capacidade de organizar ocupações e vigílias nos prédios do Ministério da Fazenda, que formam o núcleo do poder político deste país.(...) Como conseguimos fazer em todas as capitais e contra o inimigo central que sustenta o modelo que está aí, eles reagiram violentamente (João Pedro Stédile, Folha de São Paulo 14/5/00)

A tônica de disputa, reforçada a partir da negação do presidente e da re-afirmação da oposição, esteve presente de maneira marcante quando da ocupação da fazenda de FHC em 2003:

As pessoas que ocuparam a casa são pobres e desempregados, fruto da política de Fernando Henrique, que é responsável pela miséria e pelo desemprego (Gilmar Mauro, O Globo 26/3/02)

E em ocasião da adoção das MP N° 2.027-38, em 2000:

Nós vamos ocupar terra produtiva ou vamos montar acampamento próximo da fazenda ou vamos montar acampamento na beira do asfalto. Os sem-terra não vão deixar de usar esse direito de reivindicar só porque um ministro iluminado descobriu a forma de impedir o movimento de se manifestar democraticamente, de utilizar um instrumento que já foi legitimado pela sociedade brasileira, que é a ocupação de terra improdutiva (Jaime Amorim, Folha de São Paulo 8/5/00)

Mas o enquadramento do governo como parte constituinte do pólo de oposição ao movimento perde sentido e deixa de existir com a eleição de Lula em 2003, que implica em uma redefinição dos limites identitários do MST. Na medida em que o governo não é mais identificado como oponente, mas sim como “aliado histórico da reforma agrária”, há também um processo de redefinição do lugar ocupado pelo movimento no contexto político, ao que acompanharam uma redefinição nas formas de representação e enquadramento tanto da relação com o Estado como da própria forma de auto-identificação no novo contexto.

Nesse sentido, a relação do governo Lula com o MST apresentou configurações complexas no período estudado, cuja análise requer algum cuidado. Em primeiro lugar cabe apontar que assim como no caso das representações feitas pelo governo, a trajetória de Lula é referenciada pelos líderes do movimento para re-afirmar o compromisso histórico do presidente e do partido com a bandeira da reforma agrária. Na fase de transição entre os governos e no início do governo Lula essas referências são feitas com alto grau de reconhecimento e confirmação da posição do governo, em oposição aos governos anteriores, em relação à reforma agrária e ao MST. São exemplos as falas de Jaime Amorim e Gilmar Mauro em ocasião de conferência de imprensa após reunião com a equipe de transição. E também na fala de Stédile em entrevista à Folha de São Paulo:

Até hoje para derrotar o latifúndio a gente tinha de passar por cima do governo. Com a eleição de Lula o governo é a instituição eleita para, no nosso caso, fazer a reforma agrária (Jaime Amorim, Estado de São Paulo 7/11/02)

Esperamos uma ação contundente do governo Lula contra o inimigo da humanidade e do povo que é o latifúndio (Gilmar Mauro, Estado de São Paulo 7/11/02)

O governo tem um compromisso histórico, não só com o MST, mas com a sociedade brasileira, de que precisa fazer a reforma agrária (João Pedro Stédile, Estado de São Paulo 29/2/04)

Pode-se dizer que a mudança de governo em 2003 foi representada, em um primeiro momento, como uma mudança nas oportunidades políticas para o movimento, ou, na linguagem do próprio movimento: uma mudança na correlação de forças. Enquadrada como tal, a mudança de governo gera importante um processo de mobilização do movimento, com um aumento significativo no número de ocupações entre 2003 e 2005. Em 2001 e 2002 a média anual não tinha passado de 200, ao passo que em 2003 sobe para 391 e em 2004 para 461. A interpretação desse contexto como um momento de abertura de oportunidades políticas pode ser percebida nos dois relatos abaixo.

Mas, assim, a minha primeira ocupação que marcou de fato foi uma ocupação que nós fizemos no início de 2003, 17 de janeiro de 2003, ela foi muito marcante. Foi uma ocupação que nós fizemos no município de Altos no Piauí. Foi uma ocupação que nós fizemos com 140 famílias, com três dias que nós fizemos ela chegou a 750 famílias. Ocupação, assim, muito marcante. Primeira ocupação no governo Lula, primeira ocupação no governo Lula... A nível de Brasil, chamou muita, muita atenção porque as pessoas viam naquele momento a oportunidade de ter um pedaço de terra, a sua moradia digna etc. Então, pra gente foi muito importante esse período. (João Luís Vieira de Souza)

Nesse período, no início desse período em especial, havia a construção do Plano Nacional de Reforma Agrária. Que foi um elemento, assim, muito mobilizador. Porque havia um compromisso histórico, tanto do Partido dos Trabalhadores, como do presidente de que se eleitos fossem, a reforma agrária seria uma das grandes prioridades, enfim, que taria dentro das ações do próprio governo. Então, nesse período se iniciou uma construção que foi dos movimentos sociais, dos intelectuais, dos trabalhadores em geral, tanto do campo como da cidade não foi um movimento só do campo, de construção desse Plano Nacional da Reforma Agrária que previa o assentamento de 1 milhão de em um ano. Então, esse processo foi muito mobilizador e contou com uma forte expressão assim porque havia uma utopia, uma esperança de que, se você pegar a História do Brasil de que nos últimos 20, 25 anos em especial depois do processo de abertura no Brasil do regime militar, se assentou no Brasil em torno de 900 mil famílias, contando todos os movimentos sociais e todas as formas que formam feitas. Então já o pessoal calculava se em quatro anos você assentar 1 milhão de famílias você vê que... não vai fazer a reforma agrária ainda ampla, massiva mas ela vai mexer na estrutura de concentração da terra, vai democratizar a terra, vai propiciar que muitas famílias tenham terra, entrem pro mercado de trabalho de fato, produzam alimentos, tanto pros trabalhadores do campo como pras regiões urbanas, especial as regiões vizinhas. Então isso era uma coisa importante, nós achávamos que... resolvia uma porção dos problemas sociais de acesso à terra, de democratização, enfim, e também mexeria nessa estrutura que, historicamente, sempre concentradora, nociva, enfim. Então, essa expectativa fez com que milhões de trabalhadores sem-terra ocupassem as terras, organizassem acampamentos em beira de estrada, etc (Marina dos Santos)

Contudo, a partir do segundo ano de governo, e mais acentuadamente em 2005, a representação da mudança de governo como uma marcada abertura de oportunidades dá lugar a representações com certo matiz de decepção, e não tanto de confirmação da posição do presidente como aliado da reforma agrária:

Bom, o fato é que... o Plano Nacional de Reforma Agrária ele nem se concretizou na amplitude que se queria, de 1 milhão virou 500 e, depois, nas ações do governo nem 500, nem metas foram cumpridas. Ou seja, começou a ficar claro que a reforma agrária não será uma prioridade desse governo. Isso foi um elemento desmobilizador, né... porque já não se tinha mais aquela esperança, que houve no início, que milhões de famílias seriam assentadas, que milhões de pessoas teriam acesso à terra. Então isso, eu acho que foi gerando um quadro desmobilizador internamente, tanto dentro do MST, tanto dentro dos movimentos sociais do campo em geral (Marina dos Santos)

O nosso limite maior do ponto de vista das conquistas está em relação à conquista de terra. Houve uma diminuição do número de áreas desapropriadas, de famílias assentadas. Esse hoje é o grande limite. Por conta de vários motivos. Mas a principal delas é que o governo federal recuou do ponto de vista das ações de desapropriação de terras. Mas nós acreditamos que essas conquistas foram importantes para inclusive animar a base, para manter a discussão e a disposição de lutas. Apesar de não ser aquilo que havia se criado de expectativas com o governo e que houve uma decepção da base, mas nem por isso deixamos de lutar (Valdir Misnerovicz)

As grandes expectativas da massa trabalhadora em relação a Lula eram a reforma agrária e melhores salários. Com uma canetada ele poderia reestruturar o Incra, dar-lhe mais poder. O problema é que ele está querendo ser bonzinho para o latifúndio e bonzinho para o sem-terra. Acaba que ele nos enrola e enrola o latifúndio também (Jaime Amorim, O Globo 9/4/04)

Mas essa constatação da não priorização da reforma agrária no governo Lula foi interpretada a partir de um enquadramento que envolveu de um lado a re-afirmação do caráter do governo como governo contraditório e de coalizões, e de outro uma acentuação da diferença entre Estado e governo. O primeiro quadro interpretativo permitiu a identificação de um agente dentro do governo, mas ao mesmo tempo contrário a ele em termos da agenda relacionada a políticas sociais, que é algumas vezes qualificado como “forças conservadoras” ou “equipe econômica”. A esse agente se atribui a responsabilidade pela manutenção da política neoliberal, e, portanto a manutenção de uma política contrária à reforma agrária. Note-se que a identificação de um ator, ou coalizão, dentro do governo como responsável pela manutenção de uma política econômica só é possível a partir do momento em que se concebe a equipe econômica (ministros nomeados pelo presidente) como independente do próprio governo. Ou por vezes até contrário ao que seria a vontade do presidente. Essa forma de enquadrar a não-priorização da reforma agrária no governo Lula pode ser observada nos

enunciados abaixo. No primeiro identifica-se a causa do não andamento da reforma agrária, qual seja: a manutenção da política neoliberal:

Porque o setor conservador do governo, representado pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues e pelo Ministro da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, apóiam exclusivamente a prioridade do agronegócio (João Pedro Stédile, Gazeta Mercantil, 3/1/05)

Certa ocasião, em reunião com os ministros, o presidente Lula disse que suas prioridades máximas eram o combate à fome e a reforma agrária. Se ele de fato conseguisse que o Ministério da Fazenda pensasse assim também, certamente as ocupações, os conflitos sociais no campo diminuiriam (João Pedro Stédile, Correio Brasiliense 23/5/05)

Além de levar dez meses para fazer o Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo Lula o colocou na gaveta, pois o ministro da fazenda, Antônio Palocci, e sua equipe só queriam seguir a velha política neoliberal do governo FHC (João Pedro Stédile, Gazeta Mercantil 3/1/05)

Nas falas seguintes é possível identificar também a definição da postura do movimento face à constatação de não prioridade da reforma agrária pelo governo. O que está em consonância com tese do pêndulo, que discutimos no capítulo quarto.

Na eleição a população votou por mudanças, contra o neoliberalismo. O governo, no entanto, não tem uma composição unitária. Temos ministros neoliberais, ministros meio a meio e ministros comprometidos com o projeto popular. Mas essa não é a questão mais importante. No fundo, a disputa interna reflete uma disputa que existe na sociedade. O problema real é a definição de um projeto para o país. O governo sozinho não tem forças para provocar uma inflexão e implantar um novo projeto. Nossa tarefa é estimular o povo para que se conscientize, se mobilize, debata um novo projeto para a sociedade e lute. Sem mobilização não haverá mudanças (João Pedro Stédile, Estado de São Paulo 29/2/04)

Desde que o governo Lula assumiu, estávamos convictos da sua posição favorável à reforma agrária. Ele é nosso aliado e, por isso, definimos que a luta principal nessa conjuntura é contra o latifúndio; fizemos acampamento de sem-terra, na beira das estradas, para com a ajuda da opinião pública pressionar o governo, mas preservando-o (João Pedro Stédile, Gazeta Mercantil 3/1/05)

Nesse sentido as ocupações e outras ações de protesto são enquadradas como forma de auxiliar o governo Lula a adotar uma postura em prol da reforma agrária, dado que o governo é concebido como um governo em disputa, com um pólo oponente ao projeto social da agenda tradicional do PT. Note-se nesse deslocamento entre “equipe econômica” e “governo Lula” também é uma forma de preservar o segundo, ou preservar o que seria sua essência, reafirmada sempre a partir da referência à trajetória.

O segundo quadro interpretativo produzido para explicar a razão da não priorização da reforma agrária no governo Lula foi possível a partir da acentuação da diferença entre Estado

e governo. E da qualificação do primeiro como uma estrutura historicamente contrária à reforma agrária, a despeito das ações do segundo. Ou seja, o Estado – representado a partir de categorias marxistas como, Estado burguês, Estado capitalista, etc. – é identificado como causa da não realização de uma reforma agrária. Ao passo que o governo – ainda que favorável à realização da reforma agrária – é representado como um ator impotente diante da estrutura do Estado. Essa forma de enquadramento aparece nos enunciados abaixo:

A estrutura fundiária não se altera justamente porque o Estado está organizado para defender essa atual estrutura. E sempre que os movimentos e as organizações lutam, se organizam e lutam de forma organizada, o Estado reage para defender essa estrutura. Então nos sofremos também essa ofensiva do Estado, em várias frentes: na repressão, na criminalização, na retirada de direitos, na dificuldade de avançar. Então é uma forma do Estado autorizar as forças conservadoras a agir e terão a proteção do Estado, então esse que na verdade tem sido o papel do Estado. Apesar de muitos casos nos termos governo que têm sido abertos ao diálogo. Mas o Estado não mudou, muda o governo mas o Estado continua aquele. Tu não consegue mudar o Estado na perspectiva que atenda aos interesses. Pelo contrário, cada vez vai criando mais empecilhos (Valdir Misnerovicz)

Um dos problemas que ele enfrenta é que o Estado não está preparado para executar a reforma. É um Estado contra a reforma (João Pedro Stédile, Estado de São Paulo 29/2/04)

Mesmo gerido por um presidente comprometido com partidos de esquerda, o Estado não consegue atender às demandas dos pobres, não consegue contratar agrônomo para trabalhar nos assentamentos, o Incra não funciona e a Conab não tem sequer caminhão para comprar nossa produção nos assentamentos. Mas a principal causa para a reforma agrária estar parada é que a equipe econômica do Palocci segue aplicando a política neoliberal que só interessa aos banqueiros e às grandes transnacionais exportadoras (João Pedro Stédile, Gazeta Mercantil 3/1/05)

Note-se que nesta última fala há o estabelecimento de uma correlação entre “Estado” e “equipe econômica de Palocci”. O que sugere uma interposição entre os dois, coerente na medida em que se enquadra o Estado como capitalista e o neoliberalismo como expressão do capitalismo. Essas formas de representar o Estado estão presentes na fala abaixo:

O Estado é burguês, o Estado está a serviço do capitalismo e não vai fazer se nós ficar quietinho, debaixo dos nossos barracos de lona preta e... tirar uma comissão pra ir falar com o governo “Oh, precisamos de terra”, “não, tudo bem, nós vamos arrumar, só espera aí quieto” E... não se chama atenção nem da sociedade, não se atenção chama do estado, não se chama atenção de ninguém se tu não se mostrar. Conseqüentemente, não vai ter reivindicação atendida. (...) Eu acho que o Estado está cumprindo o seu papel, que é de, hoje mais do que nunca, muito mais do que nos últimos dois anos, garantir que ninguém mexa em nada que possa dar algum tipo de prejuízo pra burguesia. O papel do Estado burguês, tal qual nós temos hoje, é garantir que a burguesia permaneça intacta e enfim, no nosso caso, hoje, no Brasil, não é mais aquela burguesia nacional, mas sim o próprio capital

financeiro internacional, que é hoje o que domina o Brasil, que diz o que o Brasil pode fazer, o que não pode fazer... (Inês Rodrigues)

Não obstante essa representação do Estado como oponente, contrário aos interesses da reforma agrária e ao próprio MST, cabe observar que o Estado é o interlocutor do movimento por excelência. Com quem se negocia para a definição da agenda de assentamentos (Macedo, Rosa, Sigaud, 2008) e de quem a própria sobrevivência do movimento depende. O que pressupõe uma dimensão de reconhecimento e dependência, e em última instância fortalece o papel do Estado (Rosa, 2002). Essa dimensão de fortalecimento pode ser observada no fragmento abaixo.

Na verdade a gente sempre faz algum protesto para cobrar alguma coisa, no nosso caso, do Estado. Agora, Não existe possibilidade de negociação com o Estado sem haver protesto junto.(...) E todo povo que não tem onde trabalhar, que não tem o que comer, enfim, deve ir buscar sim. O Estado tem dar conta. Uma coisa é o Estado ter que dar conta. (Inês Rodrigues)

A representação de sua própria posição em relação ao Estado e aos governos é também parte constituinte da identidade do movimento. E nesse sentido cabe observar que a mudança de governo em 2003 foi um ponto de inflexão para o MST. Ao passo que no governo FHC a questão da autonomia em relação ao Estado não era posta em evidência, uma vez que um dos limites identitários era justamente a oposição ao governo – identificado direta e imediatamente com a política econômica neoliberal –, a partir da eleição de Lula o tema da autonomia passa a ser relevante. E nesse sentido os enunciados são no sentido de re-afirmar a autonomia em relação ao governo. O que é feito a partir da menção ao momento fundacional e às características adotadas pelo movimento desde então. Um dos enunciados nos quais se re-afirma o princípio da autonomia é emitido ainda em 2002, antes da posse do presidente, em ocasião de reunião com a comissão de transição:

O MST manterá sua autonomia e independência, pois é salutar para qualquer movimento social (Gilmar Mauro, Estado de São Paulo 7/11/02)

A retomada ao momento de fundação do movimento como forma de re-afirmar o princípio da autonomia é visível na seguinte fala de Stédile sobre o encontro em 1985 no Paraná onde é criado o MST:

A importância do encontro é que ele conseguiu mostrar que tínhamos que criar um movimento nacional, com objetivos unificados, com plataforma única. E que fosse autônomo das igrejas, dos partidos, do governo e do Estado (João Pedro Stédile, Folha de São Paulo 19/1/04)

A referência à história do movimento também é utilizada para se re-afirmar o princípio de autonomia:

A razão da saúde política do movimento é que desde o seu nascedouro aprendeu com os demais movimentos que no antecederam e com os outros movimentos camponeses da América Latina, que deveríamos manter a autonomia dos partidos políticos. (...) Nós sempre tivemos autonomia e ao mesmo tempo com relacionamento com todos os partidos políticos que lutam pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. E seguiremos com essa política (João Pedro Stédile, Estado de São Paulo 13/6/04)

Uma última observação sobre a categoria analítica qualificação do ator (ou “auto-delimitação” é o papel conferido aos meios de comunicação como elementos decisivos na formação de opinião (negativa) da sociedade em relação ao movimento. Todos os entrevistados do MST quando perguntados sobre como avaliavam a reação da sociedade às ações de protesto realizadas pelo movimento¹⁵³ fizeram referência ao papel dos meios de comunicação, atribuindo a eles a imagem negativa que o movimento possa ter na sociedade. Nesse aspecto cabe apontar uma diferença em relação à resposta dos representantes das organizações piqueteras a esta mesma pergunta. Embora a referência ao papel da mídia tenha sido feita algumas vezes, o foco central da resposta foi de um lado política do governo (Kirchner) e de outro a auto-crítica em relação a suas próprias ações como causadores de uma opinião negativa por parte da sociedade. Voltaremos a isso mais adiante.

No tocante às representações feitas pelos entrevistados do MST deve-se observar que as referências aos meios de comunicação não foram um tema marginal nas respostas. Ao contrário, elas foram o ponto central, assinalando, invariavelmente o papel decisivo da mídia na construção de um posicionamento negativo do movimento no campo mais amplo da sociedade. A seguir transcrevemos fragmentos das respostas a essa pergunta nos quais é notável o enquadramento da visão do movimento na sociedade a partir do destaque do papel dos meios de comunicação.

A sociedade ela julga pelo que vê. Não tô condenado. Ela não forma opinião. Alguém forma pra ela. Cê vê os grandes comentaristas, eles formam a opinião e

¹⁵³ A pergunta “Como você avaliaria a posição/reação da sociedade às ações de protesto realizadas por sua organização?” foi intencionalmente geral com o propósito de verificar a representação que o interlocutor faz do lugar ocupado por suas ações no campo social mais amplo.

passam pra ela o que eles querem passar. O que eu disse agora a pouco: eles não mostram as nossas áreas produzindo agro-ecológicos; eles não mostram nós mudando, fazendo muda de árvore pra tentar mudar essas questões; eles não mostram o nosso ato de solidariedade para com as outras famílias quando têm alguma necessidade, quando têm alguma coisa dessa natureza. Eles só mostra quando nós estamos fazendo uma ocupação, em uma área dita “produtiva”, ela mostra quando nós ocupamos um prédio público, como, por exemplo, quando nós ocupamos a Caixa Econômica, agora a pouco. Mas eles não dizem porque que nós estamos fazendo isso. Porque quando nós estamos fazendo isso, nós estamos denunciando. E o que eles mostra é que nós estamos depredando, que isso não pode acontecer. Eles não mostram que nós, lá no Rio Grande do Sul, estávamos fazendo as nossas ações pra poder denunciar a questão das ocupações da terra de fronteira. E isso, a sociedade não tem como reagir. É diferente, porque eles só tão mostrando o lado ruim. Eles tão mostrando o que eles querem mostrar, o que eles querem deturpar, inclusive, mudando ou moldando coisas, juntando, colando, porque isso a imprensa sabe fazer muito bem, né. Pregando uma coisa que não tem nada a ver e juntando com outra que eles querem mostrar, e a realidade não mostram. Por isso, a sociedade hoje, parte dela, ainda não compreende as ações, ainda não tem a sua própria opinião formada sobre isso, porque a imprensa, o único meio de mostrar isso é a imprensa (João Luis Vieira de Souza)

Eu acho que aí entra um papel fundamental que a imprensa burguesa nesse país cumpre, né, ela faz parte do Estado brasileiro no sentido de criminalizar os movimentos, as pessoas e a pauta de reivindicação. Então, eles não dão notícias, eles fazem comentários pra demonizar as pessoas e os movimentos. Então, inicialmente claro que isso causa meio que um terrorismo na sociedade brasileira. Mas não são ações que causam. A imprensa causa o terrorismo. Então no início isso fica ruim (Marina dos Santos)

Nesse sentido a imprensa cumpre o papel fundamental. Como a imprensa, a grande imprensa, tem dado um tratamento da reforma agrária, tentando associar a reforma agrária com a violência então isso acaba repercutindo negativamente. Geralmente as ações principalmente de ocupação, trancamento de rodovia, ocupação de prédio público, a imprensa geralmente trata isso de uma forma, uma tentativa de deslegitimar essas ações. A tendência da sociedade é se posicionar contrária (Valdir Misnerovicz).

Os meios de comunicação são um braço de formação ideológica que tá ligado a garantir que a burguesia permaneça no seu lugarzinho, sem que ninguém a incomode. E tem cumprido o papel bem pesado de tentar deslegitimar o movimento, de dizer que nós somos baderneiros (Inês Rodrigues)

4.2 Representações Argentina

4.2.1 Qualificadores Estado



Figura 02: Charge

Fonte: Toda Mafalda, Quino. (Abril de 1993)

A análise das formas de representação dos piqueteros e de seu repertório de ação por excelência (cortes de rodovia) produzidas pelo Estado argentino deve ser feita levando-se em consideração os processos marcantes de mudança político-social pelo qual passou o país no período entre 2000 e 2005. Nesse sentido cabe destacar em um primeiro momento o agravamento da situação de desemprego e pobreza nos anos de 2000 e 2001, período de ascensão e nacionalização dos movimentos piqueteros e de consolidação dos cortes de rodovia como repertórios de protesto. A queda do governo De la Rúa – qualificado como *argentinazo*¹⁵⁴ – que teve impacto tanto nas representações dos movimentos piqueteros, agentes protagonistas no campo de protesto naquele momento, e também teve efeitos marcantes e de certa forma pautou as formas de enquadramento do protesto feitas pelos representantes do Estado nos anos imediatamente seguintes.

O segundo ponto a ser destacado é a conturbada mudança de presidentes no final de 2001 e o início do governo peronista de Duhalde. Esse processo merece destaque porque teve efeitos no campo material do protesto, como vimos no capítulo terceiro, mas também porque representou uma mudança na forma de enquadramento do protesto e dos agentes do protesto em relação ao governo anterior. Com efeito, como veremos mais à frente, os qualificadores presentes neste período denotam de um lado um reconhecimento e não mais um questionamento dos piqueteros como interlocutores legítimos (ou seja, não há negativas

¹⁵⁴ A terminação “azo” é utilizada para qualificar um momento de grande mobilização massiva ou revolta que algumas vezes está relacionada à renúncia de governantes (*rodrigazo*, *argentinazo*). É utilizada também para qualificar momentos de mobilização marcantes, como o *cordobazo*.

quanto à possibilidade de negociar, como as que marcam o governo De la Rúa), e de outro um enquadramento mais cuidadoso, tanto das ações de protesto como das reações do Estado – o que se mantêm até junho de 2002.

E a terceira consideração diz respeito ao contexto de mudança na tônica do tratamento do protesto e dos movimentos piqueteros a partir de 2004. Essa mudança, perceptível a partir da análise dos qualificadores utilizados pelo governo Kirchner para enquadrar as ações e os agentes do protesto, se insere um marco de crescimento econômico e de saída da crise de desemprego. O que gera certa legitimidade ao governo e permite uma alteração na representação das ações de protesto a partir da remissão constante à melhora dos indicadores sócio-econômico. Tendo em mente esse contexto político cambiante que caracterizou o período de 2000 a 2005 na Argentina, passemos à análise dos qualificadores utilizados pelos três consecutivos governos para enquadrar as ações e os atores do protesto e as reações a ambos.

4.2.1.1 Qualificadores Governo De la Rúa

Tabela 30 - Qualificadores Governo De la Rúa

| Qualificação da Ação | Qualificação do Ator | Qualificação da Reação |
|---|---|---|
| pressão | (-) enquadram legalmente | Estamos dispostos a evitar todo o tipo de conflito |
| ato de violência | desesperados que estão muito melhor, sem dúvida, do que os verdadeiros desesperados que atende o Estado | mas não aceitaremos o diálogo sob pressão |
| (-) metodologia normal | está fora da lei | Este governo comunica claramente que não vai sustentar uma política de negociação de crise ou de conflitos com quem esteja cortando rodovias. |
| delito | se intrometem determinados dirigentes | O governo não pode dar aval a esse tipo de pressão |
| (-) direito constitucional à livre circulação | grupos minúsculos, guiados sabe-se por que interesses | buscar outros mecanismos de diálogo democrático e construtivo |
| tipo de pressão | Organizações de distintas ideologias políticas | creio que é importante manter um diálogo |
| Uma coisa é o protesto e outra o método | | temos direito a exigir que se respeite o direito de todos |
| (-) método que se vêem obrigados a usar hoje | | Ninguém tem direito, em um Estado de liberdades públicas, a negar-lhes o direito a peticionar |
| (-) maneira de expressar esse protesto | | nós, como governo, somos os custódios da lei. |
| vai contra a lei | | vamos dar-lhes oportunidade para que mudem a metodologia do corte |

| | |
|--|---|
| tipo de manifestação que se relacione com o delito | Uma vez que eles expressem que vão seguir adiante com essa metodologia o governo vai aplicar a lei |
| violência | O Estado tem que dar resposta de acordo com as reivindicações, tratando de solucionar os problemas. |
| promover situações de anarquia | O Estado tem o poder da lei e deverá exercê-lo. |
| violentar | garantir a livre circulação e a paz entre os argentinos |
| sedição | o governo vai contestar com a lei |
| guinada da violência | garantir a livre transitividade das rodovias |
| violência | assegurar a livre circulação |
| Cercear o direito do outro | tomar medidas que a autoridade judicial considere necessário |
| ilegal | |
| alterar gravemente a ordem pública | |
| (-) metodologia a resolução de seus conflitos | |
| alterar gradativamente a ordem pública afetando os direitos de milhares de pessoas | |
| reclamos justos | |
| devem respeitar direitos e obrigações | |
| (-) respeito ao direito de todos | |
| direito a peticionar | |
| (-) livre circulação e paz | |
| (-) livre transitividade das rodovias | |
| (-) livre circulação | |
| piquete como uma ação política | |

No governo de De la Rúa dois momentos merecem destaque em termos da produção de sentido sobre as ações de protesto, mais especificamente as ações de corte de rodovias feitas por organizações de desempregados: os cortes na província de Salta em 2000 e o plano de lutas da Primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados, em 2001. Esses foram os dois momentos nos quais foram emitidas as principais falas durante este governo. A partir da observação da tabela de qualificadores pode-se notar a presença de qualificadores que identificam os cortes como delitos e métodos de ilegítimos ou anormais de protesto. Delitos na medida em que violam o direito de circulação e anormais quando contrastados com outras formas de ação, como marchas, atos e abaixo assinados. É importante notar que, como veremos adiante, a partir de 2002 os corte de rodovias não será mais enquadrado como uma forma anormal de protesto, ou seja, esse método passa a ser não mais questionado do ponto de vista de sua qualidade de metodologia

de protesto, mas sim do ponto de vista de sua legitimidade, utilidade ou aceitação pela sociedade.

Na seguinte fala do porta-voz presidencial em ocasião dos piquetes em Salta é perceptível o enquadramento dos cortes como delitos a partir da construção uma oposição entre este repertório e o direito de livre circulação:

Primeiro, cortar a rodovia é um delito. Por outra parte se está vulnerabilizando o direito constitucional à livre circulação e está se impedindo que circule a produção, exatamente o contrário ao que reclamam os que protestam e ao que pretende o governo (Darío Lopérfido, La Nación 15/5/00)

A seguinte fala do secretário do Ministério do Interior também enquadra os cortes em Salta como um delito, ou uma violação da lei.

Sob pressão não vamos poder conversar porque não seria um diálogo, seria aceitar condições. E isso não vou fazer, porque vou respeitar a lei. Aqui há gente que está violando a lei, mas estamos dispostos a evitar todo o tipo de conflito (Luis Uriundo, La Nación 11/5/00)

No último enunciado é possível perceber uma negação do corte de rodovias como forma válida de apresentar reivindicações uma vez que nega-se a possibilidade de negociar face a esta forma de ação. Isso está presente também nas seguintes declarações do Ministro do Trabalho em relação ao conflito em Salta:

Este governo comunica claramente que não vai sustentar uma política de negociação de crise ou de conflitos com quem esteja cortando rodovias. Devemos buscar outros mecanismos de diálogo democrático e construtivo (Alberto Flamarique, Clarín 15/5/00)

A qualificação do corte como um delito também foi utilizada no contexto do plano de lutas votado pela Primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados, em 2001:

As organizações de desocupados - se se enquadram legalmente - devem respeitar direitos e obrigações, ou seja deveriam haver proibido em seus estatutos os cortes de rodovia ou qualquer tipo de manifestação que se relacione com o delito (Patricia Bullrich, La Nación 30/7/01)¹⁵⁵

O questionamento do corte como método válido a partir do contraste com outras formas de protesto está presente nas seguintes fala da Ministra do Trabalho sobre mesmo plano de lutas:

Se há um grupo que quer se organizar e está contra o ajuste, pode fazer uma marcha, um ato, pode fazer distintas coisas, mas o que não me parece bem é que se façam cortes de rodovias (Patricia Bullrich, Página/12 26/7/01)

A decisão de todo governo é uma estratégia muito clara: primeiro vamos dar-lhes oportunidade para que mudem a metodologia do corte por uma metodologia normal de qualquer organização política, que pode ser um ato, um protesto, mas não um corte de rodovia, porque segundo entende o governo, vai contra a lei. Uma vez que eles expressem que vão seguir adiante com essa metodologia o governo vai aplicar a lei (Patricia Bullrich, La Nación 30/7/01)

E na seguinte declaração de outro porta-voz da presidência também sobre o plano de lutas de 2001:

É legal protestar, mas há que fazer-lo às margens da rodovia, em uma praça, fazer um *escrache*. Cercear o direito do outro é ilegal e por isso fizemos uma apresentação ante o juizado federal de Ballesterro colocando em seu conhecimento a informação acerca dos cortes de rodovia planejados com o fim de alterar gravemente a ordem pública (Juan Pablo Baylac, Página/12 30/7/01)

Note-se que neste enunciado assim como no anterior há um enquadramento da reação que se fundamenta na polarização entre os cortes e o direito de livre circulação, justificando a reação do Estado como defesa deste direito. Esse enquadramento da reação pode ser observado nas falas abaixo.

O Estado tem o poder da lei e deverá exercê-lo. Esperamos poder garantir a livre circulação e a paz entre os argentinos (Juan Pablo Baylac, Página/12 26/7/01)

Ninguém quer uma guinada da violência, mas está claro que quem vai executar esse plano está fora da lei. Quem pretende entronizar a violência como método de protesto se equivoca, porque o governo vai contestar com a lei e os juizes e as

¹⁵⁵ Ministra do Trabalho

autoridades vão garantir a livre transitividade das rodovias (Juan Pablo Baylac, Página/12 26/7/01)

Não se pode forçar as pessoas a participar nos piquetes. Vamos por todos os meios do Estado para assegurar a livre circulação (Fernando De la Rúa, Clarín 7/8/01)

No que se refere à categorização das organizações de desempregados, os agentes protagonistas do protesto, as qualificações do governo De la Rúa foram no sentido de estabelecer uma correlação entre estas organizações e líderes com interesse político, em oposição ao que seria uma reivindicação de “desesperados” genuínos. Isso se deu principalmente no contexto da assembléia de julho de 2001. Abaixo estão alguns enunciados nos quais se pode perceber esse tipo de qualificação. O primeiro deles é a resposta à pergunta “O que você opina do protesto em geral?”, dada pelo porta-voz da presidência em entrevista concedida ao jornal Página/12 sobre o plano de lutas da assembléia de 2001:

É legítimo, mas há modos de protestar. Quando o protesto é dos cidadãos que sofrem tem um nível, mas outra coisa é quando se intrometem determinados dirigentes que utilizam o piquete como uma ação política (Juan Pablo Baylac, Página/12 30/7/01)

E na denúncia apresentada pelo então Secretário de Segurança do Poder Executivo, Enrique Mothov, sobre o plano de lutas decidido nesta assembléia:

Organizações de distintas ideologias políticas levariam a cabo uma série de ações planejadas de cortes de rodovias e cruzamentos arteriais em todo o território nacional, com o fim de alterar gradativamente a ordem pública, afetando os direitos de milhares de pessoas (Enrique Motov, La Nación 31/7/01)

A seguinte declaração do porta-voz presidencial já denota uma polarização entre a ação do Estado e a ação das organizações piqueteras.

O governo conta com a adesão da maioria silenciosa dos homens e das mulheres que não querem violência, mas sim viver em paz. Luis D'Elia junta desesperados que estão muito melhor, sem dúvida, do que os verdadeiros desesperados que atende o Estado (Juan Pablo Baylac, La Nación 12/6/01)

Essa polarização se insere em um marco já de agravamento da situação social na Argentina. E nesse marco estão presentes referências à situação do país que são feitas tanto para contrapesar a realização dos cortes, de frequência cada vez maior, como no caso do enunciado abaixo:

O governo não pode dar aval a esse tipo de pressão, mas como se entende que a situação é delicada se buscará antecipar seus efeitos (Dario Lopérfido, La Nación 15/5/00)

Como também para opor a ação dos piqueteros ao que seria uma forma de solucionar a situação do país naquele momento (integração e construção), e que estaria sendo perseguida pelo governo. Isso pode ser observado na fala do porta-voz presidencial sobre a Primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados:

É muito triste que se unam para promover situações de anarquia, para violentar, para ter discursos que estão mais próximos à sedição do que da construção (Juan Pablo Baylac, Página/12 26/7/01)

E também nos enunciados que fazem referências mais diretas à situação do país naquele momento:

O país do piquete não tem futuro. Pensemos como pensemos, acreditamos que ninguém pode crer que a Argentina vá sair do lugar que está queimando pneus nas ruas (Juan Pablo Baylac, Página/12 7/8/01)

As pessoas não necessitam de mais protesto. É evidente que a sociedade argentina não quer como metodologia para a resolução de seus conflitos os cortes de rodovia (Juan Pablo Baylac, Página/12 8/8/01)

O importante é que a Argentina necessita integrar-se e não desintegrar-se (Juan Pablo Baylac, Página/12 8/8/01)

4.2.1.2 Qualificadores Governo Duhalde

Tabela 30 - Qualificadores Governo Duhalde

| Qualificação da Ação | Qualificação do Ator | Qualificação da Reação |
|--|---|---|
| me parece bem que se manifeste a favor de algo | grupos minoritários que apelam ao caos e que falam de situação pré-revolucionária | Estado não pode fazer uso da violência, aquele que o faz se converte em um Estado autoritário |
| têm que se manifestar | | vamos deixar as pessoas se manifestarem como têm que se manifestar |
| Qualificação da Ação | Qualificação do Ator | Qualificação da Reação |

| | |
|--|---|
| expressão livre dos manifestantes | em um Estado de direito, o uso da força por parte do Estado é a última razão |
| direitos de quem se manifestou | Não se permitirá que se incomunique a cidade de Buenos Aires com o corte de todos os seus acessos |
| ameaçar e substituir a fórmula de consenso que a maioria dos argentinos elegimos | De nenhuma maneira impede expressão livre dos manifestantes |
| escalada de ações violentas | atitude de total abertura ao diálogo |
| alteração da ordem pública | |
| ameça ao derrocamento dos poderes constituídos | |
| expressão livre dos manifestantes | |
| virulência | |
| medidas que prejudiquem à comunidade | |

A análise das representações produzidas pelo governo Duhalde sobre as organizações piqueteras e suas ações deve levar em conta, em primeiro lugar, o contexto político-social que antecedeu a entrada de Duhalde, qual seja: uma situação de mobilização massiva, com saques registrados em diversas localidades do país, na qual o presidente De la Rúa renuncia após a declaração de sítio e de uma repressão que resultou em mais de vinte mortes em todo o país. Em termos da dinâmica política cabe ressaltar que Duhalde assume a presidência após decisão do Congresso face à “acefalia” dos dias anteriores, caracterizados pela renúncia seguida de três presidentes. Esse processo, como veremos adiante, é retomado como “*argentinazo*” ou “jornada do 19 e 20 de dezembro”. Outra consideração que deve ser levada em conta na análise das representações produzidas no governo Duhalde é que embora este governo tenha sido o mais curto dos três estudados, foi nele que se registrou o maior número de cortes de rodovia em termos percentuais para todo o período observado. Com efeito, como demonstrado na tabela do segundo capítulo, em 2002 foram realizados 2.336 cortes, quase o dobro do ano anterior (1.383) e do ano posterior (1.278).

Nesse contexto se inserem as qualificações das ações de protesto, dos atores e da reação do Estado, que adquirem uma tônica marcadamente diferente do governo anterior, notadamente até junho de 2002. Nesse sentido, o primeiro semestre do governo é caracterizado por qualificações que representam a ação – no caso os piquetes – como um direito de manifestação, diferentemente das qualificações destas como delito ou anormalidades, feitas no governo anterior. São ilustrativas desse tratamento “legalista” das ações de protesto as seguintes falas do Secretário de Segurança Nacional:

Eu sei que com a tensão que existe toda manifestação pode ser perigosa. Mas me parece bem que se manifeste a favor de algo (Juan José Alvarez, Página/12 17/2/02)

O importante é que, em geral, tudo se desenrolou sem violência. Foi um dia de protesto pacífico, onde se respeitaram os direitos de quem se manifestou (Juan José Alvarez, Página/12 21/2/02)

Na fala seguinte está presente também a qualificação da reação do Estado. Que se difere do enquadramento dado à reação no governo De la Rúa. Nota-se o destaque dado à orientação de não repressão, o que guarda relação com o período imediatamente anterior, do *argentinazo*. Em entrevista ao jornal Página/12 o porta-voz presidencial responde da seguinte forma à pergunta: “O que é intervenção policial?” – termo por ele utilizado na anterior resposta:

Que a polícia impede a quebra de bancos mas de nenhuma maneira impede a expressão livre dos manifestantes (Eduardo Amadeo, Página/12 20/2/02)

A qualificação da reação a partir da correlação entre repressão e Estado autoritário, localizando-se a política do governo como oposta ao autoritarismo também está presente nas seguintes afirmações do Secretário de Segurança Nacional, emitidas apenas dois meses depois da queda de De la Rúa:

O Estado não pode fazer uso da violência, aquele que o faz se converte em um Estado autoritário (Juan José Alvarez, Página/12 15/2/02)

Creio que em um Estado de direito, o uso da força por parte do Estado é a última razão, a última da ultima, não a primeira (Juan José Alvarez, Página/12 21/2/02)

O exemplo não pode ser o de Salta, onde feriram uma criança que ficou presa no meio da repressão. E ainda isso não evitou que se quebrassem vitrines e se fizesse destroços. Se aqui há um morto começamos outra vez com grandes situações imanejáveis que vão produzir cada vez mais danos (Juan José Alvarez, Página/12 20/2/02)

Mas se o enquadramento das ações de protesto como um “direito” e das reações do Estado como “avessas à repressão e ao uso da força” é a tônica das representações produzidas no início do governo Duhalde, há uma marcada mudança nas qualificações produzidas a partir de junho de 2002. Com efeito – e guardando relação com o que foi discutido no capítulo terceiro sobre a política de distribuição de planos e seu efeito multiplicador das organizações piqueteras e dos piquetes –, a partir desta data há uma mudança no tratamento do protesto que

se faz presente nas falas de representantes do governo Duhalde. O primeiro sinalizador desta mudança é a diretiva do Secretário de Segurança emitida quando da aprovação do plano de corte dos acessos a Buenos Aires pela assembléia do Bloco Piquetero Nacional:

Não se permitirá que se incomunique a cidade de Buenos Aires com o corte de todos os seus acessos (Juan José Alvarez, Página/12 24/6/02)

Nesta fala é visível a mudança na qualificação da reação: de uma preocupação em se afirmar o não recurso à força repressiva para a utilização da construção verbal “não se permitirá”, que em si assinala para a possibilidade do uso da força caso a diretiva não seja cumprida. Também em ocasião da repressão em Pueyrredón e assassinato dos militantes do MTD Aníbal Verón foram emitidas algumas falas que ensaiaram, em um primeiro momento (quando as fotos que comprovavam a autoria dos assassinatos ainda não haviam sido divulgadas), uma nova forma de enquadrar as ações de protesto. Deslocando-se a qualificação destas como “direitos” para adotar uma qualificação mais negativa, de ameaça à ordem e às instituições:

Os eventos de Avellaneda indicam uma escalada de ações violentas que partem da alteração da ordem pública e continuam com a perda de vidas humanas, ameaçando, inclusive, com o derrocamento dos poderes constituídos (Jorge Vanossi, Página/12 28/6/02)¹⁵⁶

Constituem um plano de luta organizado e sistemático, que pode chegar a ameaçar e substituir a fórmula de consenso que a maioria dos argentinos elegemos porque existem outros que preferem a linguagem da violência (Jorge Matzkin, Página/12 28/6/02)¹⁵⁷

Mas essa tentativa de enquadramento dos piquetes, que iria ao encontro do que seria uma estratégia do governo de colocar a culpa dos assassinatos nas próprias organizações piqueteras, é desconstruída a partir da revelação das provas que comprovavam o assassinato dos piqueteros por forças policiais. O que pode ser notado no pronunciamento oficial do presidente três dias após os eventos na Puente Pueyrredón e logo da revelação das provas:

Desejo descartar qualquer vinculação entre como ocorreram os fatos de violência que levaram à morte dos meninos e a intenção dos grupos minoritários que apelam ao caos e que falam de situação pré-revolucionária. Mas que complô devemos falar

¹⁵⁶ Ministro da Justiça

¹⁵⁷ Ministro do Interior em comunicado produzido pelo ministério após repressão em Avellaneda.

dos indícios que hoje aparecem nas testemunhas gráficas dos meios (Eduardo Duhalde, Página/12 29/6/02)

Contudo deve-se observar que esta fala contém uma qualificação dos atores (piqueteros) que denota uma alteração na tônica do enquadramento dado até então a estes movimentos e suas formas de protesto. Com efeito, nos enunciados de alguns representantes do governo federal no início de 2003 são visíveis essas formas de qualificação negativas dos agentes do protesto:

Há movimentos de desocupados que vêm ao Ministério do Trabalho para pedir a baixa dos beneficiários, ou seja, os que representam os pobres o que na realidade querem é manipular os pobres para ter-los como clientelas fixas nas marchas (Graciela Camaño, Página/12 20/1/03)¹⁵⁸

Observe-se que nesta fala a ministra se refere a um fato que em tese, de acordo com a legislação que rege a distribuição dos PJJH, não seria possível, uma vez que a distribuição dos benefícios deve ser feita sem a participação de nenhum intermediário – o que implicaria na impossibilidade de que as organizações de desocupados pudessem negociar com o Ministério baixas de beneficiários. Como referido no terceiro capítulo, isso também é destacado por Torres (2007) em sua entrevista com um funcionário do Ministério do Trabalho.

A partir de 2003 são visíveis também formas de qualificação mais negativas das ações de protesto. Como se pode observar nas falas abaixo. A primeira, emitida pela Ministra do Trabalho, enquadra as ações como virulentas e sem motivos válidos; e a segunda, emitida pelo Chefe de Gabinete, as qualifica como medidas prejudiciais à sociedade.

Não têm motivos válidos para a virulência da reivindicação dos últimos dias (Graciela Camaño, Página/12 7/2/03)

Não é aceitável que se tomem medidas que prejudiquem à comunidade para poder me ver, quando desde o governo há uma atitude de total abertura ao diálogo (Alfredo Atanasof, Página/12 11/2/03)

Cabe destacar que essas formas de qualificação dos cortes de rodovias – como injustificáveis do ponto de vista de sua validade e maléficos à sociedade – estão presentes também no governo Kirchner, mais do que o enquadramento como delito ou forma de protesto anormal. Esse é o tema do próximo tópico.

¹⁵⁸ Ministra do Trabalho

4.2.1.3 Qualificadores Governo Kirchner

Tabela 31 - Qualificadores Governo Kirchner

| Qualificação da Ação | Qualificação do Ator | Qualificação da Reação |
|--|---|--|
| passou do limite do razoável | dirigentes destes setores conseguem 2 por cento 1 por cento dos votos, com sorte, em todo o país. | tampouco podemos deixar impunes excessos desta natureza |
| Excessos | tipos que estão vocacionalmente ligados a um partido | exerça a autoridade que lhe confere a decisão popular |
| equivocando de caminho | se apresentam em eleições e ninguém vota neles. | há que fazer-lhes sentir a autoridade |
| eles o judicializam (protesto) | Não estão legitimados | O governo abriu canais de diálogo com as organizações piqueteras que antes nunca tiveram |
| (-) protestam por tema pontual | piqueteros são mal marketing | Não vamos reprimir nunca com paus |
| Quilombo pelo quilombo em si | clientelismo | Não quero criminalizar o protesto |
| protesto ligado a seu protesto no partido | grupos ligados a estruturas política | temos bem claro aonde vamos |
| Queixa | ganhando o desprezo da sociedade que não apóia esse método | nós preferimos não reprimir |
| não é solução | nível de rechaço social que estão experimentando | há que sancionar-los como marca o Código Penal, não há que ter meias tintas |
| não dão resultado | não são vítimas. Eles são pessoas que expressam do pior modo seu <i>enojo</i> | diálogo |
| desmandes | São setores político-partidários que dificilmente querem escutar nossa opinião | consenso |
| Vantagem político-eleitoral | Um grupo residual que se concentra no microcentro portenho e que alguns meios de comunicação amplificam | portas abertas |
| Pressão | sem legitimidade do poder transferido do povo | tolerar |
| Extorsão | | a primeira política do governo foi o diálogo |
| extemporâneo | | não se pode ter um política de repressão selvagem e tampouco uma de inação |
| insuportável | | A perícia tem que estar na prevenção |
| pressão que os argentinos estamos cansados de tolerar | | não vamos criminalizar o protesto social |
| Sociedade que não apóia esse método | | recuperar vida normal dos argentinos |
| tipos de expressões | | temos que escutar (reclamos) |
| (-) modo de reclamar | | Não se deve levantar nenhuma mão nem nenhuma ação que tenda a cortar essa liberdade |
| Expressão do pior modo de sua ira | | será denunciado à justiça |
| geram incômodo na sociedade | | oportuno e conveniente não permitir que chegassem à praça |
| não rendem nenhum fruto | | o Estado vai permitir que se aproximem da Plaza de Mayo |
| não ajudam a solucionar os problemas que a sociedade tem | | Vamos permitir o ingresso pela avenida e Mayo à Plaza de Mayo |
| claramente um ato ilegal | | |

| | | |
|---|--|--|
| (-) protesto legítimo Delito níveis de violência uma coisa é o delito e outra o protesto social | | |
| cria moléstias exercer o direito a peticionar às autoridades e se expressar (-) direito de circular livremente (-) manifestar crer que a vida e os bens das outras pessoas possam estar em suas mãos reclamo dos companheiros Liberdade (-) vida normal dos argentinos | | |

Para a análise do enquadramento dado pelo governo Kirchner aos piqueteros e às suas ações de protesto entre 2003 e 2005 devemos antes pontuar alguns aspectos relativos ao contexto sócio-econômico do país neste período. Em primeiro lugar cabe assinalar que a partir de 2004 há uma redução no nível de desemprego concomitante ao crescimento econômico¹⁵⁹. Esse é um fator relevante para o enquadramento que o governo fez das ações do protesto, de seus protagonistas, e de suas próprias reações a estas ações. Com efeito, como veremos mais adiante, a referência repetida à melhora econômica e redução do desemprego quando contraposta às ações e reivindicações dos piqueteros (planos de emprego e postos de trabalho) termina por gerar um efeito deslegitimador dos últimos. E nesse sentido a remissão constante a essa melhora da situação do país esteve presente tanto nas qualificações das ações de protesto e da reação do Estado como também nas qualificações dos próprios piqueteros.

Outro ponto a ser destacado para a análise das formas de representação produzidas pelo governo Kirchner em relação aos piqueteros é o cese na inscrição para beneficiários dos planos JyJDH, ainda em 2003, como aponta o Ministro do Trabalho em entrevista ao jornal Página/12:

É verdade que não haverá mais planos novos, mas há que recordar que esta ajuda social alcança a mais de dois milhões de pessoas em todo o país. Mas o plano Jefes y Jefas de Hogar cumpriu uma etapa (Carlos Tomada, Página/12 26/10/03)

¹⁵⁹ Em maio de 2003 a taxa de desemprego era de 15,6% (recorde-se que, como mencionado no quarto capítulo, ela havia chegado a 21,5% em 2002). No quarto semestre de 2005 a taxa de desemprego baixou para 10,1%, voltando aos índices de 1994. Ver tabela em anexo da evolução da taxa de desemprego na Argentina.

Essa medida, aliada a uma forma de enquadramento que destaca a melhora na situação do país – como faz o ministro ao justificar a cessão na inscrição de novos beneficiários pelo cumprimento de uma etapa – tem um efeito desmobilizador para as organizações piqueteras – haja vista a importância do acesso aos planos para a possibilidade de ampliação das bases.

No mesmo sentido a política de se aproximar de algumas organizações – notadamente as mais fortes e mais propensas à negociação – com o propósito de cooptá-las também tem um efeito desmobilizador, como discutimos no terceiro capítulo. Tem esse efeito porque de um lado se consegue a redução nas mobilizações contrárias ao governo por parte destas organizações incorporadas, que passam a se mobilizar apenas em atos oficiais convocados pelo próprio governo ou em manifestações de apoio ao governo. E por outro lado tem também um efeito desmobilizador na medida em que leva a uma fragmentação do movimento piquetero: que ademais das divisões de caráter político-ideológico divide-se também de acordo com um novo critério, qual seja, contra ou a favor do governo. Ou como o denominam os representantes das organizações piqueteras em seus relatos: há organizações que estão “*con*” o governo ou “*en contra*” do governo. E esse é um limite identitário importante tanto para as organizações que estão de um lado como para as que estão de outro lado, como veremos mais adiante.

Outro elemento relevante é a diminuição do apoio da sociedade às organizações de desempregados e ao piquete como forma de protesto. Índícios da redução gradativa do apoio da sociedade são as pesquisas de opinião publicadas do jornal Página 12 de 2003 a 2005. De acordo com esses dados em julho de 2001 21,8% dos entrevistados estavam “de acordo” com as ações do movimento piquetero, ao passo que 42,6% declararam estar “nada de acordo” com estas ações. Já em fevereiro de 2004 o percentual de pessoas que se declarou “de acordo” com as ações do movimento foi de 4,9%, e o percentual que declarou estar “nada de acordo” foi de 75,7%.

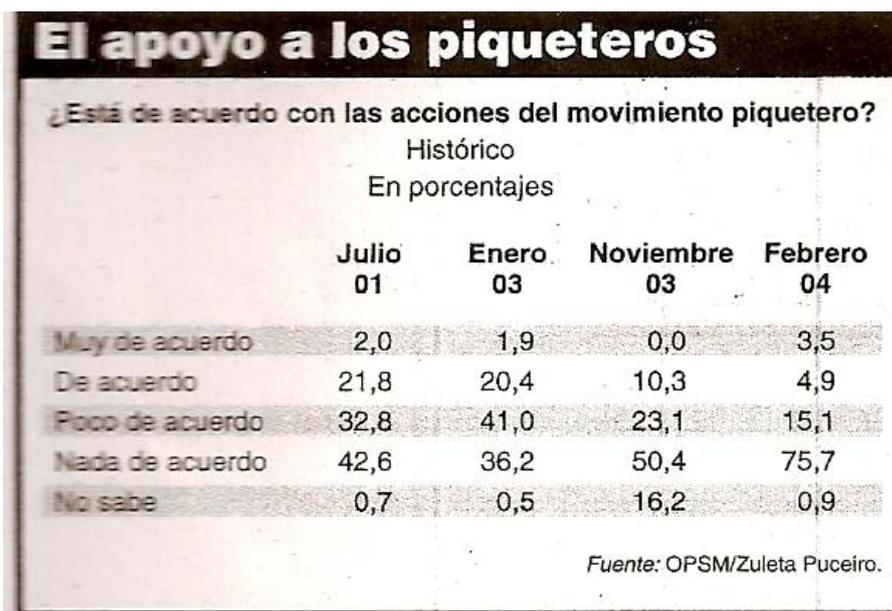


Figura 03: Pesquisa de Opinião
Fonte: Pagina/12 (22/02/04)

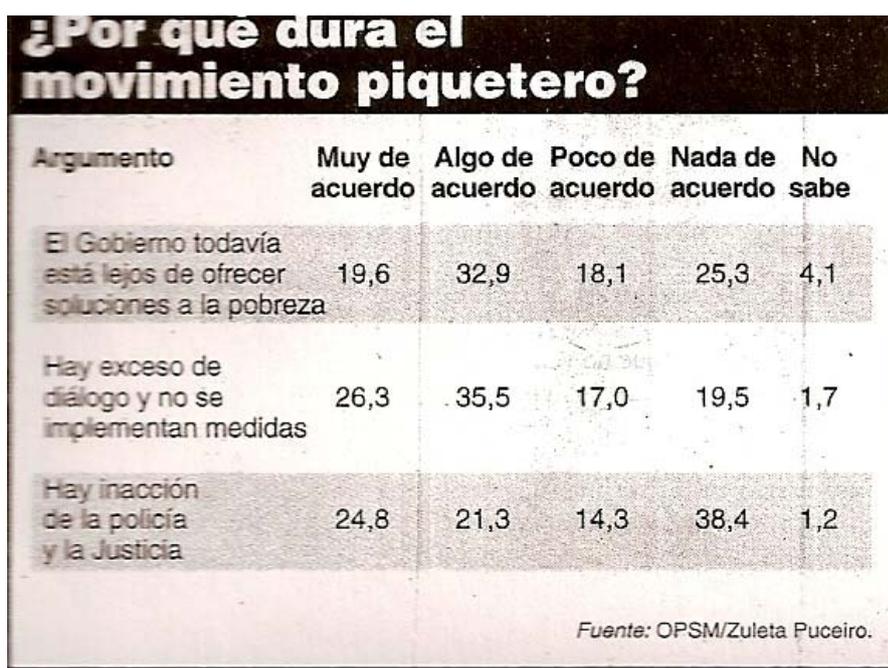


Figura 04: Pesquisa de Opinião
Fonte: Pagina/12 (22/02/04)

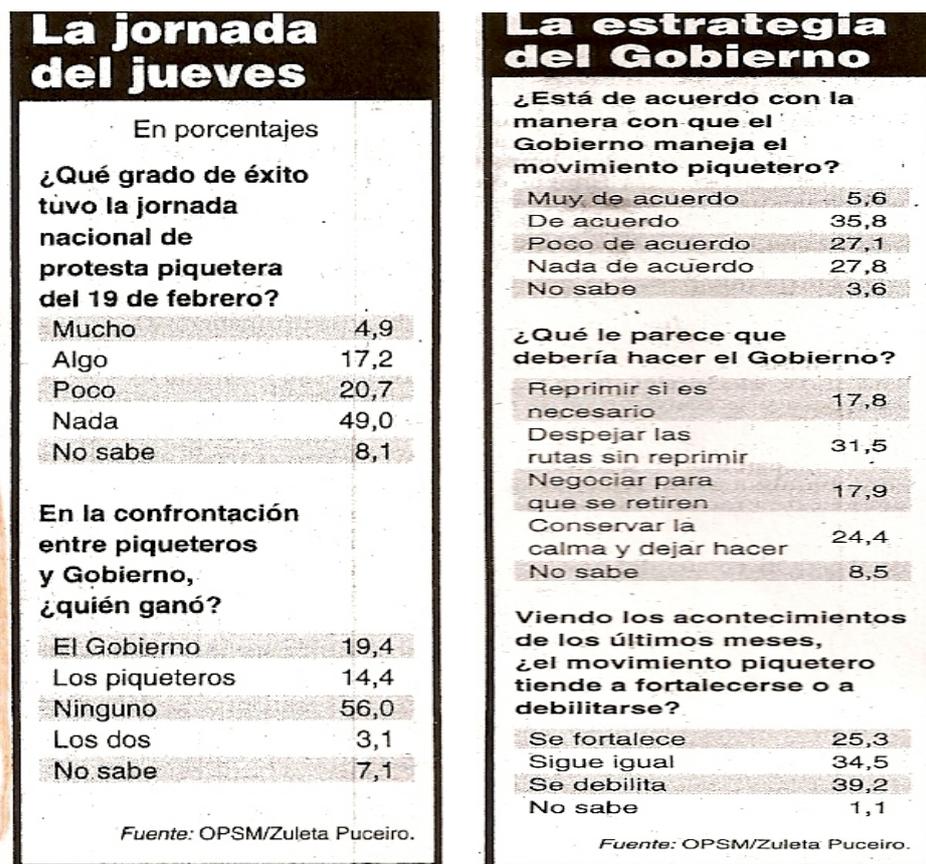


Figura 05 e 06: Pesquisas de Opinião
Fonte: Pagina/12 (22/02/04)

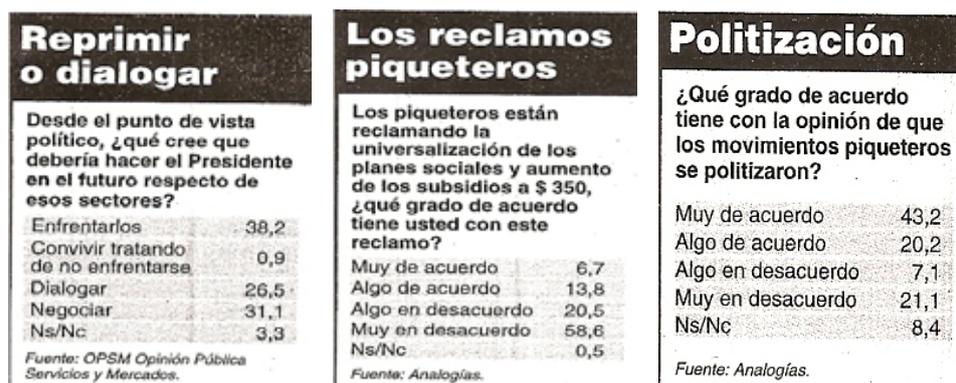


Figura 07, 08 e 09: Pesquisas de Opinião
Fonte: Pagina/12 (27/08/05)

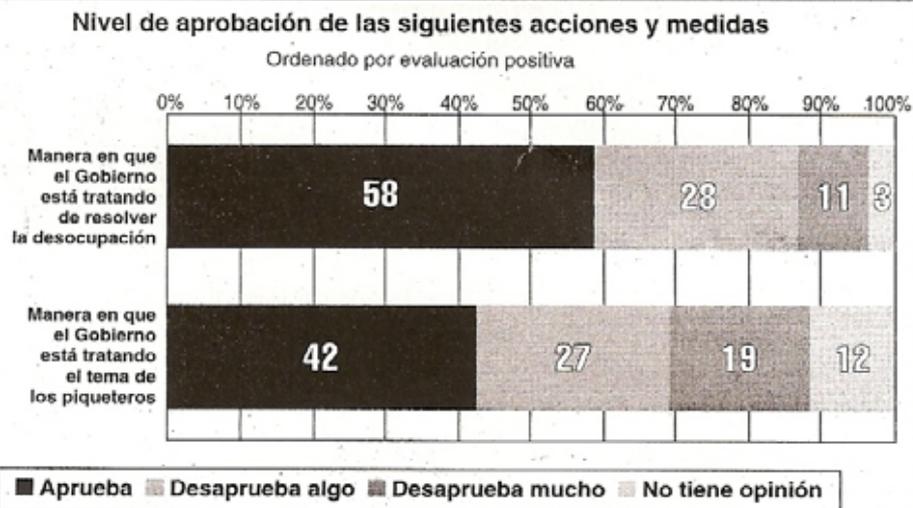
Lo que piden los piqueteros y cómo lo piden



Fuente: Research International-Analogías

Figura 10: Pesquisas de Opinião
Fonte: Pagina/12 (28/12/03)

La política oficial hacia los piqueteros



Fuente: Research International-Analogías

Figura 11: Pesquisas de Opinião
Fonte: Pagina/12 (28/12/03)

Mas esses dados devem ser interpretados à luz de todo o processo sócio-político por qual passou a Argentina nesse período e que foi discutido anteriormente. Nesse sentido cabe destacar a política de retenção das poupanças bancárias (*corralito*) levada a cabo por De la Rúa, e que foi um dos principais detonantes das ações de protesto dos atores que no segundo capítulo classificamos como vizinhos/pessoas e cuja demanda se centrou no rechaço a esta

política e pela devolução das poupanças. E nesse contexto podemos situar o apoio ao movimento piquetero, na medida em que se identificava um oponente em comum: a política econômica do governo. Note-se que esse era o enquadramento feito por líderes piqueteros e que permitia um alinhamento entre os dois setores. Isso pode ser notado a fala do líder da CCC em ato na Plaza de Mayo:

As assembléias da Capital Federal e os desocupados têm um inimigo em comum. Os banqueiros que roubaram a vocês, suas poupanças são os mesmo que nos deixaram sem trabalho. Lutamos para que esse modelo de acumulação obsceno termine (Juan Carlos Alderete, Página/12, 29/1/02)

E na seguinte justificativa dada pelo líder do MTD Aníbal Verón para a participação em ato conjunto com as assembléias de bairro:

Em solidariedade com a classe média e os pequenos poupadores, porque se bem não temos para comer, nem contas bancárias, consideramos que é uma injustiça e um roubo o que o governo fez com o *corralito* (Juan Cruz Dafuncio, Página/12 29/1/02)

É nesse contexto que podemos conceber o percentual de apoio às ações do movimento piquetero (notadamente os cortes de rodovia) nos níveis registrados em 2001, em que pesem os constrangimentos que eles geram para a rotina urbana. E é nesse contexto também que se insere a consigna forjada na época e retomada nos relatos dos entrevistados para se referir a esse momento: “*piquete y cacerola, la lucha es una sola*”¹⁶⁰. A passagem desse contexto de alinhamento e apoio para um de rechaço ao piquete como forma de ação, como demonstra o resultado da pesquisa para 2004, pode ser compreendido no marco de um crescimento econômico e melhora nos índices de desemprego a partir de 2003. Como veremos na seção seguinte esse processo de crescente rechaço da sociedade aos piquetes é representado pelos líderes das organizações de desempregados como resultado de uma política perversa do governo e do abuso ou má utilização do piquete como método de protesto.

Mas voltando ao tema das representações produzidas pelo governo Kirchner sobre os piqueteros cumpre observar que esse rechaço por parte da sociedade, comprovado pelas pesquisas de opinião, também foi repetidamente referido e utilizado no enquadramento das ações de protesto e no enquadramento do próprio movimento piquetero.

¹⁶⁰ “Piquete e panela, a luta é uma só”. Essa consigna faz menção ao repertório de ação identificado com o movimento piquetero (corte de rodovias) e ao repertório de protesto identificado com as assembléias e os protestos da classe média (panelaço).

Soma-se a todos esses fatores a nossa última pontuação sobre os aspectos gerais da representação feita pelo governo Kirchner do protesto das organizações piqueteras, nomeadamente: a retórica de não repressão. Sobre essa política do governo cabe destacar a observação do Ministro do Interior, Aníbal Fernandez, sobre a relação entre a repressão e a possibilidade de legitimação das organizações piqueteras. Em resposta à pergunta em entrevista feita pelo jornal Página/12: “*Você suspeita, como insinuou Cristina Kirchner, que há setores piqueteros que buscam a repressão para conseguir uma legitimação?*” O Ministro responde: “*Houve gestos de provocação ao governo que, a meu juízo, levavam em seu interior alguma busca de repressão para justificar sua existência*” (Página/12, 27/11/03). Ao analisar a representação que os líderes das organizações piqueteras fazem da repressão é possível notar que, com efeito, o momento da repressão e da resistência à repressão são retomados de forma a auto-afirmar a legitimidade, identidade e genuinidade da organização, como veremos mais adiante.

Delineadas as linhas gerais que marcaram a tônica da representação feita pelo governo Kirchner, passemos a observações mais pontuais referentes às formas de qualificação dos atores protagonistas, das ações de protesto e das reações do Estado a estes. Em termos da qualificação da ação pode-se dizer que no *corpus* há a predominância de uma forma de enquadramento construída a partir da oposição entre piquete e os interesses da sociedade em um sentido mais amplo. Isso é feito de um lado a partir da remissão a noções como “país”, “sociedade”, “argentinos”, e de outro lado ressaltando-se os efeitos negativos do piquete (incômodos, interrupção do direito de livre circulação, etc.), estabelecendo-se uma correlação negativa entre os dois: piquete x sociedade. Essa forma de enquadramento se faz notar nas seguintes falas do Ministro do Interior e do Chefe de Gabinete em ocasião de uma ação de protesto de algumas organizações (MIJD e MST TV) que cortaram uma avenida central de Buenos Aires e ocuparam o Ministério do Trabalho em demanda de novos PJyJH:

O reclamo soa absolutamente extemporâneo e insuportável em sua forma. Uma coisa é controlar a medida tomada, ou auditar-la, e outra coisa é ocupar um edifício e cortar uma rua por três dias: essa é uma *pressão que os argentinos estão cansados de tolerar* (Anibal Fernandez, Página/12, 9/2/04)

Eu creio que quem toma esse tipo de atitude deve entender que está ganhando o desprezo da sociedade que não apóia esse método, ainda que sejam pessoas que reclamam planos porque necessitam (Alberto Fernandez, Página/12, 11/2/04)

Também é perceptível essa forma de enquadramento na fala emitida pelo Chefe de Gabinete em ocasião da aprovação de um novo plano de lutas do Bloco Piquetero Nacional:

Por legítimas que sejam as aspirações de quem reclama, também é certo que na imensa maioria dos argentinos existe a convicção de que não é este o modo de reclamar (Alberto Fernandez, Página/12, 20/2/04)

E no discurso do Secretário Geral da Presidência na “Primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares” patrocinada pelo governo e da qual participaram as organizações piqueteras aliadas ao governo Kirchner:

Esses grupos sociais que hoje estão trabalhando aqui entenderam que há uma nova realidade e uma nova Argentina. Que a etapa dos cortes de rodovias e de ruas geram incomodidade na sociedade, não rendem nenhum fruto e não ajudam a solucionar os problemas que a sociedade têm (Oscar Parilli, Página/12, 22/6/04)

Note-se que essa última fala aponta também para uma outra qualificação das ações de protesto: que as considera como formas inúteis na medida em que não mais logram resultados. Esse foi um outro tipo de enquadramento feito pelos representantes do governo Kirchner que deve ser entendido no marco de uma política de cese na distribuição de PJYJH. Ela pode ser observada nas falas a seguir do Chefe de Gabinete na ocasião de piquetes em planta petroleira (Repsol/Dock Sud) em demanda de trabalho, e do Ministro do Interior em entrevista ao jornal.

Confio que em algum ponto quem conduz esses movimentos compreendam que o corte de ruas não é mais o melhor método para encaminhar o protesto (Alberto Fernandez, Página/12, 14/9/05)

A queixa não é a solução. Se não te escutam, eu entendo que a queixa seja o único recurso. Mas se te escutam... Eu não quero que sigam os cortes. Não dão resultado, nenhum resultado (Anibal Fernandez, Página/12, 27/11/03)

Na contramão desses dois tipos de enquadramento se somam também algumas falas do presidente em defesa do direito de manifestação. O que deve ser entendido no marco de uma política transversal que ao mesmo tempo definia como postura oficial a não repressão e tinha como uma das principais bandeiras a defesa dos direitos humanos:

Há setores que ficam nervosos e que dizem "conflitividade social". Mas o que eles querem? Um povo apagado, sem esperança? (Nestor Kirchner, Página/12, 10/6/05)

O que entendemos é que queremos construir uma sociedade com inclusão social, que queremos voltar a fortalecer uma economia que volte a conter os argentinos, não tem que nos preocupar o reclamo dos companheiros. Ao que temos que escutar, ao que temos que transformar em realidade para construir um país distinto. Não se deve levantar nenhuma mão nem nenhuma ação que tenda a cortar essa liberdade (Nestor Kirchner, Página/12, 13/5/04)

Em termos das qualificações feitas em relação aos atores protagonistas do protesto pode-se dizer que os piqueteros foram enquadrados em duas direções principais. A primeira delas foi a partir do estabelecimento de uma correlação entre as organizações piqueteras e interesses políticos-partidários, ressaltando-se a sua dependência de partidos políticos de esquerda e destacando a marginalidade que estes partidos tem na cena política argentina. De modo que o caminho lógico desta correlação seria o seguinte: partidos políticos inexpressivos que por serem marginais na cena política utilizariam as organizações de desempregados para se fortalecer do ponto de vista eleitoral. E nesse sentido as ações destas organizações por excelência, os piquetes, seriam levadas a cabo com finalidade e interesse político-eleitoral em oposição ao que deveria ser a real necessidade deste setor empobrecido. O caráter político destas manifestações recebe, nessa forma de enquadramento, uma conotação negativa na medida em que é contraposto aos objetivos e atores genuínos: setores pobres com necessidades pontuais urgentes e imediatas. Esse enquadramento pode ser notado nas seguintes falas do Ministro do Interior, em entrevista ao jornal Página/12, que assinalam o caráter político de algumas organizações. Note-se que ao fazê-lo ele também ressalta a diferença entre as diversas organizações de desempregados, o que pode ser entendido no marco de uma política que leva à fragmentação do movimento piquetero:

Há tipos que protestam por um tema pontual: falta de trabalho, medicamentos, etc. Mas há outros aos que politicamente os serve o quilombo pelo quilombo em si¹⁶¹. Eu o que digo é que os que estão dispostos a aceitar uma colaboração do Estado para ir morigerando os conflitos vão encontrar soluções: cooperativas de trabalho, participação em planos de moradia, etc, etc. (Anibal Fernandez, Página/12, 27/11/03)

Me refiro aos tipos que estão vocacionalmente ligados a um partido. E o protesto está ligado a seu protesto do partido e não ao reclamo formal. Falo do Polo Obrero, MST, para dar dois exemplos, Eles se apresentam em eleições e as pessoas não votam neles. Não estão legitimados (Anibal Fernandez, Página/12, 27/11/03)

Há grupos ligados a estruturas políticas, o Partido Obrero, Izquierda Unida, MST, PCR, que tiram disto uma sorte de vantagem político eleitoral (Anibal Fernandez, Página/12, 13/12/03)

¹⁶¹ Quilombo na Argentina tem um significado distinto ao conhecido no Brasil. É utilizado para se referir a algo que seja uma bagunça, desorganização, baderna, etc.

Essa forma de enquadrar as organizações de desempregados está presente também nas qualificações feitas presidente Kirchner e pelo Chefe de Gabinete e transcritas abaixo:

Quando os dirigentes destes setores vão às eleições, conseguem 2 por cento, 1 por cento dos votos, com sorte, em todo o país (Nestor Kirchner, Página/12, 11/12/03)

São setores político-partidários que dificilmente querem escutar nossa opinião (Alberto Fernandez, Página/12, 22/6/04)

A segunda direção que toma o enquadramento dos protagonistas das ações de protesto é a qualificação dos piqueteros como um setor rechaçado pela sociedade, isolados e de importância reduzida. O que guarda relação também com a divulgação dos resultados da pesquisa e com o enquadramento dado ao método de protesto destes grupos, como visto acima. Os seguintes enunciados são exemplos desse tipo de qualificação:

Piqueteros devem dar-se conta do nível de rechaço social que estão experimentando. Esperamos que nada aconteça, que haja tranquilidade e confiamos que tenham presente a solidão em que ficaram (Alberto Fernandez, Página/12 19/2/04)¹⁶²
Um grupo residual que se concentra no microcentro portenho e que alguns meios de comunicação amplificam (Carlos Kunkel, Página/12, 18/8/04)¹⁶³

No tocante à representação dada à reação do Estado em relação aos piqueteros pode-se observar três orientações principais. Em primeiro lugar se dá um repetido destaque à prioridade dada ao governo à questão do desemprego e à recuperação da economia:

O governo colocou o emprego no centro de suas decisões. Se avançará no investimento em obras públicas e moradias como um dos mecanismos mais rápidos, ativos e concretos para lograr trabalho formal (Carlos Tomada, Página/12 5/11/03)¹⁶⁴

A vocação do governo é seguir trabalhando sobre as causas que motivam as reações para fazer-las desaparecer (Anibal Fernandez, Página/12, 22/11/03)

A segunda orientação envolve o destaque dado à política de não repressão. Cumpre observar que essa postura é fundamentada e guarda relação com a retórica mais ampla de

¹⁶² Enunciado emitido pelo Chefe de Gabinete em ocasião da divulgação de plano de cortes do BPN.

¹⁶³ Subsecretário Geral da Presidência.

¹⁶⁴ Ministro do Trabalho.

defesa de direitos humanos. Alguns exemplos dessa forma de qualificação da reação para com os piqueteros podem ser observados abaixo:

A filosofia do governo não é reprimir, mas sim a paciência e definir que se vai atacar a causa tratando de morigerar os problemas sociais para que desapareça a emergência (Aníbal Fernandez, Página/12, 6/11/03)

Temos uma política definida que não dá resultados imediatos mas sim a médio prazo. Nós não vamos reprimir. Nos está claro que com paus e correndo com as pessoas pelas ruas não se consegue nada (Aníbal Fernandez, Página/12 27/11/03)

Nós preferimos não reprimir e não ter mortos, feridos e sangue. Preferimos continuar atacando as causas para que desapareça o efeito (Aníbal Fernandez, Página/12 30/11/03)

Não vamos reprimir nunca com paus. Não quero criminalizar o protesto, porque esse é um caminho sem retorno. Mas quando eles o judicializarem, terão que aceitar as conseqüências (Nestor Kirchner, Página/12, 26/10/03)

Ante o protesto social não se pode ter uma política de repressão selvagem e tampouco uma de inação, mas entre uma e outra há um amplo arco. Uma coisa é o protesto legítimo e outro é o delito (Horacio Rosatti, Página/12, 27/7/04)¹⁶⁵

Nas duas últimas afirmações é possível notar um delineamento ou um limite em torno da postura de não repressão. Isso se traduz em concomitantes re-afirmações da postura de não repressão física e menções aos constrangimentos legais como limites para o protesto. Algumas das alusões aos constrangimentos legais como forma de fundamentar e justificar a reação do Estado podem ser vistas nos seguintes enunciados:

Quando se tomam atitudes destas características, é justo que o Estado exerça a autoridade que lhe confere a decisão popular. Com o Código Penal nas mãos há que fazer sentir a autoridade a quem está se equivocando de caminho (Aníbal Fernandez, Página/12, 26/10/03)¹⁶⁶

É muito fininho o fio que separa o que seria o artigo 194 do Código Penal, que sanciona a aquele que interrompe a via por onde passa um transporte público e o artigo 14 da Constituição sobre peticionar ante as autoridades. Mas temos bem arraigada a bússola, temos bem claro aonde vamos, nos dê tempo. Há que pedir compreensão às pessoas (Aníbal Fernandez, Página/12 27/11/03)

Se algum destes manifestantes protagoniza desmandes há que sancionar-los como marca o Código Penal, não há que ter meias tintas. Do contrário estaríamos fazendo uma política piquetera (Aníbal Fernandez, Página/12 30/11/03)

Outro fundamento para a qualificação da reação do Estado é a justificativa de garantir o funcionamento normal da vida no país, o que se contrapõe ao que teria sido o período de

¹⁶⁵ Ministro da Justiça.

¹⁶⁶ Refere-se à ação de bloqueio do Ministério do Trabalho.

2001 e 2002. Esse discurso de volta à normalidade também é apontado por Svampa (2008) como componente de uma política anti-piquetera por parte do governo Kirchner. Note-se que esse enquadramento da reação do Estado a partir da justificativa da volta à normalidade é respaldado pelo sucesso da política econômica que permitiu a saída da crise e a redução do desemprego. Respaldado de tal forma a ponto de se tentar justificar, em um momento, a proibição de manifestações em lugares de significado histórico como a Plaza de Mayo¹⁶⁷.

A seguinte fala do Ministro do Interior em ocasião de uma ação da força policial que impediu o corte da Puente Pueyrredón – lugar que desde junho de 2002 adquire importância simbólica e é chave para as manifestações das organizações piqueteras, como veremos nas representações dos participantes do bloqueio em 26 de junho de 2002 – é elucidativa desta forma de enquadramento da reação do governo:

A ponte não se corta mais, temos que recuperar pacientemente a vida normal dos argentinos (Anibal Fernandez, Página/12 17/11/04)

Também o são as falas do mesmo representante sobre a proibição de manifestações na Plaza de Mayo sem prévia autorização.

Tomaram a Plaza de Mayo como um camping e produziram todo tipo de tropelia a um lugar que pertence a todos (...) Cada manifestação à Plaza de Mayo deve pedir autorização correspondente (Anibal Fernandez, Página/12 4/9/05)

A seguir veremos como essas reações por parte do Estado foram representadas pelas organizações de desempregados. O faremos a partir do contraste entre os qualificadores utilizadas pelos governos para enquadrar as ações, os agentes e a reação ao protesto e os qualificadores utilizadas pelos próprios membros das organizações para se representar essas mesmas categorias.

¹⁶⁷A Plaza de Mayo está dividida por grades (*vallas*) altas de ferro cujo propósito é impedir a passagem e a aproximação de manifestantes. Há grades instaladas de forma permanente também em torno da Casa Rosada, do Congresso e de outros prédios públicos.



Foto 13: *Vallas* em Buenos Aires
Fonte: Pagina/12 (23/07/04)



Foto 14: *Vallas* Plaza de Mayo
Fonte: IndyMedia (20/08/03)

4.2.2 Representações Piqueteros

O *corpus* para a análise das representações do movimento piquetero é composto por: i) respostas às entrevistas realizadas com referentes das seguintes organizações: FTV, CCC, Barrios de Pie, MTD Aníbal Verón, Frente Popular Darío Santillán (que compunha o MTD Aníbal Verón até 2004) e Polo Obrero, realizadas entre setembro e outubro de 2008; ii) enunciados emitidos por outros referentes destas mesmas organizações e publicados nos jornais La Nación e Página/12 entre 2000 e 2005. A análise deste *corpus* foi feita seguindo-se os mesmo critérios utilizados na análise do *corpus* para o MST e a discussão será feita levando-se em conta as quatro categorias delimitadas: qualificação da ação de protesto (cortes de rodovias); qualificação e auto-definição do próprio lugar ocupado pela organização no campo do movimento piquetero mais geral; qualificação da relação com o Estado.

No tocante à representação do piquete como forma de ação cabe observar que ao longo do período observado esse repertório de ação passa por um processo de ascensão e ganha maior visibilidade na medida em que começa a ser realizado repetidamente e de forma massiva no *Comurbano Bonaerense* (Delamata, 2004). Em 2002 se estabiliza como um repertório rígido e estável, de acordo com os termos de Tilly (2006), na medida em que é a forma de reivindicar a qual se espera que se vá repetir quando da apresentação das mesmas demandas (planos sociais e postos de trabalho) em outras ocasiões. E depois a partir de 2004 começa a passar por um processo de redução tanto da massividade como da eficácia. E, nesse sentido, nas entrevistas, que foram realizadas em 2008, estão presentes representações *a posteriori* de todo esse processo, com certa carga de reflexão e autocrítica.

Os momentos referenciados pelos entrevistados como mais marcantes em termos de ações de protesto remetem ao período de 2001 e 2002, de ascensão dos piqueteros como atores centrais no campo de protesto e da afirmação dos cortes de rota como repertório rígido. Note-se que esse processo está diretamente relacionado à ação do Estado, como vimos anteriormente na questão distribuição de planos, o que aparece nos relatos que remetem a esse período. As narrativas retomam a duas ações de protesto para representar os momentos mais marcantes para as respectivas organizações. De um lado os cortes de maio de 2001 em *La Matanza*, que é referenciado como o momento mais marcante nas narrativas dos líderes da FTV e da CCC. De outro lado a ação de bloqueio da Puente Pueyrredón em junho de 2002, juntamente com os outros acessos à capital Buenos Aires, é retomado em todas as outras narrativas como ponto referencial em termos de ações de protesto mais marcantes.

No primeiro caso podemos observar que as narrativas diferem na forma de representar o momento do corte em *La Matanza*. No relato do referente da FTV ela adquire uma tônica mais personalista e anedótica:

Creio que o mais definitivo foi o *matanzazo*. Até o *matanzazo*, que é em maio de 2001, todas as ações sucediam longe de Buenos Aires. Havia piquetes, mas havia piquetes em Tartagal, Mosconi, Salta, Cutrál C , Plaza Huincul, Neuquén. Mais de 1.500 quil metros. Em contrapartida, a mim me toca liderar o *matanzazo*. Que é o primeiro grande piquete urbano, com umas 15 mil pessoas cortando rodovias no partido de *La Matanza*. Foi entre a FTV e a CCC. Foi o primeiro episódio a 20 quil metros da *Plaza de Mayo*. E comoveu a Argentina, e se ganhou. Porque até agora Mosconi, Tartagal, Plaza Huincul, Cutr l C , todas as rotas terminaram em repressão e morte, ao contrário aqui ganhamos, e obtivemos um convenio de 25 milhões de dólares (Luis D’Elia)¹⁶⁸

Ao passo que no relato do líder da CCC a relevância desta a o é representada ressaltando-se a capacidade de coordena o com outros setores:

Foi para nós a experiência grande foi em maio de 2001 onde cortamos a rodovia e fomos viver na rodovia por 18 dias. Com distintos setores. Onde nunca se conseguiu até agora, tampouco, o que nós o chamamos de contrato social. Contrato social, o que significava: que estavam contemplados todos os setores, profissionais da saúde, docentes, universitários, comerciantes, pequenas empresas, desocupados, trabalhadores. Onde se firmou um convenio com o governo nacional provincial e municipal que contemplavam todas as partes, e com um acordo de todos os setores de que nenhum se ia da rodovia por mais que se houvesse acordado como setores. Se não acord vamos todos, não nos f mos nenhum. Nunca se logrou, até agora não se voltou a repetir, essa conquista desse momento. Na qual se conseguiu incluso a liberdade de um preso político. Isso foi para nós um feito de como chegamos a 2001 e como foi depois de 2001 (Juan Carlos Alderete)¹⁶⁹

O outro momento remetido nas narrativas dos representantes das demais organiza es como o ponto mais marcante foi o corte dos acessos à capital em junho de 2002. Embora, diferentemente da a o coordenada em *La Matanza*, esta a o foi respondida com repressão, e não com negocia o. Não obstante esse é justamente o ponto ressaltado nas narrativas para enfatizar a importância da a o. A resistência   repressão e os assassinatos são, nesse sentido, representados de forma a ressaltar a “dureza” ou a coragem dos que participaram da a o. Isso pode ser observado na narrativa de membro do MTD Aníbal Verón, que primeiro destaca a importância e o significado do Puente Pueyrredón, referindo-se a um dos primeiros cortes nesse local. E em seguida retoma ao corte de 2002 como um “jornada histórica”, ressaltando-se o momento de resistência   repressão:

¹⁶⁸ Entrevista realizada em Buenos Aires em 7/10/2008

¹⁶⁹ Entrevista realizada em La Matanza em 3/10/2008.

Um lugar nevrálgico da Capital Federal, que é o Puente Pueyrredón, em Avellaneda, na saída da Capital Federal, logo de cruzar para o lado de Avellaneda, lugar histórico da classe operária, das lutas operárias... Cortamos o Puente Pueyrredón, porque se você olha geograficamente, em volta da Capital Federal há vários lugares que estão atravessados por rios, canais, que vão desembocar no rio de La Plata. Então tem que haver pontes. Então se você cortar uma só ponte paralisa 20 ou 30% da circulação na Capital Federal. A Capital Federal, a diferença de Bolívia e Brasil, é “o” grande centro urbano, há outros centros urbanos grandes, mas não há comparação com o que é a Capital Federal. (...) Então qualquer coisa que passa aqui é a nível nacional, a diferença do que passa no interior. Bom, então cortamos aí, este circuito do Puente Pueyrredón, que sai para o lado de Avellaneda. E foi uma das primeiras vezes que o cortamos na totalidade, para sair em apoio ao rechaço contra a repressão que tinha havido em Tartagal e que tinham matado Aníbal Verón. Isso foi em 2000. (...) Em 2002 cortamos o Puente Pueyrredón, em uma jornada histórica, em 26 de junho de 2002, onde enfrentamos – que queria nos impedir de fazer o corte – enfrentamos a polícia. E matam Dario Santillán e Maximiliano Kosteki (Rodrigo Segovia)¹⁷⁰

O seguinte relato de um membro do Frente Popular Darío Santillán, que então compunha o MTD Aníbal Verón, também faz uma representação do corte em Avellaneda em 2002 destacando-se a resistência à repressão e a ousadia da ação como pontos determinantes:

O Aníbal Verón foi como levando a um processo de radicalização que fez que, por exemplo, junto com outros grupos como o Teresa Rodríguez, em algum momento se bloqueie todos os acessos da Capital Federal. Essa foi uma aposta em determinado momento, que nenhum grupo até o momento se havia atrevido a realizar. De pensar os cortes desde o interior dos bairros à zona central. (...) Mas o pico máximo disso foi o 26 de junho de 2002, no massacre de Avellaneda. Onde a maioria desses grupos mais radicalizados ante uma ameaça do governo de não permitir os cortes de rodovias, desafiam essa ameaça e saem a cortar a rodovia, os reprime, respondem à repressão... Enquanto grupos como a CCC e a FTV diretamente não saíam a cortar a rodovia (Mariano Pacheco, 27/09/03)¹⁷¹

Essa ação também é retomada pelos referentes de outras organizações que participaram não diretamente do corte ao acesso por Avellaneda, mas da ação coordenada do corte de outros acessos. Nesse caso cabe observar a narrativa do representante da organização Barrios de Pie, que também representa a importância da ação partir da menção à repressão.

Com uma série de piquetes aqui e em um montão de cidades do interior do país chegamos ao 26 de junho de 2002. Em 26 de junho de 2002 há uma mobilização muito significativa dos setores piqueteros em todo o país e aqui no *Conurbano Bonaerense*. Estabelecemos três cortes dos acessos principais à capital federal nesse dia. Na zona norte, Panamericana em General Paz, no oeste a rota 3 em General Paz

¹⁷⁰ Entrevista realizada em Buenos Aires em 26/09/2008

¹⁷¹ Entrevista realizada em Buenos Aires em 27/09/2008

e no Puente Pueyrredón na zona sul. Eles aí já tinham uma decisão de repressão. Eles vinham propondo que podiam controlar o conflito social a fogo e sangue. E bom, assim que, matam os meninos aí, do MTD Aníbal Verón na Ponte Avellaneda, 26 de junho (Roberto Baigorria)¹⁷²

E por último, na narrativa do representante do Polo Obrero também é possível observar a menção à repressão como parte fundamental da representação.

Ações de luta que foram históricas. Uma das que pode ser mais anedótica ou que mais crise política teve foi o corte de 26 de junho de 2002, logo de uma assembléia nacional de trabalhadores que votou um plano de luta com uma quantidade muito grande de organizações. Algumas das quais estão apoiando ao governo, que desviaram sua política e hoje não são independentes do governo e dos setores patronais. Essa jornada foi um corte que onde se sitiou a capital federal e por uma repressão policial morreram Kosteki e Santillán. Nós sabíamos que 26 de julho de 2002 ia haver repressão. O tínhamos muito claro. No entanto resolvemos realizá-lo assim mesmo (Massimiliano Martin)¹⁷³



Figura 15: Corte do *Puente Pueyrredón*
Fonte: Pagina/12 (21/11/02)

Um ponto relevante a ser destacado nestas representações dos momentos e ações de protesto mais marcantes é que elas constituem parte das narrativas que conformam a identidade destas organizações. E nesse sentido destaca-se o repertório de ação como parte

¹⁷² Entrevista realizada em Buenos Aires em 10/10/2008.

¹⁷³ Esse relato e os dois anteriores são fragmentos das respostas à pergunta “Como você avaliaria as ações de protesto levadas a cabo pela organização em termos de combatividade?”

ativa na constituição das identidades dos atores. E esse processo de “construção de um nós” é feito também através da representação da alteridade em relação às outras organizações, tanto no que se refere às diferenças nas formas de ação de protesto, como também no tocante às diferenças na forma de se relacionar com o Estado.

Em termos da auto-definição a partir da forma de protestar cabe observar que as organizações reivindicam diferenças nos métodos de realizar piquetes, que são representados como características das próprias organizações. Nesse sentido podemos destacar dois tipos de cortes de rodovias reivindicados nas representações das organizações aqui analisadas. As organizações mais “moderadas”, menos “duras” ou mais “institucionalizadas” – conforme com o critério que se utilize para classificar-las – que seriam a CCC e a FTV, reivindicam a realização de cortes parciais e massivos. Parciais no sentido de se bloquear apenas uma pista da rodovia, deixando uma passagem livre e não trancando completamente o tráfego, apenas atrasando-o. Do outro lado estariam os cortes totais, no qual a via é completamente trancada e não se deixam pistas livres. Este tipo de corte aparece relacionado às organizações mais “duras” ou “radicalizadas” o que compreende todas as outras organizações do espectro aqui estudado¹⁷⁴. Note-se que isso não significa que a FTV e a CCC não tenham realizado cortes totais ou que as organizações mais “duras” não tenham realizado cortes parciais. O que estamos dizendo é que a primeira forma é geralmente reivindicada pelo primeiro grupo de organizações em oposição às ações dos demais grupos. E estes por sua vez representam as diferenças em relação aos dois primeiros a partir, dentre outras coisas, da forma de ação de protesto.

As qualificações do tipo de ação de protesto como elemento identificador e ao mesmo tempo diferenciador de determinada organização, quando contrastados com formas utilizadas por outros grupos, podem ser observadas nas seguintes falas do referente da FTV:

Aqui há grupos que o primeiro que fazem é o conflito. Nós não. Nós fazemos todo o recorrido peticionamos, uma vez, duas vezes, três vezes, se não nos escutam fazemos algo de imprensa, se tampouco não escuta, fazemos alguma ação parcial em

¹⁷⁴ Com relação à organização Barrios de Pie cumpre observar que após a incorporação ao governo (2004), começa a haver uma re-avaliação do piquete como forma de protesto. Isso é visível nas seguintes falas: “Nós não renegamos um corte de rodovia ou a ocupação de um edifício, mas neste marco, não são válidos estes instrumentos em qualquer tempo ou circunstância” (Jorge Ceballos, Página/12, 21/12/04); “Temos um parâmetro de não isolar-nos da sociedade. Parece-nos que há que saber medir a combatividade em função de não gerar rechaço tampouco a outros setores sociais. Porque é pouco inteligente que nós tenhamos uma opinião fixa de nossas próprias reivindicações e que por sua vez geremos isolamento a respeito de outros setores sociais” (Roberto Baigorria). E também uma redefinição da própria posição da organização no espectro mais amplo de organizações piqueteras: “Durante o último período nós estivemos entre os mais combativos, entre os duros. O que passa é que dentre os piqueteros duros nós fomos os que optamos por uma visão de projeto nacional com Kirchner” (Roberto Baigorria).

algun lugar. E se seguem sem nos escutar... Ou seja, quando chegamos ao conflito final vamos carregados de legitimidade e razão (Luis D'Elia)

Aqueles setores que realizam planos de luta que resultam funcionais à direita e enfrentam os trabalhadores com o povo se equivocam (Luis D'Elia, Página/12, 14/2/03 D'Elia)

Esse tipo de qualificação da ação também pode ser observado nas duas falas seguintes do referente da CCC. A primeira se refere aos cortes totais realizados por organizações que participaram na Primeira Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados, mas que divergiram quanto às formas de realizar os cortes. A segunda se refere às orientações dadas às próprias representações da organização em outras províncias.

Estes companheiros se equivocam. Eles crêm que a força se demonstra ao cortar uma ponte com 100 companheiros e que incomodam 200 mil pessoas. Nós, diferentemente, cremos que a dureza está na massividade dos protestos (Juan Carlos Alderete, Página/12, 4/8/01)

Estamos comunicando com os companheiros do interior para que sejamos precisos na modalidade, para que deixemos passagens alternativas, porque não é um corte de rodovia contra a sociedade. O que têm trabalho devem seguir tendo-o, por isso dizemos que não há que prejudicar aos que têm a sorte de seguir trabalhando (Juan Carlos Alderete, La Nación 30/7/01)

No relato seguinte está presente, além da delimitação da forma de corte como característica definidora da organização, a justificativa para a adoção desta forma específica de ação:

Nós a princípio, produto dos erros que cometemos também no princípio. Quer dizer, quando cortávamos uma rodovia e não deixávamos passar a ninguém. Não nos dávamos conta que nesse momento os que tinham sorte de trabalhar perdiam o premio, não chegavam ao trabalho, tinham que caminhar muitas quadras para poder dar a volta e conseguir transporte. Não nos dávamos conta, pensávamos que isso era dureza. E o fazíamos com poucos companheiros. Depois nos dávamos conta de que a dureza estava na massividade. A dureza está em como é a relação com a outra parte da sociedade. E desde aí começamos a ter uma política inclusive com a classe media (Juan Carlos Alderete)

Assim como na segunda fala de D'Elia, neste último enunciado está presente o fundamento central para a adoção desta forma de ação, qual seja: a necessidade de não causar um dano tão grande a ponto de gerar um rechaço por parte dos outros setores sociais. Essa preocupação em preservar a simpatia dos outros setores sociais, juntamente com a postura de

negociação com os respectivos governos, confluíram para enquadramento destas organizações como setores “brandos” ou “mais propensos à negociação”.

A auto-definição a partir da referência às diferenças nas formas de ação de protesto também pode ser observada nas representações de organizações do outro lado do espectro:

O que diferenciou, por exemplo, o Aníbal Verón, que foi um dos grupos mais importantes que conformou o Frente, justamente foi essa imposição à radicalidade, enquanto havia setores como a CCC, a FTV que se organizavam mais no marco de estruturas tradicionais políticas, sindicais, e faziam grandes mobilizações, e cortes de rodovia em um lugar como La Matanza, e bom, ficavam na rodovia como com um acampamento por muito tempo, mas só aí nessa zona distante de La Matanza... (Mariano Pacheco, 27/09/03)

Um outro elemento característico do repertório de protesto desta organização, e que constituía também um dos elementos de sua própria identidade naquele período é a utilização de paus e *capuchas*¹⁷⁵. A referência a esses elementos como parte conformativa do repertório e da identidade do Aníbal Verón está presente nos seguintes relatos:

Nós costumávamos nos mobilizar com paus e *capuchas*. Nos primeiros anos saíamos a trompar¹⁷⁶ para cortar a rodovia. Porque não era uma prática instalada. Então se tinha que trompar com a polícia para poder chegar na rodovia. Então havia todo um sistema de resistência. Havia paus, capuchas. As capuchas eram para que não te reconhecessem e a polícia te fosse a buscar no bairro quando estivesse sozinho. No meio da repressão não te faziam nada, mas depois te iam buscar. E o pau era para conter os carros para que eles não se metessem dentro da coluna, porque se faziam cortes totais por muitos dias. (Rodrigo Segovia, 26/09/03)

Há material de arquivos fotográficos e de vídeos. Por exemplo, a armação de barricada e os cortes de rota, os grupos de segurança com a cara tampada, paus. Ante situações de repressão a disposição a enfrentarem-se as forças repressivas, e não de esconder-se (Mariano Pacheco, 27/09/03)

¹⁷⁵ Pano ou gorro utilizado para tampar o rosto nas manifestações.

¹⁷⁶ Topar, chocar, golpear.



Foto 16: *Capuchas*

Fonte: Pagina/12 (26/10/03)



Foto 17: *Capuchas e paus*

Fonte: CTD Aníbal Verón

Outros setores fazem uma qualificação diferente e mais negativa destes elementos como parte do repertório de protesto, o que implica também na delimitação de sua própria posição no campo piquetero a partir dos repertórios de ação. Isso é visível no caso do relato de referente do Polo Obrero:

Somos uma organização combativa. Não somos de andar mostrando os dentes, no sentido de que há outras organizações que saem com a cara tampada, andam com paus de metal. Nós não temos essa política. Um que vamos com a cara descoberta,

somos trabalhadores honestos que não temos que ocultar-nos de nada.
(Massimiliano Martin)

Ainda que logo em seguida o entrevistado ressalta o caráter combativo da organização em termos do enfrentamento com as forças repressivas:

A nível de enfrentamento físico, em muitas oportunidade tivemos que enfrentar-nos com o aparato repressivo. Se é nesses termos, em uma porcentagem pequena, mas pela quantidade de mobilizações seria bastante alto, que tivemos que enfrentar a repressão do Estado. E depois quando o Estado nos quer reprimir, nos fazemos o que consideramos necessário para garantir a segurança dos companheiros. Somos uma organização de combate. Inclusive o Polo Obrero tem seu fundador que é o Partido Obrero. O Partido Obrero é um partido de ação, é um partido de combate, combate contra a burocracia sindical, contra o aparato repressivo do Estado, combate contra os atropelos das patronais. E nosso método não é somente a denuncia política, mas se considerarmos necessário vamos a um enfrentamento físico, se há que ter-lo
(Massimiliano Martin)

Note-se que ao longo do período analisado a utilização de paus e *capuchas* como parte do repertório das organizações “mais combativas” vai sendo re-significado e, à medida que o movimento piquetero vai perdendo o apoio e ganhando o rechaço da sociedade a utilização de paus e capuchas como parte do repertório vai recebendo certo grau de auto-crítica¹⁷⁷:

Na luta, a resposta que demos foi tirar a capucha, porque nos dávamos conta de que principalmente a burguesia urbana e quase todos se assustavam com isso, porque nos tachavam de delinquentes. E em vez de fazer cortes totais deixamos pistas alternativas, para não molestar a quem vai a seu trabalho (Rodrigo Segovia)

Este último fragmento, que constitui parte da resposta à pergunta sobre como a organização tem reagido à política do Estado em relação às ações de protesto, também aponta para um outro processo que caracterizou a maioria das organizações piqueteras no período de 2000 e 2005: a percepção da necessidade de mudança nas formas materiais de protesto e na concomitante justificativa desta mudança. Note-se que a necessidade de mudança é relacionada não só com o rechaço da sociedade, ela também é enquadrada como resultado da política do governo Kirchner. Com efeito, há ao mesmo tempo representações que atribuem a culpa do rechaço social em relação ao piquete como repertório de protesto às ações das próprias organizações; e representações que remetem à ação e à política do Estado para

¹⁷⁷ Além da criação de constrangimentos legais para sua utilização com o Código Contravencional para a cidade de Buenos Aires.

identificar as causas de tal rechaço. Como exemplos da primeira forma de enquadramento podemos citar as seguintes falas:

Cansamos as pessoas com a nossa luta, havia cortes por todos os lados o tempo todo. As pessoas já não agüentavam mais, queriam trabalhar porque viam que estava se recompondo a economia. Então nós saturamos o piquete. E o Puente Pueyrredón foi exemplo disso, que o governo soube utilizar muito bem (Rodrigo Segovia)

Uma das grandes repercussões de todo esse último período. Foi, por exemplo, compreender que a dinâmica que permitiu crescer e um momento já não servia mais para esse momento. Mas os movimentos a medida que seguiam convocando a cortes de rodovia para *pelear*¹⁷⁸ por reivindicações que tinham a ver com o *comedores*, com os planos de emprego e na medida em que se seguia com essa política, o que se passava era que se produzia um desgaste, cada vez havia menos gente, cada vez se conquistava menos coisas. Havia que mudar a dinâmica por outra que poderíamos denominar como mais “cinza”, que dê mais ênfase ao cotidiano e trabalhos internos (Mariano Pacheco)

A direita, alguns setores da imprensa e o governo busca isolar-nos do resto da sociedade. Nós ajudamos neste isolamento com erros próprios, demos espetáculos lamentáveis com nossas divisões, saturamos a opinião pública com um montão de cortes desorganizados. Com o convênio tratamos de nos aproximar da sociedade (Juan Cruz Daffuncho, Página/12, 27/10/04)¹⁷⁹

Pode ser que haja muito alento da imprensa e de alguns setores pedindo repressão, mas considero que não temos que abusar dos cortes porque as pessoas se saturam (Juan Cruz Daffuncho, Página/12, 19/2/04)

Nós e eles tivemos uma baixa na combatividade em termos gerais durante o período desse governo. Porque houve *peleas* mais pontuais, particulares e não houve tanto consenso em uma sociedade que crescia e que se via a olhos vistos que havia melhorias. Não havia consenso para que você levasse a cabo cortes de trânsito, cortes de rodovias. Te gerava mais prejuízo que benefício, sua força diminuía se levasse a cabo isso (Roberto Baigoria)

Nas seguintes narrativas o rechaço aos piquetes como forma de ação de protesto é representado também como resultado de uma política do governo Kirchner:

Mudou muito o humor das pessoas com respeito às mobilizações e os piquetes. Em um princípio, quando o movimento piquetero surgiu com muita força na Argentina havia uma grande simpatia da classe média que havia sido golpeada muito duramente pelo *corralito*. Muita gente havia ficado sem trabalho. Muitos setores médios apoiavam e mostravam uma grande simpatia pelo movimento piquetero, pelos cortes de rodovia. Logo o governo seguiu uma política de uma campanha anti-piquetera muito grande. Obviamente tendo o controle dos meios, imprensa, televisão, jornais impressos. Tudo ao contrário da capacidade que tem a classe operária de tratar de impor uma linha política, lograram revertê-lo, em certa medida, essa situação de simpatia que havia aos setores mais despossuídos e organizados.

¹⁷⁸ *Pelea*: combate, batalha, contenda, esforço para fazer algo. *Pelear*: lutar para conseguir uma coisa, brigar combater, contender (Diccionario de la Lengua Española, 2001)

¹⁷⁹ Se refere a uma acordo com a associação de comerciantes de Avellaneda para que o corte da Puente Pueyrredón em memória dos assassinatos de Kosteki e Santillán seja feito em apenas metade da pista.

Mas quando a crise econômica aumenta, se nota que de certa maneira grande expressões de mal-humor, enojo, pelo tema dos cortes, vão passando. Mas sim houve uma mudança de humor. Antes era muitíssimo mais a quantidade de gente que respondia com uma simpatia, com alguma solidariedade aos movimentos de luta. (Massimiliano Martin)

Se repete o que já passou em outras oportunidades, há campanha para nos enfrentar com a classe média. E em um setor da classe média a ofensiva gerou opinião. Obviamente que qualquer protesto prejudica a um terceiro, por mais mínimo que seja, mas nós tratamos de prejudicar o menos possível (Juan Carlos Alderete, Página/12, 22/7/04)

O que faz no período de 2004 o governo de Kirchner, o que abre é um momento político onde esses mesmos métodos de luta entram em crise. Fundamentalmente porque começam a ser deslegitimados ante a sociedade. Como que no período entre 2000 e 2003 esta bem visto que as pessoas protestem, que haja exigências. E bom, se bem incomodam a circulação muitas vezes, se entendia como parte de uma crise na Argentina. O que sucede a partir de 2004 é que começa a haver um imaginário social integrado, que como a Argentina começa a recuperar-se da crise, se há causado certa normalidade institucional, então bom, esse tipos de ações começam a perturbar essa normalidade querida (Mariano Pacheco)

Note-se que nesta última fala aparece uma menção ao argumento da normalidade, que faz parte da retórica do governo Kirchner. Nesse caso o interlocutor atribui a crise dos piquetes como método de protesto a um imaginário coletivo formado a partir da constatação desta situação de normalidade. E nesse sentido a política do governo não somente em relação às organizações de desempregados, mas também de modo mais geral, é representada como eficaz no sentido de desmobilizar o movimento piquetero. Essa forma de enquadramento aparece também em narrativas que retomam o tema econômico, como, por exemplo, na fala do representante do Polo Obrero, que enquadra o processo a partir da orientação trotskista da organização:

Durante esses anos e até 2005-2005 tivemos uma grande capacidade de mobilização. Com a chegada de Nestor Kirchner houve um processo de recuperação capitalista, recuperação econômica, mas de caráter capitalista. Onde não se solucionaram os problemas para a classe operária, mas sim houve uma grande quantidade de ingressos ao lugar de trabalho, a fábricas, escritórios que foram reativados por esse processo de recomposição. Onde muitos companheiros que eram desocupados passaram a trabalhar em condições de super-exploração, flexibilizadas. No quadro desta recuperação de caráter capitalista. (...) a classe operária conseguiu mais trabalho, mas com um grau alto de flexibilização, em negro, sem os benefícios sociais que tem um trabalhador em *blanco*. E obviamente tudo repercutiu também com a capacidade de mobilização (Massimiliano Martin)

A mesma referência à política econômica de Kirchner na representação das causas da crise do repertório utilizado pelas organizações de desempregados está presente na narrativa do referente do Barrios de Pie. Contudo, e na medida e que essa organização está atualmente

incorporada ao governo, a referência ao tema econômico se dá a partir de um viés mais positivo, assumindo quase a forma de uma justificativa mais do que a identificação de uma causa. Note-se que aqui há também uma incorporação da forma de enquadramento utilizada pelo Estado para qualificar o piquete, qual seja: de que ele não é mais justificável a partir do momento em que há uma melhora econômica e nos níveis de desemprego:

Depois de 2004 quando a melhora econômica era mais visível, se nós continuássemos com os cortes de rodovia, que incomodavam as pessoas que iam ao trabalho, já nos produzia um enfrentamento e um distanciamento essas coisas. Por isso mesmo, na realidade é a melhora econômica, que por sorte chegou, provocou uma baixa do conflito social tanto pela magnitude da reivindicação, como porque se você insistia pelo mesmo caminho... (Roberto Baigorria).

Ambas as representações da crise do piquete como forma de ação de protesto eficaz para as organizações de desempregados – tanto a que identifica as causas nas ações das próprias organizações, como a que identifica as causas na política do governo Kirchner – têm implicações mais profundas para a própria definição da identidade destas organizações. Isso se traduz nas tentativas de se desvincular da identidade “piquetero”, ou de desfazer o vínculo que se havia criado desde a década de 90 entre a forma de ação piquete e as organizações de desempregados, reafirmando-se o caráter deste repertório apenas como uma forma de ação e não como um referencial identificador. Nesse sentido, nas narrativas estão presentes representações do piquete como uma forma histórica de luta do movimento trabalhista argentino, e, portanto identificado com essas origens, mais do que com os autodenominados piqueteros que cortaram rodovias em 1996 e 1997 em Salta e Neuquén. E que, como apontam Svampa (2008) e Delamata (2004), constituíam a narrativa identitária do piquete, ou o “mito de origem” na terminologia de Melucci (1996).

Algumas das representações do piquete que o reivindicam como forma de ação histórica do movimento operário argentino, desvinculando-o, portanto do movimento piquetero, podem ser vistas nos fragmentos abaixo transcritos das entrevistas.

O piquete não o inventamos nós, os cortes de rodovia não os inventamos nós. O movimento piquetero é um método histórico da classe operária, a assembléia, o cortes de rodovia, os bloqueios, ou seja, é algo que não é uma invenção do *argentinazo*. Mas sim uma expressão e um método de luta da classe operária, histórico (Massimiliano Martin)

O piquete que, no movimento operário argentino tem um a rica tradição, por mais que alguns dirigentes sindicais reneguem os piquetes. Porque alguns dirigentes sindicais que entendo que são grandes empresários hoje renegam os piquetes. Se esqueceram que há uma rica tradição do movimento operário na Argentina, de sua

história, dos piquetes. O piquete é uma metodologia, nada mais, que tem um setor principalmente imposto pelos trabalhadores do início do século (Juan Carlos Alderete)

Nota-se nessa última narrativa, além do estabelecimento de uma relação entre o piquete e o movimento operário do início do século, há uma representação do piquete como metodologia de ação e “nada mais”. A mesma representação está presente na seguinte narrativa de membro do MTD Aníbal Verón:

Nós cremos que não é a única forma de luta o piquete, é um método de luta. Mas não é isso o que nos define, ou só o que fazemos e nada mais. Então dizer piquete, e tomar-se só pelo método de luta, quando é muito mais diverso o movimento.... A luta no piquete é mais do que se vê, e do que querem refletir os meios de comunicação, por muitas razões. (...) Nossa luta passa por muitos níveis e não somente pelo piquete (Rodrigo Segovia)

E logo em seguida o emissor reflete sobre a utilização da palavra piquete e sua relação com a auto-identificação da organização:

O MTD Aníbal Verón, ao surgir, tem formas diferentes de ver a política e formas diferentes de lutar. Nós, a partir disso, há ocupações de ministérios, há ocupações de terreno, para questão da moradia, há.... como dizer-lo... digamos... piquete. Mas o problema com a palavra piquete é que tomou os meios de comunicação e nos estigmatizaram com essa palavra. Nós não nos reivindicamos piqueteros, por exemplo, nos cremos trabalhadores desocupados, ou desempregados, ou desocupados, mas com outras ocupações. E cremos que há trabalho. (Rodrigo Segovia)

Não só a política do governo Kirchner é representada como eficaz no sentido de levar a uma crise do piquete como forma de protestar. Ela também é representada como causa – e, portanto exitosa nesse sentido – do faturamento do movimento piquetero. Essa forma de representar a política do governo Kirchner pode ser percebida nas seguintes falas:

O kirchnerismo assume com muito baixa porcentagem de votos. Contudo vai fazer uma análise muito boa da situação. A nós como movimentos sociais isso nos vai partir em dois. Não somente porque vamos fraturar, mas também como forma de política, como maneira de lutar (Rodrigo Segovia).

Bom, nós, nisso reconhecemos que a política que teve o governo, esse governo, foi de cooptação às organizações de desocupados. Essa cooptação fez com que muitas das organizações saíssem das ruas. Essa cooptação também nos debilitou em parte.

Por exemplo, em La Matanza éramos 6 mil, 7 mil hoje somos 4 mil. O quer dizer que o Estado também nos debilitou. O que não pode foi romper-nos cooptar-nos e tirar-nos das ruas. Isso foi permanente, a política que fez o governo para que os setores entre si não se juntassem. E ao contrario, que houvesse, provocações, que houvesse enfrentamentos e que não pudessem se juntar (Juan Carlos Alderete)

Mais à frente o referente da CCC relata o próprio rompimento de uma aliança de sua organização como exemplo do resultado da política de fragmentação. Note-se que ele enquadra como resultado positivo a manutenção da autonomia da CCC em relação ao governo, ao que opõe a posição adotada pela FTV.

Nós vínhamos aliados, há muito tempo de organizações de desocupados que hoje estão aliados com o governo, portanto nós aí rompemos a aliança. Porque não há razão de ser aliado, enquanto nossos companheiros seguem sofrendo necessidades, que outra organização aliada vá e apóie o governo publicamente. Se pode apoiar, se pode estar de acordo, sempre e quando sigam reclamando o que quer seu setor, para o qual foi fundada essa organização. (...) A política que se deu com nossa organização foi fenomenal. Desde o presidente com todos os ministros. Aqui o presidente esteve três vezes. A nós desde o primeiro momento o presidente queria nos levar para que fizéssemos parte do governo. (...) O governo não pode fazer o que queria fazer. Avaliamos como resultado altamente positivo. O governo queria destruir-nos, tirar-nos das ruas, depois nós dissemos “não vamos fazer parte do governo” (Juan Carlos Alderete)

Também a política em relação às organizações “menos radicalizadas” e o alinhamento da FTV ao governo é referenciada na seguinte narrativa:

O Estado o que fez foi acentuar essa diferença entre os setores organizados e em luta e o resto da sociedade. Parece que houve uma estratégia muito apontada para isso. A isolar os setores organizados e em luta, isolar-los, deslegitimá-los, moldar uma resposta a suas reivindicações a cooptar a todo um outro setor, que talvez mais vinculado a FTV, a D’Elia, a certos personagens que tinham posturas menos radicalizadas em um período anterior. E incorporaram suas estruturas ao Estado. (...) O que houve nesse processo por parte do Estado foi que enquanto não davam uma resposta a todos esses grupos radicalizados, davam muitos recursos econômicos a grupos que estivessem com o governo. Então muita gente se passava a elas... Se você está em um movimento em que não te dão nada, e se a meia quadra há um movimento que em te dão tudo, muita gente passou ao outro movimento. Isso aconteceu muito. (Mariano Pacheco)

No relato do representante do Barrios de Pie é possível observar a representação desse processo de faturamento devido à política de Kirchner. Contudo ele aqui é visto pelo outro

lado, o lado dos grupos de se incorporaram ao governo. E nesse sentido a narrativa apresenta uma forte tônica de justificativa:

Então ai se produz como uma fratura do movimento piquetero entre os setores mais reformistas, a CCC e FTV, e os setores mais de esquerda. Depois quando vem Kirchner, Kirchner apresenta uma situação de forte foco no povo. Nós tardamos um ano até incorporar-nos ao governo de Kirchner. Ele toma algumas medidas que são importantes que dão resposta a necessidades mais urgentes das pessoas. Não somente no plano econômico, mas também no plano político. Como a reforma da Corte Suprema de Justiça, como a facilitação de desenvolvimentos dos juízos por direitos humanos, o posicionamento internacional, mais ligado a Chávez e a Lula. Muda o rumo do que vinha aqui na Argentina nesse plano da política. E a sua vez tem uma política de certo grau de distribuição do ingresso, mais que nada nos primeiros anos do governo. Com o que nós aí tomamos a decisão de apoiar esse governo e se produz outra fratura digamos, porque somos uma quantidade de organizações que apoiamos esse governo e outra quantidade que não. (...) Durante o ultimo período nos estivemos entre os mais combativos, entre os duros. O que passa é que dentre os piqueteros duros nós fomos os que optamos por uma visão de projeto nacional com Kirchner (Roberto Baigorria)

Á diferença dos outros relatos, os efeitos da política de Kirchner em relação ao movimento piquetero são representados de forma positiva nas narrativas do Barrios de Pie e FTV. Com efeito, o período de 2004 e 2005 é concebido como um momento de ascensão da base, o que de certa forma confirma a política de cooptação e fragmentação do governo Kirchner, pautada na premiação de determinado comportamento, qual seja, desmobilização ou mobilização em apoio ao governo e incorporação aos programas propostos em substituição dos PJyJH; e na reprovação do comportamento que havia caracterizado as organizações de desempregados até então: cortes de rodovias em demanda por planos de emprego.

O processo de “premiação” pode ser auferido das representações que as organizações que se incorporaram ao governo fazem de si próprias em termos de capacidade de mobilização:

Tenho uma visão que crescemos muitíssimo, multiplicamos. No *Conurbano* estimo que no momento de 2000 nós estávamos em 70, 80 lugares. Nesse momento estamos em torno de 300, 320 lugares, como ponto de trabalho (Roberto Baigorria)

É a organização mais importante na Argentina. Muito forte na hora de sair nas ruas. A nossa coluna, em 18 de junho (2008) quando foi a última vez que nos mobilizamos, em defesa do governo de Nestor Kirchner, em meio à tensão com os grupos econômicos, movemos uma coluna de mais de 30 mil companheiros (Luis D’Elia)

Note-se que na narrativa do referente da FTV está presente também a referência à postura de apoio ao governo Kirchner que se traduz na mobilização em apoio ou a favor deste governo. Essa forma de conceber ou encaminhar o potencial da mobilização já se fazia notar em outra fala anterior de D’Elia, emitida em documento dirigido ao presidente Kirchner logo de sua posse:

Esperamos que nossa presença na rua deixe de ser para reclamar pelo que de pleno direito nos corresponde para passar a mobilizar-nos em apoio a políticas transformadoras, que assegurem para milhões de argentinos pão, trabalho, justiça e soberania (Luis D’Elia, Página/12, 6/6/03)

No tocante à representação da relação com o Estado pode-se dizer que ela é feita em dois sentidos opostos. De um lado estabelece-se uma correlação direta entre o poder e a força de mobilização da organização e a resposta do Estado. Ou seja, o crescimento e o fortalecimento das organizações é concebido como resultado da concessão de planos pelo Estado, e à capacidade de reivindicar, com êxito, esses planos. Essa forma de representação implica na confirmação e reconhecimento do Estado como principal interlocutor, o que pressupõe certa coerência e estabilidade dos governos que levam a cabo a relação com as organizações piqueteras. No outro sentido o poder de mobilização, ou o poder do “campo popular” é representado a partir da capacidade de fazer renunciar governantes por meio da mobilização. Isso é visível no caso das representações feitas sobre o governo de Duhalde em ocasião do assassinato de Kosteki e Santillán e a posterior antecipação das eleições. É visível também nas representações sobre a queda de De la Rúa, o “*argentino*”, e na simbologia da demanda do QSVT.

A primeira forma de representação da relação com o Estado, que envolve o processo de concessão de planos e o crescimento da base e do poder de mobilização é visível nos seguintes relatos dos membros do MTD Aníbal Verón e do Barrios de Pie:

Em 2002 todo esse cenário colocado se vai desenvolvendo, vai pesando. Por fim, começa a haver muita fome na Argentina. Os comedores que nós organizamos, os vemos transbordados, começa a vir cada vez mais gente. Então o governo, para conter o conflito social, vai atirar muitos planos sociais. (...) Então se massifica nosso desenvolvimento e nós ante isso, começamos a sair por planos. O que passava era que o governo te dava planos, mas também te tirava. Ou seja, te dava planos por quatro, cinco, seis meses, e depois quando ia para a renovação não te renovavam, ou simplesmente davam baixa em alguns. Então nós saíamos e nos mobilizávamos para recuperar esses planos. Depois saíamos e nos mobilizávamos pela gente nova que tinha vindo. Então chegou um momento que estávamos nos mobilizando, praticamente estávamos nas ruas (...) Praticamente nos mobilizávamos todos os dias. Aí o movimento se desenvolve muitíssimo e começa a ter muitas vertentes políticas internamente. (Rodrigo Segovia)

De 2000 a 2004 há uma situação nos saíamos basicamente com protestos de ação direta, para conseguir coisas para o bairro. Essencialmente alimentos e planos sociais. Porque nesse momento se põe o Plano Jefas e Jefas. Eles eram dados basicamente ao PJ, então os movimentos tiveram que sair a *pelear* para conseguir uma parte disso. Os movimentos os utilizaram como uma reivindicação conseguida na luta para fomentar a organização no bairro (Roberto Baigorria)

Também é perceptível na seguinte narrativa, que ademais faz uma avaliação dos efeitos da chegada de Kirchner para esse processo, a representação do período de crescimento das organizações relacionado ao atendimento às demandas por parte do governo:

No período de 2000 a 2003 se pediam 10 pontos de reclamo e até que não se cumpriam, digamos, pelo menos 8, as medidas seguiam porque havia força para pressionar e poder conquistar reivindicações. (...) Se em um período de maiores lutas o que marcou foi uma dinâmica onde você se organizava, saía a lutar e conquistava coisas, e com essas conquistas crescia mais e voltava a estar mais organizado em com maior potencialidade de luta. O que faz o kirchnerismo é cortar essa dinâmica. O governo, sobretudo, o kirchnerismo, o que faz é tomar essa posição que era inédita. O governo tinha uma frase que era “nem pau nem planos”. Porque o que se exigia sempre era planos. Planos de emprego eram o permitia massificar as lutas. E enquanto os governos anteriores davam planos, ou não davam planos e reprimiam, o governo de Kirchner diz “nem planos nem paus”. Como um silêncio (Mariano Pacheco)

A segunda forma de representar a relação com o Estado apontada acima está mais presente nos enunciados emitidos em 2001 e 2002:

Têm que irem-se todos e nós temos que preparar-nos desde baixo para governar. Estamos cansados de escutar como intelectuais justificam o fracasso de seus planos econômicos enquanto nós, nos bairros, mantemos comedores populares para podermos comer (Juan Carlos Alderete, Página/12, 31/8/02)

Nós vamos sair porque a desesperação que nos faz viver essa política econômica é tremenda e temos que dizer-lhes "basta" de uma vez por todas (Juan Carlos Alderete, Página/12, 7/8/01)

Vamos continuar o plano de luta para que se vão os que estão matando de fome o povo argentino (Néstor Pitrola, Página/12, 8/11/02)

Nos relatos *a posteriori* das entrevistas já há uma re-interpretação desse momento e uma autocrítica em relação à consigna QSVT. Como se pode notar nos dois seguintes relatos:

Temos uma quantidade de comedores em todo o país e o Estado não nos ajuda em nada. Estamos substituindo o Estado nesse aspecto. Mas nós dizemos que há que clarificar. Estamos contra qualquer golpe de estado, institucional ou que venha de onde venha, não queremos que se vão, mas sim que abram a mão (Juan Carlos Alderete)

Faço referência a isso porque está relacionado com a crise de 2001, que foi uma crise de representação, que as pessoas não confiavam nos políticos. Essas ideologias vêm tratar de saldar essa conta. De uma maneira muito especial, com um montão de contradições, de querer fazer-se cargo dessa crise de representação, de que as pessoas não confiavam nos políticos. O reclamo que se ouvia em 2001, QSVT, foi a consigna que hoje ainda o pensamento mais conservador na Argentina segue criticando e dizendo que é irresponsabilidade dizer que se vão todos. Mas as pessoas o que estavam pensando é que não houvesse ninguém como direção. (...) O que sucede é que uma prática horizontalista, sem dirigentes, não se pôde plasmar na prática. (Rodrigo Segovia)

A sociedade ficou órfã, apareceram as assembléias, o QSVT, apareceu toda uma situação de crítica aos políticos em geral, e à política em geral. E mais que nada uma crítica ao poder (Roberto Baigorria)

Também nesse mesmo sentido de representação da relação com o Estado cabe assinalar o enquadramento que se fez da saída do presidente Duhalde. Nos relatos referentes a este momento a antecipação das eleições por Duhalde é interpretada como resultado da crise que se gerou após a repressão na Puente Pueyrredón, crise entendida como processo crescente de mobilizações massivas. Podemos citar dois fragmentos de narrativa como exemplos deste tipo de enquadramento:

E bom, assim que, matam os meninos aí, do MTD Aníbal Verón na Ponte Avellaneda, 26 de julho. E já nós, o 28 de julho fazemos uma marcha que conta com a adesão de importantes setores da classe média argentina, dos trabalhadores não somente do movimento piquetero. E isso determina a ele (Duhalde) o rechaço a essa repressão da sociedade em seu conjunto, o determina a obrigação de se chamar eleições antecipadas, porque ele já queria ficar (Roberto Baigorria).

Duhalde para poder governar tem que renunciar a partir de que matam Dario e Maxi, tem que convocar eleições, porque se não vinha outro 19 e 20 de dezembro. Estamos falando de 26 de julho de 2002, estamos falando que em dezembro passaram como sete presidentes. Então, para 2003 tem que convocar eleições. E é aí quando se estabiliza um pouco e começa a poder governar porque antes cada medida que fazia não as podia sustentar porque as pessoas de mobilizavam, as rechaçavam nas ruas (...) (Rodrigo Segovia)

Pode-se perceber que as representações feitas pelos referentes das organizações piqueteras dos repertórios de protesto e de sua própria posição no campo social guardam relação com algumas formas utilizadas pelo governo Kirchner para enquadrar tanto os atores como as ações de protesto. Notadamente no que diz respeito ao argumento repetido da

melhora econômica para qualificar como injustificáveis a continuidade dos cortes de rodovias e das próprias organizações piqueteras. E essa representação do crescimento econômico e redução do desemprego – em oposição à continuidade dos movimentos piqueteros – como fundamento da reação do governo é retomada nos próprios relatos dos entrevistados para enquadrar as reações do governo Kirchner:

O desocupado perdeu a centralidade de representar todos os problemas sociais na Argentina. Segue sendo um setor importante, mas perdeu a centralidade. Então ainda que façam o piquete, já não alcança, porque está deslegitimado. Te mandam reprimir, te cortam o Puente Pueyrredón como fizeram com nós, que nos cercaram todo o Puente Pueyrredón e não nos deixaram passar. Isso foi quando fizemos o plano de luta em 2005 para o aumento de planos. Não usaram a repressão, mas puseram a gendarmería e nos rodearam em volta da estação Avellaneda e não pudemos ter acesso ao Puente Pueyrredón que guarda excelência, e que foi até o fim de 2005 a última trincheira onde o governo não te molestava se você queria se fazer ouvir. Mas em 2005 se abaixou a cortina, se sentiram com suficiente força para baixar a cortina. Agora ao piquete não puderam baixar a cortina, tanto que os do campo o utilizaram, mas aos que baixaram a cortina foi aos desempregados (Rodrigo Segovia)¹⁸⁰.

E num contexto onde o governo contava com certo aval social e os movimentos não contavam. O que permitiu ao governo, ao Estado ter essa resposta. De ter um discurso progressista e não reprimir, mas, por exemplo, em algum momento se *valló*¹⁸¹ a Plaza de Mayo. Você não podia nem sequer, já não só cortar a rota, nem marchar. Quando um governo como De la Rúa tentou fazer algo parecido se armou uma rebelião popular. E o kirchnerismo podia fazer isso e passou quase despercebido (Mariano Pacheco).

¹⁸⁰ Por “os do campo” ele se refere aos cortes de rodovias realizados por produtores rurais em meados de 2008 contra o aumento dos impostos para os produtos rurais. De acordo com dados do Centro de Estudios Nueva Mayoría o número de cortes em 2008 foi de 5.608, dos quais 3.979 (70%) foram realizados por produtores rurais e apenas 55 (1%) por organizações piqueteras. Isso denota, ao mesmo tempo, a perda de centralidade das organizações de desempregados e a rigidez e força do repertório, que se mostrou, nesse caso, muito eficaz. Nesse sentido cabe mencionar a constatação do próprio entrevistado: “o piquete segue sendo o método de luta por excelência. Qualquer setor, qualquer pessoa, que venha dizer “eu não sou piquetero”, mas usa o piquete como forma de luta, é super eficaz. Agora, é eficaz, mas depende do sujeito que o faça” (Rodrigo Segovia).

¹⁸¹ A praça foi cercada com grades (*vallas*), como assinalado antes.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi compreender e interpretar as diferenças nos repertórios de ação coletiva de protesto levados a cabo no Brasil e na Argentina no período entre 2000 e 2005. Para tanto se levantou a hipótese de que tais diferenças estariam relacionadas às características organizacionais e de composição social dos agentes do protesto, às experiências históricas cumulativas relativas a práticas de beligerância (formas anteriores de luta política e social), e às características assumidas pela interação entre Estado e agentes do protesto – e que coloca em prática e em movimento os dois elementos anteriores.

No tocante às características organizacionais e de composição social do MST e do movimento piquetero podemos observar que não obstante ambos tenham sido os agentes centrais do protesto em seus respectivos países, eles têm características marcadamente distintas, e em grande medida não comparáveis. Não comparáveis em termos de base social, uma essencialmente rural e outra essencialmente urbana; em termos de repertórios de ação e do grau de impacto destes repertórios no contexto social mais amplo, um com impacto imediato e massivo para um grande número de pessoas, o outro com impacto imediato de certa forma restrito a um grupo específico de atores. E não comparáveis em termos de permanência no tempo com capacidade de organização e integração significativas – como é o caso do MST –, em oposição ao grau considerável de fragmentação e pluralismo que caracterizou o movimento piquetero no período estudado. E, por último não comparáveis se se leva em consideração o papel determinante da igreja católica

Em termos de experiências históricas cumulativas podemos observar a marcada presença de elementos do movimento sindical argentino não só nas formas de organização e no surgimento do movimento piquetero como no próprio repertório, os piquetes, que constituíam parte importante das formas de luta dos sindicatos desde o início do século XX. No caso da experiência histórica cumulativa em lutas anteriores podemos observar que não obstante tenha como antecedentes a ação de organizações de luta no campo (como as Ligas Camponesas e o próprio MST no Rio Grande do Sul), é o MST quem leva a uma consolidação e estabilização das ocupações de terra como repertório de ação de ação coletiva. E nesse aspecto cabe observar também que embora não possa ser considerado como um elemento da experiência histórica propriamente em beligerância, o papel da Igreja Católica – por meio da pastoral da terra e das CEB's – como elemento aglutinador e organizador das lutas no campo é determinante do processo histórico de aprendizado cumulativo do movimento e, portanto, de suas ações de protesto.

No que tange ao último elemento postulado como determinante dos repertórios de ação coletiva, a relação do agente de protesto com o Estado, cabe observar que foi o tema mais trabalhado nesta pesquisa. O que se justifica na medida em que é a partir desta interação que os dois elementos anteriores se plasmam na prática, ou seja, é ao longo da interação com o Estado que as características organizacionais dos movimentos e sua experiência cumulativa em beligerância vão sendo confirmadas, reproduzidas e significadas.

Nesse sentido podemos pontuar algumas conclusões sobre a análise desta interação tanto em sua dimensão lingüística como em sua dimensão material. No tocante à dimensão material pode-se concluir que tanto o processo de consolidação e fortalecimento como o processo de redução e enfraquecimento das ocupações de terra e dos bloqueios de rodovia como repertórios de ação, estiveram relacionados à política dos governos em relação a estas ações de protesto e em relação aos agentes que as levaram a cabo. No caso do Brasil cabe destacar a relação entre a política de distribuição de terras no primeiro governo de FHC e o aumento no número de ocupações. E posteriormente, no final do segundo governo, um endurecimento – tanto da legislação como do policiamento – em relação às ocupações de terras como determinante da redução na utilização deste repertório de ação (de 581 em 1999, para 194 em 2001). Outro determinante da relação no governo posterior – qual seja a trajetória política do PT e de Lula –, enquadrado como um aumento nas oportunidades políticas, está na raiz do alto número de ocupações em 2004.

No caso argentino poderíamos observar que a política do governo de aumento dos planos sociais está relacionada ao fortalecimento e consolidação dos bloqueios de rodovia como repertórios de ação entre 2001 e 2003. Com efeito, na medida em que era concebido como forma eficaz e legítima de protesto os bloqueios de rodovia passaram a se multiplicar, assim como as organizações piqueteras. Uma alteração na relação com o Estado a partir da entrada do governo Kirchner, também tem efeitos para o repertório, que passa a ser resignificado a partir de formas diferentes de enquadramento e qualificação.

Isso nos remete às observações sobre a interação no nível das representações produzidas por meio da linguagem. Ou, em outras palavras, das representações produzidas tanto pelo Estado como pelos movimentos sobre as ações de protesto, sobre os agentes do protesto e sobre a reação/relação com o Estado. Uma primeira observação se refere às diferenças nas formas pelas quais os governos em ambos os países enquadraram as ações de protesto e os agentes protagonistas destas ações e justificaram suas reações com base nestas formas de enquadramento.

No caso do Brasil pode-se dizer que ao passo que nos últimos anos do governo FHC prevalece um enquadramento da ação e do agente a partir de uma tônica de negação, e de qualificação a partir de termos como “baderna”, “violência”, “inimigo”, o que fundamenta sua reação de constrangimentos legais (MP N° 2.027-38) ao criar um tipo de representação do movimento como ilegal e radical. Com a mudança de governo em 2003 muda-se também a forma de representação produzida a nível do governo federal sobre o movimento. Ao passo que o MST é qualificado como movimento legítimo e importante e suas ações como “direitos” ou nada “fora do normal”, a representação do governo sobre sua própria ação em relação à reforma agrária, a partir da referência constante à história do partido, tem como efeito a produção de um enquadramento indireto das ações do MST como injustificáveis e contrárias à aceleração da reforma agrária. Nesse sentido há uma retórica transversal do governo que de um lado reconhece a legitimidade do movimento e de outro produz uma representação de suas ações que as enquadra como ilegítimas, na medida em que se afirma que elas podem estar atrapalhando a reforma agrária – bandeira constantemente re-afirmada pelo governo.

Em relação às representações produzidas pelos três governos argentinos no período entre 2000 e 2005 sobre os piqueteros e os bloqueios de estrada pode-se dizer que em um primeiro momento, no governo De la Rúa, há um enquadramento deste repertório como forma anormal de protesto e como um delito. Isso muda após dezembro de 2001 e no início do governo de Duhalde, quando as ações dos piqueteros passam a ser enquadradas como “direito de se manifestar” e a reação do Estado recebe uma tônica legalista e de não repressão, o que, como vimos no capítulo quarto, muda em junho de 2002.

A partir da entrada de Kirchner em abril de 2003 as representações dos bloqueios de rodovia e dos piqueteros passam por algumas alterações em relação aos governos anteriores. Em primeiro lugar há diretamente um reconhecimento das organizações piqueteras como atores legítimos, na medida em que o presidente se reúne com seus representantes logo do início de seu mandato. A esse reconhecimento há juntamente uma retórica de não-repressão em consonância com a política relativa à defesa dos direitos humanos. Contudo, em termos do enquadramento dado aos agentes do protesto e aos piquetes em si, prevalecem qualificações que apontam repetidamente para o desgaste e reprovação da sociedade, com freqüente menção a pesquisas de opinião. Aliado a essa forma de enquadrar as organizações piqueteras e suas ações há também uma referência constante à melhora na economia e nos índices de desemprego, ao que subjaz uma representação de perda de centralidade e de sentido das organizações de desempregados e de sua forma de ação de protesto por excelência

Essa política do governo Kirchner em relação aos piqueteros e aos cortes de rodovias é enquadrada pelos membros das organizações de desempregados como causa de sua perda de centralidade. Ou seja, os efeitos da política de Kirchner em relação a eles são representados como tendo tido certo êxito em fragmentar o movimento e enfraquecer-lo. Nesse aspecto há uma transposição entre as categorias utilizadas pelos representantes do governo federal e as categorias utilizadas pelos representantes das organizações piqueteras. O que denota um processo interativo de construção de representações válidas acerca de suas próprias organizações e de suas ações de protesto.

Considerando-se os pontos assinalados acima podemos concluir que a interação, tanto no nível material como no nível lingüístico, entre os agentes protagonistas do protesto e o Estado tiveram efeitos não só sobre os repertórios em si e sobre as formas de representar-los e significá-los, mas também tiveram efeitos na definição da própria identidade e posição no campo social e político do país.

Bibliografia

AARTS, Bas. BAUER, Martin. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ALDERETE, J. C. **Juan Carlos Alderete**. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. La Matanza: CCC, 2008.

ALGRANATI, C.; SEOANE, J.; TADDEI, E. Los movimientos sociales en América Latina frente al libre comercio y la criminalización de la protesta. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 14, 2004.

ALMEYRA, G. **La Protesta Social en la Argentina (1990-2004)**. Buenos Aires: Continente, 2004.

ARGENTINA. Constituição (1994) **Constitución de la Nación Argentina**. Disponível em <<http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/cuerpo1.php>> Acesso em 10 mar. 2008.

ARGENTINA. Código Penal. **Codigo Penal**. Disponível em <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=16546>> Acesso em 12 dez. 2008.

BUENOS AIRES. Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. **Código Contravencional de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires**. Ley N° 1.472. Disponível em <http://www.buenosaires.gov.ar/areas/seguridad_justicia/justicia_trabajo/contravencional/completo.php> Acesso em 19 nov. 2008.

ARMONY, Victor. Aportes teórico-metodológicos para el estudio de la producción social de sentido a través del análisis del discurso presidencial. **Revista Argentina de Sociología**, ano 3, n. 4, 2005.

AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

AVELAR, L. M. ; WALTER, M. I. . Lentas Mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v. 14, p. 92-122, 2008.

AUYERO, Javier. **La Protesta**: retratos de la beligerância popular em la Argentina democrática. Centro Cultural Rojas-UBA. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://www.sunysb.edu/sociology/?faculty/Auyero/auyero>> Acesso em: 02 Jun. 2007.

AUYERO, Javier. La vida en un piquete. Biografía y proesta en el sur argentino. **Apuntes de Investigación en Cultura y Política**, Nova York, n. 8, 2002. Disponível em <<http://www.stonybrook.edu/sociology/faculty/Auyero/vidaenpiquete.pdf> > Acesso em 05 Jun. 2007.

AUYERO, Javier. **Poor People's Politics**: peronist networks and the legacy of Evita. Durham: Duke University Press, 2000.

AUYERO, Javier. Política Dominación y Desigualdad en la Argentina Contemporánea. **Nueva Sociedad**, n. 193, Caracas, 2004.

BAIGORRIA, R. **Roberto Baigorria**. Depoimento [out. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Buenos Aires: MTSS, 2008.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTEIRO, F. **Fabio Basteiro**. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Buenos Aires: CTA Capital, 2008.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertand Brasil, 2006

BORON, Atilio. Brasil, 2003: ¿los inicios de un nuevo ciclo histórico? **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 9, 2003

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Medida provisória n.2027-38** de 24 de agosto de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/2027-38.htm> Acesso em: 04 dez. 2008

BRASIL. **Medida provisória n.2183-56** de 04 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm> Acesso em: 04 dez. 2008

BRASIL. **Lei n.11648**, de 31 mar. 2008. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm> Acesso em 11 nov. 2008

BRASIL. **Lei n.10.836**, de 9 jan. 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Flei%252010.836-2004%3FOpenDocument%26AutoFramed> Acesso em 18 nov. 2008

BRASIL. **Lei n.4504**, de 30 nov. 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm> Acesso em 18 nov. 2008

BRIONES, C.; FAVA, R.; ROSAN, A. Ni todos, ni alguien, ni uno. In: GRIMSON, Alejandro (Org.) **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

BURDMAN, Julio. Origen y Evolución de los “piqueteros”. Centro de Estudios Nueva Mayoría, 2002. Disponível em: <<http://www.nuevamayoria.com/invest/sociedad/cso180302.htm>>: Acesso em 10 nov. 2008.

CANUTO, A. **Antônio Canuto**. Depoimento [nov. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Goiânia: CPT, 2008.

CARRERA, Nicolas; COTARELO, Maria. La Protesta en Argentina. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 5, 2001

CATELA, Ludmila. Nos vemos en el piquete. In: GRIMSON, Alejandro (Org.) **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

CAVAROZZI, Marcelo. Ciclos Políticos na Argentina a partir de 1995. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. **Transições do Regime Autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.

CRESPO, Guillermo P. **Breve guia practica sobre estructura sindical argentina**. Buenos Aires, TEL: 2008

Conflitos no Campo Brasil 2000, Goiânia: CPT, 2001

Conflitos no Campo Brasil 2001, Goiânia: CPT, 2002

Conflitos no Campo Brasil 2003, Goiânia: CPT, 2004

Conflitos no Campo Brasil 2004, Goiânia: CPT, 2005

Conflitos no Campo Brasil 2005, Goiânia: CPT, 2006

CORONIL, Fernando. El Estado de América Latina y sus Estados: Siete Piezas para un Rompecabezas por armar en tiempos de Izquierda **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 210, 2007

DELAMATA, Gabriela. De los estallidos provinciales a la generalizacion de la protesta en Argentina. **Nueva Sociedad**, n. 182, Caracas, 2002.

DELAMATA, Gabriela. **Los Barrios Desbordados**: las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

D’ELLIA, L. **Luís D’Ellia**. Depoimento [out. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Buenos Aires: FTV, 2008.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements**: an introduction. Malden: Blackwell, 1999.

DELLA PORTA, D. Social Movements and the State: Thoughts on the policing of protest. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1996.

DOIMO, Ana Maria. **Veze e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **Observatorio Social de América Latina**, v. 19, 2006.

FARINETTI, Marina. La conflictividad social despues del movimiento obrero. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 182, 2002.

FARINETTI, Marina. "¿Qué queda del movimiento obrero? Las formas del reclamo laboral en la nueva democracia argentina." **Trabajo y Sociedad**, n. 1 Jul-Set, 1999.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Argentina e Brasil: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: 34, 2004

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatorio Social de América Latina**, v. 24, 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 16, 2005.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 11, p. 31-40, 2003.

FERNANDES, B. M. O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Observatorio Social de America Latina**, Buenos Aires, v. 2, 2000.

FERNANDES, B; SILVA, A. M. Ocupações de Terra - 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. **Conflitos no Campo no Brasil 2004**, Goiânia, v. 20, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança. **Observatorio Social de America Latina**, Buenos Aires, v. 14, 2004.

FOWERAKER, Joe; **Theorizing Social Movments**. Colorado: Pluto Press, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007

GRIMSON, Alejandro. La experiencia argentina y sus fantasmas. In: GRIMSON, Alejandro (Org.) **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

GURRERA, Maria Silvana. **Ruptura y Promesa Movimentista: La Construcción política de la Central de los Trabajadores Argentinos en la década de 1990**. 2004. 259 f. Tesis

(Maestría en Políticas Públicas y Gerenciamiento del Desarrollo) – Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires.

KLACKO, Paula. **Análisis del llamado “movimiento piquetero” de la Argentina: los objetivos de sus acciones de protesta.** PISMA, Buenos Aires, Documento de Trabajo n° 55, 2005

LEHER, Roberto. **Región Sur. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil.** Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v 10, 2006.

LERMAN, Gabriel. El mismo Grito. In: GONZÁLEZ, S.; LERMAN, G. **El 17 de Octubre de 1945: Antes, durante y después.** Buenos Aires: Lumiere, 2005

LOPES, J. L. F. Invasões Rurais e suas Implicações Jurídicas – Aspectos Criminais. **Revisra Uniara**, Araraquara, n. 16, 2005.

LOZANO, Claudio. Contexto económico y político en la protesta social de la Argentina contemporánea. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, 2001.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings.** Cambridge: Cambridge Univ Press, 1996.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention.** Cambridge: Cambridge Univ Press, 2001

MEDEIROS, Leonilde. Luta pela terra: resultados e possibilidades. **Conflitos no Campo no Brasil 2002**, Goiânia, v. 1, p. 27-30, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de . As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo. **Nomadas**, Bogotá, v. 20, p. 210-219, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Conflictos sociales rurales en el Brasil contemporaneo. **Observatorio Social de America Latina**, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 37-44, 2000.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: collective action in the information age.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MIRZA, Christian Adel. **Movimientos Sociales y sistemas políticos en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MISNEROVICZ, V. **Valdir Misnerovicz.** Depoimento [nov. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008

NEVES, A. V. . Espaços públicos e práticas políticas:os riscos de despolitização da participação da sociedade civil. In: Evelina Dagnino, e Luciana Tatagiba. (Org.). **Democracia e sociedade civil e participação.** Editora Argos: Editora Argos, 2007

NOVAES, Regina. Raíces y alas. Cambios y constantes en las comunidades de base. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 136, 1995.

Observatorio Social de America Latina. Cronologia del Conflicto, Buenos Aires, v. 1 a 18, 2000 a 2005

Observatorio Social de America Latina. Documentos del Conflicto, Buenos Aires, v. 6, 2001.

ONU, Nicholas G. **World of our making:** rules and rule in social theory and international relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PACHECO, M. **Mariano Pacheco.** Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Buenos Aires, 2008.

PALOMINO, Héctor. **Trabajo y estado social frente a los cambios de la economía, el empleo y las relaciones laborales.** Buenos Aires: UNSAM, 2008. 10 slides: color.

PAMPLONA, Marco. A historiografia sobre o protesto popular. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

PARRA, Marcela. La construcción de los movimientos sociales como sujetos de estudio em América Latina. **Athenea,** Barcelona, n. 8, 2005. Disponível em <<http://antalya.uab.es/athenea/indice/index.html>> Acesso em: 11 Nov 2007

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. **Observatorio Social de America Latina,** Buenos Aires, n. 22, 2007

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. **Participación y cambio social en la problemática contemporánea.** Buenos Aires: Ediciones Siap Planteos, 1975.

POLI, Cristian. **Movimiento Territorial Liberación: Su historia. Piquetes, organización, poder popular.** Ediciones Del CCC, Buenos Aires, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **Observatorio Social de America Latina,** Buenos Aires, v. 16, 2005

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 47, n. 3, 2004.

ROSA, Marcelo. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil: os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. In: Alejandro Grimson. (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, 2004.

SCRIBANO, A.; SCHUSTER, F. Protesta social en la Argentina de 2001: entre la normalidad y la ruptura. **Observatorio Social de América Latina,** Buenos Aires, v. 6, 2001.

SEGOVIA, R. **Rodrigo Segovia.** Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Buenos Aires: CTA Capital, 2008.

SETÚBAL, Mariana. Reflexões preliminares sobre as lutas trabalhistas no Brasil no ano de 2006. **Outro Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/quem_somos.asp> Acesso em: 10 Nov 2007

SVAMPA, Maristela. **Cambio de época: movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

SVAMPA, M; PEREYRA, S. **Entre la Ruta y el Barrio: La Experiencia de las Organizaciones Piqueteras**. Buenos Aires: Biblos, 2003.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge Univ Press, 2001.

RADEMACHER, Reiner; MELLEIRO, Waldeli. Mudanças no Cenário Sindical Brasileiro sob o Governo Lula. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 211, 2007.

RODRIGUES, I. **Inês Rodrigues**. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Porto Alegre: MST, 2008

RUDE, George. **Ideology and popular protest**. Chapel hill: Univ North Carolina Press

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande Sao Paulo(1970-80)**. 2. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1995

SAMPAIO, Plínio. La reforma agraria en América Latina : una revolución frustrada. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 16, 2005.

SAMPAIO, Plínio. Brasil: as esperanças não vingaram. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 18, 2005.

SANTOS FILHO, Onofre. **Análise de Arquivos e Documental**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002. slides: color.

SANTOS, M. **Marina dos Santos**. Depoimento [dez. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Brasília: MST, 2008.

SIGAUD, L. M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, L. M.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.

STEDILE, J. El MST y las Disputas por Alternativas em Brasil. **Observatorio Social de America Latina**, Buenos Aires, n. 13, 2004.

SOUZA, J. L. V. **João Luis Vieira de Souza**. Depoimento [dez. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Brasília: MST, 2008

TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: Chicago Press, 2006.

TORRES, Fernanda. **Todavía Piqueteros**: la CTD Aníbal Verón. La Plata: Edulp, 2006

VITULLO, Gabriel. **Além da transitologia e da consolidologia**: um estudo da democracia argentina realmente existente. 2005. 343f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, [2005].

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (org.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

ZALD, M. Culture, Ideology, and strategic framing. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1996.

Anexo I

Organizações que realizaram ocupações de terra no Brasil (2000-2005)

| | |
|--------|--|
| CETA | Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| FETAG | Federação dos Trabalhadores na Agricultura |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar |
| Índios | Índios |
| LCPNM | Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas |
| LOC | Liga Operária Camponesa |
| MAST | Movimento dos Agricultores Sem Terra |
| MLST | Movimento de Libertação dos Sem Terra |
| MLSTL | Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta |
| MST | Movimento dos Sem Terra |
| MTL | Movimento Terra Trabalho Liberdade |
| MTR | Movimento dos Trabalhadores Rurais |
| OLC | Organização da Luta no Campo |
| OTC | Organização de Trabalhadores no Campo |
| SAF | Sindicato da Agricultura Familiar |
| STR | Sindiatto dos Trabalhadores Rurais |

Anexo II

Organizações Piqueteras Argentinas (2000-2005)

| | |
|--------------|---|
| FTV | Federación de Tierra y Vivienda |
| - | Movimiento Barrios de Pie |
| CCC | Corriente Clasista y Combativa |
| PO | Polo Obrero |
| MTR | Movimiento Teresa Rodríguez |
| FPDS | Frente Popular Darío Santillán |
| MTL | Movimiento Territorial de Liberación |
| MIJD | Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados |
| MTD | |
| Aníbal Verón | Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón |
| MST TV | Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive |
| CTD | |
| Aníbal Verón | Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón |

Anexo III
Ocupações por Organização - Brasil

Ano 2000

| Organização | Ocupações |
|--------------|------------|
| CPT | 26 |
| CUT | 73 |
| FETAG | 89 |
| MLST | 5 |
| MST | 220 |
| MTR | 10 |
| Outros | 21 |
| STR | 22 |
| Total | 446 |

Ano 2001

| Organização | Ocupações |
|--------------|------------|
| CPT | 5 |
| CUT | 15 |
| FETAG | 25 |
| MLSTL | 6 |
| MST | 83 |
| Outros | 13 |
| STR | 28 |
| Total | 175 |

Ano 2002

| Organização | Ocupações |
|--------------|------------|
| CETA | 5 |
| CPT | 11 |
| FETAG | 5 |
| LOC | 5 |
| MAST | 7 |
| MST | 104 |
| Outros | 52 |
| Total | 189 |

Ano 2003

| Organização | Ocupações |
|--------------|------------|
| CPT | 11 |
| FETAG | 13 |
| FETRAFE | 5 |
| LCPNM | 10 |
| MLST | 5 |
| MST | 227 |
| MTR | 5 |
| OLC | 39 |
| OTC | 8 |
| Outros | 54 |
| SAF | 5 |
| STR | 26 |
| Total | 408 |

Ano 2004

| Organização | Ocupações |
|--------------|------------|
| CONTAG | 6 |
| CPT | 33 |
| CUT | 5 |
| FETAG | 22 |
| ÍNDIOS | 13 |
| MAST | 15 |
| MST | 285 |
| MTL | 8 |
| OLC | 21 |
| OTC | 18 |
| Outros | 65 |
| STR | 24 |
| Total | 515 |

Ano 2005

| Organização | Ocupações |
|--------------|------------|
| CPT | 17 |
| FETAG | 50 |
| Índios | 23 |
| MLST | 9 |
| MST | 256 |
| MTL | 6 |
| OLC | 5 |
| Outros | 52 |
| STR | 23 |
| Total | 441 |

Anexo IV

Evolução das Taxas de Emprego e Desemprego na Argentina entre 1983 e 2005

| Anos | | Emprego % | Desemprego % |
|----------|------|-----------|--------------|
| Maio | 1983 | 35.3 | 5.5 |
| Outubro | 1983 | 35.8 | 3.9 |
| Maio | 1984 | 36.0 | 4.7 |
| Outubro | 1984 | 36.2 | 4.4 |
| Maio | 1985 | 35.5 | 6.3 |
| Novembro | 1985 | 35.9 | 5.9 |
| Maio | 1986 | 36.3 | 5.9 |
| Novembro | 1986 | 36.7 | 5.2 |
| Maio | 1987 | 37.1 | 6.0 |
| Outubro | 1987 | 36.7 | 5.7 |
| Maio | 1988 | 36.2 | 6.5 |
| Outubro | 1988 | 37.0 | 6.1 |
| Maio | 1989 | 36.9 | 8.1 |
| Outubro | 1989 | 36.5 | 7.1 |
| Maio | 1990 | 35.7 | 8.6 |
| Outubro | 1990 | 36.5 | 6.3 |
| Junho | 1991 | 36.8 | 6.9 |
| Outubro | 1991 | 37.1 | 6.0 |
| Maio | 1992 | 37.1 | 6.9 |
| Outubro | 1992 | 37.4 | 7.0 |
| Maio | 1993 | 37.4 | 9.9 |
| Outubro | 1993 | 37.1 | 9.3 |
| Maio | 1994 | 36.7 | 10.7 |
| Outubro | 1994 | 35.8 | 12.1 |
| Maio | 1995 | 34.8 | 18.4 |
| Outubro | 1995 | 34.5 | 16.6 |
| Maio | 1996 | 34.0 | 17.1 |
| Outubro | 1996 | 34.6 | 17.3 |
| Maio | 1997 | 34.6 | 16.1 |
| Outubro | 1997 | 35.3 | 13.7 |
| Maio | 1998 | 36.9 | 13.2 |
| Agosto | 1998 | 36.5 | 13.2 |
| Outubro | 1998 | 36.9 | 12.4 |
| Maio | 1999 | 36.6 | 14.5 |
| Agosto | 1999 | 36.2 | 14.5 |
| Outubro | 1999 | 36.8 | 13.8 |
| Maio | 2000 | 35,9 | 15,4 |
| Outubro | 2000 | 36,5 | 14,7 |
| Maio | 2001 | 35.8 | 16.4 |
| Outubro | 2001 | 34.5 | 18.3 |
| Maio | 2002 | 32.8 | 21.5 |
| Outubro | 2002 | 35.3 | 17.8 |
| Maio | 2003 | 36.2 | 15.6 |
| Maio | 2004 | 37.4 | 14.8 |
| Outubro | 2004 | 38.5 | 12.1 |
| Maio | 2005 | 38.4 | 12.1 |
| Outubro | 2005 | 40.1 | 10.1 |

Fonte: Insituto de Estadísticas y Censos (INDEC)

Anexo V

Ocupações e Acampamentos no Brasil (2000-2005)

| Ano | Número de ocupações |
|------|---------------------|
| 2000 | 138 |
| 2001 | 140 |
| 2002 | * |
| 2003 | 153 |
| 2004 | 243 |
| 2005 | 229 |

Fonte: CPT (2006)

*Dados Indisponíveis

Anexo VI

Bloqueios de vias públicas no Brasil entre 2000 e 2005

| Ano | Cortes |
|------|--------|
| 2000 | 31 |
| 2001 | 44 |
| 2002 | * |
| 2003 | 113 |
| 2004 | 158 |
| 2005 | 162 |

Fonte: Comissão Pastoral da Terra

*Dado indisponível

ANEXO VII

Roteiro das Entrevistas

Pesquisa Protesto Social Brasil e Argentina 2000-2005

Nome:

Organização:

- 1) Fale-me um pouco sobre as ações de protesto (greves, passeatas, ocupação, etc.) mais marcantes para a história do grupo desde seu surgimento.
- 2) Em comparação com outras formas de ação política para realizar reivindicações, como você situa o protesto em termos de legitimidade e resultados?
- 3) Quais são as condições determinantes para se decidir quando ir à greve ou quando realizar uma manifestação? Existe algum limite fixo ou condição específica considerados intoleráveis e que levem, automaticamente, a uma ação de protesto?
- 4) Como é o processo de iniciativa/incentivo à participação popular no protesto? O que é necessário fazer para agregar uma quantidade suficiente de pessoas em determinada ação?
- 5) Como você avalia o poder de mobilização do seu grupo para a realização de ações de protesto nos últimos oito anos?
- 6) Como você avaliaria o caráter das ações de protesto levadas a cabo por seu grupo nos últimos oito anos em termos de combatividade, neutralidade, etc.?
- 7) Em termos dos resultados conseguidos, como você avaliaria as ações de protesto realizadas por seu grupo nos últimos oito anos?
- 8) Como você avaliaria a reação do Estado às ações de protesto realizadas por seu grupo nos últimos oito anos? E como o grupo tem respondido às reações do Estado?
- 9) Como você avalia a posição/reação da sociedade às ações de protesto realizadas por seu grupo nos últimos 8 anos?
- 10) Quais são, em sua opinião, os principais valores associados ao protesto como forma de apresentar demandas?

Pesquisa Protesta Social Brasil y Argentina 2000-2005

Nombre:

Organización:

- 1) Hable un poco de las acciones de protesta (huelgas, marchas, ocupaciones, cortes de ruta) más importantes para la historia del grupo desde su surgimiento
- 2) En comparación con otras formas de acción política para realizar reclamos cómo usted situaría la protesta en términos de legitimidad y eficacia?
- 3) Cuáles son las condiciones determinantes para se decidir cuándo hacer una huelga o una manifestación? Hay algún límite fijo o condición específica considerados intolerables y que lleven automáticamente a una acción de protesta?
- 4) Cómo es el proceso de iniciativa/incentivo a la participación en una acción de protesta? Qué es necesario hacer para agregar una cantidad suficiente de personas en una determinada acción?
- 5) Como usted evalúa el poder de movilización de su grupo para la realización de protestas en los últimos ocho años?
- 6) Cómo usted evaluaría el carácter de las acciones de protesta llevadas a cabo por su grupo en los últimos ocho años en términos de combatividad?
- 7) En términos de resultados logrados, cómo usted evaluaría las acciones de protesta realizadas por su grupo en los últimos ocho años?
- 8) Cómo usted evaluaría la reacción del Estado a las acciones de protesta llevadas a cabo por su grupo en los últimos ocho años? Y como su grupo viene respondiendo a las acciones del Estado?
- 9) Cómo usted evalúa la posición/reacción de la sociedad a las acciones de protesta realizadas por su grupo en los últimos ocho años?
- 10) Cuáles son, en su opinión, los valores asociados a la protesta como forma de presentar reclamos?

Anexo VIII

Exemplo de Grade de Correlação FHC

Ator: Ministro Relação/Acessor em relação a MST 2000

| Documento | Categoria | Período | Correlação | Comentarios |
|--------------------------------|------------------|--|--|--|
| Jornal do Brasil 10/3/00 | Reação e Ação | Estamos condenando aqueles que buscam o confronto e querem resolver o problema com as próprias mãos. Esse é um país que tem leis, Judiciário, corpo de promotores. Também não vamos admitir o prosseguimento dessa escalada anti-democrática | Reação + condenar; MST + buscam confronto; MST + querem resolver o problema com as próprias mãos, ação MST + escalada anti-democrática | José Gregori, Ministro da Justiça, sobre reação (apuração e inquérito sobre envolvidos em ocupações de prédios públicos). Associação negativa entre ocupação de prédios e manutenção de leis e instituições. Associação negativa ente MST e democracia |
| Jornal do Brasil 10/3/00 | Ação | Não há razão que possa explicar essa escalada em busca do confronto. Nos últimos dias, sobretudo nas ultimas 48 horas, o MST dá mostras de que está optando por um caminho anti-democrático | ação MST + opção por caminho anti-democrático | José Gregori, Ministro da Justiça, sobre reação (apuração e inquérito sobre envolvidos em ocupações de prédios públicos). Define ação do MST como escalada em busca do confronto, o que é apontado como indício da opção por um caminho anti-democrático |
| Jornal do Brasil 10/3/00 | Reação | O governo tem como chão e teto manter o Estado de direito democrático. Esse é um dever que o governo não vai abrir mão (...) Com esse tipo de atitude o MST pretende o que? Levar esse país ao impasse? Não vamos admitir nenhum tipo de descumprimento a esse dever de manter o Estado de direito democrático | ação MST + escalada em busca do conflito; MST + caminho anti-democrático | José Gregori, Ministro da Justiça, sobre reação (apuração e inquérito sobre envolvidos em ocupações de prédios públicos). Constrói oposição entre ação do Estado no sentido de manter um Estado de direito democrático e ação do MST no sentido de prejudicá-lo. Reação é justificada em termos de cumprimento do Estado de direito |
| Estado de São Paulo 20/4/00 | Ator | Todos estão preocupados com essa radicalização | ação MST + radicalização | Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. General Alberto Cardoso. Associa MST com radicalização e amplifica delimitação "preocupação de todos" |
| O Globo 20/4/00 | Ação e Reação | A disposição do governo para o diálogo continua. Mas não podemos ceder à chantagem nem cometer ilegalidades | governo diálogo - MST chantagens e ilegalidade | Raul Jungmann, ministro do desenvolvimento agrário. Em ocasião a protestos na Bahia. Enquadra ação do MST como chantagem, e no polo oposto reação do governo como negociação |
| Jornal do Brasil 26/4/00 | Ator e Ação | O MST para sentar à mesa com o governo precisa produzir o conflito. Primeiro, ele arranha a lei para depois conversar. Isso é falta de democracia. E quem fere a democracia é totalitário, seja de direita ou de esquerda | ação MST + arranha a lei; ação MST+ precisa produzir conflito; ação + falta de democracia; ator + totalitário | Raul Jungmann, ministro do desenvolvimento agrário. Enquadra ação do MST como contra a lei "arranha a lei". Aponta para produção do conflito como forma de produzir negociação como falta de democracia. Qualifica MST como totalitário estabelecendo relação entre totalitário e quem fere democracia. Relação negativa entre MST, lei e democracia |
| Gazeta Mercantil 3/5/00 | Ação | Mas o procedimentos adotados pelo MST nas últimas horas não tem por objetivo dar uma nova configuração ao setor agrário do país | Ação - reforma agrária | José Gregori, Ministro da Justiça, sobre ocupação de prédios públicos. Produz correlação negativa entre ação do MST e demanda por reforma agrária. |

Anexo XIX

Exemplo de Grade de Correlação Kirchner

Ator: Ministro/Assessor em relação a piqueteros 2003

| Código Documento | Categoria | Período | Correlação | Comentários |
|-----------------------|------------------|---|--|---|
| Página 12 26/10/03 | Ação e Reação | O protesto piquetero passou do limite do razoável e se nós queremos terminar com uma argentina marcada pela impunidade, tampouco podemos deixar impunes excessos desta natureza. Há uma fina linha que o limite passa ou não o que é protesto | protesto piquetero - limite do razoável; protesto + excessos; protesto - impunidade; protesto + limite | Alberto Fernandez, chefe de gabinete. Se refere ao bloqueio do ministério do trabalho. Qualifica ação como excessos e fora dos limites do razoável. Constrói oposição entre o que é protesto e o que não é. É a primeira reação "negativa" em relação aos piqueteros do governo Kirchner |
| Página 12 26/10/03 | Ação e Reação | Quando se tomam atitudes destas características, é justo que o Estado exerça a autoridade que lhe confere a decisão popular. Com o código penal nas mãos há que fazer-lhes sentir a autoridade a quem está se equivocando de caminho. | reação + autoridade do Estado; autoridade + decisão popular; código penal + autoridade | Anibal Fernandez, Ministro do Interior. Se refere a bloqueio do ministério do trabalho. Justifica reação (denúncia judicial) a partir da autoridade do governo conferida pela decisão popular. Qualifica reação como "fazer sentir a autoridade". Essas declarações são feitas ao mesmo tempo em que se constrói um discurso de direitos humanos. Há que lembrar também que ainda em abril o presidente se reuniu com todos os líderes de organizações piqueteras |
| Página 12 26/10/03 | Reação | Temos uma conduta e um mecanismo de relação com as organizações piqueteras que vem aqui todos os dias (...). O governo abriu canais de diálogo com as organizações piqueteras que antes nunca tiveram, que pensamos em seguir mantendo a todo o custo | relação + canal aberto de negociação | Carlos Tomada, Ministro do Trabalho. Afirma relação do governo em relação a organizações piqueteras em um marco de diferença em relação aos governos anteriores. |
| Página 12 26/10/03 | Reação | É verdade que não haverá mais planos novos, mas há que recordar que esta ajuda social alcança a mais de dois milhões de pessoas em todo o país. Mas o plano Jefes y Jefas de Hogar cumpriu uma etapa | plano+ cumpriu etapa | Carlos Tomada, Ministro do Trabalho. Afirma não inclusão de mais beneficiários no PJJH, o que é justificado a partir do alto número da população que já recebe e do cumprimento da etapa do plano |
| Página 12 5/11/03 | Ação e Ator | O movimento piquetero está exercendo seu direito ao protesto e ao reclamo e isso é absolutamente lógico | ator + movimento piquetero; ator + direito de protesto | Carlos Tomada, Ministro do Trabalho. Em ocasião da maior manifestação piquetera desde que assume Kirchner. Qualifica o ator de "movimento piquetero" e enquadra ação como exercício do direito legítimo de protesto |
| Página 12 5/11/03 | Reação | O governo colocou o emprego no centro de suas decisões. Se avançará no investimento em obras públicas e moradias como um dos mecanismos mais rápidos, ativos e concretos para lograr trabalho formal | emprego + centro da decisão | Carlos Tomada, Ministro do Trabalho. Em ocasião da maior manifestação piquetera desde que assume Kirchner. Afirma a centralidade da questão do emprego no governo Kirchner. Da mesma forma em que se afirma no governo lula a questão da centralidade dada a reforma agrária em oposição ao número crescente de ocupações - e como forma de tornar estas ações injustificáveis |
| Página 12 6/11/03 | Reação | A filosofia do governo não é reprimir, mas sim a paciência e definir que se vai atacar a causa tratando de morigerar os problemas sociais para que desapareça a emergência | emprego + centro da decisão | Anibal Fernandez, ministro do interior. Estabelece polarização entre repressão e atendimento das causas. Delineia posição do governo no segundo pólo. E afirma que governo não vai reprimir |
| Página 12 6/11/03 | Reação | O que passe da raia, o que substitua o direito constitucional da manifestação e ponha em risco a vida e os bens dos cidadãos, vai ir preso | ação - direito constitucional; ação - ir preso | Anibal Fernandez, ministro do interior. Ao mesmo tempo em que afirma que governo não vai reprimir estabelece um limite para o protesto. O limite é o direito constitucional, relacionado aqui à preservação da vida e dos bens de outros cidadãos. Justifica reação "prisão" a partir deste limite |
| Página 12 22/11/03 | Reação | Quem tiver cometido desmandes ou saques terão que se explicar à justiça | ação - justiça | Anibal Fernandez, ministro do interior. Sobre piquete em Salta. Nota-se uma freqüente alusão à justiça e não às forças de segurança, o que denota mais uma estratégia de criminalização do que de judicialização |
| Página 12 22/11/03 | Reação | A vocação do governo é seguir trabalhando sobre as causas que motivam as reações para fazer-las desaparecer | reação + causa | Anibal Fernandez, ministro do interior, em ocasião de mobilização em repúdio à manifestação em Neuquén. Reafirma a posição do governo de atuar sobre as causas do protesto, em oposição à noção de atuar sobre a ação em si |

